



CATÓLICA
ESCOLA DAS ARTES

PORTO

CULTURA E ATIVISMO DIGITAL:
A Influência das Redes Sociais no Movimento
Feminista

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Indústrias Criativas

Diana Santos

Porto, Julho de 2023



CATÓLICA
ESCOLA DAS ARTES

PORTO

CULTURA E ATIVISMO DIGITAL:
A Influência das Redes Sociais no Movimento
Feminista

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Mestre em Gestão Indústrias Criativas

Diana Santos

Trabalho efetuado sob a orientação de

Professora Doutora Cristina Sá

Porto, Julho de 2023

Resumo

Atualmente, os avanços tecnológicos e o desenvolvimento da *internet*, promoveram a utilização recursiva das redes sociais, providenciando novos recursos para a participação política e cívica. Estas ferramentas tecnológicas e meios de comunicação proporcionaram um novo incremento no modo de interagir e de se comunicar, atendendo às dinâmicas de interação estabelecidas entre os indivíduos que, posteriormente, contribuíram para o surgimento da mobilização coletiva e impulsionaram para transformações sociais e tecnológicas. Assim, o papel das redes sociais, enquanto instrumento moldou, substancialmente, a sociedade e o mundo contemporâneo, apresentando-se como um meio de informação e de mobilização nas ações de protesto. Assim como os movimentos sociais reconfiguram-se nos seus reportórios de ação. De modo que, nos dias que correm, a dinamização dos movimentos feministas resulta do acesso livre à informação e de mecanismos de produção, como os *blogs*, *hashtags*, *tweets*, vídeos, protestos virtuais, entre outros, utilizados, fundamentalmente, para a divulgação de conteúdos e para a comunicação em larga escala.

Neste contexto, a presente investigação pretende efetuar uma reflexão sobre a cultura e o ativismo digital, cujo crescimento se dilatou, significativamente, ao longo dos últimos anos. Adicionalmente, pretende-se apreender e averiguar o conhecimento nas práticas do ativismo feminista com as estratégias de comunicação utilizadas nas principais redes sociais das organizações feministas a atuar em Portugal. Assim sendo, metodologicamente, a presente investigação enquadra-se numa abordagem de carácter exploratório que prioriza o método de pesquisa misto, visto que incorpora os métodos de pesquisa qualitativos e os métodos de pesquisa quantitativos. A sua aplicação surge, primordialmente, numa revisão da literatura, delimitando-se ao método de pesquisa qualitativo e, subsequentemente, numa análise de conteúdo nas principais redes sociais das organizações feministas, sob a qual reúnem dados quantitativos e dados qualitativos.

Em síntese, os distintos reportórios e focos emancipatórios observados permitem avanços nas agendas feministas, mobilizar ações coletivas, promover debates sobre questões de género, disseminar informações e moldar novos discursos, entre outros.

Palavras Chave: Cultura Digital; Ativismo Digital; Redes Sociais; Movimentos Feministas; Organizações Feministas.

Abstract

Currently, technological advances and the development of the *internet*, have promoted the recursive use of social networks, providing new resources for political and civic participation. These technological tools and means of communication provided a new increment in the way of interacting and communicating, meeting the dynamics of interaction established between individuals that later contributed to the emergence of collective mobilization and boosted social and technological transformations. Thus, the role of networks as an instrument, it substantially shaped society and the contemporary world, presenting itself as a means of information and mobilization in protest actions. Even as social movements reconfigure themselves in their action repertoires. So that, nowadays, the dynamization of feminist movements results from free access to information and production mechanisms, such as blogs, hashtags, tweets, videos, virtual protests, among others, used, fundamentally, for the dissemination of content and for large-scale communication.

In this context, the present research intends to reflect on culture and digital activism, whose growth has expanded, significantly, over the last few years. Additionally, it's intended to apprehend and verify knowledge in the practices of feminist activism with the communication strategies used and handled in the main social networks of feminist organizations operating in Portugal. Thus, methodologically, this research fits into an exploratory approach that prioritizes the mixed research method, as it incorporates and integrates qualitative research methods and quantitative research methods. Its application arises, primarily, in a literature review, delimiting itself to the qualitative research method and, subsequently, in a content analysis in the main social networks of feminist organizations, under which they gather quantitative data and qualitative data.

In summary, the different repertoires and emancipatory focuses observed allowing advances in feminists agendas, mobilize collective actions, promote debates on gender issues, disseminate information and shape new discourses, among others.

Keywords: Digital Culture; Digital Activism; Social Media; Movements Feminists; Feminist Organizations.

Índice

Lista de Figuras	7
Lista de Tabelas	8
Glossário	9
1. Introdução	11
1.1. Apresentação de Objeto de Investigação e da Problemática	12
1.2. Metodologia de Investigação	13
1.3. Estrutura da Dissertação	13
2. Enquadramento Teórico	15
2.1. Feminismo	15
2.2. História do Feminismo	20
2.3. Vertentes do Feminismo	29
2.3.1. Ecofeminismo	31
2.3.2. Feminismo Interseccional (Pós-Moderno).....	33
2.3.3. Feminismo Liberal ou <i>LibFem</i>	35
2.3.4. Feminismo Marxista ou Socialista	36
2.3.5. Feminismo Radical ou <i>RadFem</i>	38
2.4. O Feminismo no Século XXI.....	40
3. Cultura e Ativismo Digital.....	45
3.1. Conceito e Evolução.....	45
3.2. A Comunicação Digital na Esfera Pública e Política.....	47
3.2.1. As Redes Sociais e a sua Influência na Participação Pública e Política.....	51
3.2.2. As Redes Sociais e o Ativismo Feminista	55
3.3. O Feminismo na Era Digital em Portugal	56
3.4. Conclusão de Capítulo.....	58
4. Enquadramento Metodológico	59

4.1.	Justificação e Finalidade do Estudo	60
4.2.	Contexto de Pesquisa e Estratégias Metodológicas	61
4.3.	Procedimentos Metodológicos.....	64
4.4.	Técnica de Recolha de Dados e Investigação de Campo	66
4.5.	Análise de Conteúdo nas Redes Sociais	69
4.5.1.	Análise de Conteúdo no <i>Facebook</i>	76
4.5.2.	Análise de Conteúdo no <i>Instagram</i>	84
4.6.	Conclusão de Capítulo.....	91
5.	Análise e Discussão dos Resultados	91
5.1.	Revisão da Literatura.....	92
5.2.	Análise de Conteúdo	98
6.	Considerações Finais.....	102
7.	Bibliografia e Outras Referências	105
	Apêndices	120
	Apêndice A. Artigos Científicos Inclusos na Revisão da Literatura	121
	Apêndice B. Análise dos Artigos Científicos.....	125
	Apêndice C. Entidades Inclusas	141
	Apêndice D. Organizações Feministas Inclusas.....	185
	Apêndice E. Análise de Métricas	186
	Apêndice F. Análise de Conteúdo dos Dados Quantitativos das Organizações Feministas Inclusas	193
	Apêndice G. Análise de Conteúdo dos Dados Qualitativos das Organizações Feministas Inclusas	243
	Apêndice H. Guião de Entrevistas.....	251

Lista de Figuras

FIGURA 1 – PUBLICAÇÕES NA UMAR E NA PPDM	83
FIGURA 2 – PUBLICAÇÕES NO INSTAGRAM, UMAR	88
FIGURA 3 – PUBLICAÇÕES NO INSTAGRAM, FEM	89
FIGURA 4 – PUBLICAÇÕES NO INSTAGRAM, PPDM	89
FIGURA 5 – PUBLICAÇÕES NO INSTAGRAM, CIG	90
FIGURA 6 - PUBLICAÇÕES NO INSTAGRAM, REDE	91

Lista de Tabelas

TABELA 1 – PRINCIPAIS ATIVIDADES NA UTILIZAÇÃO DA <i>INTERNET</i> EM PORTUGAL.....	70
TABELA 2 – ORGANIZAÇÕES FEMINISTAS POR DISTRITOS.....	72
TABELA 3 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES FEMINISTAS EM PORTUGAL.....	73
TABELA 4 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES FEMINISTAS EM PORTUGAL (2. ^a ETAPA)	74
TABELA 5 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES FEMINISTAS EM PORTUGAL (3. ^a ETAPA)	74
TABELA 6 – ORGANIZAÇÕES FEMINISTAS INCLUSAS.....	75
TABELA 7 – NÚMERO TOTAL DE SEGUIDORES NO <i>FACEBOOK</i>	76
TABELA 8 – NÚMERO TOTAL DE PUBLICAÇÕES NO <i>FACEBOOK</i>	78
TABELA 9 - PRINCIPAIS CONTEÚDOS PUBLICADOS NO <i>FACEBOOK</i> ENTRE JANEIRO DE 2020 ATÉ JANEIRO DE 2023.....	79
TABELA 10 - PRINCIPAIS TEMÁTICA DIVULGADAS NO <i>FACEBOOK</i> EM JANEIRO DE 2023.....	80
TABELA 11 - PRINCIPAIS FORMATOS DIVULGADOS NO <i>FACEBOOK</i> EM JANEIRO 2023.....	83
TABELA 12 - NÚMERO TOTAL DE SEGUIDORES NO <i>INSTAGRAM</i>	84
TABELA 13 - NÚMERO TOTAL DE PUBLICAÇÕES NO <i>INSTAGRAM</i>	84
TABELA 14 - PRINCIPAIS CONTEÚDOS PUBLICADOS NO <i>INSTAGRAM</i> ENTRE JANEIRO DE 2020 ATÉ JANEIRO DE 2023.....	85
TABELA 15 - PRINCIPAIS TEMÁTICAS DIVULGADOS NO <i>INSTAGRAM</i> EM JANEIRO DE 2023.....	86
TABELA 16 - PRINCIPAIS FORMATOS DIVULGADOS NO <i>INSTAGRAM</i> EM JANEIRO 2023.....	87

Glossário

Ativismo: Ato de quem participa e contribui ativamente na vida política e cívica (Kramarae & Treichler, 1990).

Ativismo Digital: É todo o ativismo que ocorre no contexto digital.

Ativista: É um indivíduo que assume um papel ativo na defesa de causas cívicas.

Empoderamento: “Is the process by which women take control over their lives, acquiring the ability to make strategic choices” (Economic and Social Council, 2002, p. 9).

Feminista: Aquele que pertence ao feminismo na defesa dos direitos da igualdade (Kramarae & Treichler, 1990).

Feministas Radicais: Grupo de indivíduos que integram um conjunto de ideologias que advém do movimento feminista radical pertencendo, efetivamente, às vertentes do feminismo.

Género: É um elemento construtivo segundo um contexto psicológico, social e cultural. Sendo um elemento construtivo utilizado para classificar um indivíduo, como: mulher, homem ou outra identidade, divergente do sexo atribuído à nascença (Butler, 1990; LGBTQIA Resource Center, 2022).

Identidade de Género: É um senso ou uma perceção de si mesmo, como: mulher, homem, transexuais ou transgéneros, *queer* ou outra identidade, que corresponde ou não ao sexo e ao género atribuídos à nascença (Butler, 1990; LGBTQIA Resource Center, 2022).

Interseccionalidade: Termo utilizado, na década de 1980, pela professora docente Kimberlé Crenshaw para caraterizar e descrever um conjunto de elementos interligados com a opressão exercida face às identidades marginalizadas ou oprimidas (LGBTQIA Resource Center, 2022).

Media: São os meios de comunicação utilizados entre os indivíduos ou um grupo social, a partir das redes sociais, *websites*, *blogs*, *fóruns*, debates televisivos, radiofónicos, publicações de artigos em jornais de referência, entre outros (Alves & Bandeira, 2014). Tal fenómeno permite e proporciona que o indivíduo disponha de um maior fluxo de informação e com maior diversificação nos conteúdos, sendo mediáticos ou não.

Social Media ou Redes Sociais: São plataformas que permitem e proporcionam a divulgação de informação e de conteúdos pelos meios digitais (Couldry, 2012).

Minorias: É “um grupo numericamente inferior [e excedente] da população de um Estado, em posição não dominante, cujos membros - sendo nacionais desse Estado -, possuem caraterísticas étnicas, religiosas ou linguísticas diferentes da população, e demonstre, pelo menos de [modo]

implícito, um sentido de solidariedade, dirigido à preservação da cultura, das tradições e da religião ou língua” (Moreira & Gomes, 2012, p. 582).

Movimento Feminista: De modo genérico, é considerado como um movimento social e político (Ahmed, 2017; Paglia, 2017).

Opressão: Ocorre quando um indivíduo ou um grupo social, consciente ou inconscientemente, explora outro para benefício próprio. A discriminação, o preconceito ou a xenofobia, por exemplo, são termos e conceitos mais precisos para descrever atos individuais de opressão exercida (LGBTQIA Resource Center, 2022).

Organizações Feministas: São entidades que se encontram na tutela de prestar um serviço humanitário ou um recurso que se concentram, nomeadamente, na defesa dos direitos e da igualdade das mulheres. Sendo orgânicas, fluidas, complexas e em constante transformação, mediante aspetos geográficos, políticos, económicos, históricos e sociais (Bunjun, 2010; Universidade Católica Portuguesa, 2015).

Teorias Feministas: É um conjunto de abordagens estruturais para conceituar e enfatizar a relevância da interseccionalidade e da discriminação, dos papéis de género e dos estereótipos, da desigualdade económica, assim como é um ato de defender os direitos da inclusão e dos interesses das mulheres na organização social, entre outros, pois, ocorre a crença de que as mulheres são oprimidas pelas organizações sociais, e não só. Assim, a teoria feminista visa realçar as adversidades sociais que são vivenciadas pelas mulheres (Bunjun, 2010; Guy-Evans, 2023).

Raça: É uma construção social que divide os indivíduos em grupos distintos com base nas suas características individuais, como, por exemplo, aparência física, afiliação cultural, classificação étnica, herança ancestral e ou história cultural. Sendo considerado o contexto social, económico e político inserido num determinado período temporal de uma sociedade (LGBTQIA Resource Center, 2022).

Racismo: É a subordinação sistemática de um grupo de indivíduos raciais e marginalizados, de acordo com as suas características individuais, como, por exemplo, aparência física, história étnica, herança ancestral e ou afiliação cultural. O racismo é considerado como uma adversidade profundamente sistémica e difundida por membros raciais privilegiados, bem como pelo poder social (LGBTQIA Resource Center, 2022).

Sexo: É um conjunto de características anatómicas, hormonais e cromossómicas (Klinge & Wiesemann, 2010; Leboeuf, 2016).

1. Introdução

Nas últimas décadas, temos observado em diversos contextos geográficos, um surgimento inesperado da mobilização coletiva e da prática de ativismo, mediante a utilização dos recursos tecnológicos e dos *media* digitais. Constata-se, assim, que os *media* sociais se assumiram como um meio de comunicação, permitindo que os utilizadores se expressem e estabeleçam relações interpessoais, na medida que possam reunir motivações e interesses comuns (Campos, Pereira, & Simões, 2016; Croteau & Hoynes, 2019; Poster, 2002).

Neste contexto, as interações globais proporcionadas pelas tecnologias digitais moldaram a sociedade e o mundo contemporâneo, assentes na partilha de mensagens e nos conteúdos convergentes, alcançando e atingindo públicos distintos. Na prática, estes recursos apresentam-se como plataformas de relacionamento e de trabalho que providenciam diversas transformações socioculturais. Assim sendo, estas plataformas digitais apresentam-se como um paradigma de discussão, nomeadamente, a partir de debates provindos da esfera pública e política, que são do interesse para um ou mais grupos sociais, que incentivam discursos de exclusão e de ódio. Sendo também percussoras de uma comunicação em larga escala ao serviço dos movimentos sociais, a título de exemplo, pelos direitos das minorias. De acordo com o autor J. David Bolter (2019) são consideradas como plataformas de *media* sociais, o *BeReal*, *Facebook*, *Instagram*, *LinkedIn*, *Pinterest*, *Signal*, *Telegram*, *TikTok*, *Tinder*, *Twitter*,¹ *WhatsApp*, *Youtube*, entre outras (Bolter, 2019; Croteau & Hoynes, 2019; Ma, Zheng & Zou, 2022; Poster, 2002).

A quantidade e a diversidade de utilizadores destes recursos, bem como o seu funcionamento tem atribuído ao movimento feminista uma enorme visibilidade e popularidade, nomeadamente, nos últimos anos. Assim, o ativismo e, conseqüentemente, as suas causas também alcançaram a era digital através das redes sociais (Jackson, 2018; Ferguson, 2019).

Segundo os autores Ma, Zheng e Zou (2022), as redes sociais reúnem convicções políticas e sociais para a discussão pública. Possibilitando a abordagem em diversos assuntos, de modo que os indivíduos questionem e debatam, considerando os diversos indícios de violência face às mulheres, como, por exemplo: a sociedade patriarcal, a mulher no mundo de trabalho, temas relacionados com sexualidade, entre outros. Tornando o debate sobre o feminismo num aspeto fundamental nos *media* sociais, bem como a partir de outros meios de comunicação, como, por exemplo, em debates televisivos e em artigos de jornais de referência (Collins, 1998; Crenshaw,

¹ Atualmente, intitulada pela rede social X.

1991; Forester, Thompson, Lusvardi e Weldon, 2022; Martin, 1990; Milkman, 2017; Townsend, 2012).

Para a presente investigação o ativismo centra-se sobre o feminismo contemporâneo, cuja ascensão obteve maior preponderância ao longo dos últimos anos, bem como nos *media* sociais que apresentam uma oportunidade que predispõe para a reflexão sobre as ações e para a mudança de comportamento, tornando-se num ambiente paradoxalmente proveitoso para a consciencialização e para a oposição relativamente ao direito das mulheres, contribuindo para a criação de mecanismos de mudança na sociedade, a partir da mobilização coletiva e nas ações de protesto (Rivers, 2017; Shaw, 2014).

1.1. Apresentação de Objeto de Investigação e da Problemática

O motivo de seleção do tema vincula-se com a pertinência e atualidade do assunto, tal como no culminar do meu percurso académico, visto que possuo e detenho de uma Licenciatura em Marketing e Publicidade.

Assim, o presente estudo pretende examinar as dimensões da cultura e do ativismo digital, a partir de uma análise relativa das estratégias de comunicação utilizadas e manuseadas nas redes sociais pelas principais organizações feministas a atuar em Portugal. Neste contexto, formulou-se a seguinte questão de investigação: De que modo as principais organizações feministas portuguesas utilizam as redes sociais para as suas ações?

Considerando o objeto de investigação definido, foi necessário identificar o seguinte objetivo central, que provém da análise das redes sociais utilizadas pelas principais organizações feministas portuguesas, apresentando-se uma reflexão sobre as dimensões da cultura e do ativismo digital. Deste modo, definiu-se que em termos de objetivos específicos consistiam em:

- Identificar as principais temáticas abordadas nas redes sociais pelas organizações feministas;
- Analisar de que modo as organizações feministas utilizam as redes sociais para desenvolver as suas práticas de ativismo;
- Enumerar de que forma as redes sociais têm contribuído para o ativismo feminista;
- Descrever de que modo a comunicação digital e as redes sociais têm contribuído para a esfera pública e política.

1.2. Metodologia de Investigação

No decurso da metodologia de investigação são considerados minuciosamente o conjunto de princípios metodológicos e, conseqüentemente, os métodos de pesquisa a implementar, bem como a descrição no que se refere aos recursos metodológicos e o processo heurístico seguido no presente estudo (Miranda, 2009).

Assim, após definidas as premissas de estudo e o objeto de investigação é necessário identificar a metodologia, sob a qual irá assentar o presente documento. A identificação metodológica representa uma das tomadas de decisão mais relevantes para a seleção das estratégias adequadas para cada estudo, dado que irá condicionar os resultados obtidos (Bryman & Bell, 2019; Denzin & Lincoln, 2018; Edmonds & Kennedy, 2017). Neste contexto, para o presente estudo elegeu-se por uma metodologia de abordagem mista, de acordo com o autor Creswell (2014).

Assim sendo, numa fase introdutória, é aplicado uma revisão da literatura. Considerando-se como base de conhecimento para fundamentar com coesão o presente estudo e providenciar uma análise teórica, bem como uma reflexão dos dados recolhidos. Entende-se por ‘revisão da literatura,’ como um processo que procura, analisa e descreve um *corpus* do conhecimento sobre um assunto específico, com a finalidade de alcançar conclusões para uma interrogação definida, previamente. O termo de ‘literatura’ abrange todos os recursos académicos pertinentes, como: livros, artigos científicos, artigos de jornais, registos históricos, teses de doutoramento e dissertações de mestrado, entre outros (Bryman & Bell, 2019; J. W. Creswell & J. D. Creswell, 2018; Harris, 2020).

Em seguida, são analisadas as páginas das redes sociais das principais organizações feministas portuguesas, de modo a recolher informações de como as organizações utilizam as redes sociais nas suas causas. Neste sentido, para analisar os dados recolhidos selecionou-se a análise de conteúdo, de acordo com a metodologia de Krippendorff (2019).

1.3. Estrutura da Dissertação

A presente dissertação encontra-se estruturada em quatro componentes e dividida em sete capítulos com os seus respetivos subcapítulos articulados, mutuamente. Assim, na primeira etapa é realizado uma introdução apresentando-se uma breve contextualização da investigação

e, sucessivamente, os objetos de investigação e da problemática, bem como a metodologia de investigação adotada e priorizada para o presente estudo.

No capítulo que se segue é apresentado o enquadramento teórico delineado em duas temáticas fundamentais: (1) Feminismo; (2) Cultura e Ativismo. Enquadrando-se uma breve análise em relação aos movimentos sociais, ao ativismo digital, bem como ao movimento feminista e ao “*ciberfeminism*”.

Neste sentido, o enquadramento metodológico é abordado no terceiro elemento, sob o qual é caracterizado os procedimentos metodológicos.

Em seguida, é aludido à discussão dos resultados obtidos. E, por último, é proporcionado as conclusões e as considerações finais sobre a problemática apresentada. Seguindo-se uma enumeração por ordem alfabética das referências bibliográficas.

Deste modo, segue-se o enquadramento teórico delineado para o presente estudo.

2. Enquadramento Teórico

Neste capítulo procedemos ao enquadramento teórico, alinhado com o objeto de investigação e com a problemática apresentada, anteriormente. Assim sendo, a contextualização teórica encontra-se dividida em duas seções proeminentes em duas principais temáticas: (1) Feminismo; (2) Cultura e Ativismo Digital.

Na primeira seção do capítulo efetua-se uma abordagem teórica e concetual da terminologia do feminismo, enquadrando-se com a identificação das principais teorias feministas que estabeleceram os princípios do movimento em conformidade com as ativistas feministas que se associaram. No segundo subcapítulo delimita-se uma breve descrição da história do feminismo, desde as suas origens até à atualidade, referindo-se como ‘à quarta vaga do feminismo,’ que é fundamentalmente alavancada pelos recursos das tecnologias digitais. Além de que são identificadas as diversas vertentes do feminismo e, conseqüentemente, são apresentados os panoramas gerais, tal como os aspetos fundamentais alusivos ao feminismo no século XXI, bem como as suas particularidades que distinguem os movimentos feministas atuais dos seus antecessores.

Na última seção do capítulo apresenta-se uma abordagem teórica que explora o conhecimento nas dimensões da cultura e do ativismo digital, bem como menciona-se uma descrição da sua evolução, a partir do surgimento das comunidades *on-line* e da emergência dos *media* digitais, enfatizando-se o impacto significativo que o advento das redes sociais predispõem para a sociedade e para o público em geral, bem como para o ativismo feminista, em particular. Nesse contexto, apresenta-se um subcapítulo com a comunicação digital na esfera pública e política, assim como a influência nos *media* sociais. Em seguida, identifica-se e enumera-se as principais vantagens que as redes sociais predispõem para o ativismo feminista, ou seja, como o ativismo feminista utiliza e manuseia as plataformas digitais para a sua prossecução dos seus objetivos. E, por último, é delineado uma descrição do feminismo na era digital que milita o nosso país. Assim sendo, no subcapítulo seguinte segue-se uma abordagem do feminismo.

2.1. Feminismo

Atualmente, a sociedade contemporânea enfrenta diversas adversidades, no que diz respeito às temáticas afetas à desigualdade de género, cujo problema remonta a um passado

histórico longínquo, sob o qual se desenvolveram diversos movimentos denominados pelo termo do ‘movimento feminista’. Como tal, os objetivos e as estratégias específicas do movimento feminista podem variar, de acordo com o tempo, espaço e contexto cultural. Sendo que o objetivo central resulta da necessidade de disputar pelos direitos e pelas oportunidades distribuídas equitativamente entre géneros (Chess, 2020).

Neste contexto, o conceito do ‘feminismo’ tem origem nos dados etnográficos e pré-históricos como resultado na filosofia existencialista, observando-se uma hierarquia entre os sexos predominantes. Assim, no momento em que dois indivíduos de sexos opostos se encontram na presença de um e do outro, ambos se moldam na presunção de querer impor a sua superioridade e soberania. Estabelecendo-se um vínculo recíproco, hostil, ou amistoso, sob o qual um dos dois tem vantagem sobre o outro, tornando-se num relacionamento afetivo ou num vínculo interpessoal dominado pela opressão. Deste modo, é apreendido que o sexo masculino apresenta uma predisposição para dominar o sexo feminino. Posicionando-se hierarquicamente em outras classes sociais, a partir de um modelo civilizacional e hegemónico, sendo considerado como um instrumento de expansão imperialista e patriarcal que assumiu a Europa Ocidental e Colonial (Braidotti, 2022b; Beauvoir, 1949).

Numa época em que as mulheres enfrentavam uma sociedade hostil e que experienciavam uma inquietude em conformidade com a consciência da espécie humana. A reflexão social permite verificar que a humanidade sempre considerou desvincular-se das normas da sua espécie, retratando-se com um determinado valor perante a sua própria existência que prevaleceu e subjugou sobre os vigores da natureza e da mulher (Beauvoir, 1949).

Desde a década de 1970, o feminismo e outros movimentos sociais desenvolveram as suas próprias reivindicações em resposta a esse modelo normativo. De modo que o feminismo detém e possui de traços humanistas na procura pela emancipação e pela igualdade, bem como é pós-humanista² na sua utilização (Braidotti, 2022b). Primordialmente, profeminista,³ de acordo com as autoras Christine de Pizan, Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges.

² O pós-humanismo detém de diversos conceitos que pode apreender do movimento cultural incrementando numa conceção intelectual e crítica sobre a condição humana, por exemplo, tal como em outras vertentes. Assim como poderá advir do termo de ‘trans-humanismo’ que é um movimento assente na utilização das ciências sociais para aprimorar as condições e as características mentais, bem como físicas da sociedade em geral e do ser humano em particular, a partir da evolução biológica e dos avanços tecnológicos (Association Française Transhumaniste Technoprog, *n.d.*; Ferrando, 2013). Como refere Rosi Braidotti (2022a), o feminismo pós-humanista é uma intervenção do feminismo neoliberal e socialista, bem como trans-humanista.

³ O termo profeminismo é referido como o princípio do feminismo que antecede os movimentos constituídos pelos direitos das mulheres dos séculos XIX e XX. Este conceito, abrange os movimentos e os indivíduos que deliberaram desafiar os papéis tradicionais de género, com intuito de promover maior igualdade entre o sexo feminino e o sexo masculino (Rodrigues, 2017).

Assim sendo, a questão que se encontra na base da teoria feminista assenta nas desigualdades, na subordinação ou na dominação das mulheres face à opressão exercida pelo sexo masculino. Tratando-se de uma questão de assimetria entre géneros, que parte de uma visão central que o grupo das mulheres são consideradas como seres “inferiores” e com um menor valor comparativamente aos homens (Bunch, 2000).

De acordo com a autora Judith Butler (1990), a teoria feminista assumiu que subsiste uma identidade existente, sob a qual a representação política é observada e assumida pelo grupo das mulheres, inserindo-se num conceito controverso. Por um lado, a representação ajusta-se num processo político que procura ampliar a visibilidade e a legitimidade das mulheres como sujeitos políticos. Por outro, a representação é a função normativa de uma linguagem que infere o que é fidedigno do que é adulterado face ao sexo feminino. Assim, para a teoria feminista torna-se necessário promover a visibilidade política, considerando-se a condição cultural (Butler, 1990).

Posto isto, este movimento possui um passado histórico longínquo, subscrito em três aspetos fundamentais: (1) Em oposição à difamação masculina e aos diversos indícios de violência sobre as mulheres,⁴ tal como na oposição dialética e na misoginia.⁵ (2) Na convicção de que os sexos são, culturalmente e, não apenas, biologicamente constituídos, assente na crença que as mulheres pertenciam a um grupo socialmente moldado e ajustado face aos princípios do sexo masculino sobre um sexo defetivo. (3) E, por último, mediante uma perspetiva que transcendia os princípios e os valores aceites, expondo e insurgindo-se face ao preconceito (Bunch, 2000).

Deste modo, o movimento feminista e as teorias feministas têm como objetivo atribuir a cada mulher uma oportunidade de facultar habilidades e instruir para o desenvolvimento das suas competências pessoais. Esta abordagem caracteriza o desenvolvimento e a tomada de consciência no processo de equilíbrio entre as dicotómicas de opressão, domínio e submissão, bem como é um reforço na autoestima e na autoconfiança para que suceda uma maior autonomia e maior controlo, em função das suas próprias escolhas e ações. Assim, o desenvolvimento da teoria feminista e a análise rigorosa da sociedade são em maior número e mais insígnies, nos dias que correm. Considerando-se que uma teoria feminista sólida permite

⁴ United Nations General Assembly (1993) define a violência sobre as mulheres, como: “any act of gender-based violence that results in, or is likely to result in, physical, sexual or psychological harm or suffering to women, including threats of such acts, coercion or arbitrary deprivation of liberty, whether occurring in public or in private life.” (United Nations General Assembly, 1993 *as cited in* United Human Rights, 2014).

⁵ É uma aversão ou um preconceito pelos indivíduos do sexo feminino (Kramarae & Treichler, 1990).

desenvolver transformações direcionadas para a atividade política (Bunch, 2000; Kramarae & Treichler, 1990).

Assim sendo, a atividade política necessita de abranger uma base universal para o feminismo, uma vez que se encontra numa identidade assumida como transcultural, tal como se pode observar na opressão exercida face às mulheres, mediante estruturas discerníveis, universais e ou hegemónicas inseridas num modelo patriarcal. O modelo patriarcal assente numa estrutura universal tem sido amplamente censurado e reprovado, nos últimos anos, atendendo às lacunas e às inconsistências nas suas premissas que se constituem, causando adversidades, nomeadamente, em clarificar o funcionamento da opressão entre géneros nos contextos culturais (Butler, 1990).

Neste contexto, a autora Simone de Beauvoir (1986) considera crucial diferenciar os conceitos entre sexo e género. Sendo que a diferenciação entre os conceitos, sexo e género, tem sido fundamental para o movimento feminista, ao longo do tempo. Permitindo desmoralizar o argumento de que a anatomia é derivada de uma circunstância predeterminada. Ou seja, “One is not born, but rather becomes, a woman” (Beauvoir; 1946, p. 14; Leboeuf, 2016, p. 139).

Sarah Kember (2003) reflete sobre o conflito existente entre a ciência e o feminismo, assim como aborda o “*ciberfeminism*” no seu livro: *Cyberfeminism and Artificial Life*. Realçando que o corpo é um construção entre uma estrutura simbólica e entre um recurso da biologia molecular. De acordo com Stefan Helmreich (1998), a atividade fisiológica ou os processos vitais devem incorporar o valor, a beleza e a experiência, tal como sugere uma abordagem feminista, que questiona as conexões entre sexo e género,⁶ bem como os papéis e estereótipos tradicionais de género (Helmreich, 1998, *as cited in* Kember, 2003).

Assim, o feminismo representa um conjunto de ideologias que advém de um movimento social que inclui uma procura pela igualdade entre homens e mulheres, pela identificação de géneros, pelas conexões interseccionais entre género, raça e classe, entre outros. O feminismo considera o empoderamento como arquétipo para aqueles que vivenciam em múltiplos eixos de desigualdade (Braidotti, 2022a).

⁶ Para as autoras Klinge e Wiesemann (2010), o conceito de sexo é caracterizado como um fator biológico entre mulheres e homens, com cromossomas xx e xy, órgãos sexuais internos e externos denominados por ovários e testículos, bem como perfis hormonais de estrogénio e andrógénio. Embora o conceito de sexo seja um fator biológico, idêntico em todas as culturas, a sua designação em termos de papel de género poderá ser muito distinto, nos mais diversos contextos culturais. Assim sendo, as variabilidades biológicas são observadas como dicotómicas entre feminino e masculino. No entanto, o conceito de género é caracterizado como uma construção socialmente construída, assentes nos traços de personalidade, nos comportamentos, nas atitudes e nos valores que são atribuídos.

Para as autoras Kramarae e Treichler (1990), o feminismo é um movimento social, político e cultural que defende os direitos e a igualdade entre géneros, tendo como principal finalidade nos direitos das mulheres. Deste modo, as autoras referem que as seis principais causas comuns defendidas pelos movimentos feministas incluem:

1. Igualdade de género em salários e oportunidades de emprego;
2. Direitos reprodutivos e acesso à saúde;
3. O fim do assédio sexual e da violência face às mulheres;
4. Desafiar papéis e estereótipos tradicionais de género;
5. Defender os direitos *LGBTQ+*⁷ e o feminismo interseccional;⁸
6. Aumentar a representação de mulheres em posições de liderança, política e cultural.

Do mesmo modo, a autora Bell Hooks (2018) considera que o feminismo é um movimento social com finalidade em limitar o sexismo⁹ e a exploração sexista, tal como a opressão exercida face ao sexo feminino e aos grupos marginalizados.

Camille Paglia (2017) defende que o feminismo é um movimento social e político que incorpora indivíduos que integram um conjunto de ideologias que advém das apreciações que

⁷ *LGBTQ+* ou *LGBTHQIA+* é um acrónimo que incorpora indivíduos em grupos sociais considerando as suas características sexuais, as suas identidades e expressões de género, assim como as suas orientações sexuais. Deste modo, a comunidade *LGBTHQIA+*, traduz-se em elos associativos de homossexuais, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais ou transgéneros, hétero aliados, *queer* ou não-binários, intersexo e assexuais. Sendo que, normalmente, o caractere “(+)” é inserido no fim das siglas e representa outros indivíduos ou outras minorias que possam estar vinculados e associados, porém não tenham sido evidenciados, a partir de outras letras iniciais (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género *et al.*, 2022; *LGBTQIA Resource Center*, 2022). Contudo, a abreviatura de *LGBTHQIA+*, em Portugal, não é frequentemente utilizada pelas organizações feministas, e não só. Incorporando um acrónimo de comprimento extenso, normalmente, suscita apreciações devido a sua dimensão e a sua extensão. Neste contexto, as siglas mais utilizadas pelas organizações feministas e mediante outras entidades em Portugal, são: ‘*LGBT*’, ‘*LGBTQ+*’ ou ‘*LGBT*’.

⁸ A interseccionalidade permite medir a tensão entre múltiplas identidades e necessidades contínuas na política de grupo. Assim, o feminismo interseccional enquadra-se na política de identidade contemporânea com base nas suas diversas interações entre raça e género, no contexto da violência das mulheres negras e ou afrodescendentes, assim como articula a interação entre racismo e outros grupos marginalizados com o modelo patriarcal (Crenshaw, 2006).

⁹ De modo genérico, o sexismo é designando pela discriminação mediante o sexo e ao género a que concernem. Sendo um padrão de comportamento e ou um conjunto de convicções, sob os quais são imputados determinados juízos de valor em relação a um indivíduo ou a um grupo social. Assim, o sexismo refere-se a um ato de discriminação que provém de uma predisposição para estabelecer estereótipos, atos e condutas de marginalização ou até mesmo de exclusão de indivíduos ou de grupos sociais face ao sexo e ao género a que pertencem. Como também se refere a um conjunto de indivíduos com crenças e práticas que privilegiam os homens em detrimento das mulheres, bem como subordinam e desvalorizam o sexo feminino. Nesse sentido, o machismo é exteriorização da desigualdade entre géneros (Garcia, 2018; Kramarae & Treichler, 1990; *LGBTQIA Resource Center*, 2022).

favorecem o empoderamento das mulheres, sem a necessidade de desconceituar e de depreciar os homens. Assim, Paglia (2017) refere que se o sexo feminino ambiciona pela liberdade, deve também criar condições para que o sexo masculino seja livre. Ainda assim, nos dias que correm, persistem homens que desvalorizam ou subjagam as mulheres, pois, exprimem o seu receio latente face ao poder feminino.

Assim sendo, o conceito central do feminismo apela para o relevo e para a notoriedade da ação das mulheres na sociedade, assim como perante outros géneros marginalizados, cujas oportunidades e direitos devem ser adequados pelos homens assegurando a equidade, inclusive, no âmbito do ensino e da educação, na esfera empresarial e na atividade política (Chess, 2020).

Simone de Beauvoir (1949) realiza uma apreciação abrangente dos fatores sociais, culturais e políticos que contribuíram para a opressão das mulheres. E, na sua obra, Beauvoir (2011) argumenta que as mulheres foram menosprezadas e depreciadas, tal como se encontram sujeitas a um "mito da feminilidade" que reforça os papéis tradicionais de género. De modo que os fatores sociais e culturais subjacentes ao papel secundário atribuído às mulheres contribui para os princípios feministas, sendo preponderantes no desenvolvimento da teoria feminista.

Segundo Butler (1986), no seu artigo científico: “*Sex and Gender in Simone de Beauvoir’s Second Sex*”, Beauvoir estabelece os princípios para uma filosofia feminista que enfatiza a relevância de reconhecer e de desafiar os fatores sistémicos que contribuem para a opressão das mulheres, tal como apela para a rejeição do "mito da feminilidade". Assim, a obra de Simone de Beauvoir, *The Second Sex*, é frequentemente creditada por ter auxiliado a impulsionar a segunda vaga do feminismo.

2.2. História do Feminismo

No decorrer dos anos, a exclusão, a marginalização das mulheres e as suas contribuições sociais reforçaram o desafio relativamente à conceção e às convicções da sociedade sobre os movimentos feministas. Desde o início da civilização humana que a crença fundamental na retaguarda da teoria feminista refere que as mulheres retiveram um papel ou um *status* secundário pelo discurso social dominado pelo sexo masculino e pela cultura ocidental. Assim, ao visitar a história e a restabelecê-la, a partir das suas próprias experiências e perceções de cada civilização, evidência que as mulheres foram, efetivamente, subordinadas a uma posição de subjugação, sob a qual não disponham de mecanismos de reivindicar sua própria identidade. E, para explorar a sua própria identidade, o sexo feminino necessitava se definir, atendendo aos

padrões e às crenças pré-estabelecidas que provinham de geração em geração, tal como perante os ideais masculinos (Beauvoir, 1949; Butler, 1986; Raina, 2020).

No passado, a marginalização e subjugação das mulheres na sociedade limitou a atuação feminista, não só pela contenção das intervenções das mulheres na atualidade, mas também pela negação dos seus direitos legais, cujos impactos se alargaram até à supressão sistemática das contribuições intelectuais das mulheres e da falta de documentação destas contribuições. Assim, diversas mulheres manifestaram um desacordo, relativamente, às temáticas referentes à desigualdade de género, às práticas de marginalização e à subjugação do sexo feminino na história da humanidade (Bryson, 2003; Cova, 1998; Garcia, 2018; Pinto, 2010).

Dado que o objetivo central da teoria feminista permanece na premissa de que desde o início da civilização humana, o sexo masculino tenha sido prevalecido no âmbito da literatura. Sendo excluídos da cultura e da literatura as respetivas escritas alusivas ao sexo feminino, atendendo à crença de “superioridade” dos homens. Assim, as mulheres eram realmente desconceituadas para desempenhar papéis sociais no setor público ou privado. Tal como os homens também foram desencorajados a seguir ambições literárias pelas estruturas e pelos padrões de conduta da sociedade. Contudo, havia uma necessidade de mulheres teóricas e escritoras desafiar a doutrina opressiva assente na prática do modelo patriarcal com narrativas que permitiriam um novo recurso, com finalidade em explorar e formular um género artístico (Raina, 2020).

Ainda assim, na Europa medieval, a teologia desempenhou um papel fundamental no condicionamento do pensamento filosófico. No entanto, a abordagem na Europa medieval sobre as feministas seguiu a mesma tendência global, pelo que as intervenções feministas deste período tiveram que se confrontar com múltiplas limitações, relativamente, às práticas doutrinárias e à igualdade de género (Garcia, 2018).

Neste sentido, e de acordo com Bryson (2003), no século XV surgiu um debate público na Europa que ficou conhecido como “*querelle des femmes*”. Este debate refletiu sobre a natureza da mulher e sobre o seu papel na sociedade, demonstrando a mobilização dos esforços feministas para dar voz ao problema da opressão feminina. E, segundo a história medieval, o período moderno é considerado como uma época em que o pensamento crítico e a investigação dispersaram o autoritarismo religioso e a lealdade desmedida perante à autoridade dos clássicos. Esta rutura foi fundamental para a origem da revolução ocidental. Permitindo que as primeiras feministas direcionassem pela teoria da igualdade dos sexos em oposição à postura antifeminista clássica e escolástica, que sustentava o facto de que as mulheres eram seres “inferiores” aos homens, ou que os homens eram “superiores” às mulheres, devido ao

aprimoramento do sentido crítico, da capacidade de raciocínio e da criatividade (Bunch, 2000; Bryson, 2003).

Ainda assim, Akkerman e Stuurman (1998) referem que a Europa do século XVI, era descrita como a era do racionalismo feminista, sob as quais as escritoras feministas predominantes, neste período, que incluíam a francesa Marie de Gourney, a holandesa Anna Maria Von Schurman, bem como o francês François Poulain de la Barre. Segundo a autora Bryson (2003), a intervenção destas teóricas feministas permitiu reforçar o feminismo racionalista do século XVII, devido ao realce facultado à teoria da racionalidade que fundamenta que as mulheres possuem as mesmas competências intelectuais que os homens (Akkerman & Stuurman, 1998, *as cited in* Bryson, 2003).

Até ao Renascimento, a conceção que imperava era a desigualdade tanto nas capacidades intelectuais como cognitivas entre homens e mulheres, assim como no que se refere aos papéis sociais. Os reportórios introduzidos no século XVIII, não cessaram e, não interromperam totalmente com toda a misoginia herdada. No Renascimento, ouviram-se, as repercussões medievalistas que consideravam a mulher como um ser “inferior”. Contudo, o Renascimento trouxe um novo paradigma sobre a espécie humana. Neste sentido, o conhecimento adquirido no âmbito do ensino e da educação, permitiu numerosos métodos pedagógicos que instituiu o debate sobre os vícios da natureza e da mulher, tal como dos deveres dos sexos. Assim sendo, as feministas que participaram na “*querelle*” foram Virginia Woolf e a escritora Christine de Pizan, que interviriam no debate, não por questões literárias ou filosóficas, mas pelo conjunto de argumentos condenatórios que a obra *Roman de la Rose* contém. Considerando-se, como uma oposição da literatura misógina que vinha sendo contínua desde a Antiguidade, que alcançava uma expressão generalizada na Idade Média (Bunch, 2000; Bryson, 2003; Garcia, 2018).

Neste contexto, o movimento feminista do século XIX tinha como objetivo central incluir os direitos e os deveres de cidadania para o sexo feminino, visto que todas as mulheres ativas nesse movimento poderiam ser descritas como feministas, sendo uma questão discutível. No entanto, nas décadas de 1960 e 1970, emergiu um novo movimento feminista (Gillis, Howie & Munford, 2004).

Posto isto, o feminismo tornou-se num movimento global no século XX, embora o final do século XIX tenha sido o início da expansão do feminismo, enquanto movimento mundial, o primeiro congresso internacional utilizou a designação do conceito ‘feminista,’ em Paris de 1892. Desde o seu início, o feminismo foi um fenómeno do mundo ocidental com conexões entre as feministas da Europa e da América do Norte, sendo fundamentais e cruciais para a sua

difusão. Deste modo, as feministas da cultura ocidental do século XX foram as que mais alcançaram e proporcionaram transformações decisivas no comportamento das mulheres (Cova, 1988; Paglia, 2017; Pinto, 2010).

Ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se manifestaram pela emancipação. Assim, a primeira vaga do feminismo surgiu, a partir das últimas décadas do século XIX, no período em que as mulheres, primeiro na Inglaterra, se organizaram para disputar pelos seus direitos, sendo o primeiro, o direito de voto. As “*suffragists*,”¹⁰ como ficaram conhecidas, promoveram inúmeras manifestações em Londres, foram detidas diversas vezes e realizaram greves de fome (Gillis *et al.*, 2004).

Assim sendo, a primeira corrente do feminismo foi prevalecida pelas mulheres caucasianas de classe média. Sendo que a primeira vaga priorizou os interesses desse grupo demográfico em detrimento de outros grupos de mulheres que enfrentavam adversidades adicionais, como, por exemplo, as mulheres negras e ou afrodescendentes de classe ativa. O movimento consistia em teorias liberais e individualistas que enfatizavam a relevância da liberdade individual e da igualdade na abordagem perante a legislação. Argumentando que as mulheres tinham os mesmos direitos políticos e legais que o sexo masculino, ocorrendo processos significativos nesse sentido. No entanto, surgiram algumas limitações devido aos objetivos restritos e as inaptidões para abordar a natureza interseccional na opressão das mulheres (Cova, 1998).

Entre as décadas de 1960 e 1970, ocorre a segunda vaga do feminismo que expandiu o seu propósito, de modo a incluir um vasto conjunto de direitos reprodutivos e sexuais, tal como na intervenção integrada pelo fim da discriminação sexual. As figuras célebres desse período incluem: Betty Friedan,¹¹ Simone de Beauvoir e Gloria Steinem. Do mesmo modo, se salientaram e destacaram também: Germaine Greer, Alice Walker, Bell Hooks, Kate Millett,

¹⁰ Reputado, também, como o movimento das “*suffragettes*”.

¹¹ A autora Betty Friedan (1963), no seu livro: *The Feminine Mystique*, afere apreciações intransigentes acerca do feminismo e das feministas. Sendo uma obra frequentemente creditada, tornando-se numa das mais relevantes obras do século XX, inspirada no livro, *The Second Sex* de Simone de Beauvoir. Neste sentido, o livro é resultado de anos de pesquisa pela autora, tendo como finalidade na observação de que a mulher foi mistificada após a Grande Depressão, também conhecida como a Crise de 1929 e, conseqüentemente, na mobilização da Segunda Guerra Mundial. Assim sendo, nesta época o papel da mulher era considerado, essencialmente, como mãe e esposa zelosa, visto que desde a infância a educação cedida pelos progenitores era culturalmente distinta entre o sexo feminino e o sexo masculino. Enquanto o sexo masculino era facultado habilidades pessoais para se tornar independente, no caso do sexo feminino, os progenitores não fomentavam a independência e a autonomia quer a nível emocional ou financeira, incentivavam apenas a desenvolver habilidades pessoais, com o intuito de casar e de vivenciar em função da família e do lar, ou seja, dos filhos e do marido. No decurso dos anos, era observado que as mulheres - responsáveis de lar -, desenvolviam diversas perturbações e transtornos do foro psicológico, sob as quais oscilavam entre a depressão e a dependência de substâncias. Neste contexto, emergiu no período pós-guerra a designação de “*American Way of Life*”.

Audre Lorde, Andrea Dworkin e Monique Wittig, cujos contributos teóricos feministas alavancaram o progresso desta segunda corrente (Hilden, 1982). Assim, a segunda vaga surge, enquanto movimento de emancipação das mulheres mediante abordagens intransigentes e interseccionais na igualdade entre o sexo feminino e o sexo masculino.

Tais abordagens ampliaram o intuito e o propósito do movimento feminista nos direitos das mulheres, envolvendo e inserindo questões de igualdade social e cultural. Sendo que esta estratégia incorporou um debate sobre os papéis tradicionais de género, o assédio sexual, a violência face às mulheres e a defesa dos direitos reprodutivos. Esta segunda vaga se caracterizou também pela abordagem interseccional. Sendo identificada como de natureza interseccional na opressão das mulheres, devido à necessidade de enfrentar diversos modelos de opressão com base na etnia, classe e nas orientações sexuais. Equitativamente, enfatizou uma ação coletiva e filantrópica entre as mulheres (Hooks, 2018).

Adicionalmente, a segunda vaga do feminismo foi também influenciada pelas teorias marxistas, socialistas e psicanalíticas que enfatizaram a relevância de analisar as estruturas de poder e da opressão na sociedade. Estas teorias auxiliaram a moldar o conhecimento e a compreensão do movimento sobre as suas causas de desigualdade e sobre a necessidade de transformação a nível doméstico (Hilden, 1982).

Além de que os autores Gillis, Howie e Munford (2004) referem que ocorreu transformações substanciais nas estruturas políticas. Deste modo, as feministas da segunda vaga se cismaram, atendendo às relações sociais mais amplas que incluíam um plano de emancipação política e legal. Assim, se centralizaram nas adversidades que impactaram as mulheres, nomeadamente, na maternidade, na violência e no assédio sexual, nos direitos reprodutivos e no acesso à saúde, tal como no trabalho doméstico.¹²

Assim, a terceira vaga do feminismo teve início na década de 1990, que realçou a interseccionalidade das identidades incluindo: raça, classe e sexualidade, bem como na

¹² Entende-se por 'trabalho doméstico ou tarefas domésticas' como um ato de prestar um serviço de cuidados que inclui tarefas, como limpar, cozinhar, alimentar e cuidar de outras indivíduos, bem como fornecer auxílio e apoio físico e emocional. O trabalho doméstico pode incluir trabalho remunerado e não remunerado, bem como é frequentemente realizado por mulheres e outros grupos marginalizados. Sendo considerado como um trabalho mal remunerado na sociedade, tal como diversas vezes é conceituado como um "trabalho de mulher". As feministas marxistas ou socialistas observam o trabalho doméstico como um elemento-chave na opressão das mulheres e argumentam que este deve ser assumido e valorizado como um trabalho abrangido pelas alterações na lei e no âmbito da Agenda do Trabalho Digno, para que a igualdade de género seja alcançada. Nesse sentido, o trabalho doméstico é necessário para prestar um serviço de cuidados em indivíduos, tal como em comunidades. Sendo um aspeto fundamental e necessário para a manutenção de uma sociedade funcional. Assim sendo, é um assunto relevante para os movimentos feministas, particularmente, para aqueles que são orientados pela justiça social e económica (Ferrant *et al.*, 2014).

relevância da diversidade dentro do movimento. Este movimento social se caracterizou por uma abordagem mais diversificada e inclusiva na igualdade das mulheres. Dispondo dos benefícios da primeira e da segunda vaga do movimento feminista, tal como na intervenção dos direitos face aos grupos marginalizados. Ademais, a terceira vaga proferiu conceitos de individualismo e diversidade, admitindo que as experiências das mulheres são moldadas, a partir de um conjunto de fatores incluindo: raça, classe, orientações sexuais, sexualidade e cultura. Assim sendo, o prestígio das mulheres foi acentuada, permitindo a autoexpressão, em vez de centrar apenas na igualdade política e legal (Bryson, 2003; Garcia, 2018; Hilden, 1982; Hooks, 2018; Snyder, 2008).

Segundo Claire Snyder (2008), a terceira corrente do feminismo foi persuadida pelas teorias pós-modernas que enfatizaram a relevância de desafiar as narrativas culturais dominantes nas estruturas de poder. Tais teorias pós-modernas auxiliaram a moldar o objetivo central do movimento feminista, considerando uma apreciação, uma diversidade e uma inclusão da segunda vaga do feminismo.

Neste contexto, os autores Gillis *et al.* (2004) afirmam que as feministas da terceira vaga exprimiram um receio e uma apreensão imputada pela complexidade de definir e de identificar o feminismo dos antecessores.

Posto isto, a terceira vaga do movimento feminista foi uma continuação da ação dos infortúnios observados na segunda vaga do feminismo. O movimento surgiu na década de 1990 e, se prolongou até ao feminismo pós-colonial, ecofeminismo e estudos de género. Assim, as teóricas feministas associadas a este movimento defenderam a justiça social (Raina, 2020).

As feministas da terceira vaga também utilizaram a cultura popular e os *media* como um recurso para promover e impulsionar os seus objetivos. Deste modo, abraçaram as novas tecnologias digitais, nomeadamente, os *media*, a *internet* e os *media* sociais, de modo a divulgar a sua mensagem e a mobilizar o ativismo. Sendo assinalada e conceituada como uma transformação significativa face às normas mais tradicionais do ativismo. Neste sentido, o discurso e o pensamento crítico do feminismo na segunda vaga se intensificou, favorecendo as suas conquistas, como também as suas limitações, particularmente, no que diz respeito à raça, classe e sexualidade. Apreciações estas que auxiliaram a moldar uma abordagem inclusiva e interseccional do movimento (Snyder, 2008).

Mais tarde, em 2012, emergiu a quarta corrente do feminismo, sendo caracterizada pela utilização dos *media* sociais e outras tecnologias digitais, de modo a mobilizar e a defender as

suas causas feministas, bem como a interseccionalidade e a oposição contínua face ao sexismo sistémico e a violência de género¹³ (Rivers, 2017).

Do mesmo modo, a autora Raina (2020) sustenta que os escritores literários, como, por exemplo, Ahmed (2017), Gay (2004) e, por último, Jackson (2018) admitem que existe uma quarta vaga do feminismo que surgiu em 2012, que se encontra associada a tecnologia digital, tal como as plataformas digitais, como o *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, entre outras.

Assim sendo, as feministas da quarta vaga alavancaram o poder das tecnologias digitais e dos *media* sociais para divulgar a sua mensagem e mobilizar o ativismo. Isso inclui a utilização de *hashtags*, campanhas *on-line* e plataformas de *media* sociais, como: *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, entre outros. Além disso, foi atribuído uma forte proeminência nas experiências e narrativas individuais, particularmente, no que diz respeito ao assédio sexual e à disparidade salarial entre homens e mulheres. Tais experiências e narrativas individuais foram favorecidas, a partir da utilização dos *media* sociais que permitiram a partilha generalizada de histórias pessoais, assim como da conceção de comunidades *on-line*. Do mesmo modo, se caracteriza por uma visão global e transcultural, sobre questões feministas que ocorre para além de fronteiras e culturas (Ferguson, 2019; Jackson, 2018; Rivers, 2017).

À semelhança da terceira vaga, as ativistas feministas da atualidade também desenvolveram um discurso e um pensamento crítico em relação às correntes anteriores ao feminismo desafiando os modelos tradicionais de ativismo, de modo a promover abordagens inclusivas face aos direitos das mulheres (Ferguson, 2019). Assim, a sua divulgação continua a moldar o movimento feminista e a teoria feminista atual.

No caso de Portugal, o atraso na integração das problemáticas sociais é reflexo da valorização tardia das ciências sociais que, apenas foi possível, a partir da instauração da democracia entre 1974 até 1976. No entanto, no início da década 1970, ocorreram algumas iniciativas esporádicas, por trabalhos biográficos, permitindo atribuir uma enorme visibilidade às mulheres, visto que se encontravam sem quaisquer direitos políticos, tal como limitadas ao tradicional e imutável papel de esposa, mãe, irmã ou filha. Neste sentido, as mulheres portuguesas, na transição do século XIX, se encontravam remetidas para um plano de

¹³ De acordo com a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (2022), a violência de género é intrínseca com o sexo feminino, que vivencia em torno de constrangimentos impostos pela sociedade, como consequência de uma ditadura de género que determina padrões de condutas. Assim, a violência face às mulheres é um obstáculo na concretização da igualdade, porque decorre de vínculos tóxicos e hostis estabelecidos pelo domínio entre mulheres e homens que favorecem a discriminação tanto na sociedade como no seio familiar, bem como viola os direitos individuais, nomeadamente, na sua liberdade, na integridade física, psíquica, financeira e ou sexual.

“inferioridade” político, legal e social, bem como cultural (Esteves, 2001; Universidade Católica Portuguesa, 2015, p. 92).

Segundo Azambuja, Nogueira e Saavedra (2007, p. 209), “o início do feminismo em Portugal, não foi muito distinto do que ocorreu em outros países europeus e nos Estados Unidos (EUA)”. Portugal vivenciou até ao início da década de 1910, sob um regime monárquico. Foi, a partir da instauração da República que o país ingressou num período de maior instabilidade mediante o plano económico, político e social. Suscitando cisões entre membros sobre o sufrágio das mulheres (Azambuja, Nogueira & Saavedra, 2007, p. 209).

Neste contexto, o movimento feminista em Portugal, esteve associado à conceção da Liga Portuguesa da Paz, sendo constituída em 1906, como um serviço que adquiriu maior evidência e relevância com a ascensão das correntes republicanas. Tornando-se num movimento de cariz elitista, embora tivesse sido impulsionado por outros países europeus e pelos Estados Unidos, não teve carácter violento de outros movimentos congêneres. Com a chegada da República, foram autenticados e legitimados alguns direitos jurídicos e cívicos às mulheres, como o direito de voto, por exemplo (Universidade Católica Portuguesa, 2015, p. 92).

Assim, na tentativa de inverter este paradigma insustentável, iniciou-se a mobilização de partidárias e de defensoras entre a elite feminista, sendo constituída por escritoras, médicas, professoras e educadoras, entre outras, que não só questionavam os dogmas ancestrais, como procuravam fundamentar a subordinação das mulheres face aos homens, assim como aspiravam desempenhar um papel interveniente na sociedade, de acordo com as suas habilidades e as suas competências. Com o despertar da consciência feminina, as suas reivindicações auferiram um vigor, tornando-se mais visíveis e incontestáveis nos poderes políticos (Esteves, 2001).

Como as mulheres portuguesas, na transição do século XIX estavam remetidas para um plano de “inferioridade” político, e não só, algumas das teóricas do feminismo mais insígnies em Portugal, foram: Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete, Alice Pestana, Elina Guimarães, Maria Lamas, tal como Carolina Beatriz Ângelo. A propósito, a teórica e feminista Carolina Beatriz de Ângelo foi a primeira mulher a votar na Península Ibérica, nas eleições constituintes de 1911. A partir de 1913, esta lacuna política e jurídica foi rapidamente corrigida, sendo retirado a todas mulheres o direito de voto. Deste modo, o sexo feminino teve que aguardar até ao Estado Novo para conseguir alcançar esse direito. Contudo, o republicanismo trouxe a liberdade que permitiu o sexo feminino reivindicar pela igualdade e contestar o modelo patriarcal que imperava na família, no trabalho, bem como na atividade política e no contexto social. Neste sentido, convém realçar que “as mulheres portuguesas, para além da menoridade que lhe era imputada perante a lei e na sujeição à tutela do pai ou do marido, apresentava uma

elevadíssima taxa de analfabetismo,¹⁴ que condicionava as suas escolhas a nível profissional (Universidade Católica Portuguesa, 2015, p. 92).

Assim sendo, a primeira vaga do feminismo em Portugal, sucedeu-se até à década de 1930. Deste modo, as primeiras organizações feministas a manifestar-se em Portugal, foram o Grupo Português de Estudos Feministas, direcionado por Ana de Castro Osório,¹⁵ tal como a Liga Republicana de Mulheres Portuguesas, vindo a ser extinta em 1919. Por último, em 1914, foi fundado o Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas (CNMP), por Adelaide Cabete,¹⁶ constituindo-se como a organização com maior impacto no movimento feminista para a emancipação da mulher em Portugal (Azambuja *et al.*, 2007).

Durante a década de 1960 e inícios da década de 1970, as mulheres portuguesas disputavam pela oposição da guerra colonial, condições de trabalho, direito de voto e pelo afincamento de promover a paz, entre outros. Foi também, a partir das décadas de 1960 e 1970, que emergiu outros movimentos em Portugal, nomeadamente, o Movimento Democrático de Mulheres, cujas raízes se encontravam nos antigos movimentos feministas. Assim, após à Revolução do 25 de Abril, verificou-se um recrudescimento do feminismo em Portugal (Azambuja *et al.*, 2007, p. 210).

Talvez o marco mais relevante dessa época tenha sido a publicação do livro: *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, também conhecidas pelas “Três Marias”. Esta obra foi apreendida e censurada pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), tal como as autoras sujeitas a um processo judicial, só não foram detidas, devido à pressão internacional exercida e porque ocorreu o 25 de Abril (Azambuja *et al.*, 2007; Tavares, 2008).

Ramalho (2001) afirma que nos últimos anos, os “*women’s studies*” se desenvolveram consideravelmente em Portugal, não só como um domínio independente e institucionalizado, mas como uma consciência da problemática, numa perspetiva e numa apreciação feminista, que se tem vindo a alargar nas mais diversas áreas do conhecimento. Este alargamento se refletiu na investigação científica nacional, nomeadamente, na Associação Portuguesa de Estudos sobre

¹⁴ Em 1890, correspondia 85,4% das mulheres portuguesas; em 1910, representava 85%; e, em 1911, equivalia 81,2% (Esteves, 2001; Universidade Católica Portuguesa, 2015).

¹⁵ Ana de Castro Osório foi uma feminista e ativista, considerada a mais eminente teórica do feminismo em Portugal. Assim como foi fundadora da Liga Republicana de Mulheres Portuguesas, entre outras funções (Azambuja *et al.*, 2007, p. 209; Feministas em Movimento [FEM], *n.d.*).

¹⁶ Adelaide Cabete foi uma das figuras célebres no marco da história portuguesa no início do século XX. Tornando-se numa republicana, sufragista, médica ginecologista e obstetra, entre outras funções (Esteves, 2001; Feministas em Movimento [FEM], *n.d.*).

as Mulheres (APEM) em 1991; na publicação da Revista *Ex Aequo* divulgada pela APEM, a partir de 1999; no projeto *Faces da Eva*, a partir de 1997, pela iniciativa do Instituto Pluridisciplinar de História das Ideias, entre outros (Ramalho, 2001, *as cited in* Azumbuja *et al.*, 2007).

Uma das contribuições na abordagem feminista nas ciências sociais e humanas foi assente no próprio conhecimento que é indissociável no contexto histórico. Ou seja, a capacidade de escrita, sobre os mais diversos assuntos, foram intrínsecas ao espaço e ao tempo pelo qual o discurso foi enunciado. Assim sendo, ocorre um desenvolvimento de uma perspetiva feminista no interior das ciências sociais e humanas, a partir da década de 1970, sobretudo, no contexto norte-americano e britânico, como parte das transformações políticas e sociais que o discurso e o pensamento feminista anunciou. A partir da década de 1970, o caso português é um exemplo vigoroso no desenvolvimento da teoria feminista em diversos domínios. Neste contexto, pouco se fizeram sentir no ensino e na escrita académica durante este período, tal como nas décadas seguintes. “Em meados dos anos 70, o contexto em Portugal, poderia ser comparado ao Reino Unido, de um modo fragmentário e com as suas resistências” (Vicente, 2012, p. 201).

Nas décadas de 1980 e 1990, as mulheres portuguesas disputaram pelas problemáticas da legalização do aborto, pela oposição da violência doméstica e pela disputa da paridade, que representaram o período da globalização do movimento feminista (Universidade Católica Portuguesa, 2015, p. 94).

Posto isto, ao longo da história, o feminismo tem sido um movimento global com diversas vertentes e interações surgindo em diversos países e culturas. Ainda assim, apesar dos seus muitos desafios, o movimento feminista adquiriu diversas conquistas e continua a moldar a oposição pela desigualdade de género. Segundo Tavares (1998), entre as décadas de 1960 e 1990, as principais organizações feministas tiveram como classificação e categorização no feminismo radical, no feminismo marxista ou socialista e no feminismo liberal, que são designações utilizadas por teóricas, como: Johanna Brenner, Barbara Ryan, Yasmine Ergas e Gisela Kaplan, que incluíram uma outra vertente de natureza cultural.

2.3. Vertentes do Feminismo

Embora a teoria feminista e a vertente afetiva tenha alcançado maior relevância na última década, trata-se, no entanto, de um conceito complexo de definir e de identificar. Assim, esta abrangência é cada vez maior no plano político, económico e cultural. As consequências

psicanalíticas do afeto e da emoção refletem ou requerem de um raciocínio mais amplo e emotivo que favoreça as relações interpessoais e sobre si mesmo, tal como ocorre com a intensidade das emoções e das exteriorizações emotivas na esfera pública (Pedwell & Whitehead, 2012).

Neste contexto, surge através do impulso Europeu e Norte Americano, sob o qual o feminismo, enquanto movimento social, permitiu potenciar uma pluralidade de diversas correntes, de modo a promover a autonomia e a crítica dos paradigmas sociais, tal como práticas científicas que pautavam o pensamento desta época. Deste modo, surgiram diversas iniciativas, cuja expressão mediática realçou e enfatizou a heterogeneidade nas classes sociais, orientações sexuais, identidade de género, raça e etnia, que integraram o desenvolvimento do culto feminino no panorama global. No período entre o início da década de 1990 e o início do novo milénio, a representação dos movimentos feministas alcançou uma maior complexidade (Paglia, 2017; Pinto, 2010).

A multiplicidade dos conjuntos ideológicos proporcionou uma enorme atribuição na ação construtiva do feminismo que se expressaram, a partir dos diversos movimentos. Sendo que cada movimento feminista pode ser classificado e inserido em distintos grupos que auxiliam na compreensão de algumas das principais oposições que ocorrem no feminismo (Ritzer, 2003). Assim sendo, os movimentos mais insígnies pertencem: ao ecofeminismo, ao feminismo liberal, ao feminismo interseccional, ao feminismo marxista ou socialista e, por último, ao feminismo radical ou *RadFem*.

Outro aspeto referido pelo autor Ritzer (2003), as feministas foram as principais responsáveis pelo desenvolvimento das teorias de igualdade entre géneros. Embora todas as feministas se diligenciem pela igualdade de género, existem diversos movimentos subjacentes. Sendo que cada um dos movimentos pode ser inseridos e classificados em distintos grupos que contribuem para a identificação de algumas das principais disputas inseridas no feminismo.

Assim sendo, existem diversas vertentes do feminismo, cada uma com a sua própria história, objetivos e abordagens distintas, tendo como finalidade alcançar a igualdade de género, como, por exemplo, o feminismo radical, feminismo cigano, feminismo cultural¹⁷ e, por último,

¹⁷ O feminismo cultural encontra-se alinhado com o feminismo que enfatiza o valor das experiências e perspetivas das mulheres, tal como pretende promover as culturas, assim como os níveis de vida das mulheres. Aponta para a relevância de desafiar e de transformar os estereótipos de género. Assim sendo, as principais teóricas feministas associadas ao feminismo cultural incluem: Mary Daly, Adrienne Rich, Audre Lorde, Bell Hooks, Alice Walker, Cherrie Moraga e Glória Anzaldúa. Estas teóricas enfatizaram os aspetos culturais e sociais da opressão feminina, tal como exploraram as interseções entre etnia, raça, classe, sexualidade e género. Sendo que também desafiaram as normas e os valores patriarcais, bem como aspiraram estruturar e estabelecer uma cultura feminista que promovesse as experiências, as identidades e os discursos das mulheres (Hooks, 2018).

o feminismo negro,¹⁸ sendo estas algumas das vertentes com maior alcance para o senso comum. Posto isto, estes movimentos representam algumas das numerosas vertentes do feminismo, sendo que, muitas vezes, se verificou sobreposição e interação entre elementos. Além disso, os objetivos e estratégias específicas de cada vertente podem modificar ao longo do tempo, à medida que o movimento feminista continua a evoluir e responder a novos desafios (Guy-Evans, 2023; Ritzer, 2003). Deste modo, para o presente estudo são descritas as principais vertentes do movimento feminista.

2.3.1. Ecofeminismo

Karen Warren (2000), no seu livro: *Ecofeminist Philosophy*, apresenta o ecofeminismo, enquanto uma conceção geral do conhecimento, priorizando um conjunto de princípios, valores e metodologias, tal como um conjunto de práticas ecofeministas. Assim, a filosofia da ecofeminista de Warren, emergiu mediante um amplo e diversificado conjunto de teorias, nomeadamente, assente na atividade política (Warren, 2000, *as cited in* Cuomo, 2002).

De acordo com os princípios do ecofeminismo, existem conexões relevantes entre o domínio do sexo feminino, enquanto grupo social e entre a demonização no universo dos modelos patriarcais. O ecofeminismo representa um movimento direcionado e orientado para a ação filosófica, uma teoria em progresso, bem como uma prática. Na verdade, este conceito tem como objetivo desconstruir opressores sociais e restabelecer comunidades mais viáveis. Assim sendo, as comunidades políticas e a emancipação das mulheres requer autonomia, tal como soberania da natureza e, *vice-versa*. Deste modo, as comunidades humanas têm a capacidade de modificar as práticas opressivas. Assim, as ecofeministas entendem que as relações interpessoais e as interações sociais devem de ser estabelecidas com base no respeito e, não apenas na razão, mas também nos valores éticos, como: a empatia, o afeto, a amizade e a dedicação, entre outros (Chircop, 2008).

Neste contexto, o conceito do ecofeminismo é amplamente complexo, adotando e priorizando diversas abordagens. Assim, a filósofa e ecofeminista Warren (2000) assume que a ética multicultural persiste nos valores transculturais específicos, como, por exemplo, na justiça. Deste modo, se ousarmos e envolvermos em comunidade com os outros mediante aceitação de nossas semelhanças e diferenças, presenciaremos atitudes e condutas respeitosas

¹⁸ O feminismo negro concentra-se na heterogeneidade das classes sociais, identidade de género, raça e etnia, nomeadamente, na opressão das mulheres negras e ou afrodescendentes. E enfatiza a relevância na abordagem das experiências específicas de mulheres negras, nas interseções de racismo, tal como no sexismo (Hooks, 2018).

e menos agressivas assentes na empatia, no respeito, na dedicação e no cuidado. No entanto, na ausência de princípios e valores transculturais constitui-se comunidades intencionais que são comunidades propensas à violência, sob a qual a ordem é imposta por uma dominação injustificada (Chircop, 2008; Cuomo, 2002).

Neste sentido, o conceito do ecofeminismo surgiu no final dos anos 1970 e 1980, a partir da interseção entre os movimentos feministas e ambientais, sendo observada a existência de anseios e de valores partilhados entre os movimentos (Vakoch & Mickey, 2017). As figuras célebres no desenvolvimento do ecofeminismo incluem a feminista e filósofa francesa Françoise d'Eaubonne, frequentemente, creditada por ter designado o termo ecofeminismo no seu livro: *Le Féminisme de la Mort* (1974), tal como a filósofa e ecofeminista americana Carolyn Merchant.

A autora Braidotti (2022a) afirma que as ecofeministas desenvolveram uma dimensão geopolítica e transnacional, apresentando as correlações entre a militarização, violência e degradação ambiental.

Assim, o ecofeminismo representa uma das vertentes do feminismo que identifica a interconexão entre justiça social e questões ambientais. Sendo que na literatura é questionado a exploração e a degradação do meio ambiente, dada a correlação entre opressão das mulheres e outros grupos marginalizados, pelo que a abordagem dessas questões requer uma abordagem holística e interseccional (Mies & Shiva, 2014). E, segundo Maria Mies e Vandana Shiva (2014), os objetivos centrais do ecofeminismo incluem:

- Abordar a distribuição desproporcional dos impactos ambientais em comunidades marginalizadas, particularmente, entre mulheres e outros indivíduos.
- Evidenciar os padrões pelos quais os valores e os modelos patriarcais tradicionais contribuem para a degradação ambiental e para a exploração das mulheres.
- Defender abordagens sustentáveis e equitativas na utilização e gestão de recursos.
- Promover uma compreensão holística entre os seres humanos e a relevância de proteger o meio ambiente.

Em síntese, o ecofeminismo ampliou a sua abordagem ética-relacional, de modo que transcende os valores femininos identificados e reunidos pelas mulheres, indo além das questões de identidade de género. Neste sentido, a abordagem ética-relacional do ecofeminismo

ressalta a interdependência mútua entre espécies e insere a relacionalidade no núcleo ontológico da subjetividade (Braidotti, 2022a).

Deste modo, o ecofeminismo continua a ser uma vertente relevante no movimento feminista, cujo propósito se compromete com o desafio associado às interseções e à opressão exercida, tal como numa abordagem para uma sociedade mais justa, sustentável e equitativa para todos.

2.3.2. Feminismo Interseccional (Pós-Moderno)

O feminismo interseccional também conhecido como feminismo pós-moderno, resulta das vertentes do movimento feminista que assume os mecanismos pelos quais a opressão, raça, classe, género, sexualidade, tal como as capacidades intelectuais e a nacionalidade se correlacionam e interagem para adquirir experiências únicas de opressão para indivíduos e grupos sociais. Neste contexto, esta abordagem atribui um propósito unidimensional, ocorrendo lacunas na complexidade destas interseções e modelos de opressão (Crenshaw, 1991).

Assim sendo, a interseccionalidade considera que o género, a raça, as orientações sexuais e a identidade de género se encontram entrelaçados e podem causar diversos níveis de opressão. No entanto, nem todas as mulheres vivenciam a opressão do mesmo modo, como, por exemplo, nas desigualdades salariais que evidência que as mulheres negras ou afrodescendentes e os homens negros ou afrodescendentes são severamente penalizados comparativamente com os vencimentos das mulheres e dos homens caucasianos (Guy-Evans, 2023).

Para a autora Bell Hooks (2018), o feminismo interseccional resulta de uma estrutura feminista que critica a natureza interconectada de identidades sociais e modelos de opressão incluindo, entre outros, raça, etnia, género, classe, sexualidade, habilidade sociais, tal como capacidades cognitivas e intelectuais.

O feminismo interseccional tem as suas raízes na teoria crítica racial, no pensamento feminista negro e na filosofia pós-moderna. Neste contexto, o feminismo interseccional surgiu no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, tendo sido inserido em atividades académicas, incentivado ativistas, tal como teóricos (Crenshaw, 2006; Davis, 2016; Hooks, 2018). Assim, as principais teóricas feministas do feminismo interseccional são: Angela Davis, Bell Hooks, Kimberlé Crenshaw, Gloria Anzaldúa e Patricia Hill Collins.

Segundo Crenshaw (1991), os objetivos centrais do feminismo interseccional incluem:

- Identificar e contestar os arquétipos, sob os quais ocorrem múltiplos eixos e modelos de opressão.
- Assegurar as multiplicidades nas experiências e nas identidades entre o movimento feminista, bem como no ativismo inclusivo.
- Desafiar e desconstruir normas, bem como padrões de condutas de subjugação que mantêm e afiguram a opressão.
- Destacar e abordar os padrões de condutas de subjugação face aos indivíduos e aos grupos marginalizados, difundidos por membros raciais privilegiados e pelo poder social, tal como outros grupos de identidade.
- Censurar e reprovar as narrativas culturais dominantes e as estruturas de poder que reforçam os modelos de opressão.
- Promover um nível de compreensão mais inclusiva e interseccional, atendendo à igualdade de género.
- Incentivar para a transformação sistémica, em vez de apenas, soluções de nível individual.
- Formar uma sociedade mais justa e equitativa, assente na ação coletiva, assim como em acordos entre os movimentos existentes.

Em suma, o feminismo interseccional crê que outras teorias feministas implementam uma aceitação incorreta da opressão das mulheres com base nas premissas e nas experiências das mulheres caucasianas do mundo ocidental de classe média. Assim sendo, o trabalho sufragista foi influente nos direitos de voto da classe ativa e também nos grupos minoritários étnicos ou religioso que foram menosprezados e desconceituados (Guy-Evans, 2023).

Assim, o feminismo interseccional tornou-se cada vez mais influente nos últimos anos, tendo sido preconizado pela sua capacidade de desafiar as narrativas culturais dominantes, tendo auxiliado a ampliar e a diversificar o movimento feminista. No entanto, também enfrentou diversas apreciações no movimento feminista, dada a sua orientação para políticas de identidade e experiências individuais. Adicionalmente, também a sua priorização pela apreciação cultural sobre os objetivos e as ações políticas tangíveis, não permitiu fornecer uma visão objetiva e coesa do ativismo feminista (Crenshaw; 2006; Davis, 2016; Hooks, 2018). Contudo, esta vertente é relevante no movimento feminista, cuja notoriedade desempenha um papel crítico no desenvolvimento e nas diretrizes do ativismo, tal como no discurso feminista e na disputa contínua pela igualdade de género.

2.3.3. Feminismo Liberal ou *LibFem*

O principal protótipo da teoria da desigualdade de género é o feminismo liberal que se centra na opressão de género e na visão estatal. Deste modo, o feminismo liberal reside nas possibilidades e nas reivindicações das igualdades efetivas entre homens e mulheres, de acordo com a atribuição humana (Ritzer, 2003).

Esta vertente alcançou a maior quantidade de partidários do que as outras vertentes, visto que os seus objetivos são mais moderados e as suas apreciações constituem menos riscos, tal como menos desafios nos valores existentes. No entanto, apresenta uma maior ameaça para a supremacia do Estado. Assim, os liberalistas consideram que tanto os homens como as mulheres encontram-se abrangidos pelas desigualdades de género presentes nos modelos estaduais (Ritzer, 2003; Steeves, 1987; Tavares, 1998).

Assim, o feminismo liberal surgiu no século XIX como parte de uma disputa pelos direitos das mulheres e pela igualdade política. Este movimento reúne como figuras célebres: Mary Wollstonecraft, Susan B. Anthony e Elizabeth Cady Stanton nos Estados Unidos e Millicent Fawcett no Reino Unido. Neste sentido, esta vertente do feminismo enfatiza os direitos individuais que pretende alcançar a igualdade de género, assentes nas atividades políticas e jurídicas, tal como centra nas oportunidades equitativas e congêneres entre as atividades educacionais e o contexto de trabalho (Tavares, 1998).

Assim sendo, o feminismo liberal defende que a opressão exercida face ao sexo feminino resulta da discriminação. Deste modo, apela para que as mulheres disponham de direitos semelhantes e oportunidades equitativas aos homens, como, por exemplo, alcançar ascendência e preponderância nas atividades económicas e políticas (Tavares, 1998). E, de acordo com Tavares (1988), os objetivos centrais do feminismo liberal incluem:

- Garantir igualdade perante a legislação, incluindo remuneração equivalente, acesso equitativo na educação, oportunidades de emprego similares, tal como intervenção congênera face à discriminação e ao assédio.
- Defender os direitos reprodutivos, incluindo o acesso aos métodos contraceptivos e a legalização do aborto.¹⁹

¹⁹ Sendo que, atualmente, a interrupção voluntária da gravidez é permitida pela legislação portuguesa até às dez semanas.

- Promover a igualdade de género no plano político e na tomada de decisão.
- Desafiar e modificar os estereótipos de género.

Em síntese, o feminismo liberal surgiu e evoluiu, a partir dos princípios ideológicos de John Locke, Immanuel Kant, John Stuart Mill e John Rawls, entre outros, presentes nas desigualdades políticas e económicas vivenciadas pelo sexo feminino (Steeves, 1987).

Neste contexto, o feminismo liberal encontra-se enraizado no pensamento liberal clássico, atendendo às transformações ocorridas nas atividades educacionais e políticas. Assim sendo, as feministas creem que a igualdade efetiva entre mulheres e homens se encontra vinculada às atividades das organizações²⁰ sociais e culturais. Assim como consideram que as mulheres têm a mesma capacidade de raciocínio moral que os homens, porém o modelo patriarcal lhes negou essa oportunidade. Ainda assim, as feministas liberais se concentram nas igualdades dos direitos perante a legislação (Guy-Evans, 2023).

Embora o feminismo liberal tenha reunido inumeráveis aquisições políticas e legais relevantes para as mulheres também enfrentou adversidades e reprovações por outras vertentes do feminismo, tanto pela sua abordagem nos direitos individuais como pelas suas transformações sistémicas (Ritzer, 2003; Steeves, 1987; Tavares, 1998).

No entanto, o feminismo liberal mantém-se como uma das principais vertentes do movimento feminista, cujo seu papel alcançou uma disputa pela igualdade de género dispondo de uma enorme relevância a nível global, nomeadamente, a partir de 1972 (Guy-Evans, 2023).

2.3.4. Feminismo Marxista ou Socialista

O movimento feminista marxista ou socialista descreve a opressão exercida face ao sexo feminino, como resultado de uma estrutura social, assentes nos ajustes ocorridos em larga escala, nomeadamente, nas interações sociais e na atividade política (Downing, 2010; Hartmann, 1979; Tavares 1998).

Neste contexto, o feminismo marxista ou socialista surgiu entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, como parte dos movimentos marxistas e ou socialistas mais amplo.

²⁰ Realçando-se que em Portugal são intituladas pelo termo de ‘organizações’ – “ONGs, as IPSS, as misericórdias, as fundações, bem como boa parte das associações que estão ativas no país, excluindo-se, por outro lado, as cooperativas e as mutualidades” (Fundação Calouste Gulbenkian, 2023).

Tendo sido instigado por teóricos marxistas e socialistas, como: Karl Marx e Friedrich Engels. Adicionalmente, as principais teóricas feministas incluem: Silvia Federici, Donna Haraway, Chandra Talpade Mohanty e Rosa Luxemburgo (Hartmann, 1979).

Tavares (1998) considera a opressão das mulheres, enquanto movimento enraizado no sistema económico capitalista e na exploração de classes, tal como argumenta que as transformações económicas sistémicas são necessárias para alcançar a igualdade de género. Neste contexto, a autora reforça que o modelo patriarcal e a opressão exercida face às mulheres, não é apenas um fenómeno cultural ou ideológico, mas também se encontram profundamente enraizados nas estruturas económicas. Deste modo, para Tavares (1998), os objetivos centrais do feminismo marxista e ou socialista incluem:

- Derrubar o capitalismo e estabelecer um sistema económico socialista, sendo crucial para alcançar a igualdade de género.
- Abolir a exploração de trabalho, na medida que é um fator ou um elemento-chave na opressão face às mulheres.
- Redefinir conciliações de trabalho e equilíbrio social.
- Desafiar as normas e os modelos patriarcais que sustentam o sistema capitalista, assim como promover uma distribuição mais igualitária e equitativa.

Em síntese, o feminismo marxista evoluiu, a partir dos princípios ideológicos de Karl Marx, que alegou que o capitalismo era o principal fator responsável por promover o modelo patriarcal. Neste contexto, as feministas marxistas admitem que o capitalismo é a principal causa da opressão exercida face ao grupo das mulheres que por sua vez auxilia a reforçar o capitalismo. Assim, este grupo de feministas creem que as mulheres são exploradas por seu trabalho não remunerado, dedicando-se ao ambiente doméstico e aos cuidados infantis, bem como partilham da opinião que o capitalismo reforça que as mulheres são uma salvaguarda e que deveriam de instruir a próxima geração (Guy-Evans, 2023).

Tavares (1998) refere que as feministas marxistas e ou socialistas defendem “os direitos ao trabalho que são considerados como um fator de emancipação das mulheres, apesar do seu carácter discriminatório e opressor” (p. 21).

De acordo com as feministas marxistas e ou socialistas, o modelo e a família tradicional só podem ser substituídos por uma Revolução Socialista, em que o Estado promove as necessidades das famílias. Assim, o feminismo marxista ou socialista resistiu à diversas

apreciações de algumas vertentes do feminismo, devido às suas estruturas económicas, do desacordo entre classes sociais e em detrimento dos direitos individuais, bem como na transformação sistémica, ao invés das apreciações culturais e ideológicas (Downing, 2010; Guy-Evans, 2023).

No entanto, esta mantém-se como uma vertente relevante do movimento feminista, continuando a desempenhar um papel fundamental na disputa contínua pela igualdade de género, particularmente, na exploração de trabalho em relação ao sexo feminino, bem como nas normas e os modelos patriarcais que sustentam o sistema capitalista que é a principal causa da opressão exercida face às mulheres.

2.3.5. Feminismo Radical ou *RadFem*

Segundo Tavares (1998), os objetivos centrais das feministas radicais reside nas temáticas que abordam os métodos contraceptivos, tal como na legalização do aborto e na violência exercida sobre as mulheres. Este movimento feminista considera o modelo patriarcal como um problema sistémico, sendo que pretende desafiar e abolir os papéis tradicionais de género, tal como as estruturas de poder.

Assim, Strinati (1995) defende que o feminismo radical, tal como marxismo ortodoxo pressupõem uma universalidade patriarcal assentes na dicotómica da denominação e subjeção. Segundo o autor Ritzer (2003), os arquétipos pelos quais o sexismo e a misoginia estão profundamente enraizados na sociedade e na cultura. Sendo que para algumas feministas radicais, a opressão exercida face ao papel das mulheres ocorre, devido às suas características biológicas. No entanto, para outro grupo de feministas sucede a prevalência que as mulheres são “superiores” aos homens. Assim sendo, o feminismo radical responsabiliza os homens pela opressão exercida face ao papel das mulheres, pois, outrora, observaram a sociedade como um modelo patriarcal, dominada pelos homens, sob as quais consideraram o ambiente ou o seio familiar como uma elemento-chave de opressão face ao grupo das mulheres na sociedade contemporânea (Ritzer, 2003; Strinati, 1995).

Neste contexto, o movimento radical ou *RadFem* emergiu no começo do século XX tornando-se em 1968, num movimento com maior notoriedade e visibilidade, mediante os seus propósitos. Desde então, as suas reivindicações foram, por sua vez, rejeitadas e creditadas ao “*mainstream*” liberal. Assim sendo, o feminismo radical reúne como figuras célebres: Kate Millett, Shulamith Firestone, Germaine Greer, Eva Figes, Michelle Wandor, Kathleen Barry,

Catharine MacKinnon, Susan Griffin, Andrea Dworkin, Adrienne Rich, Robin Morgan, Judith Levine, Hedwig Dohm, Mary Daly, Matilda Joslyn Gage, Christabel Pankhurst e, por último, Virginia Woolf, entre outras feministas (Echols, 1989; Bryson, 2003).

De acordo com Tavares (1998), os objetivos centrais do feminismo radical incluem:

- Os direitos reprodutivos emergem como principal fator de desigualdade e de opressão face às mulheres.
- O sexo masculino é constituído como um sexo beneficiado e prevalecido pelo sexo feminino.
- Existe uma apreciação ao marxismo pela retenção da opressão e pela disputa de classes.
- Surge numa sociedade patriarcal com um sistema capitalista e socialista dominada pelo sexo masculino.
- Existe um interesse, uma prudência e um zelo acrescido pelas temáticas como orientação sexual e identidade de género.
- Os objetivos centrais do feminismo radical encontram-se na ação e na utilização dos métodos de contraceptivos, na legalização do aborto e na oposição pela violência exercida face às mulheres.

Em síntese, as feministas radicais argumentam que o poder é o elemento-chave para a opressão de género, assim como a igualdade só pode ser alcançada entre a divisão de género e entre o “*lesbianismo*” político. Neste contexto, o modelo patriarcal poderá ser reprimido e subjugado na eventualidade das mulheres se identificarem com o seu próprio valor e estabelecerem vínculos de proximidade com outras mulheres (Guy-Evans, 2023).

Neste contexto, desde a década de 1970, que ocorre um debate público entre as feministas radicais sobre o reconhecimento das diversidades sexuais e transgênicas, tal como no papel da trans-inclusão na sociedade, sob as quais determinadas feministas radicais, como, por exemplo: Andrea Dworkin e Catharine MacKinnon fundamentam com afinco os direitos da comunidade *LGBTQ+*, tal como suscitam os papéis e estereótipos tradicionais de género (Daly, 1978; Dworkin, 2014, 2019; Goldberg, 2014; Williams, 2014).

Assim, o feminismo radical mantém-se como uma das principais vertentes do movimento feminista, cujo seu papel alcançou uma disputa pela igualdade de género e pelos direitos dos transexuais e transgênicos, dispondo de uma enorme relevância a nível global, nomeadamente, a partir da década de 1960.

2.4. O Feminismo no Século XXI

O Feminismo no século XXI apresenta-se como um movimento expressivo e proeminente, que envolve a disputa pela igualdade de género e pela justiça face ao grupo das mulheres, independentemente, da sua etnia, da sua raça, da sua orientação sexual ou da sua identidade de género. O Feminismo no alvorecer do século XXI tornou-se num movimento mais inclusivo, envolvendo e dando voz às mulheres de todas as origens, centrando-se, em questões como a disparidade salarial entre géneros, a representação das mulheres na política e nos negócios, na violência sexual e doméstica, nos direitos reprodutivos e no assédio, tal como na discriminação de género no local de trabalho, entre outros (Evans & Lépinard, 2020).

Contudo, os movimentos feministas do século XXI têm objetivos e abordagens distintas, refletindo sobre as diversas experiências e identidades. Atualmente, os movimentos feministas estão cada vez mais centrados nas necessidades e nas experiências de grupos marginalizados, incluindo mulheres negras e ou afrodescendentes, mulheres *LGBTQ+* e mulheres em risco, tal como mulheres com necessidades especiais. Estes movimentos possuem mais aliados interseccionais e masculinos que se envolvem ativamente na ascensão e na defesa da igualdade de género. Sendo que esta abordagem permite atribuir maior ênfase nas transformações sistémicas, permitindo abordar as temáticas de discriminação e desigualdade institucionalizada, com maior notoriedade e visibilidade (Dicker & Piepmeier, 2003).

Além disso, o movimento é amplamente influenciado pelos meios de comunicação social e pela tecnologia, possibilitando a organização e a conectividade entre as mulheres, desafiando as normas de género, assim como possibilitando transformações significativas a nível social, mediante os movimentos que denunciam o assédio sexual e a violência de género (Gu, Jiang & Ye, 2022; Ott, 2018).

Assim sendo, o feminismo do século XXI prioriza a inclusão e a interseccionalidade, reforçando a opressão exercida que abrange os grupos marginalizados. Realçando o ativismo *on-line*, através da ascensão dos *media* sociais e da *internet*, enquanto plataforma de divulgação do ativismo feminista, assim como da disseminação de informação e de discursos feministas à escala global (Rivers, 2017).

Embora o feminismo afigure um movimento em permanente evolução na igualdade de género e nos direitos das mulheres, este também enfrenta enormes desafios, nomeadamente, na resistência cultural e política, tal como nas transformações do assédio *on-line* e na polarização política em torno das questões de género (Kantola, 2022).

Posto isto, o que justifica o movimento feminista em pleno século XXI e o seu acentuado desenvolvimento ativo é o facto de que nenhum Estado tenha ainda alcançado a justiça de género, perpetuando uma posição de subordinação da mulher (Bell Hooks, 2018).

Assim sendo, o feminismo do século XXI é caracterizado, principalmente, pela oposição ao capitalismo, ao colonialismo, ao racismo, à sociedade patriarcal, ao imperialismo e ao extrativismo. O feminismo globalmente inclui os direitos humanos, contudo, a expressão genérica de ‘direitos humanos’, no caso particular das mulheres, seria negar o problema específico e próprio do género (Adichie, 2015). Ou seja, seria negar que ainda existe subordinação das mulheres e, neste sentido, o debate e a disputa pela justiça social, tal como pela igualdade devem permanecer ativos.

Além disso, a globalização que determina o mundo do século XXI, a tecnologia e, particularmente, as redes sociais compelem a repensar o feminismo no seio de uma estrutura social transnacional, globalizada, diversa e multicultural. Por conseguinte, esta nova abordagem, designada como a quarta corrente do feminismo surgiu no início do século, que emergiu das novas tecnologias, do “*ciberfeminism*” e dos movimentos sociais, nomeadamente, a partir dos movimentos #MeToo²¹ (Chamberlain, 2017; Rivers, 2017).

Neste sentido, em 2004, Phyllis Chesler e Donna M. Hughes publicaram um artigo no *The Washington Post*, intitulado por: “*Feminism in The 21st Century*,” sob a qual expressaram os seus anseios sobre o feminismo. Neste artigo científico, as autoras referem que o feminismo deveria ser repensado face aos novos desafios, assim como novos potenciais aliados que começaram a emergir no início do milénio e que não existiam em meados do século XX, nomeadamente, mediante o fundamentalismo islâmico. Segundo Chesler e Hughes (2004), o fundamentalismo islâmico ameaça as mulheres em todo o mundo, visto que os islâmicos negaram às mulheres a sua dignidade e a sua integridade. De acordo com as autoras, o fundamentalismo islâmico, não se trata de uma religião conservadora, mas sim de um movimento político fascista que visa a dominação mundial, sendo que prevalece a visão dos movimentos anticolonialistas que se enquadram na denominação de países de terceiro mundo.

Esta quarta vaga surge também associada aos diversos movimentos das mulheres, desencadeado por um grupo de mulheres líderes e intelectuais que em 2018, em oposição da violência, da opressão e da discriminação a que estão sujeitas, ou o “*feminismo para os 99%*,” recebendo o nome de movimento *Occupy Wall Street*,²² nome inspirado nas greves de 2017,

²¹ Movimento que poderá ser consultado em: (<https://bit.ly/473Wuvl>).

²² Movimento que poderá ser consultado em: (<bit.ly/3MJkY3F>).

face ao feminismo liberal e ao neoliberalismo, que tornaram visíveis os problemas estruturais da feminização da pobreza e da precariedade que se encontram as mulheres, da violência de género e do racismo, entre outros. Assim, o feminismo é uma ferramenta de reivindicações para a maioria das mulheres em oposição ao contexto social, económico e político da atualidade (Adón *et al.*, 2019; Arruzza, Bhattacharya & Fraser, 2019; Rivers, 2017).

Neste sentido, as estratégias mais relevantes da disputa do feminismo do século XXI repletas de uma componente global, são as greves feministas e as marchas mundiais que concentram a sua agenda política, desprendidas de violência, na liberdade reprodutiva, no modelo de uma sociedade igualitária e equitativa, tal como na universalização dos cuidados como corresponsabilidade e, ainda, em oposição ao racismo, ao colonialismo, ao capitalismo e ao imperialismo. Além disso, os movimentos feministas do século XXI posicionam-se a favor dos migrantes, da abolição prisional e militar, do reconhecimento das diversidades sexuais e transgênicas e, ao mesmo tempo, são anti-extrativistas e ecofeministas, pela defesa dos territórios e dos bens comuns. Além disso, o movimento reivindica o trabalho doméstico (Bednik, 2016; Molyneaux, Dey, Gatto, e Rowden, 2020).

Embora reivindique a interseção com outros movimentos, nomeadamente, com o *LGBTQ+*. O feminismo antirracista e anticolonial, no feminismo do século XXI são visíveis alguns traços comuns com estes movimentos, nomeadamente, na oposição da violência sexual, no feminicídio,²³ tal como na sororidade entendida como a união, o afeto e a interajuda entre as mulheres face às distintas discriminações que experienciam mediante o empoderamento da mulher e na igualdade de género (Billaud & Drenberger, 2021; Purewal & Loh, 2021).

Em suma, o feminismo do século XXI é a constelação feminista, em oposição à violência patriarcal e pela conquista de igualdade, real e efetiva, entre mulheres e homens, em todas as vertentes, ou seja, exige uma sociedade com igualdade social, política e económica. Além disso, as linhas de investigação, deste movimento, centram-se nas adversidades do trabalho, nas relações do poder geopolítico, na persistência do imperialismo e do colonialismo, no imaginário do abolicionismo do regime penitenciário e da militarização, na denúncia do extrativismo e na defesa dos territórios e das suas culturas, na consciência ecológica e social, tal como no posicionamento de oposição ao racismo, à transfobia, às fronteiras e em oposição à

²³ O feminicídio é um ato preparatório ou um ato de execução de violência letal, exercido pela hostilidade, frequentemente, intitulado por homicídio qualificado que deriva da misoginia - aversão ou desprezo pelas mulheres -, com base na sua orientação sexual e na sua identidade de género, como entre outros fatores, causado discriminadamente por outrem, a partir das relações interpessoais ou de intimidade que reúnam com as vítimas (República Portuguesa XXI Governo Constitucional, 2017).

criminalização dos migrantes. Neste sentido, o feminismo do século XXI anuncia um novo paradigma de articulação teórica e prática, académica e política, que pretende deixar no passado qualquer prática sistémica do feminismo (Mendes, 2011; Simões, Amaral & Santos, 2021).

No mesmo sentido, em Portugal, no início do movimento feminista ressaltava a inexistência de uma visão de um conjunto de contradições e inevitáveis adversidades, sob a qual considerava como principal prioridade os direitos de igualdade jurídica entre homens e mulheres, sendo inexistente no país até ao início dos anos 80 do século XX (Esteves, 2001; Vicente, 2012).

Todavia, atualmente, à semelhança do contexto internacional, a agenda pública e política do feminismo é extensa e envolve diversas problemáticas designadamente os direitos reprodutivos, a igualdade salarial, a representação política e a violência de género, entre outras (Azambuja *et al.*, 2007; Tavares, 2008).

Assim, relativamente aos direitos de reprodução, o movimento tem disputado pela descriminalização do aborto e pela garantia do acesso aos serviços de saúde reprodutiva, quer através da lei que descriminaliza o aborto até às dez semanas de gestação, quer na disputa pelo acesso aos serviços de saúde gratuitos, além de reivindicar transformações adicionais que garantam a gratuitidade de acesso aos serviços de saúde reprodutiva, tal como nos métodos de contraceção ou nos métodos contraceptivos (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género *et al.*, 2015; Nogueira *et al.*, 2010).

Por sua vez, em relação à igualdade salarial e, embora a legislação portuguesa proíba a discriminação salarial com base no género, o movimento considera que ainda existem disparidades salariais significativas entre homens e mulheres no país, tendo por isso, concentrado a sua disputa, de modo a garantir que as mulheres usufruam de salários justos e equitativos aos homens (Subtil & Silveirinha, 2017).

No que diz respeito à representação das mulheres na política, esta é, também uma área relevante de atuação do movimento feminista em Portugal. Neste pressuposto e, embora o país tenha alinhado e ajustado em termos de representação feminina nos últimos anos, as mulheres ainda estão “sub-representadas” em cargos políticos ou em cargos de maior *status* e prestígio social. Deste modo, o movimento tem exercido pressão no sentido de se estabelecerem políticas de ação afirmativa para ampliar a representação feminina na sociedade e na política (Butler, 2018; Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género *et al.*, 2015; Subtil & Silveirinha, 2017).

Por último, o movimento feminista em Portugal, tem impugnado ativamente face à violência de género, exigindo transformações adicionais perante a lei da violência doméstica,²⁴ aprovada no país em 2019, para que estas sejam mais eficientes e mais rigorosas, que punam os agressores e garantam a proteção das vítimas e reprovem a violência de género em todas as suas formas (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género *et al.*, 2015; Nogueira *et al.*, 2010).

Em síntese, a agenda pública e política do feminismo em Portugal, é ampla e abrange diversos domínios com maior convicção da interseccionalidade. O movimento feminista tem exigido diversas modificações em questões, como os direitos reprodutivos, a igualdade salarial, a representação política e violência de género, com a principal finalidade em garantir a igualdade de género e o empoderamento feminino em todas as esferas da sociedade (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género *et al.*, 2015; Nogueira *et al.*, 2010; VÁRIOS, 2018). Considerando a inclusão e a interseccionalidade como objetivos prioritários, visto que são identificados como modelos de opressão exercidos face os grupos marginalizados e oprimidos.

Neste contexto, e dada a abrangência política e atuação alargada destes movimento nas diversas esferas e dimensões sociais, os movimentos feministas possibilitou integrar disputas políticas também nos meios digitais. Neste sentido, a expressão dos movimentos feministas nos espaços *on-line*, resulta do desenvolvimento dos meios tecnológicos e das tecnologias de informação desde a sua origem em meados dos anos 1990. A *internet* potenciou a ascensão do “*ciberfeminism*”, sendo esta expressão utilizada,²⁵ de modo a designar as primeiras aproximações entre os movimentos feministas e o ativismo *on-line*. Mais tarde, após cerca de três décadas das primeiras manifestações feministas nos espaços *on-line*, surgiram diversas expressões feministas a nível global, cuja divulgação e exteriorização tiveram um crescimento exponencial através da utilização da *internet* nas diversas ações políticas. Nos dias que correm, para além da atuação política tradicional – em espaços públicos, nas instituições públicas e privadas, em organizações não governamentais (ONGs), entre outros -, a manifestação destes movimentos também se encontra presentes nas plataformas de *media* sociais, *blogs*, *sites* e

²⁴ Entende-se por ‘violência doméstica’ como “toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a, maus tratos, abuso sexual de mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica. Embora maioritariamente exercida sobre as mulheres, que atingem também, direta e ou indiretamente, crianças, idosos e outras pessoas mais vulneráveis”, segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, de 7 de Julho, como poderá ser consultada em: (<https://files.dre.pt/1s/2003/07/154b00/38663871.pdf>).

²⁵ Nomeadamente, pela autora Rosi Braidotti (2022a), em seu livro: *Posthuman Feminism*, e não só.

plataformas agregadoras de vídeos e de *podcasts*, bem como em espaços orientados para a programação de *softwares* e *hacktivism*.

3. Cultura e Ativismo Digital

Assim sendo, nos dias que correm, as novas tecnologias apresentam-se como meios eficazes na redução das barreiras geográficas globais, sendo que as redes sociais promovem a digitalização e a comunicação em tempo real dos diversos conteúdos divulgados. Assim como permite a partilha e a reflexão conjunta das distintas problemáticas sociais abordadas que incluem práticas tradicionais, modernidade e ou pós-modernidade.

O ativismo feminista surge enquanto catalisador para a ascensão das diversas transformações sociais, não só no quotidiano da sociedade, como também nos espaços virtuais, em particular, nas redes sociais. A mobilização na prática de ativismo nos meios *on-line* permitiu a dinamização das discussões sociais, impulsionando a opinião feminina no espaço público e político, bem como na divulgação do feminismo no mercado global, cujo desafio na opinião pública, nos meios de comunicação e nos meios académicos potencia a revisão do feminismo.

Assim, nesta segunda parte da investigação, pretende-se efetuar uma contextualização teórica, mediante uma abordagem intrínseca com o funcionamento das redes sociais. Ou seja, apresenta-se uma reflexão das dimensões da cultura e do ativismo digital, de modo a alcançar um resultado e uma conclusão para a interrogação definida, previamente: De que modo as principais organizações feministas portuguesas utilizam as redes sociais para as suas ações?

3.1. Conceito e Evolução

A cultura digital refere-se às práticas, normas e valores culturais que surgiram como resultado da utilização generalizada da tecnologia digital. Este conceito, orienta os modelos, pelos quais os indivíduos utilizam e manuseiam os dispositivos, as plataformas e as redes digitais para se comunicar, produzir, consumir e partilhar artefactos, bem como experiências culturais (Bolter, 2019).

A evolução da cultura digital remonta ao desenvolvimento do primeiro computador e da *internet* em meados do século XX. No início, a tecnologia digital era utilizada principalmente

por teóricos e membros de Estado, sendo que o seu crescimento exponencial e a presença do computador pessoal no cotidiano, tal como o crescimento da utilização da *internet* nas décadas de 1990 e 2000, tornou a cultura digital cada vez mais difundida e influente (Croteau & Hoynes, 2019).

Ao longo desse período, a cultura digital foi assinalada pelo crescimento das comunidades *on-line*, pelo desenvolvimento dos *media* digitais, nomeadamente, a partir da música, dos filmes e dos videojogos, bem como pelo surgimento dos *media* sociais e outras plataformas digitais (Chess, 2020). Neste sentido, a cultura digital tornou-se cada vez mais acessível e integrou-se no cotidiano dos indivíduos mediante a utilização dos *smartphones*.

Atualmente, a cultura digital é caracterizada pela ausência de clareza entre a fronteira do plano físico e do espaço virtual, atendendo ao conteúdo produzido pelos utilizadores. Neste contexto, a progressiva proeminência dos *media* sociais, das tecnologias digitais e do entretenimento, bem como do mercado, potenciaram o seu desenvolvimento ao longo dos últimos anos (Croteau & Hoynes, 2019).

Assim, a cultura digital teve um impacto desmedido na sociedade, moldando as nossas práticas, normas e valores culturais, influenciando o modo como experienciamos, vivenciamos, trabalhamos e interagimos uns com os outros. Embora seja notório os benefícios associados à era digital, nas nossas experiências culturais e sociais, tais como na conectividade e no acesso à partilha de informação, também surgem diversas apreensões, nomeadamente, nas questões de políticas de privacidade (Bolter, 2019).

Neste sentido, o ativismo digital refere-se à utilização da tecnologia digital, incluindo a *internet*, *media* sociais e dispositivos móveis, para a ação do ativismo social e político. Este modelo de ativismo, utiliza a tecnologia digital para organizar, mobilizar e ampliar os movimentos sociais e políticos, bem como para aumentar a consciencialização, sobre questões sociais e políticas. A evolução do ativismo digital remonta aos primórdios da *internet*, quando comunidades e *websites* eram utilizados para organizar e mobilizar seguidores em torno de causas políticas. Com o crescimento e a adesão generalizada dos *media* sociais e dos *smartphones*, o ativismo digital tornou-se cada vez mais proeminente e preponderante, permitindo que as ativistas alcançassem grandes audiências, de modo a ampliar a divulgação das suas comunicações (Shaw, 2014). Posto isto, alguns dos principais eventos que moldaram a evolução do ativismo digital incluem:

1. Os protestos de *Seattle* em 1999,²⁶ na cimeira da Organização Mundial do Comércio (OMC), que marcaram a utilização da *internet* no ativismo político.
2. A Primavera Árabe em 2010-2011,²⁷ que constatou a utilização generalizada dos *media* sociais e outras tecnologias digitais para mobilizar e coordenar protestos políticos em todo o Médio Oriente.
3. O movimento *#MeToo* em 2017, que foi revigorado pela utilização dos *media* sociais para partilhar histórias de assédio e agressão sexual, no contexto do entretenimento.
4. Os protestos *Black Lives Matter* em 2020,²⁸ que foram divulgados pelos *media* sociais e pelo ativismo digital, que apelaram para a desigualdade racial e para a questão contínua da impetuosidade praticada face aos agentes da polícia nos EUA.

Neste contexto, o ativismo digital representa um elemento-chave dos movimentos políticos e sociais, permitindo que as ativistas se conectem e divulgam as suas mensagens, bem como mobilizem ações coletivas para a suas causas. Contudo, esta exposição apresentou diversas apreensões assentes na conceção do discurso político e no ativismo, bem como no assédio e na censura *on-line*.

3.2. A Comunicação Digital na Esfera Pública e Política

O surgimento impetuoso da *internet* e das tecnologias digitais na sociedade contemporânea apelou para o posicionamento dos atores²⁹ políticos tradicionais envolvidos na constituição da opinião pública que fortaleceu as dimensões discursivas de uma esfera pública, produzida pelos jornalistas, investigadores e políticos, constituindo num quadro institucional com interesses partilhados. Além disso, a ascensão da *internet* permitiu acelerar os processos sociais e ultrapassar as limitações ocorridas, sob a convicção que as redes se tornam centrais, dando-se, assim, precedência para um “espaço *on-line* transnacional”, através do acréscimo das práticas

²⁶ Movimento que poderá ser consultado em: (bit.ly/3C6JCpK).

²⁷ Movimento que poderá ser consultado em: (bit.ly/3C1Gmw1).

²⁸ Movimento que poderá ser consultado em (<https://bit.ly/3MHRTFx>).

²⁹ Os atores são membros que intervêm no contexto social que integram as atividades políticas, económicas e culturais. Assim sendo, existem os atores estatuais e os privados, como, por exemplo, qualquer indivíduo, grupo social, instituição ou organização.

de participação política do Estado³⁰ (Earl *et al.*, 2010). No entanto, a *internet* permitiu ser um difusor que incentiva discursos de ódio e misógeno, bem como de violência verbal.

Assim, os *media* possuem um papel fundamental na persuasão da consciência política e pública, adequando-se como fonte de informação sobre o governo, a política e questões sociais, bem como os diversos recursos utilizados para a sua divulgação, como, por exemplo, os noticiários, os programas de rádio, as revistas, os *media on-line* e os artigos jornalísticos. Visto que, atualmente, a era digital permite a utilização generalizada da *internet* e dos *media* sociais, apresentando-se como um novo incremento na comunicação digital pelos quais os indivíduos podem interagir e discutir um vasto conjunto de temáticas, incluindo assuntos como a política, por exemplo (Aragão & Felisbino, 2018).

Nesta reconfiguração das dimensões discursivas da esfera pública, o surgimento das novas tecnologias da informação de comunicação (TIC) emergiu como um novo modelo de oposição. Assim, o “*ciberativism*” é uma referência ao ativismo que utiliza as tecnologias digitais e a *internet* para mobilizar e envolver os indivíduos em torno das suas causas sociais e políticas, a partir das redes sociais, *fóruns*, *blogs*, *petições on-line*, entre outras ferramentas, o “*ciberativism*”, tem como finalidade ampliar as suas reivindicações e fortalecer o alcance dos indivíduos em causas coletivas (Sorell, 2015).

Neste contexto, a utilização das TICs pelas ciberativistas facilita a mobilização da participação, a coordenação das ações e podem ser utilizadas como ferramentas estratégicas e táticas, por si só. Além disso, a utilização das redes de informação reduz custos de transação associados com a ação coletiva das organizações e, nesse sentido, coloca-as ao mesmo nível na atividade política e nos “jogos de poder”. Ou seja, as organizações podem beneficiar da utilização das TICs, melhorando a sua capacidade para comunicar, de modo efetivo, com maior rapidez, com custos reduzidos e com maior facilidade de interação numa rede internacionalmente dispersa (Castells & Cardoso, 2006; Pickerill, 2004).

Além do mais, este fenómeno caracteriza-se por um pluralismo acelerado que funciona sem apoio ou estruturas institucionais, onde o processo grupal perde parte da sua dependência de instituições públicas e privadas estáveis. Ou seja, o “*ciberativism*” mantêm-se centrado em torno de grupos e redes, em vez de indivíduos isolados, embora este vínculo seja difuso, fluido e de curto prazo, o ciclo de mobilização e resposta se movimenta numa velocidade veloz (Pickerill, 2004).

³⁰ Como, por exemplo, atendendo às política de identidade de Donald Trump, *hackers* russos e outros grupos com agendas políticas que utilizam o *Twitter* ou a rede social *X* como plataforma de comunicação (Bolter, 2019).

A utilização da *internet* através dos seus canais próprios de difusão, como *websites* ou redes sociais, proporcionam transmitir informação e facilitar a participação em eventos de protesto espontâneos, além de funcionar como um espaço autónomo e independente, funciona também como um recurso para organizar e coordenar ações coletivas fora do espaço virtual. Deste modo, a *internet*, nomeadamente, a utilização das redes sociais funciona como um espaço fértil e um elemento disparador, através do qual se vai produzido pela conceção dos movimentos e do espaço de mobilização. Todavia, o impacto virtual é canalizado pela organização dos movimentos para ampliar a mobilização, isto é, embora as ações de protesto despontem e manifestam-se nas redes sociais, o objetivo central é no protesto clássico, na concentração e na mobilização no espaço público (Donk, Loader, Nixon e Rucht, 2004).

Neste sentido, as ações de protesto são despontadas e discutidas no *website* e nas redes sociais antes de acontecerem, incentivando a participação dos utilizadores e dos visitantes dos *websites* e das redes sociais, facilitando o evento. Por conseguinte, a utilização e a aplicação das tecnologias digitais exercem um efeito significativo nos padrões da organização e na ação coletiva, tal como promovem a participação política. Assim, alguns dos efeitos da utilização das TICs na ação política são, entre outros, a interação rápida entre os ativistas, o efeito multiplicador, a organização interna, a coesão das redes - *working together* -, e o alcance global (Castells & Cardoso, 2006; Pickerill, 2004).

A *internet* representa um meio de “dupla face” e um desafio para os movimentos sociais e políticos porque, por um lado, surge como uma ferramenta que empodera os atores e os indivíduos coletivos, a partir da utilização de recursos facilitando uma interação bidirecional e interativa com o exterior. Por outro lado, a capacidade de instalar uma necessidade e exercer pressão sobre os atores que tomam as decisões das políticas públicas é mais difusa. Todavia, é visível a centralidade que adquiriu a utilização das TICs na mobilização das massas e na extensão internacional ou regional da ação coletiva dos movimentos (Croteau & Childress, 2021; Jackson, 2018).

Assim, as configurações fundamentais do “*ciberativism*” político que os movimentos adotam desde a sua constituição, permitem ultrapassar os limites das vias tradicionais de intermediação com os atores sociais e políticos. No entanto, em relação às elites políticas, as ações efetuadas através da *internet*, na maioria dos casos, são desconsideradas e raramente se tornam efetivas uma vez que, por norma, os responsáveis pela tomada de decisões públicas não se encontram deslumbrados nestas ações que decorrem (Bolter, 2019).

Por conseguinte, na esfera pública, a comunicação digital possibilita a participação ativa dos indivíduos em debates e discussões, independentemente, do espaço onde se encontram.

Através dos *media* sociais e outras plataformas *on-line*, os indivíduos podem discutir e partilhar informação, sobre diversos assuntos, tais como a política, o meio ambiente, a economia, os direitos humanos, entre outras temáticas. Além disso, na esfera política a comunicação digital é utilizada para atingir eleitores, tal como mobilizar condutas e comportamentos filantrópicos. Através dos *media* sociais, os políticos podem partilhar as suas visões e propostas, interagir com os eleitores e construir comunidades *on-line*, assim como permite promover as suas posições em diversos assuntos (Couldry, 2012).

Assim, nos dias que correm, a comunicação digital constitui a principal fonte de notícias, pelo que as plataformas de *media* sociais permitem que os indivíduos partilhem notícias e atualizações na medida que sucede os acontecimentos, antecedendo, muitas vezes as fontes de notícias tradicionais. Esta condição resulta na obtenção de um público mais informado, cujo impacto se verifica na opinião pública e na ação política.

Com efeito, esses canais facilitam o discurso público, pois, possibilitam que os indivíduos comuniquem e partilhem informações a larga escala. Assim, plataformas sociais, como o *Twitter*, o *Reddit* e o *Facebook*, permitem que os indivíduos partilhem as suas opiniões com um público global, através de um canal de comunicação comum para o discurso público que pode ter um impacto significativo em questões políticas (Halpern, Valenzuela & Katz, 2017).

Segundo Magnoni, Camargo e Miranda (2017), a participação política e cívica na *internet*, sobretudo entre os mais jovens, tornou estas ferramentas num elemento crucial para o desenvolvimento do ambiente de atuação democrático, agindo como um canal especializado em difundir ou direcionar, ocasionalmente ou intencionalmente, os debates públicos e cívicos.

Para Aragão e Felisbino (2018), a utilização da *internet* trouxe também um novo paradigma, na medida que a comunicação digital alcança o espaço virtual que proporciona a produção de conteúdos e o aparecimento de novos líderes de opinião.

Neste contexto, as plataformas de *media* social permitem que campanhas políticas e ativistas alcancem um público diversificado de modo rápido e acessível. Podendo mobilizar diversos movimentos sociais que podem ter um impacto significativo em eventos políticos. Facilitando também a responsabilização de políticos e funcionários públicos. Sendo que as redes sociais permitem que os indivíduos partilhem informações sobre as ações dos membros de Estado e possuam prudência para as parcialidades, podendo causar uma pressão pública para promover uma ação mais nítida, com um *feedback* satisfatório e com uma melhor resolução nas necessidades do público (Noronha & Silveirinha, 2020).

Neste pressuposto e, embora as identidades e os perfis públicos possam ser estabelecidos e desenvolvidos, segundo determinadas restrições nas plataformas, tal como na cultura participativa ativista seja posicionada em normas de comercialização, a ação política dos movimentos sociais que adquire maior relevância no quadro que se produz entre os *media* e a utilização das redes sociais. Ou seja, embora os movimentos sociais, com a utilização da *internet*, possam atingir um público mais alargado de modo mais rápido e menos dispendioso, os processos teóricos tradicionais dos atores políticos não se alteram de modo substancial. A *internet*, efetivamente, permite aos grupos e aos movimentos sociais a comunicação *on-line* e a disseminação de diversos assuntos e de informações, de modo rápido, menos oneroso e com maior capacidade de construir, tal como representar alianças. Todavia, esse modo de representação não altera os ativistas, quem eles são, o que realizam e como atuam (Earl *et al.*, 2010; Shaw, 2014).

No entanto, a comunicação digital também apresenta alguns desafios na esfera pública e política, nomeadamente, no que diz respeito à polarização política com tendência para a associação com aqueles que partilham de opiniões idênticas, assim como à desinformação³¹ e às notícias infundadas que devido à velocidade a que se propagam, contribuem para a ausência de clareza e na divisão da sociedade (Couldry, 2012).

Do mesmo modo, a autora Rosemary Clark-Parsons (2022) apela para os riscos e para as ameaças dos fundamentalismos, a partir de artigos de opinião procedentes da relação entre redes sociais e cidadania, tal como das transformações inseridas pelas TICs e o nos novos *media* nas esferas pública e política. Neste sentido, a autora salienta para a interação interpessoal, os modelos de comunicação, assim como para as discussões sociais e políticas.

3.2.1. As Redes Sociais e a sua Influência na Participação Pública e Política

Assim, as redes sociais são um elemento indispensável para preservar e aperfeiçoar as democracias hodiernas. Atualmente, não se pode compreender a sociedade, o seu nível de vida e as suas adversidades, sem ter em atenção às redes sociais, uma vez que a comunicação digital está intrinsecamente relacionada com a ação política, possibilitando ao poder legislativo maior abertura para a sociedade, de modo a que se perceba e compreenda melhor todas as suas ações (Castells & Cardoso, 2006; Gradwohl, Heller & Hillman, 2022).

³¹ Como, por exemplo, mediante o contexto pandémico do COVID-19 e a guerra na Ucrânia.

O crescimento das redes sociais, assim como a utilização de outras tecnologias de comunicação associadas ao avanço e à massificação da *internet*, constituem um elemento primordial para compreender o ímpeto e a solicitação de diversos acontecimentos políticos e modelos de ação coletiva que ocorrem no quotidiano (Hawkins, Campbell & Gelderman, 2023).

As redes sociais permitem a reivindicação, com elevada rapidez dos diversos setores e grupos de cidadãos para a participação na vida pública e política, difundir ideias e alertar sobre futuros eventos. Do mesmo modo, as redes sociais e a *internet* permitem conhecer as particularidades adotadas nesses modelos de mobilização, descrevendo as experiências dessa mobilização por diversos espaços (H. Kim, Y. Kim & Lee, 2020).

Por conseguinte, a utilização da *internet* e das redes sociais oferecem um espaço ilimitado para a difusão da informação e da comunicação política. Trata-se de uma comunicação que circula entre indivíduos, de muitos para muitos e, além disso, constituem uma ferramenta que produz efeitos relevantes na extensão e na amplificação da participação, tal como na convocação da mobilização (Arant *et al.*, 2023).

Uma das expressões mais significativas que acompanham a utilização das redes sociais e das TICs resultam do facto de que os utilizadores não se instituem como um simples recetor de informação. Assim, as redes sociais facilitam a interação entre quem estabelece a comunicação direta ou o contato pessoal, possibilitando a configuração de uma esfera virtual para troca de ideias e debate entre os indivíduos. Do mesmo modo, as redes sociais facilitam a difusão da informação e constituem um espaço de denúncia, relativamente, nos contextos que podem ocorrer o sistema político ou a esfera governamental (Castells & Cardoso, 2006; Croteau & Childress, 2021; Fuchs, 2022).

Além disso, as redes sociais também permitem administrar e reger uma agenda. Ou seja, configuram um comentário relativamente ao que é difundido dos outros meios e podem também introduzir assuntos que não alcançam cobertura mediática nos meios de comunicação tradicionais (Gilardi, Theresa, Mael e Müller, 2022).

Em síntese, a influência das redes sociais na participação pública e política, especialmente, no desenvolvimento dos movimentos sociais e dos modelos de ação coletiva pode exprimir-se de diversos modos entre os quais assumem uma peculiar relevância na ligação interna e a partir de *fóruns* ou listas de correio dos intervenientes. Neste sentido, as redes sociais atuam, como: (1) um mecanismo de coordenação, difusão interna e robustecimento das organizações; (2) conexões entre um movimento e determinados grupos sociais, expressa através da difusão de documentos, registos e convocatórias para determinados eventos e mobilizações; (3) configurações de um movimento de natureza virtual, constituindo, neste caso, num modelo de

ação coletiva e de ativismo que se fundamenta, unicamente, no espaço virtual e na comunicação digital. Posto isto, as redes sociais fomentam a participação convencional e as diversas formas de protesto e a ação coletiva, permitem reduzir custos associados, possibilitam a massificação rápida da informação, direcionam o voto de protesto e constituem um espaço que permite aos cidadãos exercerem pressão face os membros do governo ou do Estado (Clark-Parsons, 2022; Doetsch-Kidder, 2012).

Assim, ao longo dos anos, os *media* sociais tiveram um impacto significativo na participação pública e política, ao providenciarem uma maior acessibilidade. Com efeito, as redes sociais facilitaram a participação dos indivíduos nas discussões públicas e políticas, fornecendo um espaço, sob os quais os indivíduos podem partilhar os seus pensamentos e opiniões sobre diversas questões. Neste contexto, permitiu um espaço de acesso livre e acessível para o discurso público, o que direcionou um maior envolvimento da sociedade civil na política. Do mesmo modo, as redes sociais deram voz aos indivíduos e aos grupos que tenham sido marginalizados ou “sub-representados” na esfera pública e política no passado. Possibilitando a notoriedade de um vasto conjunto, bem como uma maior inclusão e representação das eventuais minorias (Halpern *et al.*, 2017).

De acordo com a literatura, surgem quatro explicações principais sobre a utilização das redes sociais como podem afetar a participação política e pública. Em primeiro lugar, as redes sociais podem aumentar a exposição de “laços superficiais”, o que pode aumentar a probabilidade dos utilizadores apreenderem sobre as oportunidades de participar na vida cívica e serem convidados a participar. Por outro lado, os utilizadores podem refletir sobre as notícias que outros utilizadores publicam e essa exposição incidental pode influenciar a formação das suas convicções e comportamentos políticos (Bode, 2012; Boulianne, 2015; Zúñiga, Jung & Valenzuela, 2012).

Assim, as redes sociais podem facilitar a participação cívica, permitindo que os indivíduos aumentem os seus conhecimentos sobre questões políticas e adquiram uma maior literacia política. Adicionalmente, as organizações políticas podem também estabelecer contato com os utilizadores nas redes sociais. Sendo que, por fim, a participação pode ser difusiva entre os utilizadores de *media* social, dado que podem ser influenciadas pelas opiniões políticas publicadas pelos seus contatos (Bond *et al.*, 2012).

As redes sociais promoveram também um aumento do envolvimento político, particularmente, entre as gerações mais jovens. Plataformas, como o *Twitter*, o *Reddit* e o *Facebook* facilitaram o envolvimento social em campanhas e movimentos políticos, de modo a partilharem as suas opiniões sobre questões políticas (Halpern *et al.*, 2017).

Através destas ferramentas é possível acelerar a disseminação de informações, o que pode ser vantajoso ou desvantajoso. Enquanto benéficos, esta abordagem pode canalizar para uma maior consciencialização sobre questões e eventos políticos, no entanto, pode direcionar à disseminação e desinformação, pela propagação de notícias infundadas, que podem ser prejudiciais no discurso público. Esta condição potencia o desenvolvimento de “*fake news*”, cujo fenómeno consiste na produção deliberada de notícias infundadas ou adulteradas que são divulgadas através das plataformas de *media* sociais. Este fenómeno tornou-se cada vez mais prevalente nos últimos anos, particularmente, durante eventos políticos e eleitorais. Segundo Carvalho (2022), as “*fake news*” no contexto das redes sociais, referem-se a um conjunto de práticas “pseudojornalísticas” ou com base na distorção, mais ou menos voluntária de informações jornalísticas - “verdades alternativas” -, orientadas para a desinformação e para a deslegitimação dos conhecimentos mediante os atores institucionalizados.

Assim, as “*fake news*” que são disseminadas, a partir das redes sociais, podem ter um impacto significativo em indivíduos, comunidades e até países. Podendo direcionar para convicções infundadas e para a desinformação que por sua vez podem influenciar as atitudes, crenças e comportamentos dos indivíduos. Por outro lado, podem também contribuir para a perda de confiança nas fontes e nas instituições de *media* tradicional (Delmazo & Valente, 2017).

As plataformas de *media* sociais são frequentemente censuradas devido ao seu papel de disseminação de notícias infundadas, sob os quais os algoritmos utilizados pelas empresas de *media* sociais permitem priorizar o conteúdo e promover o envolvimento, tornando-as mais visíveis e partilháveis do que as notícias verdadeiras. Além disso, a facilidade e a velocidade com que as informações podem ser partilhadas nas redes sociais podem dificultar o progresso e a precisão das notícias (Delmazo & Valente, 2017).

Contudo, no sentido de suprimir e de reprovar as “*fake news*” nas redes sociais incluem iniciativas de verificação de factos, com maior transparência em torno das fontes de notícias divulgadas e nas medidas de redução da disseminação de informações infundadas. No entanto, este fenómeno constitui um desafio contínuo e a disseminação de “*fake news*” nas redes sociais, provavelmente, continuará a representar um problema significativo no futuro próximo (Carvalho, 2022).

3.2.2. As Redes Sociais e o Ativismo Feminista

Nos últimos anos, as redes sociais tornaram-se numa ferramenta e num recurso cada vez mais relevante para o ativismo feminista, dado que constituem plataformas conceituadas para que as feministas aumentem a consciencialização sobre questões de género, construam comunidades e se mobilizem para transformações sociais (Ahmed, 2017).

Os *media* sociais transformaram o modo como as feministas se podem organizar, comunicar e mobilizar, pois, permitiram alertar para um vasto conjunto de questões feministas, desde igualdade salarial e direitos reprodutivos até assédio sexual, bem como violência face às mulheres (Ferguson, 2019).

Uma das principais vantagens das redes sociais para o ativismo feminista trata-se da sua capacidade de atingir um público amplo e diversificado. Pelo que a utilização de plataformas de *media* sociais como *Twitter*, *Facebook* e *Instagram* permitem às ativistas alcançar milhões de indivíduos em todo o mundo e conectar com utilizadores que, de outra modo, não teriam visibilidade. Tal abordagem permite a conceção de comunidades virtuais e a partilha de histórias, tal como na divulgação de informação e de conteúdos que podem adquirir um impulso e um auxílio nas suas causas feministas. Esta condição pode ser particularmente relevante para aumentar a consciencialização sobre questões que podem ter sido negligenciadas ou marginalizadas pelos *media* (Ferguson, 2019).

Outro aspeto relevante das redes sociais para o ativismo feminista, concerne na capacidade de estabelecer empatia e sensibilidade, bem como um sentido de solidariedade sobre a comunidade. Através dos *media* sociais, os ativistas podem comunicar entre si, partilhar as suas experiências e prestar auxílio, pelo que permite ajudar a construir um senso de comunidade e a promover uma identidade coletiva, constituída por indivíduos que partilham as mesmas preocupações e valores, sendo este movimento crucial para o sucesso de qualquer movimento social ou político (Jackson, 2018).

Nas redes sociais, as feministas podem encontrar auxílio e inspiração, além de se relacionarem com aliados e colaboradores que podem auxiliar a promover as suas causas. Esta condição pode ser particularmente relevante para as mulheres e outros grupos marginalizados, que podem sentir-se isolados ou menosprezados nos seus esforços ativistas (Gay, 2014).

Com efeito, os *media* sociais também fornecem uma interface para amplificar os discursos de grupos e comunidades marginalizados, atribuído um maior nível de visibilidade e de notoriedade. Deste modo, um exemplo desta utilização emergiu das mulheres negras e ou

afrodescendentes, que utilizaram as plataformas para questões interseccionais que poderiam não ter sido amplamente discutidas (Ferguson, 2019).

Outra vantagem inerente na utilização das redes sociais para o ativismo feminista ocorre pela sua capacidade de amplificar os discursos para questões que podem ter sido negligenciadas. Por meio de *hashtags*, *memes* e outras formas de ativismo *on-line*, as feministas podem aumentar a consciencialização sobre questões relevantes, como diferenças salariais entre homens e mulheres, assédio e agressão sexual, bem como direitos reprodutivos. Esta condição potencia a uma maior cobertura nos *media*, nos discursos públicos e nas transformações na atividade política (Rivers, 2017).

Em síntese, as redes sociais tornaram-se numa ferramenta indispensável para o ativismo feminista, fornecendo às feministas, não só uma plataforma de comunicação, mas também uma interface para difusão de conceções, de modo a aumentar a consciencialização sobre questões relevantes e mobilizar para a transformação, atendendo às campanhas *on-line* e aos protestos virtuais, a partir das dinâmicas de interação estabelecidas entre os indivíduos e dos vínculos interpessoais, bem como do desenvolvimento de comunidades *on-line*. Assim, as redes sociais estão a desempenhar um papel cada vez mais indispensável no avanço da causa do feminismo e na divulgação da igualdade de género.

3.3. O Feminismo na Era Digital em Portugal

Nas últimas três décadas, tem ocorrido na sociedade transformações nas atividades políticas, económicas, sociais e culturais, bem como no setor tecnológico, assente no processo da globalização, cujo cariz neoliberal tem ocasionado novos paradigmas e um acentuar das desigualdades sociais (Tavares, Bento & Magalhães, 2004).

Globalmente, verifica-se que o feminismo na era digital evoluiu de modo semelhante, sendo que a utilização crescente das tecnologias digitais, permite proporcionar novas oportunidades para as feministas se organizarem, comunicarem e mobilizarem, tal como sensibilizarem para questões feministas e defender a política de mudança (Azambuja *et al.*, 2007).

A tecnologia digital teve um impacto significativo no ativismo feminista em todo o mundo, tal como em Portugal. Segundo Marôpo, Silva e Magalhães (2017), nas últimas décadas, tem sido evidente que o feminismo em Portugal, constituiu-se pela dinamização das ações assentes na utilização da *internet* e na diversidade da análise feminista, pelas quais as redes sociais têm

vindo a alcançar uma maior evidência face às ações e às reivindicações do movimento. Estes recursos, fornecem uma plataforma para a disseminação de conteúdos provocatórios e em simultâneo, também fortalecem o ativismo feminista, tal como a prática institucional ao promover a reflexão e, subsequentemente, na adesão dos movimentos a nível global (Marôpo, Silva & Magalhães, 2017).

Na era digital, o ativismo feminista em Portugal, à semelhança do que acontece um pouco por todo o mundo, recorre a uma variedade de plataformas digitais, incluindo os *media* sociais - como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, entre outros -, o *on-line*, os painéis de discussão e os *websites* dedicados a questões de ativismo feminista, se tornam num espaço de abordagens contestatórias que pretendam conectar-se com uma ampla audiência. Por um lado, com estas plataformas, as feministas em Portugal, podem alcançar um público amplo e diversificado, comunicar e construir comunidades, de modo a aumentar a consciência sobre questões feministas que advoguem pela transformação social. Por outro, estas comunidades proporcionam um novo espaço para a disseminação de informação, debates e interações podendo, assim, contribuir para a revitalização da comunicação política (Marôpo *et al.*, 2017).

O alcance do feminismo na era digital em Portugal, depende de diversos fatores, como a comunidade feminista *on-line*, o nível de envolvimento das feministas nas redes sociais e outras plataformas digitais, na medida em que as questões feministas vão sendo discutidas e debatidas na esfera pública. Assim, e segundo Marôpo *et al.* (2017), o feminismo em Portugal é fortemente circunscrito nas modificações substanciais que a *internet* oferece à esfera pública, permitindo a conceção de diversas atuações políticas, facilitando a articulação e a partilha de conteúdos entre grupos sociais.

Neste contexto, o feminismo na era digital em Portugal, apresenta-se como um modelo efetivo da mobilização e de disputa pelos direitos das mulheres. As redes sociais, os *blogs*, os *fóruns* de discussão e outras plataformas digitais são utilizados regularmente pelos movimentos feministas e por mulheres ativistas como recurso para disseminar informações, mobilizar ações coletivas e promover debates sobre questões de género (Campos *et al.*, 2016).

Assim, Marôpo *et al.* (2017) destaca que “a presença do feminismo no mundo digital situa assim o movimento politicamente num ciclo de novas oportunidades alavancadas pela construção de laços solidários entre mulheres” (p. 282).

Uma das vantagens do feminismo na era digital é a possibilidade de alcançar um público mais extenso e diversificado, como citado anteriormente. Deste modo, a utilização das redes sociais permite alcançar mais indivíduos, atendendo aos diversos locais do país de referência, sem as limitações do tempo e do espaço que comunicação presencial envolve, ampliando a sua

visibilidade e a sua influência das suas reivindicações, bem como auxiliam no fortalecimento das redes de apoio e solidariedade entre os indivíduos que partilham de necessidades e interesses comuns (Noronha & Silveirinha, 2020).

Além disso, a comunicação digital permite às mulheres, uma maior participação na esfera pública e política em Portugal. Através da *internet* e das redes sociais o sexo feminino pode expressar suas opiniões, abordar assuntos com perspectivas distintas e defender os seus direitos, sem que tenham de enfrentar as barreiras impostas pela discriminação e pelos estereótipos de género. Além do mais, o ativismo possibilita, a partir dos meios digitais, uma maior participação das mulheres na esfera pública e política, particularmente, nos contextos em que o acesso aos “espaços de poder” é limitado (Azambuja *et al.*, 2007; Magalhães, 2018).

Todavia, refere-se que o feminismo na era digital em Portugal, também enfrenta diversos desafios e determinadas ameaças. Assim, a propagação de informações infundadas, a difusão de discursos de ódio e o “*ciberbullying*” são práticas frequentes que podem impactar e sensibilizar as mulheres tornando-se num espaço virtual hostil e nocivo. Além disso, a *internet* e as redes sociais podem ser espaços de propagação de estereótipos e preconceitos de género que podem perpetuar a desigualdade de género e limitar o avanço do movimento feminista (Marôpo *et al.*, 2017).

Em suma, o feminismo na era digital em Portugal, tem-se manifestado mediante diversos modelos de mobilização e de disputa pelos direitos das mulheres. A comunicação digital tem possibilitado uma maior participação das mulheres na esfera pública e política, bem como ampliado a visibilidade e a repercussão das suas reivindicações feministas. No entanto, é necessário prudência nos desafios e nas ameaças associadas à comunicação digital, tal como é necessário promover um espaço virtual seguro e distinto para as mulheres (Magalhães, 2018; Marôpo *et al.*, 2017).

3.4. Conclusão de Capítulo

Ao longo deste capítulo foi apresentado o enquadramento teórico, atendendo à análise do movimento feminista, o feminismo e o “*ciberfeminism*”, bem como a cultura e o ativismo digital. Assim sendo, procurou-se descrever o conceito do feminismo e os princípios da teoria feminista, assim como identificar as principais teóricas feministas que estabeleceram as premissas deste movimento. Traçou-se também uma breve história do feminismo, recuando-se não só até às suas origens como à cunhagem do termo, tal como às primeiras sufragistas

femininas, que podem ser associadas aos princípios do movimento feminista: as feministas “*ante litteram*” e, recorrendo-se às diversas correntes do feminismo até à atualidade, alavancada pelo poder das tecnologias digitais. Ademais, no desenvolvimento da contextualização teórica foram identificadas as diversas vertentes do feminismo, assim como as características do feminismo no século XXI.

Neste contexto, no capítulo subsequente foi abordado o conhecimento nas dimensões da cultura e do ativismo digital, tal como a sua evolução. Como também foi apresentado um panorama geral da comunicação digital, como intervém na esfera pública e política, assim como a *internet*, as tecnologias digitais e, em particular, as redes sociais mediante a sua utilização na participação pública e política. Nesse sentido, identificaram-se determinados eventos que moldaram a evolução do ativismo digital, assim como enumeraram-se as principais vantagens que as redes sociais dispuseram para o ativismo digital. Em seguida, delineou-se uma breve contextualização do feminismo na era digital em Portugal.

No capítulo seguinte é apresentado o enquadramento metodológico alinhado com o objeto de investigação e com a problemática apresentada.

4. Enquadramento Metodológico

Neste capítulo pretendemos clarificar aspetos de natureza metodológica que direcionaram o presente estudo. Assim, este capítulo encontra-se estruturado em seis subcapítulos e, conseqüentemente, em duas subseções. No primeiro subcapítulo é exposto uma contextualização do estudo, a sua justificação e finalidade de análise. Assim sendo, no decurso da investigação é descrito e apresentada uma reflexão sobre o contexto de pesquisa e as estratégias metodológicas utilizadas, bem como os métodos priorizados com intuito de fundamentar os procedimentos metodológicos selecionados. Nos subcapítulos que sucedem, é apresentado as técnicas de recolha de dados e a investigação de campo, assentes numa revisão da literatura e na análise de conteúdo nas plataformas do *Facebook* e do *Instagram* manuseadas pelas organizações feministas a atuar em Portugal, bem como a sua devida análise das temáticas abordadas. Em seguida, evidencia-se uma conclusão de capítulo.

Neste contexto, apresenta-se no subcapítulo seguinte os motivos de seleção que orientam a tomada de decisão pelos métodos de pesquisa adotados e priorizados para o presente estudo, bem como pela pertinência da análise.

4.1. Justificação e Finalidade do Estudo

Bryman e Bell (2019) referem que na fase da metodologia se operacionaliza e especifica o tipo de estudo, as variáveis, o método de estudo, bem como a sua amostra. Assim, no que se refere à abordagem e aos instrumentos metodológicos utilizados para o presente estudo, este enquadra-se numa investigação de carácter exploratório, com um método de pesquisa misto, ou seja, recorre aos métodos quantitativos e aos métodos qualitativos.

Os métodos quantitativos de pesquisa utilizam as técnicas estatísticas e os modelos matemáticos, de forma a relacionar duas ou mais variáveis que, segundo os autores Cooper, Hedges e Valentine (2019) são estabelecidos, a partir de cálculos estatísticos da média padronizada ou mediante cálculos probabilísticos aplicados à sociologia.

Esta técnica foi utilizada para a análise de dados quantitativos obtidos nas páginas das redes sociais das principais organizações feminista portuguesas, nomeadamente, mediante o número total de publicações nos últimos três anos, o número de seguidores, assim como o número total de visualizações, entre outros.

No entanto, as técnicas quantitativas são rigidamente estruturadas na análise social empírica, tal como reúnem os métodos de pesquisa qualitativos. Assim sendo, os métodos de pesquisa qualitativos precedem dos modelos não tradicionais, ou seja, não sucedem necessariamente com base numa análise estatística (J. W. Creswell & J. D. Creswell, 2018).

Quivy e Campenhoudt (2018) considera a abordagem qualitativa como uma análise subjetiva, pois, permite o autor ou o investigador alcançar um conhecimento analítico e concetual, a partir dos próprios dados, sobretudo, quando esse conhecimento não é objetivo e os resultados obtidos não podem ser contabilizados em números exatos.

Deste modo, a metodologia qualitativa analisa os fenómenos no seu contexto natural com o intuito de os interpretar, tendo em consideração os diversos significados atribuídos pelos indivíduos. Assim sendo, o objetivo deste estudo passa por compreender o motivo de determinados comportamentos, pela junção das abordagens descritas, através das quais, as limitações das estratégias metodológicas adotadas podem ser colmatadas pelas potencialidades de outra, permitindo analisar o objeto de estudo, sob os diversos prismas, de modo a obter um modelo mais aproximado e profundo da realidade em estudo. Deste modo, é necessário efetuar uma recolha de dados que permita evidenciar estes fenómenos para que possam, seguidamente, ser interpretados, de modo a ampliar a compreensão sobre o objeto de estudo (Denzin & Lincoln, 2018; Krippendorff, 2019).

4.2. Contexto de Pesquisa e Estratégias Metodológicas

Os autores Bryman e Bell (2019) afirmam que no início da década de 1980, seria inadequado e inapropriado sustentar um método de pesquisa quantitativo, uma vez que seria antagônico com os princípios, éticos e ideológicos alusivos ao grupo das feministas, sendo que: “research that exposes the conditions of women’s disadvantage in a male-dominated society” (p. 18). Assim, para muitas feministas, o método de pesquisa quantitativo é paradoxalmente incongruente com o valor que é atribuído “to sisterhood and non-hierarchical relationships” (p. 20). Deste modo, surge a preferência pelo critério de pesquisa qualitativa ao invés de o método de pesquisa quantitativo (Bryman & Bell, 2019, pp. 18-20).

Contudo, as feministas radicais ajustam-se aos estudos de investigação bioestatísticos a partir dos estudos biossociais uma vez que as teorias feministas estabelecidas pelo pós-estruturalismo³² e pelo pós-humanismo encontram-se, meticulosamente, assentes em princípios e práticas subjacentes que atuam nos diversos mecanismos de ação, atendendo às tecnologias digitais, ao *big data*³³ e aos *softwares* de *Artificial Intelligence* (AI), entre outros (Denzin & Lincoln, 2018).

Do ponto de vista do grupo das feministas, as diversas problemáticas têm origem na conjuntura das mulheres e das organizações em que se enquadram. Assim, os princípios de uma pesquisa integram, particularmente, fatores políticos-legais, atendendo ao próprio comportamento assentes na justiça social e nos contextos sociais (J. W. Creswell & J. D. Creswell, 2018).

No entanto, para o presente estudo elege-se o método de estudo misto, de modo a revelar e evidenciar o objeto de estudo do presente documento. Assim sendo, definiu-se que o método mais indicado para averiguar o conhecimento nas dimensões da cultura e do ativismo digital

³² O pós-estruturalismo é um termo utilizado que avalia critérios mediante ideologias definidas e delineadas pelo estruturalismo, atendendo aos princípios filosóficos, literários e teóricos, como, por exemplo, na construção da oposição binária. Assim sendo, para o estruturalismo, o comportamento e as atitudes humanas são definidas como uma construção moldada na linguagem. Enquanto que para o pós-estruturalismo é considerado uma construção social, sendo também uma construção subjetiva. Assim, ressalta através das apreciações distintas ao estruturalismo. É de salientar que, atualmente, muitos autores, como, por exemplo: Michel Foucault, Judith Butler, Jacques Rancière, entre outros autores, são, frequentemente, identificados e descritos pelas suas obras como ‘pós-estruturalismo’ (Craig, 1988; Derrida, 1983; Lewis, Descombes & Harari, 1982; Poster, 1988).

³³ Atualmente, com os avanços tecnológicos é facultado um armazenamento e uma recuperação de uma enorme quantidade de dados, através de métodos para extrair informações relevantes e, conseqüentemente, adquirir um *know-how*, descrito, em português, como um conhecimento prático. Assim sendo, as redes sociais representam um campo e um domínio desafiador proveniente do contexto do *big data* (Pozzi, Fersini, Messima e Liu, 2017).

deverá ser mediante uma análise de conteúdo das redes sociais das organizações feministas selecionadas, de forma a retirar conclusões que permitam responder ao problema de investigação proposto.

Segundo os autores Riffe, Lacy, Watson e Fico (2019), a análise de conteúdo representa um conjunto de procedimentos de um método de pesquisa que é aplicado com inferências válidas, a partir da análise de mensagens de texto.³⁴

Os autores Lune e Berg (2017) destacam que “content analysis also provides a means by which to study processes that occur over long periods of time that may reflect trends in a society” (p. 182).

Assim, a análise de conteúdo permite enumerar e quantificar elementos variáveis, efetivamente, em dados qualitativos que requerem a seleção dos dados da amostra, bem como a validação dos dados numéricos utilizados nos estudos estatísticos assentes em grupos categóricos. A partir da análise de conteúdo verifica-se uma diversidade nas estratégias utilizadas, visto que dependem das questões teóricas intrínsecas ao objeto de estudo (Hennink, Hutter & Bailey, 2020; Krippendorff, 2019; Riffe, Lacy, Watson e Fico, 2019).

Do ponto de vista dos autores Lune e Berg (2017), a análise de conteúdo, não é intrinsecamente quantitativa e ou qualitativa, podendo considerar ambas, simultaneamente. Neste sentido, os procedimentos são caracterizados e diferenciados pelo método de análise narrativa que diferem do método de análise de conteúdo.

De acordo com a autora Neuendorf (2017), o que difere entre a análise qualitativas e análise de conteúdo são os métodos científicos, não sendo um conceito com uma caracterização consensual, visto que provém da natureza e da especificidade dos dados.

Assim, para o presente estudo é aplicada a análise de conteúdo que irá integrar o método de pesquisa quantitativo e o método de pesquisa qualitativo. Não obstante, torna-se necessário analisar as páginas das redes sociais das principais organizações feministas a atuar em Portugal, que descrevem tais fenómenos, de modo a que possam ser interpretados, com o objetivo de

³⁴ A análise de mensagens de texto envolve análise sistemática que enquadra métodos de pesquisa categóricos e métodos interpretativos menos formais e mais humanísticos, o que difere da análise textual que, frequentemente, inclui um método para recuperação e aquisição de textos, simultaneamente, com a utilização de métodos estatísticos na identificação de recursos de texto selecionados, como, por exemplo, indivíduos e organizações - em conjunto com procedimentos de linguagem natural que integra a análise de sentimentos. Considera-se como ‘texto’ um conjunto de palavras ou de citações ordenadas e alinhadas de um determinado autor ou obra na sua redação original, ou seja, é um informação escrita que detém de um significado, sob o qual possa ser examinada, interpretada e acionada, continuamente, como, por exemplo: cartas, imagens, gravações de vídeo ou gravações em formato de áudio, transcrições de conversas, *e-mails*, *blogs*, obras literárias, obras líricas, obras didáticas, anúncios, relatórios médicos ou registos clínicos, entre outros (Ignatow & Mihalcea, 2018, Krippendorff, 2019).

aprofundar o conhecimento sobre o objeto em estudo para que o mesmo possa ser aplicado e incrementado numa revisão da literatura.

A revisão da literatura consiste no método científico que visa, explicitamente, identificar, avaliar e sintetizar todos os estudos relevantes e fundamentais para selecionar um conjunto de questões centrais em estudo ou para responder uma interrogação de investigação específica. O procedimento inicial de uma revisão da literatura influencia diretamente a qualidade de revisão, sendo delineado previamente um objeto central (Cooper, Hedges & Valentine, 2019; Harris, 2020; Riffe, Lacy, Watson e Fico, 2019).

Assim sendo, a revisão da literatura, assenta num método de estudo conceituado como retrospectivo, metódico e, conseqüentemente, intransigente. Deste modo, a revisão da literatura difere da revisão narrativa,³⁵ da meta-análise,³⁶ e da revisão sistemática da literatura (Harris, 2020).

Genericamente, a revisão da literatura pode assumir diversas diretrizes, como, por exemplo, incorporar outros estudos, analisar outros trabalhos académicos ou pesquisar outros trabalhos pessoais de competências de investigação científica desenvolvidos, anteriormente, por outros autores, estruturar vínculos associativos entre temas relacionados e, por último, identificar e definir as interrogações ou as questões centrais (J. W. Creswell & J. D. Creswell, 2018). Assim, a presente revisão da literatura poderá ser considerada como um método de pesquisa qualitativo, atendendo aos principais objetivos estabelecidas, anteriormente.

Adicionalmente, a revisão de literatura ocorre mediante a identificação de uma questão, pesquisa de evidência, revisão e seleção de estudos, análise da qualidade metodológica dos estudos selecionados, observação e interpretação dos resultados. A questão selecionada direciona a revisão, pois, define quais os estudos incluídos, quais as estratégias adotadas e quais as bases de dados utilizadas para a recolha de fontes bibliográficas para o principal estudo de investigação (Creswell, 2014; J. W. Creswell & J. D. Creswell, 2018; Harris, 2020).

³⁵ A revisão narrativa provém de um processo de sintetizar estudos classificados e atribuídos como primários que permitem averiguar descritivamente a heterogeneidade (Harris, 2020).

³⁶ A meta-análise reúne um conjunto de dados que são, essencialmente, agrupados estatisticamente, através de diversos estudos que determina um resultado estabelecidos, a partir de cálculos estatísticos da média padronizada ou mediante cálculos probabilísticos (Cooper *et al.*, 2019; Purssell & McCrae, 2020).

4.3. Procedimentos Metodológicos

Neste contexto, salienta-se que a partir dos recursos elegidos e da metodologia de investigação científica adotada, os procedimentos metodológicos utilizados têm a principal finalidade em alcançar os objetivos de investigação delineados, anteriormente. Assim, os objetivos de investigação providenciam princípios teóricos e conceptuais, considerando-se que são maioritariamente consistentes e sólidos na sua conceção (Edmonds & Kennedy, 2017).

Assim, os procedimentos metodológicos descritos para o desenvolvimento da metodologia de investigação científica, apelam para a necessidade de aprofundar o conhecimento com base nos seus conceitos e nas hipóteses de investigação, permitindo estruturar um objeto de investigação e, conseqüentemente, caracterizar a sua amostra em estudo, a fim de descrever os objetivos específicos e centrais da investigação. Assim como as técnicas de recolha de dados, possibilitam analisar e interpretar os dados recolhidos e, por último, apresentar os resultados e as suas conclusões finais (Bryman & Bell, 2019; Edmonds & Kennedy, 2017; Quivy & Campenhoudt, 2018).

Deste modo, os instrumentos metodológicos e a metodologia adotada para o desenvolvimento das competências de investigação científica, enquadram-se no método de estudo científico de carácter misto, visto que incorporam e integram o método de pesquisa quantitativo e o método de pesquisa qualitativo. De acordo com o autor Miranda (2009), um dos princípios fundamentais para a implementação dos instrumentos metodológicos e para a metodologia elegida passam por assegurar a validade de investigação com o recurso à triangulação de dados. A triangulação de dados restringe-se em estabelecer dois ou mais pontos de vista ou perspetivas distintas, assentes nas abordagens teóricas ou nos métodos de recolha de dados numa única pesquisa para que possam ser alcançados os objetivos de estudo.

O método de pesquisa quantitativo, como descrito pelos autores Edmonds e Kennedy (2017) “refers to the application of systematic steps of the scientific method” (p. 30).

Assim, refletem estudos dedutivos que produzem e salientam dados numéricos, que envolvem os processos de análise de conteúdo, questionários, pesquisas em base de dados, recolha de dados, análise e de interpretação dos dados recolhidos, entre outros. Sucedendo-se, um conjunto de variáveis que normalmente são rigidamente ponderadas, segundo os estudos e os dados estatísticos que se encontram usualmente em bases de dados de referência, permitindo analisar e interpretar os dados obtidos (Creswell, 2014; Edmonds & Kennedy, 2017; Leavy, 2017; Tracy, 2020).

Deste modo, torna-se necessário compreender as variáveis utilizadas na interpretação de possíveis premissas.

«A variable refers to a characteristic or attribute of an individual or an organization that can be measured or observed and that varies among the people or organization being studied. Variables often measured in studies include gender; age; socioeconomic status (SES); and attitudes or behaviors such as racism, social control, political power, or leadership.» (J. W. Creswell & J. D. Creswell, 2018, p. 93)

Quanto ao método de pesquisa qualitativo, conforme menciona Denzin e Lincoln (2018), este reflete um “field of inquiry” (p. 41), em estudos indutivos que essencialmente apresentam dados descritivos, que envolvem os processos de análise semiótica, análise interpretativa, investigação participativa, interpretação retórica, crítica ideológica, estudos de caso, entrevistas, observações de participantes e da crítica psicanalítica, entre outros.

De acordo com Creswell (2014), o método de pesquisa qualitativo explora o significado que os indivíduos ou grupos de indivíduos atribuem a um problema social e humano. Assim sendo, permitem avaliar a profundidade das experiências subjetivas dos indivíduos e os seus processos de criação de dados não numéricos ou de dados não quantificáveis (Creswell, 2014; Denzin e Lincoln, 2018).

A aplicação do método de pesquisa qualitativo em estudos científicos permite a análise dos seus fenómenos, com o intuito de recolher informações e, conseqüentemente, interpretá-las considerando-se as diversas percepções, motivações e conceções atribuídas pelos indivíduos, de modo a aprofundar o conhecimento sobre o objeto em estudo (Denzin & Lincoln, 2018).

Segundo os métodos de estudo científico de caráter misto ocorrem duas abordagens distintas: pesquisa quantitativa e qualitativa na investigação científica, como referido anteriormente. Do ponto de vista dos autores J. W. Creswell e J. D. Creswell (2018), os métodos de estudo de caráter misto são atribuídos e designados, como:

«Mixed methods involves the collection and “mixing” or integration of both quantitative and qualitative data in a study. It is not enough to only analyze your qualitative and quantitative data. Further analysis consists of integrating the two databases for additional insight into research problems and questions. Mixed methods research has increased in popularity in recent years.» (J. W. Creswell & J. D. Creswell, 2018, p. 34)

Assim sendo, os métodos mistos consistem em estudos dedutivos e em estudos indutivos, que incluem diversos métodos através de um único estudo (Creswell, 2014; J. W. Creswell & J. D. Creswell, 2018; Denzin & Lincoln, 2018; Hennink *et al.*, 2020; Leavy, 2017).

No método de pesquisa quantitativo são utilizadas variáveis que, posteriormente, são adaptadas e ajustadas em ações muito específicas e particulares. Por outro lado, no método de pesquisa qualitativo as variáveis são avaliadas na sua fase de recolha de dados, pelo que se verifica que os métodos mistos se assumem no âmbito das ciências sociais e humanas, assim como em quadros de justiça social (J. W. Creswell & J. D. Creswell, 2018; Denzin & Lincoln, 2018; Lune & Berg, 2017; Strichman, 2018).

Para o autor Hai-Jew (2017), a pesquisa poderá ser compreendida como uma investigação sistemática, tendo como principal objetivo estabelecer teorias e formar indícios com finalidade de solucionar as questões de investigação.

Deste modo, os estudos científicos de métodos mistos salientam a recolha de dados e, consequentemente, a análise dos dados auferidos, bem como para a interpretação dos resultados obtidos (J. W. Creswell & J. D. Creswell, 2018).

4.4. Técnica de Recolha de Dados e Investigação de Campo

Para facilitar a técnica de recolha de dados relevantes para a implementação da revisão da literatura, existem alguns métodos necessários para alcançar e obter informações em fontes bibliográficas,³⁷ que se encontram disponíveis em bases de dados de referência (J. W. Creswell & J. D. Creswell, 2018).

De acordo com American Psychological Association (APA, 2020), os artigos de revisão da literatura fornecem resumos narrativos que podem incluir métodos de pesquisas qualitativas, quantitativas e ou mistos. Realçando-se que as estratégias metodológicas evidenciam as técnicas de recolha de dados intercalando-se com as fontes bibliográficas, as observações e as interpretações do autor ou do investigador, assentes nos objetivos previamente adotados e priorizados nos processos de recolha de dados.

³⁷ Frequentemente, são utilizados: artigos de revista científica, artigos em revistas, artigos de publicações periódicos, artigos em conferência, artigos de enciclopédia, artigos em jornais de referência, relatórios técnicos, entre outros estudos científicos referência (J. W. Creswell & J. D. Creswell, 2018).

Neste contexto, a sua aplicação surge, primordialmente, numa revisão da literatura, delimitando-se ao método de pesquisa qualitativo e, subseqüentemente, numa análise de conteúdo nas principais redes sociais das organizações feministas, sob a qual se reúnem dados quantitativos e dados qualitativos. Assim, para o presente estudo foi apresentada uma revisão da literatura com recurso a artigos de natureza científica e ou artigos de revisão de literatura em bases de dados de referência. As bases de dados utilizadas são o *Journal of Digital Social Research*,³⁸ *Sage Journals*³⁹ e, por último, o *Google Scholar*.⁴⁰ Os artigos de natureza científica são selecionados e citados, a partir do ano de referência de 2017 até 2022.

Posto isto, procedeu-se à leitura dos títulos, resumos e resultados, de modo a efetuar a seleção dos artigos para a sua validade e utilidade, ou seja, os artigos selecionados foram criteriosamente analisados e sintetizados com as informações disponibilizadas. Assim sendo, obteve-se um número total de 16 artigos, os quais foram analisados na íntegra. Os artigos selecionados foram enumerados, com o intuito de facilitar a sua visualização, tal como poderá ser observado em Apêndice *A e B*, pelo processo de identificação dos artigos científicos.

No seguimento de recolha de dados procedeu-se a uma análise de conteúdo, que caracteriza e identifica os processos de observação, descrição, análise e interpretação dos conteúdos das principais organizações feministas nas redes sociais. Além de que, numa primeira fase, foi necessário selecionar as principais organizações feministas, atendendo às suas atribuições e às suas classificações no seu universo, de modo a delinear o número de organizações existentes e, posteriormente, centrar a sua participação nas redes sociais com maior número de utilizadores em Portugal.

Em seguida, foi definida a análise de conteúdo que abrange um conjunto de variáveis, definidas no período de três anos, ou seja, entre Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023. Considerando-se, previamente, as principais redes sociais a serem analisadas e, conseqüentemente, identificadas de forma a estruturar e evidenciar as seguintes variáveis da análise de conteúdo contribuindo, deste modo, como indicadores ou métricas para uma interpretação final:

³⁸ O '*Journal of Digital Social Research*' (*JDSR*) é um jornal *on-line* de acesso livre de pesquisa de informação, com atuação nas ciências sociais, nas tecnologias digitais e na sociedade contemporânea, membro do Centro de Pesquisa Social Digital da Universidade de Umeå (DIGSUM), na Suécia. (*Journal of Digital Social Research* [*JDSR*], 2023).

³⁹ O '*Sage Journals*' é um jornal virtual de pesquisa de informação educacional e científica no âmbito de atuação nas ciências sociais.

⁴⁰ O '*Google Scholar*' é uma biblioteca virtual de acesso livre de pesquisa de informação científica.

- a. Localização das organizações feministas;
- b. Número de associados;
- c. Presença nas redes sociais (*Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn, TikTok, etc.*);
- d. Número total de publicações nas principais redes sociais no período de três anos;
- e. Número total de conexões ou seguidores;
- f. Número total de utilizadores ou usuários a seguir;
- g. Número total de artigos e publicações referentes ao *website* e nas principais redes sociais, no período do último mês;
- h. Formatos utilizados para partilha de conteúdo (vídeos, imagens, textos, entre outros);
- i. Principais conteúdos partilhados;
- j. Principais temáticas abordadas;
- k. Número de ‘gostos’ ou número de ‘likes’ na última publicação;
- l. Número de comentários na última publicação;
- m. Número de ‘shares’ e de visualizações na última publicação.

As principais organizações feministas foram eleitas mediante os critérios de seleção nas organizações com maior número total de conexões ou seguidores e com maior número total de publicações correspondente ao período de três anos. Para o levantamento e recolha de dados foram utilizados recursos de observação, de modo que todas as publicações realizadas no período de três anos, possam ser detalhadamente analisadas e ponderadas.

Assim sendo, também foi necessário proceder à descrição dos conceitos que foram compreendidos na análise de conteúdo das principais redes sociais, recorrendo à construção de tabelas, bem como uma descrição, a partir das observações da autora, considerando o conteúdo observado. Em seguida, de forma a facilitar a estruturação e a observação do conteúdo em estudo, foi efetuada uma análise das temáticas abordadas nas principais redes sociais que se inserem no método de pesquisa quantitativo e no método de pesquisa qualitativo, como referido anteriormente. Neste contexto, ocorre três horizontes temporais para o levantamento e recolha de dados - circunscrito num período de três anos, num período limitado correspondendo a um mês e na última publicação -, considerando-se à diversidade das problemáticas apresentadas e o conjunto de dados na sua totalidade (Apêndice F).

4.5. Análise de Conteúdo nas Redes Sociais

Antes de procedermos a uma análise de conteúdo torna-se necessário averiguar o conhecimento na utilização *internet* e das redes sociais, bem como no setor das organizações feministas em Portugal.

Neste contexto, verifica-se que a população total residente em Portugal, corresponde a 10.343.066 milhões de indivíduos, segundo os resultados divulgados pelos Censos de 2021. Consistindo num número total de habitantes comparativamente inferior com o quadro do respetivo ano de 2011 (-2.1%). E é de realçar que, atualmente, 5.422.846 milhões de indivíduos⁴¹ em Portugal, são do sexo feminino (-1.7%), enquanto que 4.920.220 milhões de indivíduos são do sexo masculino (-2.5%) (INE, 2022).

Deste modo, e segundo os indicadores veiculados à Invoicexpress (2023) foram estimados que cerca de 8.73 milhões de indivíduos em Portugal, disponham de acesso à *internet*. Apesar de uma utilização elevada de indivíduos que utilizam tecnologias digitais, por grupos de identidade e por faixas etárias entre 2021 e 2022 diminuíram 19 mil (-0.2%) de utilizadores em Portugal. Correspondo a 1.53 milhões de indivíduos (14.9%) que no início de 2023 não utilizavam a *internet* (Datareportal, 2023; Invoicexpress, 2023).

No entanto, é a partir dos computadores pessoais (79.4%), dos telemóveis, maioritariamente, dos smartphones (98.2%) e dos *tablets* (47.4%) que acedem à *internet* (Invoicexpress, 2023). Assim, a maioria dos usuários e dos utilizadores utiliza a *internet* para:

Atividade	2022	2021
Procurar informações	80.5%	82.4%
Pesquisar como realizar determinada tarefa	68.6%	71%
Acompanhar acontecimentos da atualidade em jornais de referência	67.3%	69.2%
Comunicar com familiares e amigos	66,1%	70,2%
Procurar ideias e inspirações	61.3%	64.8%
Ouvir música	61%	65%
Procurar informações sobre destinos turísticos ou viagens de lazer	60.6%	62.4%
Pesquisar informações sobre produtos, serviços e marcas	60.5%	64.4%
Ocupar o tempo livre (<i>hobby</i>)	52.4%	56.5%

⁴¹ Os dados encontram-se disponíveis, meramente, para o sexo feminino e para o sexo masculino.

Assistir programas televisivos, vídeos, séries e filmes	51.2%	53.5%
---	-------	-------

Tabela 1 – Principais Atividades na Utilização da *Internet* em Portugal (Invoicexpress, 2022, 2023).

Neste sentido, o número total de utilizadores nas redes sociais representa 8.05 milhões (78.5%) da população portuguesa. Sendo que, por um lado, as plataformas de *media* sociais com maior número de utilizadores são o *Youtube* com 7.43 milhões de indivíduos, em seguida o *Facebook* com 5.90 milhões de utilizadores e, subsequentemente, o *Instagram* com 5.30 milhões de utilizadores. Por outro, as redes sociais mais utilizadas em Portugal, são o *WhatsApp* (87.8%), o *Facebook* (83.9%) e o *Instagram* (81.6%). Contudo, salienta-se que o número de contas aderentes e alistadas nas redes sociais poderá indicar um número relativamente inferior, pois, cada utilizador poderá utilizar, simultaneamente, mais do que uma conta (Datareportal, 2023; Invoicexpress, 2022, 2023).

Assim sendo, as redes sociais selecionadas para o presente estudo são o *Facebook* e o *Instagram*, visto que são as plataformas digitais mais utilizadas em Portugal e com maior número de utilizadores. Considerando-se que em média são despendidas, aproximadamente, duas horas e vinte cinco minutos, por dia nas redes sociais em Portugal. Sendo o sexo feminino (52.2%) com maior presença nas redes sociais, enquanto que o sexo masculino corresponde a uma percentagem relativamente inferior (47.8%) (Datareportal, 2023; Invoicexpress, 2023).

Dada a necessidade de averiguar e de aprofundar o conhecimento no setor das organizações em Portugal, o autor Bilhim (2021) descreve as organizações como “uma entidade social, conscientemente coordenada” (p. 23), que economicamente necessita de ter um objetivo e uma atividade principal que se adegue “no acesso ao consumo de natureza de bens e de serviços públicos produzidos” (Universidade Católica Portuguesa, 2015, p. 54).

Atualmente, e de modo genérico, consideram-se ‘organizações feministas’ como instituições humanitárias ou organizações não-governamentais de cariz social e de interesse público, que podem deter mais do que um estatuto legal específico acumulando, por exemplo, o estatuto de ONG, ONGIG⁴² ou ONGM.⁴³ Uma vez que abordam e apelam para distintas

⁴² As ONGIG são Organizações não Governamentais para a Igualdade de Género.

⁴³ Deste modo, é de realçar que, atualmente, o estatuto jurídico ‘Organizações não Governamentais de Mulheres’ (ONGM), é definido pela legislação portuguesa, de acordo com a Portaria n.º 174/2019, de 6 de Dezembro, acorde pelo Diário da República (DRE), como poderá ser consultada em: (<https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/174-2019-122520771>). Assim como regulamenta os termos previstos pela Lei n.º 26/2019, de 28 de Março, segundo o Diário da República (DRE), como poderá ser consultada em: (<https://bit.ly/448orjF>).

asserções correlacionadas com os diversos indícios de violência sobre as mulheres e, consequentemente, sobre outros indivíduos, a partir da opressão e do domínio exercido, como, por exemplo: a violência doméstica que são intrínsecas com a ofensa à integridade física⁴⁴ (e.g. abuso e agressão verbal, psicológica e ou física), o feminicídio, a violência sexual, a violência obstétrica,⁴⁵ a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, a violência de género, a defesa dos direitos *LGBTQ+*, a prostituição, o tráfico de mulheres, a sociedade patriarcal, o assédio sexual, a defesa dos direitos humanos, o racismo, entre outros (Collins, 1998; Crenshaw, 1991; Forester, Thompson, Lusvardi e Weldon, 2022; Martin, 1990; Milkman, 2017; Townsend-Bell, 2012).

Conforme a autora Bunjun (2010), as organizações feministas são espaços circunscritos, sob os quais ocorrem as práticas feministas de transformação social e política. Deste modo, as feministas assimilaram a burocracia como um modelo organizacional hierárquico, autoritário e discriminatório. Neste contexto, foram desenvolvidas estruturas facultativas aos modelos burocráticos tradicionais. Estas estruturas opcionais desaprovaram os modelos organizacionais hierárquicos e burocráticos, considerando os princípios da irmandade e da atividade política individual. Assim sendo, as estruturas organizacionais feministas são múltiplas e diversas (Bunjun, 2010).

Assim, e segundo os dados divulgados pela Agenda de Eventos Feministas (2023), em território de Portugal Continental e incluído ilhas operam 454 organizações feministas, sendo que 123 abrangem todo o país. No que se refere aos Distritos de Braga, Coimbra, Lisboa e Porto, observam-se como os distritos com maior número de organizações. Tal como se encontram na tabela seguinte (Tabela 2), com o seu respetivo levantamento e recolha de dados das organizações feministas que atuam em Portugal.

⁴⁴ Acorde com o termo da legislação portuguesa deferida pelo artigo 143.º do Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, “Código Penal de 1982 versão Consolidada Posterior a 1995” e, em consonância com o Ministério Público da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (PGDL) de 1995, como poderá ser consultado em: (<https://bit.ly/3poRTCZ>).

⁴⁵ No contexto da violência obstétrica, entende-se por violência física como um ato e ou uma prática de utilização da força, nomeadamente, a partir das agressões físicas e ou das restrições de tratamentos clínicos. No caso da violência psicológica manifesta-se, essencialmente, a partir dos abusos e agressões verbais que emergem por ação de uma linguagem inapropriada e imprópria, de modo hostil e rude, incluindo, apreciações de natureza ofensiva e provocatória, ou inerente a atentatórios de diminuir a autoestima da mulher, ameaças de recusa de tratamentos clínicos e, sob a culpabilização pelos lamentáveis desfechos ou resultados clínicos, bem como pela discriminação das mulheres com base nas suas características sociodemográficas, como: idade, etnicidade, *status* social, entre outros fatores. Em síntese, são relações ineficientes e inaceitáveis entre mulheres e profissionais de saúde (Barata, 2022).

Distrito	Entidades
Total	454
Açores	6
Aveiro	8
Beja	5
Braga	20
Bragança	5
Castelo Branco	5
Coimbra	29
Évora	9
Faro	13
Guarda	2
Leiria	4
Lisboa	125
Madeira	5
Portalegre	0
Porto	67
Santarém	1
Setúbal	8
Viana do Castelo	2
Vila Real	4
Viseu	11
Movimentos Internacionais	2

Tabela 2 – Organizações Feministas por Distritos (Agenda de Eventos Feministas em Portugal, 2023)

Neste contexto, e atendendo ao objeto de investigação em estudo, a fim de direcionar o requisito de investigação inicialmente proposto, torna-se necessário aplicar critérios de seleção que considerem os parâmetros de inclusão e de exclusão, tendo em conta o número de organizações difundidas, considerando a atividade que estas exercem. Primordialmente, estes critérios possibilitam e proporcionam que todas as organizações feministas divulgadas pela Agenda de Eventos Feministas em Portugal (2023) possam ser averiguadas, de modo a delinear o número de organizações existentes. Em seguida, são identificadas as principais temáticas aludidas nas principais redes sociais. Assim, seguem-se os critérios e os parâmetros de seleção atribuídos.

CrITÉRIOS de Seleção	
Inclusão	Exclusão
Todas as entidades com alusão ao feminismo e ao ativismo feminista, desde organizações comunitárias, plataformas, coletivos, comunidades, grupos estudantis, organizações políticas apartidárias, entre outras;	Entidades sem alusão ao feminismo, como, por exemplo, instituições públicas e privadas de ensino superior, espaços culturais, negócios locais, editoras, entre outras;
Organizações que abrangem mais do que um estatuto jurídico (e.g. ONG, ONGIG ou ONGM, bem como ARID).	Organizações com um estatuto jurídico em Organizações não governamentais de Ambiente (ONGA), Organizações não governamentais de Pessoas com Deficiência (ONGPD), bem como Organizações não governamentais para o Desenvolvimento (ONGD).
Organizações com atividades principais na defesa dos direitos humanos, defesa igualdade de género, direitos reprodutivos e no acesso à saúde, fim do assédio sexual e na oposição da violência exercida face ao grupo das mulheres, defesa dos direitos <i>LGBTQ+</i> e na violência de género, defesa das mulheres em posições de liderança política e cultural;	Entidades com atividade principais, como, por exemplo, em atividades pedagógicas, lúdicas, artísticas, recreativas, desportivas e editoriais, atividades na proteção do ambiente e no desenvolvimento sustentável e com atividades na preservação do património, entre outras;

Tabela 3 - Critérios de Seleção das Organizações Feministas em Portugal

Numa primeira análise foram identificadas 230 entidades (Apêndice C), sendo que devido ao elevado número foram novamente aplicados critérios de inclusão e de exclusão, de modo a delimitar a pesquisa existente.

CrITÉRIOS de Seleção	
Inclusão	Exclusão
Considerando-se entidades com atividades juristas no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres, Estudos de Género e Estudos Feministas.	Entidades com atividades recreativas e desportivas, atividades religiosas, atividades políticas ou partidárias e ou organizações com associativismo sindical, empresarial e profissional, entre outras;

Organizações direcionadas para as mulheres, considerando-se as últimas publicações nas principais redes sociais.	Organizações sem alusão ao grupo das mulheres, considerando-se as últimas publicações nas principais redes sociais.
--	---

Tabela 4 - Critérios de Seleção das Organizações Feministas em Portugal (2.^a Etapa)

Neste sentido, foram identificadas e analisadas 25 organizações feministas (Apêndice D), sendo novamente aplicados critérios de seleção.

Critérios de Seleção	
Inclusão	Exclusão
Organizações feministas com número total de seguidores ou subscritores superior aos 3.500 mil;	Organizações feministas com um número total de seguidores ou subscritores inferior aos 3.500 mil.
Organizações feministas com um número total de publicações superior aos 3.500 mil;	Organizações feministas com um número total de publicações inferior aos 3.500 mil.
Organizações feministas que disponham de conteúdos nas principais redes sociais e que apresentam atividade regular;	Organizações feministas que não disponham de conteúdos nas principais redes sociais ou apresentam inatividade (num período igual ou superior aos seis meses);
Organizações feministas com atividades nas principais redes sociais igual ou superior aos três anos.	Organizações feministas com atividades nas principais redes sociais inferior aos três anos.

Tabela 5 - Critérios de Seleção das Organizações Feministas em Portugal (3.^a Etapa)

Assim sendo, para o presente estudo foram identificadas, essencialmente, nove entidades, como se encontra na tabela seguinte:

Sigla ou Abreviatura	Designação	Localização
-----------------------------	-------------------	--------------------

UMAR	União de Mulheres Alternativas e Resposta	Rua da Cozinha Económica, Bloco D, Espaços M e N, 1300-149 Lisboa - Portugal
FEM	Feministas em Movimento	Rua B ao Bairro da Liberdade, Lotes 3 a 6 - 1.º andar, Campolide, 1070-165 Lisboa
PPDM	Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres	Centro Maria Alzira Lemos – Casa das Associações. Parque Infantil do Alvito, Estrada do Alvito, Monsanto, 1300-054 Lisboa
SÉC. XXI	Mulher Século XXI – Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres	Largo Rainha Santa Isabel n.º 1 R/C Dto. 2410-165 Leiria
AMSF	Associação Mulheres sem Fronteiras	Estrada do Alvito Parque Infantil do Alvito, 1300-054, Alcântara, Lisboa
APEM	Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres	Sede: Centro Maria Alzira Lemos, Casa das Associações, Parque Infantil do Alvito, Estrada do Alvito, 1300-054 Lisboa
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	Rua Almeida Brandão, N.º 7, 1200-602 Lisboa
Rede	Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens	Rua de Moscavide 71, 1990-100 Lisboa (Moscavide/ Parque das Nações)
APMJ	Associação Portuguesa de Mulheres Juristas pelos Direitos Humanos das Mulheres	Rua Manuel Marques, n.º 21-P 1750-170 Lisboa

Tabela 6 – Organizações Feministas Inclusas

Assim, a presente análise de conteúdo contempla dois momentos distintos que se constituem pelo estudo das duas redes sociais selecionadas, nomeadamente, na análise de conteúdo no *Facebook* e na análise de conteúdo no *Instagram*. Todas as organizações feministas selecionadas possuem *Facebook*, porém, apenas cinco dinamizam a sua atividade no *Instagram*, sendo que a APEM, APMJ e SÉC. XXI, tal como a AMSF não têm presença na rede social do *Instagram*.

As análises efetuadas foram realizadas considerando as variáveis, previamente, estabelecidas que consideram na sua totalidade um período de análise de três anos entre Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023. A recolha de dados foi realizada tendo em consideração o período

temporal de um mês, especificamente. No entanto, os dados foram considerados no seu conjunto, de modo a facilitar a sua interpretação e o seu desenvolvimento para a análise e discussão dos resultados.

Pela análise de cada rede social, os dados são apresentados e analisados através de cinco etapas que expõem cinco tabelas distintas. Estas etapas constituem-se pela (1) caracterização do número de seguidores; (2) identificação do número total de publicações; (3) principais conteúdos publicados; (4) temáticas abordadas; (5) formatos utilizados para a partilha de conteúdo. Ao longo de toda a análise é também apresentado as observações realizadas pela autora que se baseiam nos fenómenos que foram recolhidos ao longo da análise de dados.

4.5.1. Análise de Conteúdo no *Facebook*

Na tabela seguinte observa-se o número total de seguidores que cada uma das organizações selecionadas detém na rede social do *Facebook*.

Organizações	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	Rede	APMJ
N.º de Seguidores	27.000	4.700	12.000	4.300	3.700	5.100	41.000	10.026	11.734

Tabela 7 – Número Total de Seguidores no *Facebook*

Verifica-se, assim, que existe uma discrepância entre as principais organizações feministas analisadas. Na medida que a CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género dispõem de 41.000 seguidores e a UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta possui cerca de 27.000 seguidores, sendo as duas entidades com maior número de seguidores na rede social do *Facebook*. Tal fenómeno ocorre devido à sua relevância e à sua proeminência no panorama do ativismo feminista português. Ambas surgiram no rescaldo da Revolução do 25 de abril de 1974, que derrubou o regime do Estado Novo que governou Portugal por mais de quatro décadas. Neste contexto, verificou-se que após a Revolução dos Cravos, os direitos de igualdade tornaram-se mais visíveis nos poderes políticos.

Assim sendo, a mais antiga organização feminista, a UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta foi constituída em 12 de Setembro de 1976, como uma organização não

governamental (ONG) que se encontra associada ao Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM) desde 1977 (UMAR, 2023).

A CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género foi constituída a 17 de Novembro de 1977, com o intuito de garantir o cumprimento de um dos fundamentais princípios da Constituição Portuguesa: a igualdade entre mulheres e homens. Constituiu-se como um organismo nacional, cuja administração depende do Estado, que é responsável pela execução das políticas públicas no domínio da cidadania e no incremento da defesa da igualdade de género (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2021).

A PPDM - Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres é a terceira organização com mais seguidores no *Facebook*, identifica-se como sendo uma organização “de carácter social, cultural e humanista, sem fins lucrativos e independente sob o ponto de vista partidário, administrativo e confessional” (PPDM, 2023). Esta organização emergiu em 12 de Novembro de 2004, sendo uma organização não governamental de mulheres (ONGM), tendo como objetivo em promover a igualdade e oportunidades congéneres entre homens e mulheres, tal como na defesa dos direitos do sexo feminino.

A APMJ – Associação Portuguesa de Mulheres Juristas pelos Direitos Humanos das Mulheres, com um carácter distinto das outras organizações mencionadas, é uma organização não governamental constituída por juristas, fundada em 1988. Os seus objetivos centrais resultam das perspetivas de defesa dos direitos das mulheres e na contribuição para estudos críticos. Assim, a APMJ constituiu-se também na convicção da responsabilidade individual e no papel ativo nas transformações necessárias e oportunas na legislação, tal como na erradicação das desigualdades (APMJ, 2023).

A Rede - Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens, é uma organização sem fins lucrativos, constituída por um coletivo informal composto por entidades juvenis na defesa dos direitos das mulheres e homens. Assim, a rede tem como objetivo a intervenção e o incremento da igualdade entre géneros nos mais jovens (Rede, 2023).

A FEM – Feministas em Movimento é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2019, que integra indivíduos que participam e contribuem ativamente nas atividades políticas e cívicas, tal como pertencem ao feminismo na defesa dos direitos de igualdade. Constituiu-se como uma organização acionada às temáticas de violência doméstica, e não só (FEM, 2023).

A AMSF - Associação Mulheres sem Fronteiras tem como área de intervenção no incremento dos direitos humanos do sexo feminino, sobretudo, no que concerne à prevenção da

violência sexual, sob o qual é incluída a mutilação genital feminina,⁴⁶ sendo a temática que aborda, de modo frequente, assim como promove a igualdade de género (Ribeiro, 2023).

A Mulher Século XXI - Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres foi constituída em 2001, e é uma ONGM, que foi aprovada pelo Estado Português em 2010, como uma instituição de utilidade pública. O seu principal âmbito de atuação é na defesa das mulheres vítimas de violência doméstica (Diretório, 2023).

Com um carácter maioritariamente distinto das outras organizações, mas também com um impacto significativo para o incremento do feminismo e do ativismo feminista - a Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) é uma entidade de carácter científico, que emergiu em 1991, e congrega um conjunto significativo de investigadores e de profissionais especializados nas mais diversas instituições académicas e científicas. Constituiu-se como uma organização sem fins lucrativos, que visa auxiliar, promover, dinamizar e divulgar o conhecimento científico no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres, Estudos de Género e Estudos Feministas (APEM, 2019).

Neste contexto, na tabela seguinte (Tabela 8) observam-se os dados relativos ao número total de publicações realizadas no período temporal compreendido entre Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023, na página do *Facebook* das organizações feministas elegidas:

Organizações	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ
N.º de Publicações	2.529	636	960	366	189	804	3.607	177	1.789

Tabela 8 – Número Total de Publicações no *Facebook*

Pela análise da tabela anterior, observa-se o número total de publicações ao longo do período selecionado, bem como se pode verificar que todas as organizações selecionadas são muito ativas, com diversas publicações por mês, como se verifica nos casos da CIG e UMAR reafirmando-se a relevância no panorama feminista em Portugal, sendo que em média é

⁴⁶ A mutilação genital feminina (MGF) “engloba todos os procedimentos que envolvem a remoção parcial ou total dos genitais externos femininos e ou lesão dos órgãos genitais femininos por razões culturais ou quaisquer outras razões não terapêuticas (Moreira & Gomes, 2012, p. 582). É decretado pela Assembleia da República (1982) a “Trigésima oitava alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, autonomizando o crime de mutilação genital feminina, criando os crimes de perseguição, casamento forçado e alterando os crimes de violação, coação sexual e importunação sexual, em cumprimento do disposto na Convenção de Istambul”: Lei n.º 83/2015, de 5 de Agosto, como poderá ser consultado em: (<https://bit.ly/3CVwIRx>).

realizada mais do que uma publicação por dia (Apêndice F). Durante o levantamento do número total das publicações, verificaram-se alguns destaques históricos que se traduziram num aumento do número de publicações, por exemplo, em fevereiro de 2022, com o início da guerra na Ucrânia e em agosto de 2021, com a retomada do poder do Afeganistão pelos talibãs, sendo este acontecimento considerado como um retrocesso nos direitos das mulheres afegãs tinham vindo a alcançar nos últimos anos.

De seguida é apresentada na Tabela 9, cujos dados refletem os principais conteúdos partilhados pelas organizações feministas ao longo dos últimos três anos:

Organizações Feministas									
(9 entidades)									
Conteúdos Partilhados	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ
Total	2.529	636	960	366	189	804	3.607	177	1.789
Divulgação de Atividades^(a)	714	91	248	217	104	574	1.758	73	480
Divulgação de Notícias	1.119	441	594	123	44	148	1.532	36	1.177
Campanhas de Sensibilização	123	16	12	11	21	59	115	23	29
Campanhas de Donativos	77	13	11	6	5	0	113	7	0
Shares Divulgados	199	34	91	9	15	23	87	38	67
Biografia de Mulheres Relevantes^(b)	285	33	0	0	0	0	0	0	0
Outros	12	8	4	0	0	0	2	0	36

^(a) Por atividades ou eventos consideram-se: *workshops*, ações de formação, encontros, convocatórias, manifestações, petições, *picnics*, congressos, entre outros.

^(b) Por biografia de mulheres relevantes consideram-se: homenagens ou tributos, retribuições de honra, tornar público atos de agradecimento por mérito, entre outros. Sendo conteúdos relevantes para algumas organizações feministas, pois, abordam o universo das feministas do país e em larga escala.

Tabela 9 - Principais Conteúdos Publicados no *Facebook* entre Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023

O ativismo feminista a atuar em Portugal constitui-se maioritariamente com a divulgação de notícias relacionadas com o sexo feminino e os seus direitos. Neste contexto, a divulgação de eventos e os *shares* são também uma forte componente dos principais conteúdos partilhados pelas organizações feministas, ao longo dos últimos três anos.

Todavia, é de realçar que nem todas as organizações feministas divulgam ou realizam publicações de mulheres relevantes, sendo que se destacam a UMAR e a FEM que dedicam

algumas das suas publicações às mulheres conhecidas do vasto público em domínios, como as ciências, as artes, a política, entre outras. Deste modo, a CIG não realiza esta tipologia de publicação, no entanto, em termos de média é a que mais divulga notícias de eventos e de atividades por mês devido aos princípios, sob os quais esta organizações assenta, sendo uma organização de vinculação entre as distintas ONGDM, assim como uma das organizações feministas que mais divulga notícias com 42.48% das publicações (Apêndice F).

Neste contexto, verifica-se que a APMJ reúne 99.9% das publicações em conteúdos de notícias, a PPDM detém 61.9% das publicações, a UMAR apresenta 44.3% das publicações e, por último, a CIG abrange os tais 42.8%, sendo estas as quatro entidades que mais divulgam conteúdos (Apêndice F). De seguida é apresentada na Tabela 10, cuja observação reflete as principais temáticas abordadas nas organizações elegidas, num período temporal de um mês:

Organizações (Cont.)									
(9 entidades)									
Temáticas Abordadas^(c)	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ
Total	28	9	6	3	1	13	24	0	30
Direitos Reprodutivos e Acesso à Saúde	1	1	0	0	0	2	1	0	2
Retomada do Poder do Afeganistão pelos Talibãs	1	0	0	0	0	0	0	0	5
Desporto Equitativo	2	0	2	0	0	0	1	0	0
Estudos Feministas	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Violência no Namoro e Violência Doméstica	1	1	0	3	0	0	2	0	1
Direitos das Mulheres	1	3	1	0	0	1	1	0	1
Igualdade Efetiva entre Mulheres e Homens	0	0	1	0	0	1	8	0	0
Estudos de Género	0	0	0	0	0	4	1	0	0
Direitos Humanos	0	0	0	0	0	0	1	0	3
Outras	22	4	2	0	1	5	9	0	10

^(c) Apresenta-se apenas as temáticas mais abordadas pelas organizações feministas na rede social do *Facebook*, tendo em consideração à diversidade das problemáticas divulgadas. Contudo, poderá ser observado as temáticas na sua íntegra em Apêndice F.

Tabela 10 - Principais Temáticas Divulgadas no *Facebook* em Janeiro de 2023

Deste modo, o desporto equitativo é a temática mais divulgada e com maior evidência atendendo às publicações da UMAR. À semelhança dos Estudos de Género no Ensino Superior, da retomada do poder do Afeganistão pelos Talibãs, dos direitos reprodutivos e do acesso à saúde, assim como da violência doméstica que se encontram na génese da sua agenda, circunscrito num período temporal de um mês. No entanto, no âmbito dos Estudos de Género, nos Estudos Feministas e na igualdade efetiva entre mulheres e homens, entre outras temáticas, são os assuntos que ocupam menos publicações mediante o período temporal selecionado. Não obstante, nos últimos três anos, os direitos das mulheres correspondem à temática mais divulgada com 21.4% das publicações no *Facebook* (Apêndice F).

No que se concerne às organizações feministas incluídas nesta listagem, a CIG, atribuiu prioridade à igualdade efetiva entre mulheres e homens, não fosse este o princípio que esteve na génese da sua institucionalização. Assim sendo, as principais temáticas abordadas, num período temporal de um mês são os Estudos de Género, o desporto equitativo, os direitos reprodutivos e o acesso à saúde, tal como a violência no namoro e a violência doméstica.

Quanto à PPDM, observa-se que as temáticas abordadas nas suas publicações são também os direitos das mulheres, o desporto equitativo e a igualdade efetiva entre mulheres e homens. Considerando a recolha de dados efetuada, constata-se que as temáticas apresentadas face à igualdade efetiva entre mulheres e homens equivale a 21.3% e os direitos das mulheres representam 23.2% das publicações na rede social do *Facebook* (Apêndice F).

No que diz respeito ao número de seguidores, encontra-se a APMJ organização que, tal como citado anteriormente, tem uma abordagem distinta em relação ao ativismo feminista, pois, consiste numa organização constituída por juristas que promove a defesa dos direitos das mulheres e contribui para estudos críticos (APMJ, 2023). Assim sendo, as principais temáticas abordadas são os direitos das mulheres, os Estudos Feministas, a retomada do poder do Afeganistão pelos Talibãs, os direitos reprodutivos e o acesso à saúde, tal como a violência no namoro e a violência doméstica, num período temporal de um mês. Ainda assim, nos últimos três anos, verifica-se que a defesa dos direitos das mulheres corresponde 13.6% das publicações e 25.5% retratam a igualdade de género (Apêndice F).

Relativamente, ao número de seguidores, destaca-se APEM, sendo uma entidade que tem uma abordagem distinta a respeito do ativismo feminista, dado que integra uma organização de carácter científico que promove e divulga conhecimento científico numa esfera privilegiada em temáticas de Estudos sobre as Mulheres, Estudos de Género e Estudos Feministas (APEM, 2019). Neste contexto, os direitos das mulheres, a igualdade efetiva entre mulheres e homens e o desporto equitativo são temáticas abordadas na sua agenda. Adicionalmente, destaca-se também que a maioria das publicações se referem à divulgação de eventos de cariz científico e

acadêmico, no âmbito dos Estudos Feministas, Estudos de Género, Estudos de Género no Ensino Superior, direitos das mulheres, assim como na igualdade efetiva entre mulheres e homens.

A FEM, por sua vez, privilegia as temáticas dos direitos reprodutivos e o acesso à saúde, da violência no namoro e violência doméstica, tal como os direitos das mulheres, num período temporal de um mês. Nos últimos três anos, os assuntos mais divulgados são os direitos das mulheres (11.6%), a violência em relações de intimidade (35.1%) que considera a violência doméstica (23.4%) e a violência de namoro (11.6%), como poderá ser observado em Apêndice F.

No que se refere à entidade feminista, Mulher Século XXI, verifica-se que o objetivo central desta organização corresponde na oposição e na disputa pela violência no namoro e pela violência doméstica, o que explica o facto de que 47% das suas publicações, nos últimos três anos, abordam a temática da defesa das mulheres vítimas de violência doméstica. No entanto, num período circunscrito de um mês, não foi possível encontrar nenhuma publicação onde fossem abordadas outras problemáticas.

A Rede, por sua vez, não divulgou nenhuma publicação no mês de Janeiro de 2023. No entanto, observa-se que no período de três anos, a temática com maior relevância foi a igualdade efetiva entre homens e mulheres

Por fim, a AMSF orientou as suas atividades em torno da violência de género, nomeadamente, na violência sexual e na mutilação genital, bem como nos direitos das mulheres e na igualdade de género, temáticas essas que representam 79.9% das publicações que esta organização realizou no *Facebook*. Seguem-se os direitos humanos que representam 20.1% das publicações. Contudo, não foi possível assinalar nenhuma publicação que abordasse as temáticas dos direitos sexuais e reprodutivos, os direitos ao acesso à saúde, os direitos da comunidade *LGBTQ+*, assim como a discriminação laboral e paridade (Apêndice F).

De seguida são apresentados os dados que refletem sobre os principais formatos utilizados pelas organizações selecionadas num período temporal de um mês:

Formatos Utilizados ^(d)	Organizações (9 entidades)								
	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ
Total	28	9	6	3	1	13	24	0	30
Imagem	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Imagem e Texto	2	0	0	0	1	5	0	0	3

Imagem, <i>Hashtag</i> e Texto	0	0	0	0	0	0	7	0	0
Imagem, <i>Hashtag</i>, Texto e <i>Link</i>	0	0	0	0	0	0	9	0	2
Imagens, <i>Hashtag</i> e Vídeos	0	0	0	0	0	0	5	0	0
Vídeo e Texto	0	0	1	0	0	0	0	0	0
<i>Link</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<i>Link</i> e Texto	3	1	0	2	0	3	0	0	1
<i>Link</i> e Imagem	0	0	0	0	0	0	0	0	5
<i>Link</i>, Texto e Imagem	20	3	3	0	0	5	3	0	15
<i>Link</i>, Texto e Vídeo	2	3	1	0	0	0	0	0	2
Fotografia e Texto	1	2	1	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(d) Apresenta-se apenas os formatos mais utilizados pelas organizações feministas na rede social do *Facebook*, tendo em consideração à diversidade dos formatos aplicados. No entanto, poderá ser observado os formatos utilizados na sua totalidade em Apêndice F.

Tabela 11 - Principais Formatos Divulgados no *Facebook* em Janeiro 2023

Neste sentido, verifica-se que os principais formatos utilizados no *Facebook* pelas entidades feministas são as imagens vinculadas com um texto e um *link*, como poderá ser observado nas figuras seguinte.

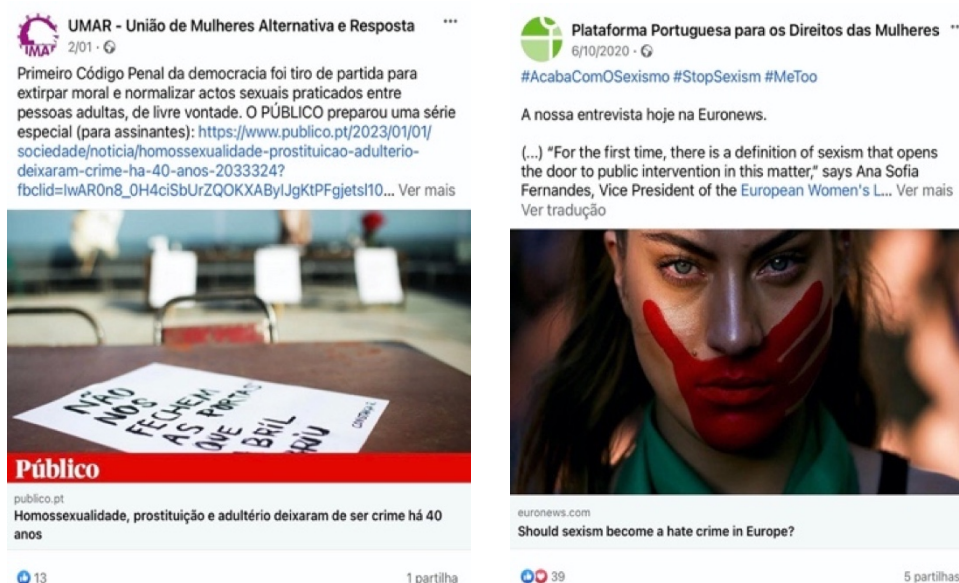


Figura 1 – Publicações na UMAR e na PPDM

4.5.2. Análise de Conteúdo no *Instagram*

Ainda que todas as organizações selecionadas disponham de uma página na rede social do *Facebook*, apenas cinco delas têm uma página na rede social do *Instagram*, dado que a SÉC. XXI, AMSF, APEM e a APMJ, não têm presença nessa rede social. Assim, segue-se à análise de conteúdo na rede social do *Instagram*. Inicia-se, pelo número de seguidores durante o período em análise entre Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023.

Organizações	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ
N.º de Seguidores	6.787	2.093	3.335	<i>n.a.</i> ^(e)	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>	5.832	1.480	<i>n.a.</i>

^(e)*n.a.*, corresponde aos valores não aplicáveis.

Tabela 12 - Número Total de Seguidores no *Instagram*

Através da tabela 12, observam-se o número de seguidores que cada uma das organizações selecionadas têm na rede social do *Instagram*. Tal como ocorre na rede social do *Facebook*, a UMAR e a CIG são as duas organizações que congregam o maior número de seguidores, sendo de igual modo as que mais publicam.

De seguida é apresentada na tabela seguinte, os dados que refletem sobre os principais conteúdos partilhados pelas organizações ao longo dos últimos três anos.

Organizações	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ
N.º de Publicações	600	220	130	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>	689	120	<i>n.a.</i>

Tabela 13 - Número Total de Publicações no *Instagram*

À semelhança do que acontece no *Facebook*, a maioria das publicações que são realizadas no *Instagram* pelas organizações analisadas centram-se, sobretudo, na divulgação de atividades e ou eventos relacionadas com as problemáticas sobre as quais é exercido o seu ativismo digital.

Das cinco organizações em observação, apenas a FEM não publicou conteúdo de notícias no período de análise.

Organizações Feministas									
(9 entidades)									
Conteúdos Partilhados	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ
Total	600	220	130	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	689	120	<i>n.a</i>
Divulgação de Atividades^(f)	338	143	74	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	488	80	<i>n.a</i>
Divulgação de Notícias	37	0	11	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	94	26	<i>n.a</i>
Campanhas de Sensibilização	9	23	7	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	45	6	<i>n.a</i>
Campanhas de Donativos	2	15	5	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	33	4	<i>n.a</i>
Biografia de Mulheres Relevantes^(g)	212	39	33	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	28	3	<i>n.a</i>
Outros	2	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	1	1	<i>n.a</i>

(^f) Por atividades ou eventos consideram-se: *workshops*, ações de formação, encontros, convocatórias, manifestações, petições, *picnics*, congressos, entre outros.

(^g) Por biografia de mulheres relevantes consideram-se: homenagens ou tributos, retribuições de honra, tornar público atos de agradecimento por mérito, entre outros. Sendo conteúdos relevantes para algumas organizações feministas, pois, abordam o universo das feministas do país e em larga escala.

Tabela 14 - Principais Conteúdos Publicados no *Instagram* entre Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023

Neste contexto, a divulgação de eventos e os *shares* são também uma forte componente dos principais conteúdos partilhados pelas organizações feministas, ao longo dos últimos três anos (Apêndice F). Todavia, é de realçar que nem todas as organizações feministas divulgam ou realizam publicações de notícias na rede social do *Instagram*. Deste modo, a FEM não realiza esta tipologia de publicação.

Organizações (Cont.)									
(9 entidades)									
Temáticas Abordadas^(h)	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ
Total	12	1	5	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	19	6	<i>n.a</i>
Igualdade Efetiva entre Mulheres e Homens	1	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	10	0	<i>n.a</i>

Vítimas de Violência Doméstica	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	3	0	<i>n.a</i>
Alterações Climáticas e Sustentabilidade Ambiental	4	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	1	0	<i>n.a</i>
Mulher Migrante	2	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Violência Sexual	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	5	<i>n.a</i>
Outras	5	1	5	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	5	1	<i>n.a</i>

^(b) Apresenta-se apenas as temáticas mais abordadas pelas organizações feministas na rede social do *Instagram*, tendo em consideração à diversidade das problemáticas divulgadas. Contudo, poderá ser observado as temáticas na sua íntegra em Apêndice F.

Tabela 15 - Principais Temáticas Divulgados no *Instagram* em Janeiro de 2023.

No caso da UMAR, por exemplo, apesar da temática dos direitos das mulheres vítimas de violência doméstica continuarem a ter a sua relevância, verifica-se que não existem publicações no período temporal selecionado, tal como não sucede uma disparidade considerável, no que se refere à distribuição das restantes publicações.

O caso da FEM, a temática mais abordada no *Instagram* é a defesa dos direitos das mulheres vítimas de violência doméstica com 25% das publicações e, no caso da violência em relações de intimidade representa cerca de 29.1% das publicações no período de três anos. Assim, encontram-se visíveis temáticas como a violência de género, a economia feminista, tal como a igualdade efetiva entre mulheres e homens.

A CIG, por sua vez, apresenta a temática da igualdade de género com um número de publicações muito semelhante em relação ao que se pode observar na rede social do *Facebook* no período de um mês. Sendo também a temática com maior número de publicações no *Instagram* (26%) circunscrito no período de três anos.

No que concerne na entidade feminista, a Rede mantém-se fiel nas suas disputas e nas suas oposições, concentrando-se em dois assuntos - na igualdade de género e na violência de género, na esmagadora maioria das suas publicações. Os direitos das mulheres (15.8%), a violência em relações de intimidade (16.7%) e a economia feminista (11.7%) dividem-se entre si, nas restantes publicações. No entanto, a principal temática abordada no período de análise é a violência sexual com cinco publicações.

Por fim, durante o período analisado de três anos, a PPDM, concentra-se nas temáticas da igualdade efetiva entre mulheres e homens (23.8%), na violência de género (20.8%) e na

violência em relações de intimidade (9.2%). No período de um mês apresenta cinco temáticas: “*Justice for Afghan Women*”, desporto equitativo, organizações feministas, 1.ª manifestação feminista em Portugal, tal como o poder e fragilidade na sociedade civil.

De seguida são apresentados na tabela seguinte (Tabela 16), os dados que refletem os principais formatos utilizados pelas organizações selecionadas no período de análise:

Organizações (Cont.)									
(9 entidades)									
Formatos Utilizados⁽ⁱ⁾	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ
Total	12	1	5	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	19	6	<i>n.a</i>
Imagem e Texto	5	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	1	<i>n.a</i>
Imagem, Texto <i>Hashtag</i>	2	1	1	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	12	0	<i>n.a</i>
Imagem Texto <i>Link</i>	4	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Vídeo e Texto	0	0	1	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Vídeo, Texto e <i>Hashtag</i>	0	0	1	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	4	5	<i>n.a</i>
Fotografia e Texto	1	0	1	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Fotografia, Texto e <i>Hashtag</i>	0	0	1	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	3	0	<i>n.a</i>
Outros	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>

⁽ⁱ⁾ Apresenta-se apenas os formatos mais utilizados pelas organizações feministas na rede social do *Instagram*, tendo em consideração à diversidade dos formatos aplicados. No entanto, poderá ser observado os formatos utilizados na sua totalidade em Apêndice F.

Tabela 16 - Principais Formatos Divulgados no *Instagram* em Janeiro 2023

Neste sentido, verifica-se que os principais formatos utilizados no *Instagram* pelas entidades feministas são as imagens vinculadas com um texto e *hashtags*. Nas figuras seguintes é possível observar um exemplo de cada formato de publicação para cada uma das organizações.

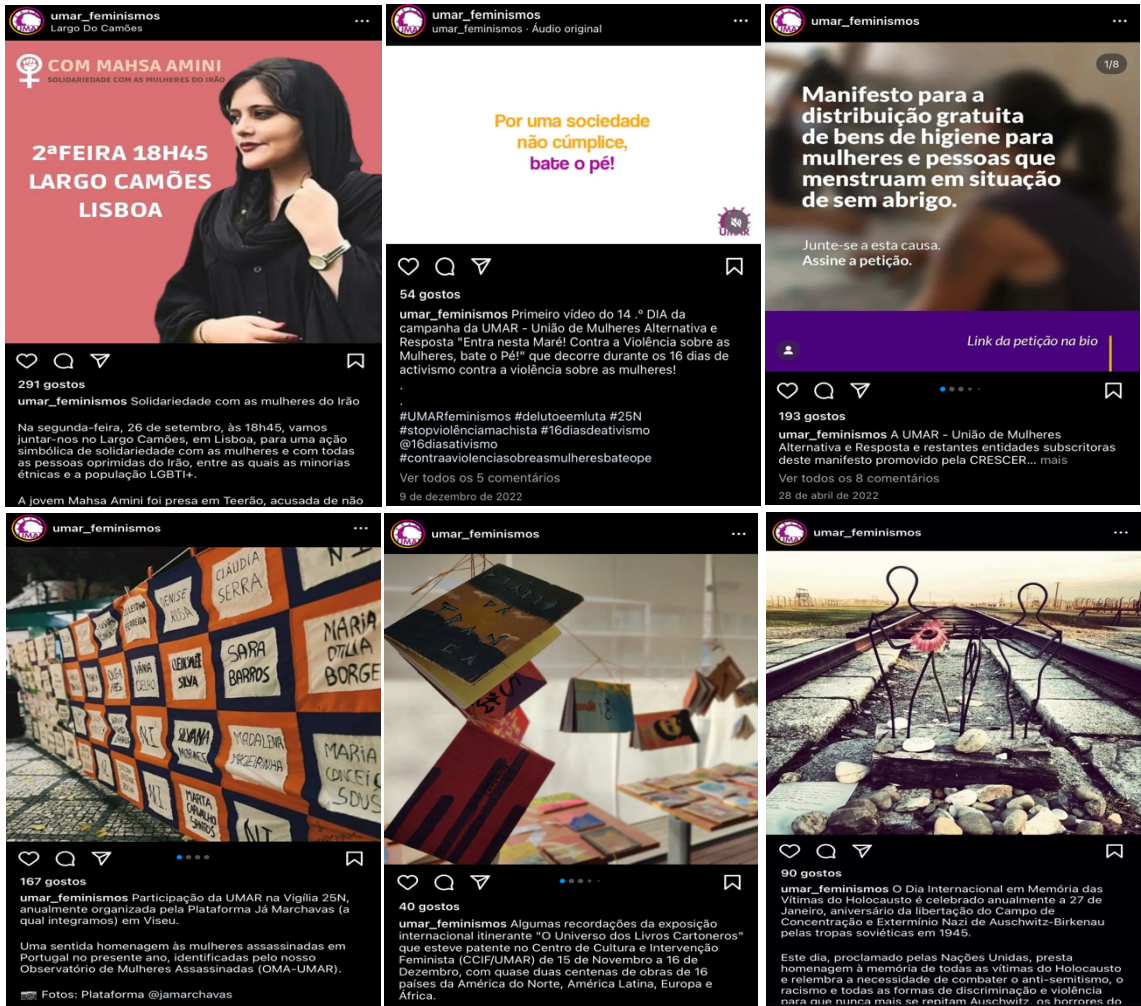


Figura 2 – Publicações no Instagram, UMAR



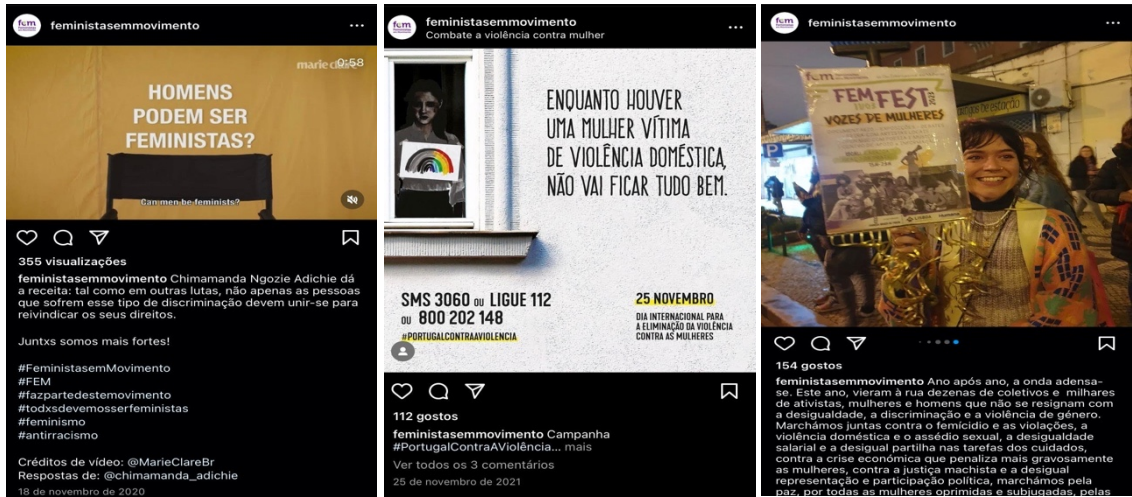


Figura 3 – Publicações no Instagram, FEM

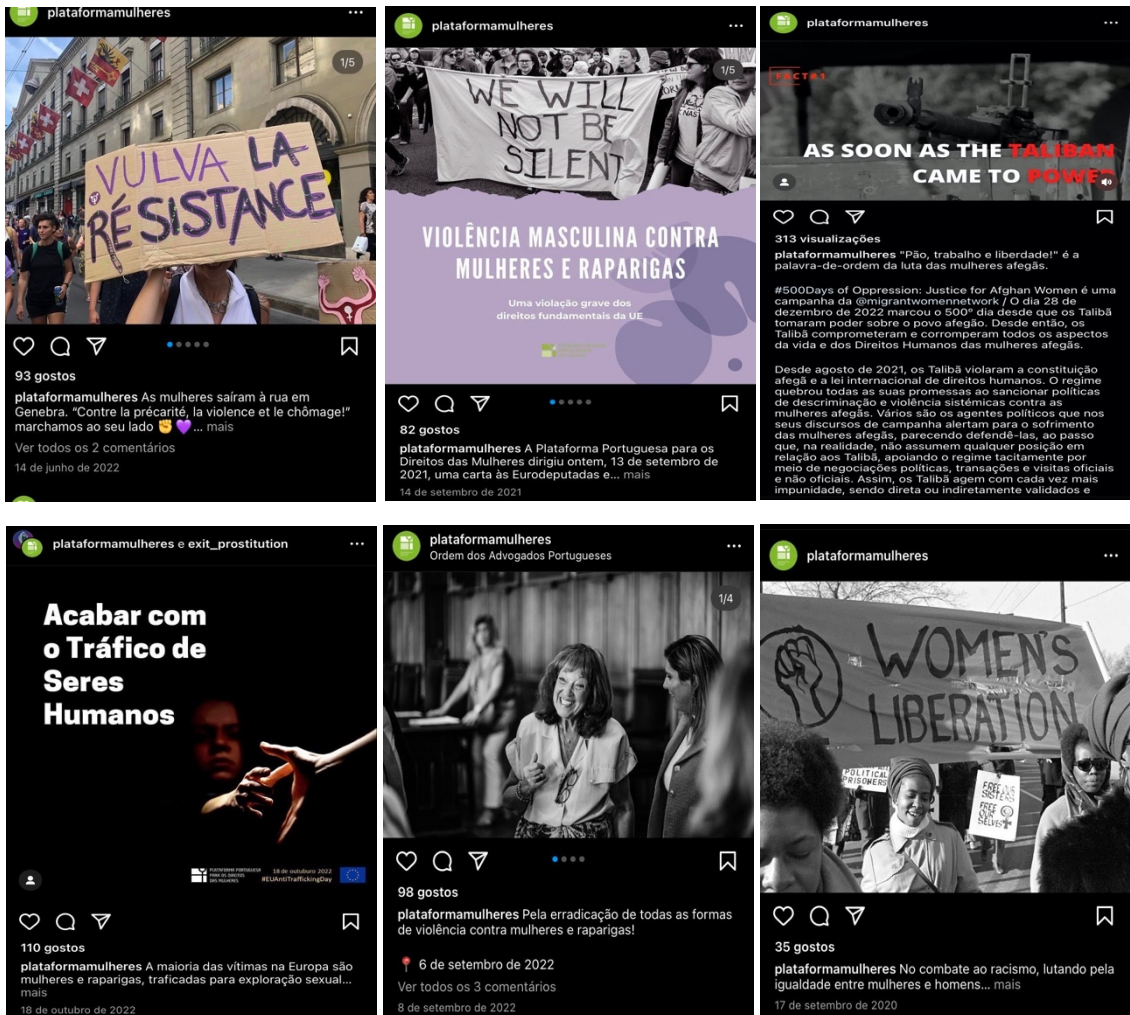


Figura 4 – Publicações no Instagram, PPD

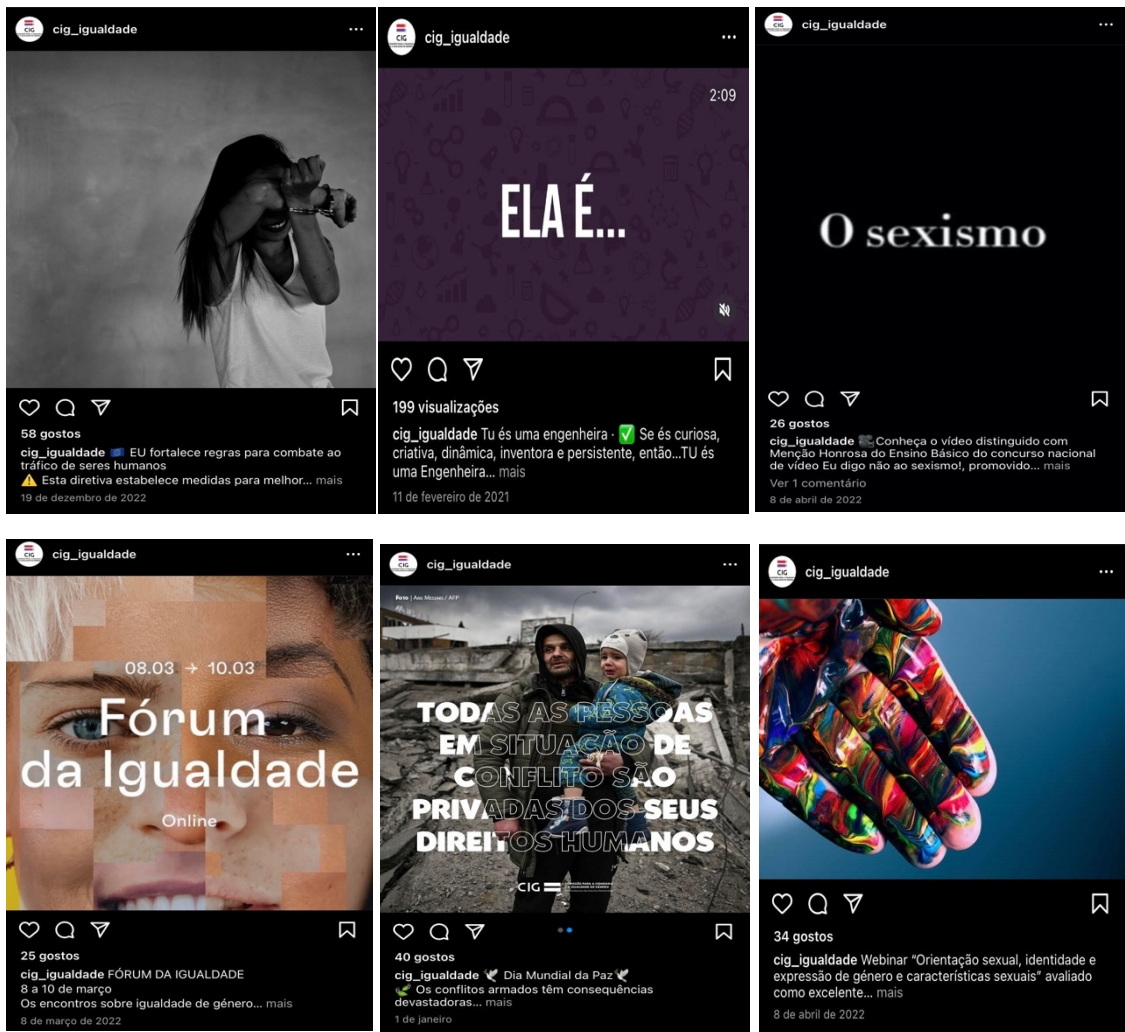


Figura 5 – Publicações no *Instagram*, CIG

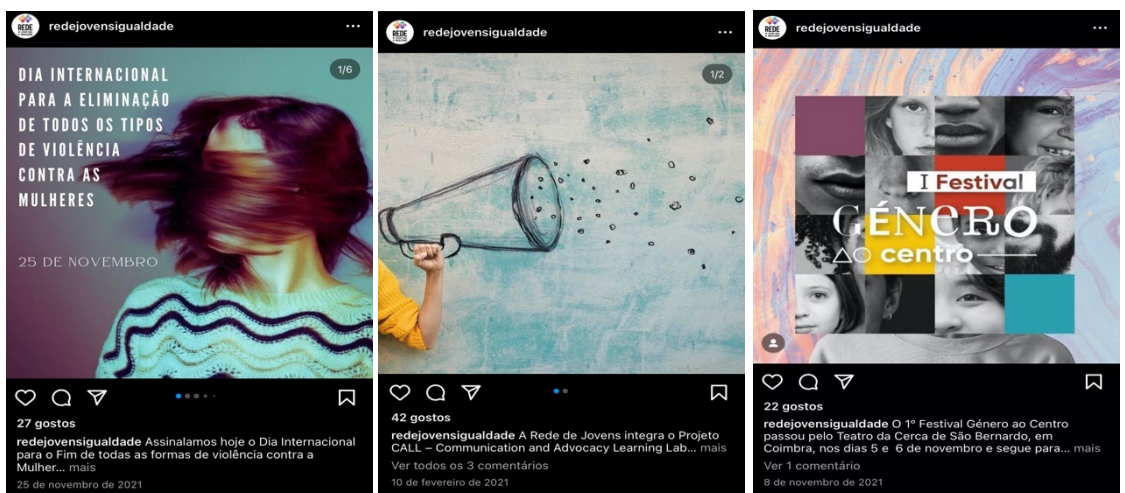




Figura 6 - Publicações no *Instagram*, Rede

4.6. Conclusão de Capítulo

Neste capítulo foi delineada uma contextualização do estudo, a sua respetiva justificação e finalidade de análise, bem como uma descrição sobre os procedimentos metodológicos abordados. Em seguida, foram apresentadas as técnicas de recolha de dados e a investigação de campo, assentes na revisão da literatura e na análise de conteúdo, considerando-se as estratégias de comunicação utilizadas nas principais redes sociais das organizações feministas a atuar em Portugal.

5. Análise e Discussão dos Resultados

De acordo com a análise de conteúdo das páginas nas redes sociais - *Facebook* e *Instagram* -, das nove organizações feministas elegidas, o subcapítulo seguinte considera a discussão de resultados obtidos para o presente estudo, mediante a comparação da análise de conteúdo com as evidências obtidas na literatura com base nos artigos científicos considerados na abordagem teórica da presente análise.

5.1. Revisão da Literatura

Apesar da psicologia e do feminismo manifestar-se tardiamente em Portugal, devido aos quarenta e oito anos de salazarismo e de fascismo que moldou a sociedade portuguesa. O seu crescimento, atualmente, encontra-se um nível semelhante em relação com outros países europeus. No entanto, durante o período em análise ocorreu repercussões na atividade política, económica, social, assim como na conceção do conhecimento na psicologia e no feminismo. E, enquanto os “*women’s studies*” e a psicologia social se desenvolviam em outros países. Em Portugal, o movimento das mulheres havia sido extinto. Ainda assim, o tardio desenvolvimento do feminismo apresentou algumas vantagens, sendo possível incorporar uma psicologia feminista crítica (Azambuja *et al.*, 2007).

De acordo com os autores Locke, Lawthon e Lyons (2018), os artigos selecionados auxiliam um *corpus* diversificado, crítico e contemporâneo de um estudo de investigações no setor em análise. Neste sentido, à medida que os grupos de feministas se tornam mais visíveis, presentes e ativos nas redes sociais, é aprofundado o conhecimento na subjetividade e na identidade do sujeito. Sucedendo-se uma responsabilidade para pesquisar e avaliar o que ocorre nas diversas redes sociais para que, posteriormente, se possibilite analisar as suas inferências no feminismo e na psicologia. Neste contexto, os autores Locke *et al.* (2018) afirmam que as redes sociais são definidas como um conjunto de ferramentas e recursos digitais *on-line* que potenciam a interação entre membros de uma comunidade. Adicionalmente, as redes sociais possuem um enorme potencial para o avanço das agendas feminista, dado que dinamizam a disseminação de ideias feministas, proporcionando a adoção de novos discursos, associação de diversos grupos mediante protestos criativos e de ativismo digital. Assim, a sucessão de avanços tecnológicos e *upgrades* nas plataformas das redes sociais aumentam a sua relevância, efetivamente, no quotidiano social. Desta forma, a diferenciação entre *on-line* e *off-line* encontra-se cada vez mais tênue. Pelo que, segundo o estudo, se conclui que as redes sociais cedidas pelas organizações feministas e, conseqüentemente, pelos movimentos feministas são utilizadas, essencialmente, para disponibilizar um auxílio entre membros.

Neste sentido, Jackson (2018) considera que as feministas utilizam as redes sociais como um recurso *on-line* que se associa ao feminismo *off-line*. Deste modo, as redes sociais são uma ferramenta para a prática de ativismo que reúne uma abordagem pós-estruturalista que estabelece um feminismo *on-line* precário na partilha de conhecimento.

De acordo com Keller (2019), a utilização das redes sociais acontece, maioritariamente, através das adolescentes que se envolvem no ativismo feminista. Assim, as redes sociais

elegidas pelas adolescentes feministas são conceituadas como plataformas de conhecimento utilizadas, regularmente. As jovens feministas tomam decisões conscientes sobre questões como a visibilidade pública, assim como o anonimato e privacidade social antes de realizar *uploads* de conteúdos. Esta abordagem permite eleger qual plataforma que melhor serve a sua política feminista, ao contrário do conhecimento do senso comum, que considera que as adolescentes são inexperientes relativamente ao funcionamento das redes sociais que utilizam. Por sua vez, as adolescentes, não só entendem das plataformas digitais como utilizam ativamente o seu conhecimento para realizar o feminismo *on-line*.

O autor Salahuddin (2022) sustenta que, atualmente, as redes sociais são domínios e espaços digitais, sob os quais as mulheres negras e ou afrodescendentes se instituem sobre concepções ideológicas e pensamentos intelectuais, de acordo com a teoria feminista. Sendo um pensamento intelectual desenvolvido mediante análises fundamentadas nos padrões sociais face à opressão exercida, bem como nas práticas incorporadas em atos discriminatórios como o racismo e o sexismo. Ainda assim, o autor defende que as redes sociais, não são apenas espaços imparciais e equânimes que permitem esferas públicas democráticas e equitativas, atendendo aos domínios de poder e de condutas autoritárias. Deste modo, a autora Ahmed (2017) esclarece que as contribuições feministas negras e ou afrodescendentes, não são apenas contribuições ao racismo num ponto de rutura, mas sim uma interpretação do feminismo (Ahmed, 2017; Salahuddin, 2022).

FletCher e Star (2018) reforçam a exploração de um conjunto de questões associadas às entidades feministas, assim como ao ativismo. Neste sentido, as organizações feministas são frequentemente instigadas como organizações legitimadas pelos membros do governo ou do Estado. Sendo utilizadas “técnicas ativistas” nos resultados políticos pretendidos. O artigo científico acentua, a partir da literatura, fortes conexões entre as organizações feministas, os resultados legislativos e políticos. Deste modo, as organizações feministas e as ativistas feministas são constantemente solicitadas para promover políticas quer a nível estatal, nacional e internacionalmente, inclusive em regimes autoritários.

Para a autora Jouët (2018), as plataformas digitais providenciam um aumento de consciencialização que contribuem para uma reconfiguração do feminismo. Neste contexto, o artigo científico examina a forma como as redes sociais contribuem para as suas causas no movimento feminista, assim como para as suas práticas de comunicação institucional. Concluindo, que as redes sociais são observadas como uma fonte de atribuição de poder ao ativismo feminista. Neste sentido, o artigo analisa as estratégias de comunicação utilizadas no feminismo *on-line* em França, que proporciona uma perspetiva crítica sobre a evolução do

feminismo, considerando que, nos dias que correm, vivenciamos uma era de satisfação generalizada, proporcionada pelas tecnologias digitais.

A consciencialização feminista é fundamental para o movimento revolucionário tanto para o sexo feminino quanto para o sexo masculino. Se o sexo masculino tivesse conhecimento no sexismo e na dominação masculina, teria sido impossível para os *media* de massa delinear o movimento como sendo uma oposição face aos homens, pois, no início do feminismo contemporâneo, se formaram grupos de homens sem abordar, de modo algum, questões relacionadas ao sexismo e à dominação masculina. Assim, o feminismo era fundamentado e abordado, exclusivamente, para as mulheres, com apreciações intransigentes ao modelo patriarcal e nas resistências à dominação masculina. Assim, o sexo masculino necessita de um ambiente, sob o qual a sua resistência ao sexismo seja reafirmada e valorizada. Sem ter homens como aliados na disputa, o movimento feminista não irá progredir. Deste modo, torna-se necessário corrigir o pressuposto enraizado no inconsciente cultural de que o feminismo é uma oposição face aos homens. O feminismo é antisexismo. O sexo masculino privado de privilégios masculinos que aderiu às políticas feministas é um valioso aliado na disputa e, de modo algum é uma ameaça ao feminismo; enquanto o sexo feminino mantiver afeiçoado ao pensamento e comportamento sexistas, incutindo no movimento feminista, é uma ameaça indesejável. Adicionalmente, a intervenção persuasiva é realizada por grupos de consciencialização, sendo uma exigência para todas as mulheres que defrontem o sexismo internalizado. Essa intervenção, ainda, é necessária para qualquer indivíduo que eleja pelas políticas feministas. Assim sendo, é necessário transformar o aliado interno antes que possamos afrontar o aliado externo. Em síntese, enquanto o sexo feminino assumir políticas feministas sem abordar e transformar o seu próprio sexismo, o movimento feminista ficará afeto e prejudicado (Hooks, 2018).

Os autores Savolainen, Uitermark e Boy (2020) referem que os mecanismos intrínsecos nas redes sociais foram priorizados e caracterizados por distintos reportórios e focos emancipatórios. Enquanto que o advento dos *media* digitais acionou debates e discussões públicas sobre uma recente e potencial quarta vaga do movimento feminista, identificando a utilização da *internet* com as interseções entre identidades sociais, condutas e atos discriminatórios exercidos pelas dicotomias entre subjugação e submissão. Neste contexto, os autores referem que o *social media* condiciona as interações sociais. Em síntese, o artigo científico pretende efetuar uma reflexão sobre as práticas comunicação utilizadas no *Instagram*, assim como reflete sobre as estratégias competitivas utilizadas pelo grupo das feministas.

Os autores Navarro e Bernal (2022) afirmam que as redes sociais são um universo para as organizações feministas, pois, possibilitam uma conexão entre membros ou entre grupos de feministas que permitem desenvolver uma identidade coletiva nos debates públicos. Assim, as redes sociais são potencialidades de utilização e de integração. No entanto, constituem um desafio para as organizações feministas, devido às suas restrições institucionais que se encontram alinhadas com a ação coletiva em detrimento das condutas individuais. Tal dualidade, proporciona adversidades quanto às ações coletivas, nomeadamente, em termos organizacionais e mediante as dinâmicas estabelecidas na própria estrutura *on-line* que é descentralizada, assim como autoexpressiva. Em síntese, o artigo centra a sua fundamentação nas organizações feministas que atuam em Espanha e no modo como estas dinamizam as suas redes sociais, tendo como finalidade a identificação e classificação dos desafios encontrados nas redes sociais e na ação coletiva.

De acordo com as autoras Ron, Suleiman e Maoz (2020), o principal objetivo do artigo passa por considerar quais são os mecanismos e os processos pelos quais as páginas do *Facebook*, contribuem como um recurso que permite ser promovido, mobilizado o diálogo e o entendimento no contexto de conflito entre israelitas, judeus e palestinos. Tal fenómeno é abordado no contexto das relações interpessoais, particularmente, nas esferas organizacionais, bem como no contexto do movimento feminista e na oposição das mulheres pela igualdade de género.

Como descrito pelas autoras Madden e Alt (2021), nos *fóruns on-line* os públicos deslumbrados e considerados vulneráveis procuram auxílio. O artigo reflete a justiça inovadora e procura explorar outras possibilidades, de modo a capacitar as vítimas de agressão sexual, por exemplo, nas redes sociais, auxiliando no processo de cura emocional e psíquica. Tais plataformas digitais são espaços virtuais em que as vítimas de desigualdade coexistem e condescendem com a divulgação das suas experiências pessoais e ou com partilha das suas vulnerabilidades, revelando as suas emoções e sentimentos de solidão (e.g. #MeToo). O diálogo ocorre mediante conversas via *on-line*, possibilitando novas oportunidades de cura emocional externamente da esfera pública.

O estudo de Magalhães, Marôpo e Amaral (2018) realça uma análise comparativa entre a página da organização feminista do *Facebook* ‘Capazes’ e, conseqüentemente, da página da organização feminista do *Facebook* do Brasil ‘Não me Kahlo’. Neste contexto, o feminismo é analisado mediante a página feminista do Brasil com a página feminista de Portugal. Tendo, respetivamente, um maior número de seguidores na página Não me Kahlo e Capazes nos respetivos países de origem. Assim sendo, as redes sociais são recursos e ferramentas relevantes

no contexto do “*ciberativism*”. O “*ciberativism*” permite a construção social compartilhada de indivíduos e de membros em rede, assente no desenvolvimento de novos espaços para a troca de conhecimentos, informações e debates na esfera pública.

Segundo os autores Murthy (2018), Swank e Fahs (2017), as redes sociais encontram-se cada vez mais difundidas. Deste modo, as organizações feministas encontram-se gradualmente em crescimento, dado que as redes sociais possibilitam e proporcionam uma maior notoriedade e visibilidade. Assim, e de modo sucinto, as redes sociais são ferramentas e recursos de *crowdsourcing*⁴⁷ que, de acordo com os movimentos sociais e, conseqüentemente, com o grupo das feministas, proporcionam interações entre membros e a gestão de campanhas de caráter ou de cariz social, como, por exemplo, a partir de campanhas de sensibilização ou de donativos.

Para citar algumas, a partir de campanhas sensibilização como #YesAllWomen⁴⁸ e #SolidarityIsForWhiteWomen,⁴⁹ que surgem com o *hashtag* #BringBackOurGirls,⁵⁰ de modo a aumentar a consciencialização sobre o sequestro em massa de um grupo de jovens nigerianas pelos extremistas. Neste sentido, as redes sociais são utilizadas para contribuir e para auxiliar nas práticas do ativismo e nos debates feministas mediante as problemáticas face ao sexismo, aos direitos humanos e à igualdade efetiva entre homens e mulheres, entre outras. Além disso, os *media* têm vindo alcançar públicos mais amplos e mais diversificados (Rivers, 2017).

No entanto, um dos motivos pelas quais a utilização das redes sociais são frequentemente controversas pelas organizações feministas e pelas suas práticas de comunicação institucional, encontram-se nos meios de comunicação que reproduzem papéis distintos – e muitos vezes incompatíveis. Por um lado, os *media* beneficiam os usuários numa fonte de entretenimento e de informação. Por outro, é um recurso relevante na divulgação de informação. E, para a sociedade em geral, os *media* podem ser um meio para transmitir informações e valores - socialização -, tal como podem beneficiar o poder político e económico (Croteau & Hoynes, 2019).

Por outro lado, a autora Schradie (2018) considera que a ascensão do movimento feminista surgiu através de organizações estruturadas em resposta a uma crise económica e política.

⁴⁷ O *crowdsourcing* é uma técnica de pesquisa e um mecanismo de ação humana relativamente recente que, normalmente, é utilizado para analisar comunidades *on-line*. O *crowdsourcing* também permite que um grupos de indivíduos se associem com distintas habilidades e competências mediante a utilização dos recursos e das ferramentas digitais (Alves & Bandeira, 2014; Kotler, Kartjaya & Setiawan, 2021).

⁴⁸ Movimento que poderá ser consultado em: (<https://bit.ly/3XzXIRi>).

⁴⁹ Movimento que poderá ser consultado em: (<https://bit.ly/44srjYl>).

⁵⁰ Movimento que poderá ser consultado em: (<https://bit.ly/3XwqBat>).

Adicionalmente, Swank e Fahs (2017), esclarecem que no ativismo feminista das mulheres se encontram associados maioritariamente em três fatores: (1) recursos financeiros e educacionais; (2) internalização de uma consciência feminista; (3) abrangência em estruturas de mobilização (Schradie, 2018; Swank & Fahs, 2017).

Do ponto de vista do autor Özkula (2021), nas últimas décadas, o ativismo digital alcançou uma maior relevância pelas entidades académicas e pelos órgãos da comunicação social. Estas transformações permitiram um maior número de interações e de *networking*, como, por exemplo, mediante a partilha de *tweets* ou de publicações, debates públicos, entre outros. Assim sendo, o conteúdo nas redes sociais é constituído pelos utilizadores que modificam os quadros de ação que incorporam organizacionalmente conexões mais eficientes. Posto isto, o ativismo digital dispõe de um conceito enigmático para a sua utilização e instrumentalização, pois, encontra-se vinculado e agrupado nos processos de construção social.

Deste modo, o conteúdo nas redes sociais proporcionam oportunidades na participação pública mediante o *Facebook*, *WhatsApp*, *Tumblr*, *Instagram*, *Snapchat*, *Twitter* e outras plataformas de *media* sociais. Assim, nos dias que correm, os *media* sociais são mais visíveis na sociedade contemporânea. Nas últimas décadas as elites económicas e culturais subjugavam os espaços de publicação e de transmissão em todos os seus meios – imprensa, televisão, cinema. No entanto, os *media* sociais permitiram um nível de participação de maior diversidade, atendendo às publicações pelos *media* tradicionais (Bolter, 2019). Neste contexto, o autor Bolter (2019) considera que os *blogs*, o *Twitter* e o *Facebook* foram creditados por desempenhar um papel relevante nos conflitos no Egito e na Tunísia durante a Primavera Árabe de 2011, por exemplo.

Na visão de Stephansen (2017) refere-se que as pesquisas face aos movimentos sociais e os *media*, acentuam o ativismo mediático na constituição de trajetórias de protesto e nos processos de desenvolvimento de identidade coletiva assentes nas rivalidades políticas. Assim, a identidade coletiva permite indiscutivelmente que as ativistas feministas se adaptem com as suas realidades locais mediante as interações globais. Deste modo, as ativistas digitais raramente são apenas ativistas de esfera digital, ou seja, muitas das ativistas encontram-se em outros movimentos sociais que participam e contribuem ativamente na defesa de causas cívicas. Neste contexto, as intervenções feministas nas plataformas digitais possibilitam equilibrar os enquadramentos hiperbólicos utópicos e distópicos na utilização das tecnologias (Shaw, 2014; Sephansen, 2017).

Assim sendo, o ativismo feminista é fundamentado mediante as perceções dos autores Bellini *et al.* (2022), como um vínculo emocional que se encontra incorporado nas organizações

políticas centradas em temáticas sobre a opressão exercida face às mulheres. Conforme descrito pelos autores é um método ubíquo, dada a natureza difundida pelas tecnologias digitais e pelas redes sociais é indiscutivelmente um dos marcos mais relevantes no debate público pelas feministas contemporâneas.

Sucedem-se no subcapítulo seguinte uma interpretação dos resultados na análise de conteúdo das principais organizações feministas portuguesas.

5.2. Análise de Conteúdo

Com base na investigação, o eixo que orientou este estudo encontra-se numa análise relativa das estratégias de comunicação utilizadas e manuseadas pelas redes sociais das principais organizações feministas portuguesas. Assim sendo, procedeu-se à análise de conteúdo das nove organizações feministas que foram previamente selecionadas mediante o número total de seguidores e o histórico das suas atividades, sobretudo, no número de publicações realizadas que possuem nas redes sociais do *Facebook* e do *Instagram*.

Para este efeito, delinear-se-iam diversos objetivos, nomeadamente, na identificação das temáticas abordadas, com finalidade em compreender como as redes sociais podem contribuir para o ativismo feminista, assim como estas são utilizadas e manuseadas pelas organizações feministas no desenvolvimento das suas práticas de ativismo.

De acordo com os dados obtidos, foi possível observar que as organizações feministas elegidas utilizam as redes sociais para incrementarem o ativismo digital, a partir da divulgação de notícias relacionados com o feminismo, os direitos das mulheres, os direitos humanos, tal como o incumprimento destes, com evidência para os países islâmicos. Também foram publicadas algumas das atividades realizadas em prol do feminismo e das suas causas, nomeadamente, nas temáticas da igualdade efetiva entre mulheres e homens, na oposição pela violência doméstica e sexual, nos direitos da comunidade *LGBTQ+*, na linguagem sexista, entre outras, para uma sociedade mais justa e equitativa.

De igual modo, duas das organizações feministas selecionadas - UMAR e FEM -, publicam biografias de mulheres relevantes para o universo das feministas, como, por exemplo, Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo ou Ana de Castro Osório.

Assim, a UMAR representa uma associação, cujos membros se assumem como ecofeministas. Com efeito, nas causas ambientais, nomeadamente, na problemática das

alterações climáticas e na sustentabilidade ambiental que são temáticas amplamente divulgadas por esta organização, assim como os direitos das mulheres.

A FEM apresenta diversas publicações, sendo muito ativa no que se refere à problemática da violência doméstica. No entanto, apresenta as temáticas dos direitos das mulheres, sobretudo, no que concerne às mulheres migrantes e na oposição pelo racismo. Rosa Louise McCauley, mais conhecida por Rosa Parks é uma ativista negra norte-americana, símbolo do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. Sendo uma das figuras célebres, sob a qual a FEM atribui visibilidade, pelo seu simbolismo de mulher feminista que apela para a oposição face ao racismo. Ainda assim, difunde figuras célebres, como as portuguesas Carolina Beatriz Ângelo, Adelaide Cabete e Ana de Castro Osório que são frequentemente objeto de divulgação nas suas páginas, a partir das suas biografias.

A CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, para além das publicações que realiza com o objetivo de promover a igualdade do género é particularmente ativa numa causa que, embora ainda relativamente desconhecida do vasto público tem despertado, nos últimos anos, um interesse no universo do ativismo feminista: a violência no namoro.

Com efeito, menciona-se inúmeras vezes a temática da violência doméstica, dado que se manifesta no seio familiar e é perpetuada por um dos cônjuges, usualmente do sexo masculino, mas não necessariamente. Sendo que a violência doméstica é exercida face ao parceiro, companheiro ou marido, assim como face aos seus descendentes. Por outro lado, também apresenta a agressão dos idosos fragilizados pelos seus filhos adultos ou outros parentes com quem coabitam. Ainda assim, é afigurado a violência sexual exercidas face às mulheres e às meninas em diversos contextos, como, por exemplo, no contexto da guerra, da migração e no contexto laboral, entre outros.

A Mulher Século XXI – Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres, por sua vez, divulga temáticas na oposição pela violência, nas suas duas vertentes: na violência doméstica e na violência sexual.

A oposição pela violência de género, pela violência sexual, pela mutilação genital, pelos direitos da mulheres são os principais objetivos da AMSF – Associação Mulheres sem Fronteiras direcionando pela esmagadora maioria das suas publicações. Neste contexto, a temática da MGF tem raízes na desigualdade de género, numa tentativa de exercer domínio face à sexualidade da mulher, inculcando-lhe pensamentos pré-concebidas sobre pureza, modéstia e estética, numa ótica de que o prazer sexual feminino constitui uma perversão. Conforme a análise das suas publicações, esta organização apreende-se particularmente com um fragmento da sociedade peculiarmente vulnerável com as meninas, pois, encontram-se mais expostas à violência sexual, por exemplo.

A PPDM - Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres centra-se na grande maioria das suas publicações na oposição face à violência doméstica e na defesa dos direitos das mulheres. Demonstra também um enorme empenho em direcionar o seu ativismo para a população mais jovem. Esta associação aborda, muitas vezes, a temática dos direitos sexuais e reprodutivos dos jovens com a sua exploração sexual. Também divulga muitas iniciativas que promovem a igualdade.

Os direitos das mulheres e a defesa da igualdade efetiva entre mulheres e homens são causas que a APMJ defende nas suas publicações. Assim como aborda temáticas de mulheres vítimas de tráfico de pessoas, prostituição e lenocínio, responsabilidades parentais e violência doméstica assente no projeto “girassol”.⁵¹

A rede, por sua vez, difunde sobre a problemática da igualdade efetiva entre mulheres e homens, a qual é muito ativa. Como também disputa pela disparidade salarial entre géneros, discriminação de género no local de trabalho, violência sexual, direitos humanos, direitos das mulheres, direitos da inclusão dos trabalhadores do sexo, assédio sexual, assédio laboral, *ciberbullying*, tal como a violência de género, nomeadamente, o feminicídio.

Por último, a APEM, como já foi referido anteriormente, é uma organização que não se assume como militante feminista. No entanto, muito tem realizado por esta causa ao atribuir-lhe visibilidade, a partir da comunidade científica e académica, promovendo e divulgando iniciativas no âmbito dos Estudos do Género, dos Estudos sobre as Mulheres e dos Estudos Feministas, cuja correlação ao ativismo feminista é frequente.

Em síntese, é possível observar que a rede social mais utilizada pelas organizações feministas a atuar em Portugal é o *Facebook*. Sendo a rede social com maior número total de publicações e, conseqüentemente, com maior número total de seguidores. No caso do *Instagram* dispõe de menor impacto do que o *Facebook* e, por isso, apresenta-se com menos relevância pelas organizações feministas, o que se traduz num menor número de publicações nesta rede social. Este fenómeno talvez suceda, pois, a rede social do *Facebook* emergiu em 2003, e o *Instagram* em 2010, aproximadamente (Datareportal, 2022). Consistindo numa distribuição das problemáticas mais equitativa no *Instagram*.

Posto isto, também é possível observar uma discrepância nas problemáticas abordadas entre as duas redes sociais selecionadas, dado que a faixa etária dos utilizadores são distintas em cada uma das redes sociais. Deste modo, encontram-se no *Facebook*, os utilizadores de maior faixa etária, enquanto no *Instagram* encontram-se os utilizadores de faixas etárias mais

⁵¹ Projeto que poderá ser consultado em: (<https://bit.ly/3Y6AGv3>).

jovens. Possivelmente, as problemáticas são ajustadas para o seu público-alvo em função dos dados demográficos.

6. Considerações Finais

O presente estudo averiguou as dimensões da cultura e do ativismo digital, tal como as redes sociais no movimento feminista. Assim sendo, a preponderância das redes sociais, nos dias que correm, é central na vida quotidiana que impulsiona os indivíduos independente dos aspetos geográficos, políticos, económicos, históricos e sociais, bem como possibilita a análise de experiências coletivas de determinados movimentos como o feminismo e o ativismo digital. Tais experiências ocorrem, atendendo ao modo como as mulheres se ajustam na sociedade e nas ações que procuram nos movimentos coletivos na oposição pela disputa pela igualdade efetiva entre mulheres e homens, utilizando as plataformas digitais.

A cultura e o ativismo digital atuam como um conjunto de normas assentes nas perceção, nos pensamento e nas atividades, tal como nos comportamentos e valores, derivados da utilização da tecnologia digital. Sendo de realçar que a utilização das tecnologias digitais pelos atores da sociedade civil são impulsionadas pela quantidade, diversidade e disponibilidade dos utilizadores.

Neste sentido, as redes sociais tornaram-se visíveis na multiplicidade das histórias de mulheres que questionaram a opressão exercida face ao sexo feminino, assim como nas dinâmicas estabelecidas face ao domínio exercido pelo sexo masculino. Ainda assim, estas reivindicaram o espaço virtual como um recurso alternativo para as narrativas coletivas, incluindo os seus próprios focos emancipatórios. Deste modo, as redes sociais possuem um impacto significativo nas ações cívicas, assentes num conjunto de fatores, nomeadamente, na desigualdade, na discriminação de género, na violência de género, nos direitos humanos e nos direitos da mulheres, entre outras problemáticas.

Assim sendo, para o presente estudo foi realizado uma análise de conteúdo e uma revisão da literatura. Os estudos incluídos na revisão literatura concluem que a disseminação das ideias e da discussão pública em torno dos direitos das mulheres, bem como a sua popularidade é maioritariamente limitada à utilização e visibilidade das redes sociais.

Do que foi possível observar na análise de conteúdo das redes sociais, nomeadamente, no *Facebook* e no *Instagram* das organizações feministas selecionadas, constituem-se como uma ferramenta preponderante, que utilizada de modo criterioso, possui uma enorme relevância nos mecanismos de produção para divulgar o conjunto de ideologias feministas e para amplificar a conscientização nas problemáticas do género e da igualdade. As redes sociais auxiliam a mobilizar indivíduos e a construir comunidades participativas e coesas, transformando o modo como as organizações feministas exercem o seu ativismo feminista nas suas causas e ações.

Com efeito, o ativismo digital é executado e aplicado, a partir das redes sociais, tendo a capacidade de alcançar um público mais amplo e diversificado, permitindo atingir mais seguidores e mobilizar multidões em defesa de causas cívicas que são consideradas justas e legítimas, suprimindo os preconceitos e os estereótipos exercidos. Assim como reprovam e censuram tais atos e condutas.

Nesse sentido, as redes sociais e a sua competência mobilizadora desempenham, com sucesso, o seu objetivo de congregar e de instruir para um senso de comunidade e solidariedade, possibilitando a partilha de experiências e promovendo o incentivo da autonomia do feminino.

Deste modo, as redes sociais das organizações feministas alcançam uma esfera e vínculo que amplifica as suas vozes e promove uma identidade coletiva, excluindo o espectro da marginalização que atuam em oposição com os grupos minoritários sendo menosprezados e desconceituados – como, por exemplo, a comunidade *LGBTQ+*. Não obstante, permite tornar visíveis aos olhos da sociedade, sendo que as redes sociais constituem uma ferramenta insinuante e preponderante para o ativismo feminista, capaz de difundir ideias e consciencializar sobre problemáticas relevantes, como, por exemplo, os direitos das mulheres e a violência exercida face ao sexo feminino, mobilizando para a transformação e para o incremento da igualdade de género, entre outros fatores.

Neste contexto, os objetivos propostos para a presente investigação foram alcançados, apesar de que, numa fase inicial, sucederem algumas limitações, nomeadamente, na realização das entrevistas semiestruturadas, devido à impossibilidade dos responsáveis de comunicação das organizações feministas.

Outro aspeto relevante reúne-se na análise de conteúdo, visto que o levantamento e recolha de dados foram utilizados os recursos de observação. Uma vez que, nos dias que correm, à extração de dados agrupados, a partir de ferramentas para adquirir informações relevantes, permanecem inativas. Com efeito, os dados de terceiros se encontram preservados pelas políticas de proteção de dados. Como tal, no histórico das atividades, sobretudo, no número aferido às temáticas abordadas pelas entidades feministas nas redes sociais do *Facebook* e do *Instagram*, podem conter margens de erro devido ao conjunto de dados apresentados.

Considera-se que o contributo para a área em questão permite que ocorram potencialidades atuais no movimento feminista e nos movimentos sociais - em espaços públicos, nas instituições públicas e privadas, em organizações não governamentais (ONGs), entre outros. Estas competências e potencialidades constituem-se como uma influência na comunicação digital, nomeadamente, atendendo à utilização e ao manuseio das redes sociais na participação pública

e política. Visto que o ativismo feminista e as organizações não governamentais (ONGs) progridem para além da propensão partidária e das estruturas de intervenção (Tavares, 2008).

Posto isto, como perspectivas futuras no que diz respeito às temáticas que deveriam ser discutidas na comunidade académica, seria oportuno abordar os movimentos feministas que surgem como campanhas de sensibilização, como, por exemplo, com os *hashtags* *#JusticeForAfghanWomen*,⁵² *#MeToo*, *#YesAllWomen* e *#BringBackOurGgirls*, tal como *#SolidarityIsForWhiteWomen*, tendo em consideração à extração de um conjunto de dados agrupados.

⁵² Movimento que poderá ser consultado em: (<https://bit.ly/44eI3ms>).

7. Bibliografia e Outras Referências

- Abakedi, D. (2020). A critique of metaphysical logical realism. *Meta: Research in Hermeneutics, Phenomenology and Practical Philosophy*, XII, 127-142.
- Adichie, C. (2015). *Todos devemos ser feministas* (Simão Sampaio, Trans.). Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Adón, P., Banana, F., Barrios, N., Fallarás, C., Freixas, L., Mesa, S., Morales, C., Portela, E., Sánchez, M., & Usón, C. (2019). *Tsunami. Miradas Feministas* (Marta Sanz, Ed. 1ª ed.). Madrid: Sexto Piso.
- Agenda de Eventos Feministas em Portugal. (2023). Organizações e Amigas. Retrieved 07-04-2023, from <https://feminista.pt/organizacoes>
- Ahmed, S. (2017). *Living a feminist life*. Duke University Press.
- Alves, G. C., & Bandeira, S. (Eds.). (2014). *Dicionário de marketing* (4ª ed.). Porto: IPAM Edições.
- American Psychological Association. (2020). *Publication Manual of the American Psychological Association*. The Official Guide to APA Style (7th ed.). Washington, DC: American Psychological Association [APA]. <https://doi.org/10.1037/0000165-000>
- APEM. (2019). Quem somos?. Retrieved 07-04-2023, from <https://apem-estudos.org/pt/page/quem-somos>
- APMJ. (2023). Apresentação da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas. Retrieved 07-04-2023, from <https://www.apmj.pt/apresentacao/a-p-m-j>
- APMJ. (2023). Responsabilidades Parentais e Violência Doméstica. Projeto “Girassol”. Retrieved 07-04-2023, from <https://www.apmj.pt/projetos/responsabilidades-parentais-e-violencia-domestica>
- Arant, R., Hamnke, K., Mittelstädt, A., Pennington, R., Umel, A., & Odağ, Ö. (2023). The Role of *Media* Use in Political Mobilization: A Comparison of Free and Restrictive Countries. *International Journal of Communication*, 17, 1530-1550.
- Aragão, V. B. & Felisbino, R. A. (2018). Redes sociais e participação política: comportamentos e percepções de universitários capixabas sobre o uso do *Facebook*. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, 6(2), 77-93.

- Arruzza, C., Bhattacharya, T., & Fraser, N. (Eds.). (2019). *Feminismo para os 99%. Um manifesto*. Objetiva.
- Azambuja, M., Nogueira, C., & Saavedra, L. (2007). Feminismo(s) e psicologia em Portugal. *PSICO, Porto Alegre, PUCRS*, 38(3), 207-215.
- Association Française Transhumaniste. (n.d.). À la Une: Transhumanisme et Politiques de Surveillance. Retrieved 20-06-2023, from <https://transhumanistes.com>
- Barata, C. (2022). A Violência Obstétrica Existe em Portugal?. Retrieved 07-04-2023, from <https://setentaequatro.pt/ensaio/violencia-obstetrica-existe-em-portugal>
- Beauvoir, D. S., Borde, C., & Malovany-Chevallier, S. (1949). *The Second Sex* (1st ed.). Vintage.
- Bednik, A. (2016). *Extractivisme. Exploitation industrielle de la nature: logiques, conséquences, résistances*. Corlet: Le Passager Clandestin.
- Bilhim, J. A. F. (2021). "Teoria organizacional: estruturas e pessoas". Lisboa: ISCSP.
- Billaud, J., & Direnberger, L. (2021). Gendar and Political Violence. Retrieved 07-04-2023, from <https://shs.hal.science/halshs-03508157/document>
- Bode, L. (2012). Facebooking it to the polls: A study in *online* social networking and political behavior. *Journal of Information Technology & Politics*, 9, 352-369.
- Bolter, J. D. (2019). *The digital plenitude: the decline of elite culture and the rise of digital media*. Massachusetts: The MIT Press.
- Bond, R. M., Fariss, C. J., Jones, J. J., Kramer, A. D. I., Marlow, C., Settle, J. E., & Fowler, J. H. (2012). A 61-million-person experiment in social influence and political mobilization. *Nature*, 489, 295-298.
- Boulianne, S. (2015). Social *media* use and participation: A meta-analysis of current research. *Information. Communication & Society*, 18, 524-538.
- Braidotti, R. (2022a). *Posthuman feminism* (1st ed.). Polity Press.
- Braidotti, R. (2022b). Posthuman Feminism and Gender Methodology. *Cambridge Core*. <https://doi.org/10.1017/9781108980548.007>
- Bryman, A., & Bell, E. (2019). *Social research methods*. Oxford University Press.
- Bryson, V. (2003). *Feminist political theory: an introduction* (2nd ed.). Palgrave Macmillan.

- Bunch, C. (2000). Not by Degrees: Feminist Theory and Education. In *Feminist Theory: A reader* (3rd ed.). McGraw-Hill Education.
- Bunjun, B. (2010). Feminist Organizations and Intersectionality: Contesting Hegemonic Feminism. *Atlantis*, 34(2), 115-126.
- Butler, J. (1986). Sex and Gender in Simone de Beauvoir's *Second Sex*. *Yale French Studies*, 72, 35. <https://doi.org/10.2307/2930225>
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Routledge.
- Butler, J. (2018). Violence, Mourning, Politics. In Maria Manuek Baptista (Eds.), *Género e Performance. Textos essenciais I* (Vol. I). Coimbra: Grácio Editor.
- Campos, R., Pereira, I., & Simões, J. (2016). Ativismo digital em Portugal: Um Estudo Exploratório. *SPP - Sociologia, Problemas e Práticas*, 82, 22-47.
- Carvalho, B.P. (2022). O fenómeno das *Fake News* nas redes sociais: O papel e a atuação das Relações Públicas em Cabo Verde [Dissertação de Mestrado]. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto.
- Castells, M., & Cardoso, G. (2006). *A Sociedade em Rede. Do Conhecimento à Acção Política*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Chamberlain, P. (2017). *The Feminist Fourth Wave. Affective Temporality*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-53682-8>
- Chesler, P. & Hughes, D. M. (2004). Feminism in The 21st Century. *The Washington Post*.
- Chess, S. (2020). *Play like a feminist*. The MIT Press.
- Chircop, A. (2008). An ecofeminist conceptual framework to explore gendered environmental health inequities in urban settings and to inform healthy public policy. *Nursing Inquiry*, 15(2), 135-147. <https://doi.org/10.1111/j.1440-1800.2008.00400.x>
- Clark-Parsons, R. (2022). *Networked feminism. how digital media makers transformed gender justice movements* (1st ed.). Berkeley, California: University of California Press.
- Collins, P. H. (1998). "It's All in the Family: Intersections of Gender, Race, and Nation." *Hypatia*, 13(3), 62–82.
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Duarte, F., Campos, I., Paiva, J., Gradim, N., Fidalgo, R., & Almeida, V. (2015). *Igualdade de Género em Portugal 2014*. Lisboa: Divisão de Documentação e Informação, CIG.

- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2021). A CIG: Enquadramento. Retrieved 20-06-2023, from <https://www.cig.gov.pt/area-a-cig/enquadramento/>
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Saleiro, S., Menezes, N., & Gato, J. (2022). *Estudo nacional sobre necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais*. Lisboa: Coleção Estudos de Género, CIG.
- Cooper, H., Hedges, L. V., & Valentine, J. C. (2019). *The handbook of research synthesis and meta-analysis*. New York: Russell Sage Foundation.
- Couldry, N. (2012). *Media, society, world: social theory and digital media practice*. New York: Wiley Publishing Company.
- Cova, A. (1998). Feminismo o que é – uma abordagem histórica. In UMAR (Org.) *Movimento Feminista em Portugal*. Lisboa, 8-7.
- Craig, E. (Eds.). (1998). *Routledge encyclopedia of philosophy*. London: Routledge.
- Crenshaw, K. (1991). “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color.” *Stanford Law Review*, 43(6), 1241–1299.
- Crenshaw, K. W. (2006). Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color. *Kvinder, Køn & Forskning*, 2–3. <https://doi.org/10.7146/kkf.v0i2-3.28090>
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches* (4th ed.). SAGE Publications, Inc.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2018). *Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches*. SAGE Publications, Inc.
- Croteau, D., & Hoynes, W. (2019). *Media/society: technology, industries, content, and users* (6th ed.). New York: SAGE Publications, Inc.
- Croteau, D., Hoynes, W., & Childress, C. (2021). *Media/society. Technology, industries, content, and users* (7th ed.). New York: SAGE Publications, Inc.
- Cuomo, C. (2002). On Ecofeminist Philosophy. *Ethics & The Environment. Journals Manager*, 7(2), 1085-6633.
- Daly, M. (1978). *Gyn/ecology: the metaethics of radical feminism*. Beacon Press.
- Datareportal. (2022). Digital 2022: The potencial future of *Facebook*. Retrieved 20-06-2023, from <https://datareportal.com/reports/digital-2022-future-of-facebook?rq=Facebook>

- Datareportal. (2023). Digital 2023: Portugal. Retrieved 20-06-2023, from <https://datareportal.com/reports/digital-2023-portugal>
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe* (H. R. Candiani, Trans.; 1st ed.). Boitempo Editorial.
- Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, *Diário da República n.º 221/1982, 1.º Suplemento, Série I*. Ministério da Justiça. Lisboa
- Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, “Código Penal de 1982 versão Consolidada Posterior a 1995”, *Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa*. Ministério Público. Lisboa.
- Delmazo, C., & Valente, J.C.L. (2017). *Fake News nas Redes Sociais Online: Propagação e Reações à Desinformação em Busca de Cliques*. *Media & Jornalismo*, 155-169.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2018). *The sage handbook of qualitative research*. California: SAGE Publications, Inc.
- Derrida, J. (1983). "Letter to a Japanese Friend". In Derrida, Jacques; Kamuf, Peggy (eds.). *Hemel Hempstead*, 271-276.
- Dicker, R., & Piepmeyer, A. (2003). *Catching a wave: reclaiming feminism for the 21st century*. Lebanon: University Press of New England.
- Diretório. (2023). *Mulher Séc. XXI - Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres*. Retrieved 20-06-2023, from <https://diretorio.sector3.pt/Directory/Details/67-mulher-seculo-xxi---associacao-de-desenvol>
- Doetsch-Kidder, S. (2012). *Social change and intersectional activist. The spirit of social movement*. London: Palgrave Macmillan.
- Donk, W., Loader, B., Nixon, P., & Rucht, D. (2004). *Cyberprotest: new media, citizens and social movements*. London: Routledge: Taylor & Francis.
- Downing, L. (2010). Further Adventures of The Dialectic of Sex: Critical Essays on Shulamith Firestone, Mandy Merck and Stella Sandford (eds.). *Studies in the Maternal*, 4(1). <https://doi.org/10.16995/sim.56>
- Dworkin, A. (1974). *Woman hating*. New York: Penguin.
- Dworkin, A. (2019). *Last days a hot slit*. The Mit Press.
- Earl, J., Kimport, K., Prieto, G., Rush, C., & Reynoso, K. (2010). Changing the world one webpage at a time: Conceptualizing and explaining Internet activism. *Mobilization*, 15(4), 425-446. <https://doi.org/10.17813/MAIQ.15.4.W03123213LH37042>

- Economic and Social Council. (2002). *Commission on the Status of Women: Report on the forty-sixth session (4-15 and 25 March 2002)*. United Nations. Retrieved 20-06-2023, from <https://www.refworld.org/pdfid/46c5b2fa0.pdf>
- Echols, A. (1989). *Daring to be bad: radical feminism in America 1967-1975*. University of Minnesota.
- Edmonds, W. A., & Kennedy, T. D. (2017). *An applied guide to research designs*. SAGE Publications, Inc.
- Esquerda. (2019). *Seattle: 20 anos da “batalha” que mobilizou a alterglobalização*. Retrieved 20-06-2023, from <https://www.esquerda.net/artigo/seattle-20-anos-da-batalha-que-mobilizou-alterglobalizacao/64689>
- Esteves, J. (2001). Os Primórdios do Feminismo em Portugal: A 1.ª Década do Século XX. *Penépole: revista de história e ciências sociais* 25, 87-112.
- Euronews. (n.d.). Movimento #MeToo ganha força na Europa. Retrieved 20-06-2023, from <https://pt.euronews.com/embed/398437>
- Euronews. (2011). Movimento “Occupy Wall Street” mantém-se vivo nas ruas. Retrieved 20-06-2023, from <https://pt.euronews.com/my-europe/2011/12/15/movimento-occupy-wall-street-mantem-se-vivo-nas-ruas>
- Euronews. (2020). *Novos confrontos em Portland entre manifestantes e a polícia*. Retrieved 20-06-2023, from <https://pt.euronews.com/2020/09/06/os-100-dias-de-protesto-do-movimento-black-lives-matter->
- Evans, E., & Lépinard, É. (2020). Confronting privileges in feminist and queer movements. In Elizabeth Evans & É. Lépinard (Eds.), *Intersectionality in Feminist and Queer Movements. Confronting Privileges* (pp. 1-26). London and New York: Routledge Taylor & Francis Group.
- Evans, G. O. (2023). Feminist Theory in Sociology: Definition, Types & Principles. *Simply Sociology*.
- Feministas em Movimento [FEM]. (2021). O que é a FEM? Retrieved 20-06-2023, from <https://fem.org.pt/quem-somos/>
- Feministas em Movimento. (2021). Adelaide Cabete. Retrieved 20-06-2023, from <https://fem.org.pt/tag/adelaide-cabete/>
- Feministas em Movimento. (2021). Ana de Castro Osório. Retrieved 20-06-2023, from <https://fem.org.pt/ana-de-castro-osorio/>

- Ferguson, T. (2019). I'm Not Like Other Girls. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=7nL-kgbbcBA&t=3s>
- Ferrando, F. (2013). Posthumanism, Transhumanism, Antihumanism, Metahumanism, and New Materialisms, Differences and Relations. *An International Journal in Philosophy, Religion, Politics, and the Arts. Existenz*, 8(2), 26-32.
- Ferrant, G., Pesando, L.M., & Nowacka, K. (2014). Unpaid Care Work: The missing link in the analysis of gender gaps in labour outcomes. *OECD Development Centre*.
- Forester, S., Thompson, K. K., Lusvardi, A., & Weldon, S. L. (2022). New Dimensions of Global Feminist Influence: Tracking Feminist Mobilization Worldwide, *International Studies Quarterly*, 66(1), 1975–2015. <https://doi-org.eres.qnl.qa/10.1093/isq/sqab093>
- Friedan, B. (1963). *The feminine mystique*. W.W. Norton & Company, Inc.
- Fuchs, C. (2022). Social Media, Alienation, and the Public Sphere. In Devan Rosen (Eds.), *The Social Media Debate Unpacking the Social, Psychological, and Cultural Effects of Social Media* (1st ed.). London: Routledge Taylor & Francis Group.
- Fundação Calouste Gulbenkian. (2023). As ONG em Portugal. Active Citizens Fund. Retrieved 20-06-2023, from <https://gulbenkian.pt/cidadaos-ativos/ong-em-portugal/>
- Garcia, C. C. (2018). *Breve história do feminismo* (Vol. 1). Claridade.
- Gay, R. (2014). *Bad feminist: essays*. Harper Perennial.
- Gilardi, F., Theresa, G., Mael, K., & Müller, S. (2022). Social Media and Political Agenda Setting. *Political Communication*, 39(1), 39-60. <https://doi.org/10.1080/10584609.2021.1910390>
- Gillis, S., Howie, G., & Munford, R. (Eds.). (2004). *Third wave feminism*. New York: Palgrave Macmillan.
- Goldberg, M. (2014). What is a woman? *The New Yorker*. Retrieved 20-06-2023, from <https://www.newyorker.com/magazine/2014/08/04/woman-2>
- Gradwohl, R., Heller, Y., & Hillman, A. (2022). Social Media and Democracy. Retrieved 11-04-2023, from https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4149316
- Gu, W., Jiang, J., & Ye, Z. (2022). The Influence of New Media on Feminist Movement: An Analysis of Feminist Images on Weibo. *Advances in Social Science, Education and Humanities Research Proceedings of the 2021 International Conference on Social Development and Media Communication (SDMC 2021)*, Sanya, China.

- Hai-Jew, S. (2017). *Social media data extraction and content analysis*. IGI Global.
- Halpern, D., Valenzuela, S. & Katz, J. E. (2017). We Face, I Tweet: How Different Social Media Influence Political Participation through Collective and Internal Efficacy. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 1-17.
- Harris, D. (2020). *Literature review and research design: a guide to effective research practice*. Routledge and Taylor Francis Group.
- Hartmann, H. I. (1979). The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a more Progressive Union. *Capital & Class*, 3(2), 1–33. <https://doi.org/10.1177/030981687900800102>
- Hawkins, I., Campbell, S., & Gelderman, A. (2023). Mobile Media as an “Essential” Tool for Collective Action: Explaining Intentions for Disruptive Political Behavior in U.S. Politics. *Journalism and media*, 4(1), 258-271. <https://doi.org/10.3390/journalmedia4010018>
- Hennink, M., Hutter, I., & Bailey, A. (2020). *Qualitative research methods*. SAGE Publications, Inc.
- Hilden, P. (1982). Women’s History: The Second Wave. *The Historical Journal*, 25(2), 501–512.
- Hooks, B. (2018). *O feminismo é para todo mundo* (1.^a ed.). Rosa dos Tempos.
- Ignatow, G., & Mihalcea, R. (2018). *An introduction to text mining*. Sage Publications, Inc.
- Invoicexpress. (2022). Relatório sobre o digital para 2022: a utilização da *internet* e das redes sociais em Portugal. Retrieved 20-06-2023, from <https://invoicexpress.com/blog/relatorio-digital-portugal-2022>
- Invoicexpress. (2023). Relatório sobre o digital para 2022: a utilização da *internet* e das redes sociais em Portugal. Retrieved 20-06-2023, from <https://invoicexpress.com/blog/relatorio-digital-portugal-2023>
- Jackson, S. (2018). Young Feminists, Feminism and Digital Media. *Feminism & Psychology*, 28(1), 32-49. <https://doi.org/10.1177/09593535177169>
- Jouët, J. (2018). Digital Feminism: Questioning the Renew of Activism. *Journal of Research in Gender Studies*, 8(1), 133–157.
- Journal of Digital Social Research. (2023). About The Journal. Retrieved 20-06-2023, from <https://jdsr.se/ojs/index.php/jdsr/about>

- Kantola, J. (2022). Parliamentary Politics and Polarisation Around Gender: Tackling Inequalities in Political Groups in the European Parliament. In Petra Ahrens, Anna Elomäki, & Johanna Kantola (Eds.), *European Parliament's Political Groups in Turbulent Times* (pp. 221-243). Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan.
- Keller, J. (2019). "Oh, She's a Tumblr Feminist": Exploring the Platform Vernacular of Girls' Social Media Feminisms. *Sage*, 1–11.
- Kember, S. (2003). *Cyberfeminism and artificial life*. Routledge.
- Kendall, K. (2013). #SolidarityIsForWhiteWomen: women of color's issue with digital feminism. *The Guardian*. Retrieved 20-06-2023, from <https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/aug/14/solidarityisforwhitewomen-hashtag-feminism>
- Kim, H., Kim, Y., & Lee, D. (2020). Understanding the Role of Social Media in Political Participation: Integrating Political Knowledge and Bridging Social Capital From the Social Cognitive Approach. *International Journal of Communication*, 14, 4803-4824.
- Klinge, I., & Wiesemann, C. (2010). *Sex and gender in biomedicine*. Universitätsverlag Göttingen.
- Kotler, P., Kartajaya, H., & Setiawan, S. (2021). *Marketing 5.0: technology for humanity*. John Wiley & Sons Inc.
- Kramarae, C. & Treichler, P. A. (Eds.). (1990). *A Feminist dictionary*. Boston, London: Rivers Oram Press/Pandora.
- Krippendorff, K. (2019). *Content analysis: an introduction to its methodology*. SAGE Publications, Inc.
- Leavy, P. (2017). *Research design - quantitative, qualitative, mixed methods, research approaches*. The Guilford Press.
- Leboeuf, C. (2016). 'One is not born, but rather becomes, a woman': The Sex-Gender Distinction and Simone de Beauvoir's Account of Woman: The Second Sex. *Feminist Moments*, 139–146. <https://doi.org/10.5040/9781474237970.ch-018>
- Lewis, P., Descombes, V., & Harari, J. V. (1982). «The Post-Structuralist Condition». *Diacritics*, 12, 2–24.
- LGBTQIA Resource Center. (Eds.). (2022). LGBTQIA Resource Center Glossary. Retrieved 20-06-2023, from <https://lgbtqia.ucdavis.edu/educated/glossary>

- Lei n.º 26/2019, de 28 de Março, *Diário da República n.º 62/28 – 1.ª Série 1751*. Assembleia da República. Lisboa.
- Locke, A., Lawthom, R., & Lyons, A. (2018). Social *Media* Platforms as Complex and Contradictory Spaces for Feminisms: Visibility, Opportunity, Power, Resistance and Activism. *Sage*, 28(1), 3–10.
- Magalhães, M. (2018). *Net-Ativismo. Protestos e subversões nas redes sociais digitais*. Lisboa: Livros ICNova.
- Magalhães, M., Marôpo, L., & Amaral, I. (2018). Ativismo feminista no *Facebook*: Uma Análise Comparada das Páginas Não me Kahlo (Brasil) e Capazes (Portugal). 31–46.
- Magnoni, A. F., Camargo, A.C., & Miranda, G.V. (2017). A *Internet* como Indutora da Participação Política: Mídia, Tecnologia e Engajamento nos Ambientes Digitais. *Comunicologia*, 10(2), 182-201.
- Marôpo, L., Silva, M., & Magalhães, M. (2017). Feminismo *online* em Portugal: um mapeamento do ativismo no facebook. In Sara Pereira & Manuel Pinto (Eds.), *Literacia, Media e Cidadania - Livro de Atas do 4.º Congresso* (pp. 280-293). Braga: CECS - UMinho.
- Ma, S., Zheng, F., & Zou, Z. (2022). How Social *Media* Impacts the Feminism Movement. *Atlantis Press*, 664(1), 560-564.
- Mendes, K. (2011). *Feminism in the news. Representations of the women’s movement since the 1960s*. London: Palgrave Macmillan.
- Milkman, R. (2017). “A New Political Generation: Millennials and the Post-2008 Wave of Protest.” *American Sociological Review*, 82(1), 1–31.
- Miranda, R. (2009). Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental?: um estudo no 1.º Ciclo [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Molyneaux, M., Dey, A., Gatto, M., & Rowden, H. (2020, 2021). New Feminist Activism, Waves and Generations. The 25th Anniversary of the Beijing Platform for Action, 64th Session of the Commission on the Status of Women, Beijing.
- Moreira, V., & Gomes, C. M. (2012). Compreender os direitos humanos: manual de educação para os direitos humanos. In Benedek, W. (eds.), *European Training and Research Centre for Human Rights and Democracy* (p. 582). Coimbra: *Ius Gentium Conimbrigae*.
- Murthy, D. (2018). Introduction to Social *Media*, Activism, and Organizations. *Sage*, 1–4.

- Navarro, C., & Bernal, G. (2022). The Use of Social *Media* by Spanish Feminist Organizations: Collectivity From Individualism. *Media and Communication*, 10(2), 93–103.
- Nogueira, C., Oliveira, J., Almeida, M., Costa, C., Rodrigues, L., & Pereira, M. (2010). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (C. p. a. C. e. a. I. d. Género, Ed.). Porto: Clássica - Artes Gráficas S.A.
- Noronha, E., & Silveirinha, M. (2020). “Um Quarto Todo Seu” na Era Digital: Pós-Feminismo e Notícias para Públicos Femininos na Plataforma Delas. *Comunicação Pública*, 15(28). <https://doi.org/10.4000/cp.6162>
- Ott, K. (2018). Social *Media* and Feminist Values: Aligned or Maligned? *Frontiers: A Journal of Women Studies*, 39(1), 93-111. <https://doi.org/10.5250/fronjwomestud.39.1.0093>
- Paglia, C. (2017). *Free women, free men. sex, gender, feminism*. United States: Pantheon Books.
- Parlamento Europeu. (n.d.). *2011-Primavera Árabe*. Retrieved 20-06-2023, from https://www.europarl.europa.eu/portugal/pt/informacao_ue/seriessakharov/2011_primavera_arabe.html
- Pedwell, C., & Whitehead, A. (2012). Affecting Feminism: Questions of Feeling in Feminist Theory. *Feminist Theory*, 13(2), 115-129.
- Peterson-Salahuddin, C. (2022). Posting Back: Exploring Platformed Black Feminist Communities on *Twitter* and *Instagram*. *Sage*, 1–13.
- Pinto, C. (2010). Feminismo, História e Poder. *Revista de Sociologia e Política*.
- Pickerill, J. (2004). Rethinking political participation: experiments in *Internet* activism in Australia and Britain. In Steven Ward, Andrea Römmele, & Rachel Gibson (Eds.), *Electronyc Democracy: Mobilisation, Organisation and Participation via new ICTs* (1st ed.). London: Routledge.
- Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. (2022). *Violência de Género*. Retrieved 20-06-2023, from <https://plataformamulheres.org.pt/artigos/temas/violencia-de-genero/>
- Portaria n.º 174/2019, de 6 de Dezembro, *Diário da República n.º 109/2019 – I Série*. Presidência e da Modernização Administração, Finanças e Adjunto e Economia. Lisboa.
- Poster, M. (1988). "Introduction: Theory and the Problem of Context." *In Critical Theory and Poststructuralism: In Search of a Context*, 5–6.

- Poster, M. (2002). "Cidadãos, *Media* Digitais e Globalização." *Revista de Comunicação e Linguagens. A Cultura das Redes*, 21-34.
- Pozzi, F. A., Fersini, E., Messima, E., & Liu, B. (2017). *Sentiment analysis in social networks*. Elsevier.
- PPDM. (2023). Sobre nós. Retrieved 20-06-2023, from <https://plataformamulheres.org.pt/sobre-nos/>
- Purewal, N., & Loh, J. (2021). Coloniality and Feminist Collusion: Breaking Free, Thinking a New. *Feminist Review*, 1(127), 1-12. <https://doi.org/10.1177/01417789211020249>
- Purssell, E., & McCrae, N. (2020). *How to perform a systematic literature Review*. Sringer.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2018). *Manuel de recherche en sciences sociales*. Paris: PUF.
- Raina, J. A. (2017). Feminism: An Overview. *International Journal of Research*, 4(13), 3372-3376.
- Rede. (2023). Quem somos?. Retrieved 20-06-2023, from <https://redejovensigualdade.org.pt/quem-somos/sobre-nos/>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, de 7 de Julho. *Diário da República n.º 154 – I Série B*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.
- República Portuguesa XXI Governo Constitucional. (2017). Eliminar os crimes contra as mulheres. *Histórico XXI do Governo da República Portuguesa*.
- Ribeiro, A. (2023). Associação Mulheres Sem Fronteiras. *Faces de Eva – Estado da Questão*. 149-155. <https://doi.org/10.34619/bh0z-3f32>
- Riffe, D., Lacy, S., Watson, B. R., & Fico, F. (2019). *Analyzing media messages: using quantitative content analysis in research*. Routledge.
- Ritzer, G. (2003). *The blackwell companion to major contemporary social theorists*. Blackwell Publishing.
- Rivers, N. (2017). *Postfeminism(s) and the arrival of the fourth wave: turning tides* (1st ed.). London: Palgrave Macmillan.
- Rodrigues, P. C. P. (2017). Protofeminismo no Renascimento Italiano pela Pena de Isotta Nogarola. *Historiæ*, 8(2), 239–252.
- Ron, Y., Suleiman, C., & Maoz, I. (2020). Women for Peace: Promoting Dialogue and Peace through *Facebook?* *Sage*, 1–11. <https://doi.org/10.1177/2056305120984461>

- Savolainen, L., Uitermark, J., & Boy, J. (2020). Filtering Feminisms: Emergent Feminist Visibilities on Instagram. *Sage*, 557–579.
- Schradie, J. (2018). Moral Monday Is More Than a Hashtag: The Strong Ties of Social Movement Emergence in the Digital Era. *Sage*, 1–13.
- Shaw, A. (2014). The *Internet* Is Full of Jerks, Because the World Is Full of Jerks: What Feminist Theory Teaches Us About the *Internet*. *Communication and Critical/Cultural Studies*, 11(3), 273-277. <https://doi.org/10.1080/14791420.2014.926245>
- Shiva, V., & Mines, M. (2014). *Ecofeminism*. Zed Books.
- Steeves, H. L. (1987). 'Feminist Theories and *Media Studies*'. In O. BoydBarrett (Eds.), *Approaches to Media*. Londres: Arnold.
- Stephansen, H. (2017). *Media Activism as Movement? Collective Identity Formation in the World Forum of Free Media*. *Media and Communication*, 5(3), 59–66.
- Strichman, N. (2018). *Past achievements and future directions of women's and feminist organizations in Israel*. NCJW National Council of Jewish Women.
- Strinati, D. (1995). 'Feminisms', In *an introduction to theories of popular culture*. Londres: Routledge, 2000, 177-219.
- Simões, R., Amaral, I., & Santos, S. (2021). The New Feminist Frontier on Community-Based Learning: Popular Feminism, *Online Misogyny*, and Toxic Masculinities. *European Journal for Research on the Education and Learning of Adults*, 12(2), 165-177. <https://doi.org/10.3384/rela.2000-7426.3359>
- Sorell, T. (2015). Human Rights and Hacktivism: The cases of Wikileaks and Anonymous. *Journal of Human Rights Practice*, 7(3), 391-410. <https://doi.org/10.1093/jhuman/huv012>
- Subtil, F., & Silveirinha, M. (2017). Planos de Igualdade de Género nos *Media*: Para uma (Re)Consideração do Caso Português. *Media & Jornalismo*, 17(30), 43-61. https://doi.org/10.14195/2183-5462_30_3
- Snyder, R. C. (2008). What Is Third-Wave Feminism? A New Directions Essay. *Signs*, 34(1), 175–196.
- Swank, E., & Fahs, B. (2017). Understanding Feminist Activism Among Women: Resources, *Sage*, 1–9.

- Tavares, M., Bento, A., & Magalhães, M. (2004). A Questão Social no Novo Milénio. Feminismos e Movimentos Sociais em Tempos de Globalização: O Caso da MMM. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- Tavares, M. (1998). Correntes do Feminismo. In UMAR (Org.) *Movimento Feminista em Portugal*.
- Tavares, M. (2008). *Feminismos em Portugal (1947-2007)* [Tese de Doutoramento]. Universidade Aberta. Lisboa.
- Townsend-Bell, E. (2012). “Writing the Way to Feminism.” *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 38(1), 127–52.
- Tracy, S. J. (2020). *Qualitative research methods*. Wiley Blackwell.
- UMAR. (2023). UMAR – Uma associação com 30 anos de história. Retrieved 20-06-2023, from <http://www.umarfeminismos.org/index.php/quemsomos>
- United Nations Human Rights. (2014). Women’s rights are human rights. United Nations.
- Universidade Católica Portuguesa. (2015). Diagnósticos das ONG em Portugal. Fundação Calouste Gulbenkian.
- VÁRIOS. (2018). *Género e Performance - Textos essenciais* (Maria Manuel Baptista, Ed. 1 ed., Vol. I). Coimbra: Grácio Editor.
- Vakoch, D., & Mickey, S. (2017). *Women and nature?: Beyond dualism in gender, body, and environment*. London: Routledge.
- Vicente, F. (2012). História da Arte e Feminismo: Uma Reflexão sobre o Caso Português. *Revista de História da Arte* (70), 210-225.
- Weiss, S. (2014). The Power Of #YesAllWomen. *The New Yorker!*. Retrieved 20-06-2023, from <https://www.newyorker.com/culture/culture-desk/the-power-of-yesallwomen>
- Williams, C. (2014). Gender, Sex, and Sexuality: The TransAdvocate Interviews Catharine A. Mackinnon. *The TransAdvocate*.
- Wolfe, N. (2021). Afghan women rise up against Taliban and restriction on rights. Retrieved 20-06-2023, from <https://www.nzherald.co.nz/world/afghan-women-rise-up-against-taliban-and-restriction-on-rights/G25WK77XMAIAXKXUCKVQFI7FVE/>

Zúñiga, H., Jung, N. & Valenzuela, S. (2012). Social *Media* Use for News and Individuals' Social Capital, Civic Engagement and Political Participation. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 17, 319-336.

#BringBackOurGirls. (2023). #BringBackOurGirls 7 Years Of Advocacy! Retrieved 20-06-2023, from <https://bringbackourgirls.ng>

Apêndices

Apêndice *A*. Artigos Científicos Incluídos na Revisão da Literatura

Apêndice *B*. Análise dos Artigos Científicos

Apêndice *C*. Entidades Incluídas

Apêndice *D*. Organizações Feministas Incluídas

Apêndice *E*. Análise de Métricas

Apêndice *F*. Análise de Conteúdo de Dados Quantitativos das Organizações Feministas Incluídas

Apêndice *G*. Análise de Conteúdo de Dados Qualitativos das Organizações Feministas Incluídas

Apêndice *H*. Guião de Entrevistas

Apêndice A. Artigos Científicos Incluídos na Revisão da Literatura

Na tabela seguinte constata-se os artigos científicos incluídos na revisão da literatura, identificados por ordem alfabética, pelo nome do autor, ano, título do artigo, fontes e referências bibliográficas com o respetivo *DOI* ou *URL*:

Autor	Ano	Título	Fonte e Referência	
			Bibliográfica	<i>DOI</i> ou <i>URL</i>
Abigail Locke, Rebecca Lawthom e Antonia Lyons	2018	" <i>Social media</i> platforms as complex and contradictory spaces for feminisms: Visibility, opportunity, power, resistance and activism".	Locke, A., Lawthom, R., & Lyons, A. (2018). <i>Social media</i> platforms as complex and contradictory spaces for feminisms: Visibility, opportunity, power, resistance and activism. <i>Sage</i> , Vol. 28 (1) 3–10.	Acedido em: (https://doi.org/10.1177/0959353517753973).
Celina Navarro e Gemma Gómez-Bernal	2022	"The Use of <i>Social Media</i> by Spanish Feminist Organizations: Collectivity From Individualism".	Navarro, C., & Bernal, G. (2022). The Use of <i>Social Media</i> by Spanish Feminist Organizations: Collectivity From Individualism. <i>Media and Communication</i> , 10(2), 93–103.	Acedido em: (https://bit.ly/3zugCri).
Chelsea Peterson-Salahuddin	2022	"Posting Back: Exploring Platformed Black Feminist Communities on <i>Twitter</i> and Instagram".	Peterson-Salahuddin, C. (2022). Posting Back: Exploring Platformed Black Feminist Communities on <i>Twitter</i> and Instagram. <i>Sage</i> , 1–13.	Acedido em: (https://doi.org/10.1177/20563051211069051).

Tabela 17 - Artigos de Revisão da Literatura Incluídos

Autor	Ano	Título	Fonte e Referência	
			Bibliográfica	DOI ou URL
Dhiraj Murthy	2018	"Introduction to Social <i>Media</i> , Activism, and Organizations".	Murthy, D. (2018). Introduction to Social <i>Media</i> , Activism, and Organizations. <i>Sage</i> , 1–4.	Acedido em: (https://doi.org/10.1177/2056305117750716).
Eric Swank e Breanne Fahs	2017	"Understanding Feminist Activism among Women: Resources, Consciousness, and <i>Social Networks</i> ".	Swank, E., & Fahs, B. (2017). Understanding Feminist Activism among Women: Resources, <i>Sage</i> , 1–9.	Acedido em: (https://doi.org/10.1177/2378023117734081).
Hilde C. Stephansen	2017	" <i>Media</i> Activism as Movement? Collective Identity Formation in the World Forum of Free <i>Media</i> ".	Stephansen, H. (2017). <i>Media</i> Activism as Movement? Collective Identity Formation in the World Forum of Free <i>Media</i> . <i>Media and Communication</i> , Vol. 5(3), 59–66.	Acedido em: (https://doi.org/10.17645/mac.v5i3.1034).
Jen Schradie	2018	"Moral Monday Is More Than a <i>Hashtag</i> : The Strong Ties of <i>Social Movement</i> Emergence in the Digital Era".	Schradie, J. (2018). Moral Monday Is More Than a <i>Hashtag</i> : The Strong Ties of <i>Social Movement</i> Emergence in the Digital Era. <i>Sage</i> , 1–13.	Acedido em: (https://doi.org/10.1177/2056305117750719).
Jessalynn Keller	2019	"Oh, She's a <i>Tumblr</i> Feminist": Exploring the Platform Vernacular of Girls' <i>Social Media</i> Feminism".	Keller, J. (2019). "Oh, She's a <i>Tumblr</i> Feminist": Exploring the Platform Vernacular of Girls' <i>Social Media</i> Feminisms. <i>Sage</i> , 1–11.	Acedido em: (https://doi.org/10.1177/2056305119867442).

Tabela 18 - Artigos de Revisão da Literatura Inclusos (Cont.)

Autor	Ano	Título	Fonte e Referência	
			Bibliográfica	DOI ou URL
Josiane Jouët	2018	"Digital Feminism : Questioning the Renew Al of Activism".	Jouët, J. (2018). Digital Feminism: Questioning the Renew of Activism. <i>Journal of research in Gender Studies</i> , 8(1), 133–157.	Acedido em: (https://doi.org/10.22381/JRGS8120187).
Laura Savolainen, Justus Uitermark e John D. Boy	2020	"Filtering feminisms: Emergent feminist visibilities on <i>Instagram</i> ".	Savolainen, L., Uitermark, J., & Boy, J. (2020). Filtering feminisms: Emergent feminist visibilities on Instagram. <i>Sage</i> , 557–579.	Acedido em: (https://doi.org/10.1177/1461444820960074).
Mara Magalhães, Lidia Marôpo e Inês Amaral	2018	"Ativismo feminista no <i>Facebook</i> : uma análise comparada das páginas Não me <i>Kahlo</i> (Brasil) e <i>Capazes</i> (Portugal)".	Magalhães, M., Marôpo, L., & Amaral, I. (2018). Ativismo feminista no <i>Facebook</i> : Uma análise comparada das páginas Não me Kahlo (Brasil) e Capazes (Portugal). 31–46.	Acedido em: (https://doi.org/10.14195/2183-6019_7_2).
Paige FletCher e Cassandra Star	2018	"The Influence of Feminist Organisations on Public Policy Responses to Domestic Violence and Violence Against Women: A systematic literature review".	Fletcher, P., & Star, C. (2018). The Influence of Feminist Organisations on Public Policy Responses to Domestic Violence and Violence Against Women: A systematic literature review. <i>Social Alternatives</i> , 37(2), 53-61. Eddy, E., & Matthews, J. (2018). Introduction. Social Alternatives: A unique, independent and collective endeavor. <i>Social Alternatives</i> , 53–61.	Acedido em: (https://bit.ly/3fjCU8k).

Tabela 19 - Artigos de Revisão da Literatura Inclusos (Cont.)

Autor	Ano	Título	Fonte e Referência	
			Bibliográfica	DOI ou URL
Rosanna Bellini, Janis Meissner, Samantha Mitchell Finnigan e Angelika Strohmayr	2022	"Feminist human–computer interaction: Struggles for past, contemporary and futuristic feminist theories in digital innovation".	Bellini, R., Meissner, J., Finnigan, S., & Strohmayr, A. (2022). Feminist human–computer interaction: Struggles for past, contemporary and futuristic feminist theories in digital innovation. Sage, Vol.23(2), 143–149	Acedido em: https://doi.org/10.1177/14647001221082291 .
Stephanie Madden e Rebecca A. Alt	2021	"Know Her Name: Open Dialogue on <i>Social Media</i> as a Form of Innovative Justice".	Madden, S., & A. Alt, R. (2021). Know Her Name: Open Dialogue on <i>Social Media</i> as a Form of Innovative Justice. Sage, 1–10.	Acedido em: https://doi.org/10.1177/2056305120984447 .
Suay Melisa Özkula	2021	"What is Digital Activism Anyway? Social Constructions of the "Digital" in Contemporary Activism".	Özkula, S. (2021). What is digital activism anyway? Social constructions of the “digital” in contemporary activism. Vol.3(3), 60–84.	Acedido em: https://doi.org/10.33621/jdsr.v3i3.44 .
Yiftach Ron, Camelia Suleiman e Ifat Maoz	2020	"Women for Peace: Promoting Dialogue and Peace through <i>Facebook</i> ?".	Ron, Y., Suleiman, C., & Maoz, I. (2020). Women for Peace: Promoting Dialogue and Peace through <i>Facebook</i> ? Sage, 1–11	Acedido em: https://doi.org/10.1177/2056305120984461

Tabela 20 - Artigos de Revisão da Literatura Inclusos (Cont.)

Apêndice B. Análise dos Artigos Científicos

Nas tabelas seguintes, verifica-se a análise e interpretação dos artigos selecionados articulados com a revisão da literatura que são identificados pelos nomes dos autores, ano, título do estudo, protótipo, objetivos de estudo, metodologia de investigação, discussão de resultados e, por último, pela conclusão final.

Autor (Ano)	Título	Protótipo	Objetivo	Metodologia de Investigação	Discussão de Resultado	Conclusão Final
Locke <i>et al.</i> (2018)	" <i>Social media platforms as complex and contradictory spaces for feminisms: Visibility, opportunity, power, resistance and activism</i> ".	Artigo publicado em periódico do <i>Sage Journals</i> .	O objetivo central do artigo consiste em incorporar um levantamento e uma recolha de dados sobre as redes sociais e o feminismo, tal como o ativismo digital.	Revisão da Literatura e Revisão Narrativa	Os resultados do estudo ressaltam para os paradigmas que as redes sociais possibilitam como espaços " <i>on-line seguros</i> " para que o feminismo seja apreendido sobre as dimensões do ativismo feminista, que se associem nas ideologias e nas noções feministas, tanto a nível de uma determinado país, como internacionalmente.	Além de que a pesquisa sobre o ativismo nas redes sociais necessita de incorporar uma visão analítica da interseccionalidade, a fim de desenvolver uma compreensão mais aprofundada do potencial de ação social nas redes sociais.

Tabela 21 - Análise e Interpretação do Artigo de Revisão da Literatura

⁵³ Como poderá ser consultado em: (<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0959353517753973>).

Autor (Ano)	Título	Protótipo	Objetivo	Metodologia de Investigação	Discussão de Resultado	Conclusão Final
Navarro e Bernal (2022)	"The Use of <i>Social Media</i> by Spanish Feminist Organizations: Collectivity From Individualism".	Artigo de natureza científica publicado em periódico do <i>Google Scholar</i>	O objetivo do artigo científico consiste em compreender os processos organizacionais das redes sociais das organizações feministas a atuar em Espanha. O estudo concentra-se nas estruturas organizacionais estabelecidas na divulgação de conteúdos nas redes sociais. Neste contexto, o papel dos responsáveis de comunicação, têm como função na coordenação do fluxo da comunicação, que permite decidir qual o conteúdo que deverá ser publicado nas redes sociais das organizações feministas.	Abordagem Qualitativa (Entrevista semiestruturada e análise de conteúdo das publicações publicadas nas redes sociais)	As dinâmicas e as estruturas das redes sociais eleitas para o estudo condicionam os grupos de ativistas que seguem os critérios de ação, estabelecendo a sua presença <i>on-line</i> , com determinados desafios que contrariam a essência do ativismo digital. As redes sociais foram utilizadas e manuseadas pelos utilizadores para expressar opiniões sobre as problemáticas da igualdade de género, independentemente, da sua identidade e, nomeadamente, sem vínculos associativos entre organizações de cunho político. As ações articuladas conseguiram definir uma agenda no país particularmente no Dia Internacional da Mulher.	Em Espanha, nos últimos anos, o sucesso das organizações feministas e das manifestações <i>off-line</i> , ocorre pelo enorme número de publicações e de interações nas redes sociais. Todas as organizações feministas analisadas consideram as redes sociais essenciais na esfera pública digital.

Tabela 22 - Análise e Interpretação do Artigo de Revisão da Literatura (Cont.)

⁵⁴ Como poderá ser consultado em: (<https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/5109/5109>).

Autor (Ano)	Título	Protótipo	Objetivo	Metodologia de Investigação	Discussão de Resultado	Conclusão Final
Salahuddin (2022)	"Posting Back: Exploring Platformed Black Feminist Communities on Twitter and Instagram".	Artigo de natureza científica publicado em periódico do <i>Sage Journals</i> .	A presente análise tem como principal finalidade na capacidade de abordar as dinâmicas pelas quais a opressão continua incorporada na cultura digital, como extensão da sociedade contemporânea.	Abordagem Qualitativa (Entrevista semiestruturada)	Os resultados sugerem que, embora as discussões feministas sobre <i>hashtags</i> tenham permitido que as mulheres negras utilizassem os discursos tradicionais e hegemônicos. Tais abordagens de discussão se encontram em foco na apropriação e no dissipar da produção intelectual das mulheres negras.	À medida que é analisado as plataformas das redes sociais como um espaço cada vez mais relevante mediante comunidades marginalizadas que se envolvem na esfera pública, é fundamental centrar na natureza interseccional para retificar as desigualdades sociais.

Tabela 23 - Análise e Interpretação do Artigo de Revisão da Literatura (Cont.)

⁵⁵ Como poderá ser consultado em: (<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/20563051211069051>).

Autor (Ano)	Título	Protótipo	Objetivo	Metodologia de Investigação	Discussão de Resultado	Conclusão Final
Murthy (2018)	"Introduction to <i>Social Media, Activism, and Organizations</i> ".	Artigo de natureza científica publicado em periódico do <i>Sage Journals</i> .	O presente artigo científico analisa um conjunto de artigos que mapeiam e comentam as redes sociais, os movimentos sociais e o feminismo, bem como o ativismo digital.	Revisão Sistemática da Literatura	O artigo de natureza científica também possibilitou uma perspectiva crítica sobre a evolução dos movimentos sociais e dos acréscimos das tecnologias digitais nas práticas de comunicação organizacional.	O autor analisa um conjunto de artigos que abordam as redes sociais, os movimentos feministas, bem como o ativismo digital. E, neste contexto, o artigo conclui que as redes sociais se tornam num recurso paradoxalmente proveitoso para a consciencialização e para a oposição relativamente ao direito das mulheres.

Tabela 24 - Análise e Interpretação do Artigo de Revisão da Literatura (Cont.)

⁵⁶ Como poderá ser consultado em: (<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2056305117750716>).

Autor (Ano)	Título	Protótipo	Objetivo	Metodologia de Investigação	Discussão de Resultado	Conclusão Final
Swank e Fahs (2017)	"Understanding Feminist Activism among Women: Resources, Consciousness, and <i>Social Networks</i> ".	Artigo de natureza científica publicado em periódico do <i>Sage Journals</i> .	O estudo apela para o ativismo que se encontra articulado em três aspetos: 1) nos recursos educacionais e financeiros; 2) na internalização de uma consciência feminista; 3) e no envolvimento em estruturas de mobilização feminista. O estudo analisa o ativismo digital de uma amostra de 2012.	Abordagem Quantitativa	O movimento feminista assenta nas organizações direcionadas para as mulheres e nas causas políticas que beneficiam. As problemáticas das desigualdades salariais ou a rejeição dos privilégios semelhantes ao sexo masculino, violência doméstica, assédio sexual ou na desvalorização do papel das mulheres, entre outras problemáticas, podem ter amplificado o ativismo digital.	O estudo também salienta para a relevância da participação nas atividades existentes nas redes sociais das organizações feministas. Neste sentido, as organizações feministas encontram-se em espaços virtuais que valorizavam o ativismo digital e os interesses feministas.

Tabela 25 - Análise e Interpretação do Artigo de Revisão da Literatura (Cont.)

⁵⁷ Como poderá ser consultado em: (<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2378023117734081>).

Autor (Ano)	Título	Protótipo	Objetivo	Metodologia de Investigação	Discussão de Resultado	Conclusão Final
Stephansen (2017)	"Media Activism as Movement? Collective Identity Formation in the World Forum of Free Media".	Artigo de natureza científica publicado em periódico do <i>Google Scholar</i> .	O principal objetivo do estudo de caso de <i>World Forum of Free Media</i> tem como finalidade nas inferências das plataformas <i>on-line</i> e nos processos de constituição de identidade, que contribuí para a compreensão do ativismo digital nas organizações de caráter e de cariz social.	Abordagem Qualitativa (Estudo de Caso do <i>World Forum of Free Media</i> .)	É inacessível considerar um movimento social a nível de uma escala global. Assim como nas redes sociais que não exclui perspetivas, devido à impossibilidade de construir uma única identidade coletiva que refletiria em diversos contextos geográficos, culturais e políticos. O ativismo digital atua em condições muito distintas e enfrentam desafios distintos, sendo crucial compreender tais diferenças. Indiscutivelmente, o ativismo digital nas redes sociais foram inseridos em contextos distintos e se adaptam às suas realidades locais, mantendo um senso de conexão com as oposições globais.	O ativismo digital não envolve apenas processos, sob os quais os indivíduos se identificam com um coletivo. Mas em processos complexos de aquisição de conhecimento sobre contextos sociais, económicos e políticos.

Tabela 26 - Análise e Interpretação do Artigo de Revisão da Literatura (Cont.)

⁵⁸ Como poderá ser consultado em: (<https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/1034>).

Autor (Ano)	Título	Protótipo	Objetivo	Metodologia de Investigação	Discussão de Resultado	Conclusão Final
Schradié (2018)	"Moral Monday Is More Than a Hashtag: The Strong Ties of Social Movement Emergence in the Digital Era".	Artigo de natureza científica publicado em periódico do <i>Sage Journals</i> .	O artigo científico conceitua um explicação para os movimentos sociais com base em argumentos mais amplos sobre o papel significativo que a tecnologia digital desempenha numa sociedade em rede. O artigo explica a origem dos protestos do <i>Moral Monday</i> de 2013.	Abordagem Qualitativa (Entrevista semiestruturada e análise de conteúdo das publicações publicadas nas redes sociais do <i>Website</i> , <i>Facebook</i> e <i>Twitter</i> .)	As redes sociais foram cruciais para o surgimento da desobediência civil, sendo a tecnologia digital parte integrante da ação coletiva na era digital, em larga escala. A influência das tecnologias digitais nos movimentos sociais dispôs de uma enorme expansão. Muitos dos estudos sobre movimentos sociais e sobre ativismo digital, utilizam o termo 'tecnologia' não apenas como variável explicativa, mas também como uma fonte de dados.	O princípio do <i>Moral Monday</i> tornou-se num princípio impulsionador, tendo como resposta coletiva na crise da legislação conservadora do Estado. Foram defendidos que os projetos de lei censuravam a democracia. Como resultado, foi uma abordagem cultural e estrutural, que não apenas se alinhava e enquadrava com a literatura, como também se encontravam interligados à sociedade civil e ao Estado. Ao contrário das expectativas da literatura, a origem do <i>Moral Monday</i> , existia uma identidade coletiva digital ou nos princípios individualizados <i>on-line</i> . Os resultados desafiavam teorias mais recentes que apoiavam as infraestruturas de comunicação mais tradicionais na mobilidade para uma incorporação do capitalismo no surgimento do movimento social particularmente na era digital.

Tabela 27 - Análise e Interpretação do Artigo de Revisão da Literatura (Cont.)

⁵⁹ Como poderá ser consultado em: (<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2056305117750719>).

Autor (Ano)	Título	Protótipo	Objetivo	Metodologia de Investigação	Discussão de Resultado	Conclusão Final
Keller (2019)	"Oh, She's a <i>Tumblr</i> Feminist": "Exploring the Platform Vernacular of Girls' <i>Social</i> <i>Media</i> Feminism".	Artigo de natureza científica publicado em periódico do <i>Sage</i> <i>Journals</i> .	Com os ávidos usuários do <i>Social Media</i> , não é surpreendente que as adolescentes feministas utilizam as plataformas para se envolverem em diversos padrões de ativismo feminista. No entanto, as pesquisas existentes não exploram como o acréscimo do número de plataformas de <i>Media</i> e dos avanços tecnológicos moldaram os comportamentos das adolescentes que se envolvem no ativismo digital.	Abordagem Qualitativa (Entrevista semiestruturada e análise de conteúdo das publicações publicadas nas redes sociais do <i>Twitter</i> , <i>Facebook</i> e <i>Tumblr</i> .)	Segundo o autor do artigo científico em questão, as adolescentes selecionam, estrategicamente, como se envolver com a política feminista <i>on-line</i> , ponderando cuidadosamente questões relacionadas com a privacidade e comunidade, como referido anteriormente.	O <i>Facebook</i> é uma plataforma útil para se envolver na educação entre os grupos de ativistas maioritariamente feministas. Embora o crescimento das interações feminista <i>on-line</i> pelas jovens feministas seja alentador, o artigo científico explora a política atual definida pelo discurso antifeminista.

Tabela 28 - Análise e Interpretação do Artigo de Revisão da Literatura (Cont.)

⁶⁰ Como poderá ser consultado em: (<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2056305119867442>).

Autor (Ano)	Título	Protótipo	Objetivo	Metodologia de Investigação	Discussão de Resultado	Conclusão Final
Jouët (2018)	"Digital Feminism: Questioning the Renew al of Activism".	Artigo de natureza científica publicado em periódico do <i>Google Scholar</i> .	O artigo questiona os fatores sociais e políticos subjacentes no renascimento do feminismo e analisa como as feministas utilizam as redes sociais para promover as suas causas.	Abordagem Qualitativa (Observação etnográfica <i>on-line</i> , entrevistas presenciais com ativistas e com feministas "comuns")	As jovens ativistas têm habilidades na produção de narrativas visuais e na utilização de reportórios não convencionais. Realizam eventos e campanhas que são resultantes, amplamente da esfera pública e dos <i>media</i> digitais sucedendo um ativismo performativo. As narrativas digitais satíricas foram a causa de que conseguissem visibilidade e notoriedade. No entanto, a enorme visibilidade do feminismo digital ocasionou o surgimento do "cibersexismo". Permanecendo interrogações sobre o empoderamento das feministas num período em que as forças conservadoras estão reaparecendo nas sociedades ocidentais.	O ativismo feminista também requer do auxílio das manifestações em espaços públicos, para que ocorra um enorme alcance na imprensa e no que envolve membros de Estado. Tais estratégias estão incorporadas no contexto de cada país, nomeadamente, na Europa, que desempenha um papel relevante. Em França, como muitos outros países, as redes sociais contribuem para uma reconfiguração do feminismo.

Tabela 29 - Análise e Interpretação do Artigo de Revisão da Literatura (Cont.)

⁶¹ Como poderá ser consultado em: (<https://addletonacademicpublishers.com/contents-jrgs/1210-volume-8-1-2018/3279-digital-feminism-questioning-the-renewal-of-activism>).

Autor (Ano)	Título	Protótipo	Objetivo	Metodologia de Investigação	Discussão de Resultado	Conclusão Final
Savolainen et al. (2020)	"Filtering feminisms: Emergent feminist visibilities on <i>Instagram</i> ".	Artigo de natureza científica publicado em periódico do <i>Sage Journals</i> .	O artigo analisa e pondera executar uma reflexão sobre as usuárias feministas e sobre as suas práticas de utilização do <i>Instagram</i> , nomeadamente, em publicações, com finalidade em entender as decisões estratégicas que contribui para um perfil feminista.	Abordagem Qualitativa (Entrevistas semiestruturadas)	Demonstra como determinadas sensibilidades feministas emergem como, amplamente, aceitas e extremamente envolventes através do <i>Instagram</i> . São empregues como estratégias competitivas, enquanto outras são suprimidas e permanecem à margem da visibilidade.	Na economia das redes sociais é estabelecido que as feministas devem de empavonar os seus corpos para auferir visibilidade e notoriedade, envolvendo um paralelismo entre " <i>branding on-line</i> " e individualismo competitivo.

Tabela 30 - Análise e Interpretação do Artigo de Revisão da Literatura (Cont.)

⁶² Como poderá ser consultado em: (<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1461444820960074>).

Autor (Ano)	Título	Protótipo	Objetivo	Metodologia de Investigação	Discussão de Resultado	Conclusão Final
Magalhães et al. (2018)	"Ativismo feminista no <i>Facebook</i> : uma análise comparada das páginas <i>Não me Kahlo</i> (Brasil) e <i>Capazes</i> (Portugal)".	Artigo de natureza científica publicado em periódico do <i>Google Scholar</i> .	O artigo efetivou uma análise comparativa da página do <i>Facebook</i> das páginas feministas portuguesas ' <i>Capazes</i> ' e, conseqüentemente, da página ' <i>Não me Kahlo</i> ' do Brasil tendo um maior número de seguidores em Março de 2016, respetivamente.	Análise Qualitativa (Análise de conteúdo das redes sociais - <i>Não me Kahlo</i> e <i>Capazes</i>)	Os resultados realçam as semelhanças e as divergências entre as temáticas abordadas em função das características das páginas, sendo considerado o contexto do país de origem.	No caso específico de Portugal, os direitos das mulheres e da comunidade <i>LGBTQ+</i> têm sido, gradualmente, aceites socialmente. Por outro lado, no Brasil ainda ocorre oposições nos avanços mediante uma legislação conservadora. Visto que a interrupção da gravidez, a união civil de homossexuais e a violência de género são questões centrais.

Tabela 31 - Análise e Interpretação do Artigo de Revisão da Literatura (Cont.)

⁶³ Como poderá ser consultado em: (https://impactum-journals.uc.pt/mediapolis/article/view/2183-6019_7_2).

Autor (Ano)	Título	Protótipo	Objetivo	Metodologia de Investigação	Discussão de Resultado	Conclusão Final
FletCher e Star (2018)	"The Influence of Feminist Organisations on Public Policy Responses to Domestic Violence and Violence Against Women: A systematic literature review".	Artigo de natureza científica publicado em periódico do <i>Google Scholar</i> .	O artigo científico examina a influência das organizações feministas no desenvolvimento dos resultados políticos.	Revisão Sistemática da Literatura (49 artigos selecionados, a partir da ferramenta de <i>software</i> de automação do <i>Endnote</i>).	É observado que as organizações feministas têm influência significativa sobre as políticas públicas em todos os níveis governamentais e políticos. Abrangendo outras organizações feministas e outras organizações de movimentos sociais.	O artigo científico analisou as fontes de revisão da literatura sobre o papel do ativismo feminista na influência das políticas públicas. As referências bibliográficas selecionadas foram reafirmadas que a esmagadora maioria têm o ativismo feminista como bem-sucedido e constitui uma mais-valia para exercer a sua influência. No entanto, foram limitados os estudos selecionados, tendo como explicação no ativismo feminista se pode ou não influenciar as políticas públicas. Tal entendimento é fundamental, pois, permite políticas públicas eficazes e eficientes, visando a redução da violência doméstica e da violência de gênero, como por exemplo.

Tabela 32 - Análise e Interpretação do Artigo de Revisão da Literatura (Cont.)

⁶⁴ Como poderá ser consultado em: (https://researchmgt.monash.edu/ws/portalfiles/portal/271693120/SOC_ALT_Vol_37_2_SMALL.pdf).

Autor (Ano)	Título	Protótipo	Objetivo	Metodologia de Investigação	Discussão de Resultado	Conclusão Final
Bellini <i>et al.</i> (2022)	"Feminist human-computer interaction: Struggles for past, contemporary and futuristic feminist theories in digital innovation".	Artigo de revisão publicado em periódico do <i>Sage Journals</i> .	O artigo científico ressalva a interação humana e as interações nas tecnologias digitais, nas teorias feministas e na inovação digital. Para o artigo de natureza científica foram utilizados outros artigos que reúnam as teorias feministas com o conhecimento prático no <i>design</i> e no desenvolvimento das tecnologias digitais.	Revisão Narrativa	Foram introduzidos conhecimentos práticos pelas feministas que fortaleceram as relações entre ação e divulgação de informação.	O artigo acentua nas abordagens emergentes que visam contribuir nas reflexões sobre as interseções entre a teoria e a prática do desenvolvimento das tecnologias digitais.

Tabela 33 - Análise e Interpretação do Artigo de Revisão da Literatura (Cont.)

⁶⁵ Como poderá ser consultado em: (<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/14647001221082291>).

Autor (Ano)	Título	Protótipo	Objetivo	Metodologia de Investigação	Discussão de Resultado	Conclusão Final
Madden e Alt (2021)	"Know Her Name: Open Dialogue on <i>Social Media</i> as a Form of Innovative Justice".	Artigo de natureza científica publicado em periódico do <i>Sage</i> <i>Journals</i> .	A justiça inovadora concentra-se nas necessidades, no auxílio mútuo e na cura emocional e psicológica das vítimas de crime de agressão sexual nas redes sociais, utilizado um estudo de caso.	Abordagem Qualitativa (Análise de conteúdo da redes social do <i>Instagram</i> e um processo de análise de uma abordagem qualitativa iconográfica)	O artigo permite refletir sobre como as redes sociais podem moldar-se numa plataforma de justiça social inovadora, contribuindo para um diálogo sem ser censurado no que é referido pela violência sexual.	A justiça inovadora reconhece as limitações do julgamento criminal para vítimas de violência sexual e procura outras opções e alternativas, de modo a capacitar as vítimas, auxiliando no processo de cura emocional e psíquica. As redes sociais facilitam a justiça inovadora e a interação com outras vítima. Permitindo que as vítimas compartilhem as suas experiências e as suas emoções. O diálogo ocorre mediante conversas via <i>on-</i> <i>line</i> , possibilitando novas oportunidades de cura, externamente da esfera pública.

Tabela 34 - Análise e Interpretação do Artigo de Revisão da Literatura (Cont.)

⁶⁶ Como poderá ser consultado em: (<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2056305120984447>).

Autor (Ano)	Título	Protótipo	Objetivo	Metodologia de Investigação	Discussão de Resultado	Conclusão Final
Özkula (2021)	"What is Digital Activism Anyway? <i>Social</i> Constructions of the Digital" in Contemporary Activism".	Artigo de natureza científica publicado em periódico do <i>Journal of Digital Social Research</i> .	O artigo científico apresenta uma apreensão e destaca um conjunto de conceitos, nomeadamente, quanto aos termos e às definições do 'ativismo digital'.	Revisão Narrativa	O ativismo digital reúne um conjunto de recursos e de ferramentas para o desempenho das atividades implícitas no ativismo.	Sendo que, indescritivelmente, o ativismo digital utiliza um conjunto muito amplo nos recursos das tecnologias.

Tabela 35 - Análise e Interpretação do Artigo de Revisão da Literatura (Cont.)

⁶⁷ Como poderá ser consultado em: (<https://jdsr.se/ojs/index.php/jdsr/article/view/44>).

Autor (Ano)	Título	Protótipo	Objetivo	Metodologia de Investigação	Discussão de Resultado	Conclusão Final
Ron et al. (2020)	"Women for Peace: Promoting Dialogue and Peace through Facebook?".	Artigo de natureza científica publicado em periódico do Sage Journals.	O principal objetivo do artigo é examinar, de que modo poderá ser promovido e mobilizado o diálogo e, conseqüentemente, promover o afimco pela paz, através das páginas do <i>Facebook</i> no conflito etnopolítico entre os israelitas, judeus e palestinos. Assim sendo, o artigo aborda o feminismo como uma construção pejorativa e depressiva nos grupos minoritários étnicos ou religiosos, violando os seus direitos humanos, para que possa ser legitimado a exclusão social e moral. Reprimindo a violência física e estrutural, visto que, culturalmente, não é aceite que as mulheres se beneficiem dos direitos idênticos em relação ao sexo masculino.	Análise Qualitativa - Análise de texto, análise qualitativa dos comentários publicados na página do <i>Facebook</i> do movimento popular israelita <i>Women Wage Peace</i> (WWP)	É mediante a solidariedade, interação e pedido de ação que permite estabelecer mecanismos de mobilização de paz, instigante no diálogo que os usuários e os utilizadores utilizam nas redes sociais, dado ao género a que pertencem e aos grupos etnopolíticos circunscritos numa sociedade dividida, em constante atrito e conflito.	O <i>Facebook</i> pode contribuir como um recurso que permite o diálogo no contexto do conflito entre os israelitas, judeus e palestinos. As organizações feministas induzem para estereótipos negativos. Em que ocorre apreciações depreciativas, hostis e rudes em relação ao papel das mulheres. Tal fenómeno é abordado no contexto das relações interpessoais particularmente nos quadros organizacionais, bem como no contexto do movimento feminista e na oposição das mulheres pela igualdade de género.

Tabela 36 - Análise e Interpretação do Artigo de Revisão da Literatura (Cont.)

⁶⁸ Como poderá ser consultado em: (<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2056305120984461>).

Apêndice C. Entidades Inclusas

Observa-se nas tabelas seguintes as organizações inclusas de acordo com os parâmetros e os critérios de seleção explícitos anteriormente.

Organizações Inclusas							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Abraço - Delegação do Funchal	Organização sem fins lucrativos	15 de Março de 2012	5	5	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Abril no Feminino	Comunidade em Artes e Entretenimento	15 de Fevereiro de 2019	514	500	19 de Março de 2019	105	32
A coletiva	Comunidade de Feministas	12 de Janeiro de 2017	10.000	9.800	27 de Setembro de 2018	4.673	506
Actibistas – Coletivo pela Visibilidade Bissexual	Comunidade	22 de Junho de 2013	1.800	1.800	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 37 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁶⁹ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Ação Pela Identidade – API	Organização não Governamental (ONG)	22 de Abril de 2011	3.070	2.990	24 de Junho de 2015	609	86
ADDHG - Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Guimarães	Comunidade	21 de Setembro de 2018	2.079	2.015	17 de Novembro de 2018	452	275
ADD.ILGA Portugal	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) e Comunidade Comunitária	13 de Novembro de 2017	415	407	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Akto	Organização não Governamental (ONG)	7 de Agosto de 2015	7.700 (751 a seguir)	<i>n.a</i>	12 de Dezembro de 2018	1.006	569

Tabela 38 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁷⁰ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		N.º total de usuários a seguir
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	
AMCDP -Associação de Mulheres Cabo Verdianas na Diaspora em Portugal	Organização sem fins lucrativos	1 de Maio de 2013	2.200	2.100	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Amnistia Internacional - Grupo de Viseu	Organização não Governamental (ONG)	6 de Julho de 2013	2.135	2.054	14 de Maio de 2022	398	151
Amnistia Internacional Leiria	Organização não Governamental (ONG)	20 de Julho de 2015	1.515	1.416	26 de Agosto de 2017	723	203
Amplós	Organização sem fins lucrativos	4 de Setembro de 2009	8.238	7.725	Março de 2016	2.017	98
APAV Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	Organização sem fins lucrativos	7 de Dezembro de 2010	132.000 (29 a seguir)	<i>n.a</i>	Julho de 2014	22.700	187

Tabela 39 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁷¹ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
API – Associação Plano I	Organização sem fins lucrativos e com Estatuto de IPSS	7 de Dezembro de 2015	13.000 (1.100 a seguir)	<i>n.a</i>	Novembro de 2018	3.782	1.045
APMJ – Associações Portuguesa de Mulheres Juristas pelos Direitos Humanos das Mulheres	Organização não Governamental das Mulheres (ONGM)	22 de Março de 2012	11.734	11.262	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Arraial Lisboa Pride	Evento de LGBTI em Portugal	14 de Junho de 2010	11.637	11.325	6 de Junho de 2019	404	262
ArtCitizenship	Projeto	7 de Maio de 2019	634	609	6 de Fevereiro de 2020	501	391
ART'THEMIS+ UMAR	Programa de Prevenção da UMAR	4 de Fevereiro de 2015	2.000	1.900	3 de Dezembro de 2018	915	85

Tabela 40 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁷² Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		N.º total de usuários a seguir
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	
Assembleia Feminista de Coimbra	Comunidade Feminista	15 de Novembro de 2016	1.600	1.600	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Assembleia Feminista Lisboa	Coletivo de Mulheres Ativistas	30 de Janeiro de 2017	6.526	6.156	12 de Setembro de 2019	3.843	382
Assédio sexual – UMAR	Projeto UMAR	6 de Agosto de 2013	2.100	2.100	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Associação Abraço	Organização sem fins lucrativos	27 de Maio de 2011	16.000 (462 a seguir)	<i>n.a</i>	Setembro de 2013	5.201	511
Associação Espaços - Projetos Alternativos de Mulheres e Homens Associação	Organização sem fins lucrativos	31 de Outubro de 2012	1.100	1.000	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 41 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁷³ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		N.º total de usuários a seguir
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	
Associação Mulheres de Braga – AMB	Comunidade	5 de Outubro de 2019	4.600	4.400	23 de Maio de 2021	252	23
Associação Mulheres sem Fronteiras	Organização sem fins lucrativos	8 de Julho de 2016	3.700	3.300	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Associação Mulher Migrante	Organização não Governamental (ONG)	30 de Maio de 2017	928	886	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Associação O Ninho	Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) sem fins lucrativos	1 de Fevereiro de 2013	1.981	1.949	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Associação Portuguesa de Apoio a Mulheres com Endometriose	Organização sem fins lucrativos	7 de Dezembro de 2013	20.629	20.049	Abril de 2013	10.300	714

Tabela 42 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁷⁴ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM)	Organização de caráter científico, sem fins lucrativos	21 de Fevereiro de 2012	5.100 (49 a seguir)	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto	Comunidade	18 de Dezembro de 2014	32.000 (50 a seguir)	<i>n.a</i>	Novembro de 2017	14.000	329
Associação Xis	Grupo de Proteção dos Direitos LGBTI	6 de Setembro de 2017	1.000	1.000	Março de 2018	1.347	1.544
Ativismo em Foco	Organização política apartidária	13 de Novembro de 2018	1.900 (11 a seguir)	<i>n.a</i>	Novembro de 2018	1.146	126
Bears on Motorbykes	Comunidade de Motociclistas LGBTQIA+	12 de Março de 2016	534	467	14 de Janeiro de 2019	479	226

Tabela 43 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁷⁵ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Braga Fora do Armário	Grupo de Ativistas na Defesa dos Direitos LGBTQIAP+	19 de Outubro de 2013	3.900	3.700	Maio de 2019	1.701	340
Brigada Estudantil	Organização política apartidária	18 de Fevereiro de 2020	1.700 (42 a seguir)	<i>n.a</i>	Fevereiro de 2020	5.933	201
Brigada Fernanda Mateus - Antifascistas de Coimbra	Organização política e partidária	10 de Julho de 2020	1.600 (14 a seguir)	<i>n.a</i>	11 de Julho de 2020	779	636
CABE - Comissão de Apoio às Brasileiras no Exterior	Serviço Social	17 de Maio de 2018	3.615	3.474	Maio de 2018	2.722	3.596
Cabelos Brancos	Organização sem fins lucrativos	6 de Julho de 2014	6.524	6.841	Novembro de 2014	1.630	256
CAIP - Coletivo de Ação Imigrante e Periférica	Organização Comunitária	30 de Julho de 2018	1.200	1.200	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 44 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁷⁶ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Cansei de Assédio	Projeto	19 de Abril de 2017	947	940	14 de Janeiro de 2018	609	176
Capazes	Organização não Governamental das Mulheres (ONGM)	29 de Outubro de 2014	164.861	165.794	18 de Dezembro de 2014	39.500	76
Casa Qui	Associação de Solidariedade Social	11 de Novembro de 2013	3.800 (189 a seguir)	<i>n.a</i>	Setembro de 2017	1.049	90
Cassandra	Produção Artística com Projetos Feministas	30 de Agosto de 2019	1.500	1.400	Agosto de 2019	4.027	145
Catarse - Movimento Social	Movimento Social	3 de Abril de 2017	2.296	2.154	23 de Maio de 2017	628	356

Tabela 45 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁷⁷ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		N.º total de usuários a seguir
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	
CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade	Centro de Investigação	23 de Novembro de 2010	4.200	3.900	10 de Outubro de 2018	967	233
Centro de Cultura e Intervenção Feminista (CCIF/UMAR)	Espaço cultural	9 de Outubro de 2012	5.748	5.326	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Centro Gis	Projeto do Plano I	7 de Janeiro de 2017	5.300	4.900	Junho de 2019	1.803	776
Centro LGBT	Organização Comunitária	20 de Fevereiro de 2010	9.963	9.342	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra	Centro de Investigação	24 de Agosto de 2010	22.947	21.541	Outubro de 2021	1.038	0
CIES - IUL Centro de Investigação e Estudos de Sociologia	Centro de Investigação Educativo	16 de Outubro de 2012	7.100 (137 a seguir)	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 46 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁷⁸ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	Organização não Governamental (ONG)	12 de Junho de 2009	41.000 (216 a seguir)	<i>n.a</i>	Dezembro de 2019	5.832	120
Civitas Braga	Comunidade	14 de Abril de 2011	1.462	1.397	26 de Novembro de 2020	223	207
Clube Safo	Organização sem fins lucrativos	1 de Abril de 2011	4.344	3.951	Fevereiro de 2020	2.877	1.521
Colectivo Aveiro Sem Armários	Organização sem fins lucrativos	25 de Fevereiro de 2020	590	530	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
ColectivoFACA	Organização sem fins lucrativos	25 de Março de 2019	835	798	Julho de 2019	1.630	1.645

Tabela 47 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁷⁹ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Colectivo Feminista do Porto	Comunidade de Feministas	13 de Outubro de 2016	1.782	1.724	9 de Março de 2019	510	129
Colectivo Resistimos	Organização Comunitária	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	13 de Outubro de 2019	357	797
Coletivo Andorinha - Frente Democrática Brasileira de Lisboa	Organização Comunitária	12 de Abril de 2016	11.000	10.000	Abril de 2016	3.891	1.493
Coletivo CASADELAS	Organização Comunitária	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	6 de Setembro de 2018	297	328
Coletivo Feminista de Letras	Grupo de Estudantes Feministas da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	23 de Fevereiro de 2018	1.900	1.800	Outubro de 2019	2.731	190

Tabela 48 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁸⁰ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Coletivo MAAD	Comunidade de Feminista	4 de Julho de 2019	508	496	Maio de 2019	1.004	283
Colombina Clandestina	Grupo de Ativistas	2 de Fevereiro de 2017	3.072	2.953	Fevereiro de 2017	8.162	1.265
Comissão Para A Igualdade UBI	Órgão Consultivo	7 de Abril de 2020	619 (3 a seguir)	<i>n.a</i>	13 de Abril de 2020	365	127
Comitê de Solidariedade Entre os Povos – Portugal	Organização Comunitária	10 de Setembro de 2019	1.000	906	15 de Maio de 2022	354	122
ComuniDária	Organização Comunitária e Movimento Social	13 de Novembro de 2011	5.406	5.388	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Confraria Vermelha Livraria de Mulheres	Livraria	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 49 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁸¹ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Consciência Negra	Organização política apartidária	12 de Outubro de 2015	8.400 (53 a seguir)	<i>n.a</i>	20 de Fevereiro de 2019	212	38
Contrabando - rede ativistas	Comunidade	28 de Maio de 2015	4.100	4.100	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
CooLabora CRL	Organização Comunitária	11 de Novembro de 2009	7.500	7.100	Abril de 2019	1.405	310
Coordenadora Antifascista Portugal II	Organização política e partidária	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
CRIA-Centro em Rede de Investigação em Antropologia	Centro de investigação	22 de Junho de 2010	9.900	9.200	Janeiro de 2019	1.490	973
Curso de Ciências da Cultura	Faculdade Pública	4 de Março de 2013	589	583	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 50 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁸² Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Djass - Associação de Afrodescendentes	Organização sem fins lucrativos	30 de Maio de 2016	5.408	4.868	Novembro de 2021	542	187
EAPN Portugal	Organização não Governamental (ONG)	11 de Janeiro de 2011	18.890	17.404	Março de 2021	3.411	120
Egitúnica - Tuna Feminina do Instituto Politécnico da Guarda	Associação Académica do Instituto Politécnico da Guarda	10 de Dezembro de 2013	4.400	4.300	Abril de 2016	1.556	475
EIR - Emancipação, Igualdade e Recuperação – UMAR	Projeto UMAR	30 de Julho de 2018	2.169	2.082	21 de Janeiro de 2019	691	395
Eir Umar Porto	Projeto UMAR	<i>n.a</i>	<i>n.a</i> (1.700 amigos)	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 51 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁸³ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
ELLA - Ellas Mujeres Latinas	Organização Comunitária	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Encontro de mulheres da lusofonia	Espaço Comunitário Feminista	26 de Fevereiro de 2017	651	629	17 de Março de 2017	54	48
Encontro de Mulheres Portugal	Organização Comunitária	13 de Janeiro de 2018	2.200 (2 a seguir)	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Engenheiras Por Um Dia	Programa e Iniciativa Governativa	18 de Janeiro de 2019	1.100	1.000	8 de Novembro de 2018	747	134
Escola de Mulheres - Oficina de Teatro	Teatro	24 de Maio de 2011	6.200	5.600	Maio de 2019	2.411	441
Esquerda Revolucionária - A Centelha	Organização Política (Marxista)	14 de Junho de 2013	3.800 (38 a seguir)	<i>n.a</i>	Setembro de 2017	1.421	53

Tabela 52 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁸⁴ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Estudos Feministas – UC	Centro de Estudos Sociais	22 de Junho de 2015	3.500	3.300	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
European Student Think Tank	Organização não Governamental (ONG)	3 de Março de 2011	14.000	13.000	Maio de 2019	1.850	462
EXIT - Direitos Humanos das mulheres a não serem prostituídas	Comunidade	11 de Janeiro de 2012	1.800	1.700	26 de Junho de 2019	954	143
Faces De Eva Fcsh	Entidade com Atividade em Estudos sobre a Mulher	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Falar de Mulheres: Ciclo de Estudos	Ciclo de Estudos	3 de Fevereiro de 2020	529	508	3 de Fevereiro de 2020	403	49
FEMAFRO	Organização Comunitária	21 de Março de 2016	3.900	3.600	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 53 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁸⁵ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
FEMfdup	Coletivo Feminista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto	6 de Setembro de 2018	889	854	Novembro de 2018	1.748	55
Feminismos Sobre Rodas	Comunidade	15 de Outubro de 2019	3.615	3.335	Outubro de 2019	3.547	1.071
Feministas em Movimento	Organização não Governamental das Mulheres (ONGM)	25 de Setembro de 2019	4.700	4.200	Julho de 2019	2.093	299
Feministas.pt	Plataforma de Comunicação Feminista	21 de Dezembro de 2020	1.100	1.000	<i>n.a</i>	7	5
Festival das Marias	Comunidade em Artes e Entretenimento	21 de Maio de 2019	1.500	1.300	15 de Outubro de 2021	845	49
Festival Feminista de Lisboa	Comunidade em Artes e Entretenimento	22 de Novembro de 2022	5.284	5.084	Dezembro de 2017	5.984	206

Tabela 54 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁸⁶ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		N.º total de usuários a seguir
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	
Festival Feminista do Porto	Comunidade em Artes e Entretenimento	8 de Agosto de 2015	6.679	6.542	Dezembro de 2017	1.070	31
FIBRA - Frente de Imigrantes Brasileiros Antifascistas do Porto	Organização política e partidária	14 de Novembro de 2018	2.800 (27 a seguir)	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Fofolete Molotov	Comunidade de Feministas da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto	14 de Novembro de 2018	151	149	13 de Novembro de 2018	85	87
Fundação Cuidar o Futuro	Organização Comunitária	6 de Outubro de 2017	1.107	1.053	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Frente Unitária Antifascista	Organização Nacional Antifascista	19 de Novembro de 2018	13.008	12.386	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 55 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁸⁷ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Futebol Feminino em Portugal	Desporto e Recreação	5 de Maio de 2011	27.000	26.00	Maio de 2016	2.565	820
GAF - Grupo de Ação Feminista	Comunidade de Feministas	7 de Março de 2017	364	361	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
GE Amnistia Internacional FPCE UC	Organização não Governamental (ONG)	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
GECE - Grupo Género e Performance	Projeto pela Universidade de Aveiro	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
GIRA Gerar Iniciativas e Realidades	Organização não Governamental (ONG)	7 de Maio de 2013	622	563	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Girl Effect Coimbra	Movimento e Projeto Feminista	6 de Junho de 2016	1.200	1.100	21 de Novembro de 2017	126	47

Tabela 56 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁸⁸ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
GIS - Grupo de Intervenção Solidário	Organização sem fins lucrativos	22 de Janeiro de 2011	952	941	17 de Junho de 2019	101	96
Grupo Educar	Plataforma Multidisciplinar de Educadores Antirracistas	24 de Outubro de 2018	1.500	1.400	Novembro de 2019	2.521	4.139
Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda	Partido Político	18 de Abril de 2013	10.000 (147 a seguir)	<i>n.a</i>	Agosto de 2012	48.500	436
Headless Women in Public Art	Estudo sobre Mulheres na Arte Pública	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	22 de Maio de 2019	468	182
HeForShe Portugal	Comunidade e Movimento para a Igualdade entre Géneros	17 de Janeiro de 2017	8.108	7.791	Novembro de 2017	8.978	760

Tabela 57 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁸⁹ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
HeforShe UCP- Porto	Núcleo de Estudantes da HeForShe da Universidade Católica Portuguesa do Porto	19 de Março de 2019	845	790	Março e 2019	1.426	360
HeforShe-ULNP	Núcleo de Estudantes da HeForShe da Universidade Lusíada do Porto	10 de Novembro de 2019	31	29	11 de Novembro de 2019	182	89
He For She – UNL	Núcleo de Estudantes da HeForShe da Universidade Nova de Lisboa	8 de Fevereiro de 2021	225	231	Abril de 2019	1.083	160
HuBB - Humans Before Borders	Plataforma e Coletivo de Ativistas e Voluntários em Defesa dos Direitos dos Imigrantes e Refugiados	28 de Agosto de 2018	17.900	16.789	Dezembro de 2018	18.800	356
ILGA Portugal	Organização não Governamental (ONG)	22 de Fevereiro de 2010	20.000 (166 a seguir)	<i>n.a</i>	Junho de 2015	22.400	412

Tabela 58 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁹⁰ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

		Organizações Inclusas (Cont.)					
		(230 entidades)					
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		N.º total de usuários a seguir
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	
INMUNE - Instituto da Mulher Negra em Portugal	Organização sem fins lucrativos	22 de Julho de 2018	11.000	10.000	Julho de 2020	1.066	21
Juntas	Organização Comunitária e Movimento Feminista de Aveiro	24 de Fevereiro de 2019	1.422	1.358	14 de Março de 2019	677	226
Las Piteadas	Comunidade de Ativistas Transfeministas	4 de Outubro de 2017	814	781	24 de Outubro de 2017	645	400
LGBTI Leiria	Organização Comunitária e Movimento LGBTI de Leiria	27 de Maio de 2019	1.800	1.600	Maio de 2019	1.995	232
LGBTI VISEU	Organização Comunitária e Movimento LGBTI de Viseu	29 de Janeiro de 2018	3.906	3.670	Julho de 2018	6.500	6.637
Lisboa Feminista - Feminist Lisbon	Organização Comunitária	5 de Março de 2019	1.000	945	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 59 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁹¹ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Lisbon Grrrls Roller Derby	Liga Desportiva	20 de Maio de 2013	4.200	4.200	Julho de 2013	1.334	397
Madeira Pride	Evento de Reivindicação e Celebração dos Direitos dos LGBTI	2 de Setembro de 2017	2.450	2.311	Julho de 2018	1.454	78
MAIs - Mulheres Agricultoras em Territórios de Interior	Projeto Promovido pelo Politécnico de Viseu	7 de Maio de 2021	306	343	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
MAPS Algarve	Organização Comunitária	13 de Abril de 2010	5.297	5.057	25 de Abril de 2018	1.034	904
Marcha do Orgulho LGBT+ de Barcelos	Comunidade	26 de junho de 2019	744	686	Maio de 2019	1.099	66

Tabela 60 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁹² Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Marcha do Orgulho LGBTI+ de Lisboa	Organização Comunitária	11 de Fevereiro de 2010	10.715	10.218	Março de 2019	6.246	54
Marcha do Orgulho LGBT no Porto	Organização Comunitária	19 de Fevereiro de 2011	8.024	7.524	Maio de 2019	6.292	188
Marcha LGBTI em Aveiro	Comunidade	11 de Fevereiro de 2019	2.000	1.800	Abril de 2019	1.847	619
Marcha Mundial Mulheres Açores	Comunidade	17 de Abril de 2015	389	375	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Marcha Mundial Mulheres Portugal	Comunidade	22 de Fevereiro de 2010	7.100	6.800	Agosto de 2013	17.000	2.969
Marcha pelo Fim da Violência Contra as Mulheres	Comunidade	10 de Novembro de 2015	3.667	3.594	20 de Outubro de 2022	362	25

Tabela 61 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁹³ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Maré Feminista	Grupo de Feministas e da Comunidade LGBTI+	25 de Fevereiro de 2019	1.500 (67 a seguir)	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
MARP - Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas	Organização sem fins lucrativos	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Mén Non	Organização sem fins lucrativos	5 de Janeiro de 2014	2.100	1.800	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Men Talks	Comunidade	8 de Fevereiro de 2019	2.500	2.300	Abril de 2019	2.791	245
MGF Encontros Regionais	Iniciativa conjunta de um grupo alargado de organizações	21 de Janeiro de 2017	177	169	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 62 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁹⁴ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
MICAR - Mostra Internacional de Cinema Anti Racista	Sala de Cinema e Eventos	13 de Julho de 2014	3.300	3.200	Setembro de 2019	1.095	450
MOS- Marcha Orgulho Santarém	Comunidade	10 de Novembro de 2019	1.119	1.001	Outubro de 2019	1.101	1.246
Movimento dxs Trabalhadorxs do Sexo	Organização sem fins lucrativos	19 de Março de 2020	986	905	12 de Julho de 2020	707	243
Movimento Feminista Empogirlment	Movimento de Ativismo Feminista	19 de Fevereiro de 2018	232	220	Janeiro de 2019	552	1.335
Movimento LGBTIQ de Bragança	Comunidade	21 de Fevereiro de 2017	615	584	4 de Maio de 2018	795	727

Tabela 63 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁹⁵ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
movimentUM	Grupo de estudantes da Universidade do Minho	10 de março de 2019	512	506	11 de Março de 2019	91	112
Mulheres na Arquitectura	Comunidade	30 de Julho de 2017	4.641	4.242	Setembro de 2017	2.402	2.782
Mulher Século XXI - Associação de desenvolvimento e apoio às mulheres	Organização não Governamental das Mulheres (ONGM)	13 de Outubro de 2015	4.300 (162 a seguir)	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
NAS Porto	Grupo de estudantes de Sociologia do Porto	2 de Fevereiro de 2013	1.000	1.000	2 de Março de 2017	525	390
NOMA AZORES - Festival Internacional de Cinema de Direitos Humanos	Festival Internacional de Cinema	25 de Março de 2021	609	563	31 de Março de 2021	584	300

Tabela 64 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁹⁶ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Núcleo Antifascista de Braga	Organização política e partidária	6 de Janeiro de 2019	2.800 (113 a seguir)	<i>n.a</i>	1 de Julho de 2019	350	123
Núcleo Antifascista da Feira	Organização política e partidária	14 de Julho de 2020	1.900	1.800	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Núcleo Antifascista de Bragança	Organização política e partidária	13 de Fevereiro de 2011	702 (4 a seguir)	<i>n.a</i>	13 de Fevereiro de 2021	495	78
Núcleo Antifascista de Guimarães	Organização política e partidária	10 de Junho de 2022	240	231	13 de Julho de 2020	843	73
Núcleo Antifascista Porto	Organização política e partidária	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	Março de 2019	1.718	149
Núcleo Anti-Racista do Porto	Organização Comunitária Anti-Racista	3 de Dezembro de 2018	2.900	2.700	22 de Abril de 2020	619	33

Tabela 65 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁹⁷ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Núcleo Feminista da FAUP	Grupo de estudantes da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto	9 de Outubro de 2019	632	593	11 de Outubro de 2019	1.321	333
Núcleo Feminista de Évora	Comunidade de Feministas	3 de Fevereiro de 2020	662	574	Setembro de 2019	1.513	945
Núcleo HeforShe FEP	Grupo de estudantes da Faculdade de Economia da Universidade do Porto	13 de Novembro de 2018	502	501	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Núcleo LGBTI da Madeira - rede ex aequo	Organização não Governamental (ONG)	23 de Julho de 2018	678	630	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Observatório das Desigualdades	Plataforma de Ciências que Promove o Conhecimento Científico sobre as Desigualdades Sociais	19 de Maio de 2011	6.000	5.600	25 de Março de 2020	703	37

Tabela 66 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁹⁸ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Opus Diversidades	Organização não Governamental (ONG)	27 de Junho de 2011	6.000	5.600	Outubro de 2017	1.480	220
Opus Gay Madeira	Organização não Governamental (ONG)	15 de Outubro de 2017	1.226	1.148	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Orgulhosamente LGBT+ Amarante	Plataforma e Organização Comunitária	6 de Fevereiro de 2020	940	890	12 de Fevereiro de 2020	532	56
OutCiências	Comunidade de Queers da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa	30 de Março de 2018	1.044	991	Março de 2018	1.320	892
Padema - Plataforma para o Desenvolvimento da Mulher Africana	Organização não Governamental das Mulheres (ONGM)	1 de Novembro de 2016	1.500	1.400	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 67 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

⁹⁹ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
PALVT - Plataforma Antifascista Lisboa e Vale do Tejo	Plataforma antifascista apartidária	26 de Junho de 2019	1.500	1.400	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Panteras Rosa	Organização política apartidária	15 de Novembro de 2010	4.900 (208 a seguir)	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
PATH - Plataforma Anti Transfobia e Homofobia – Coimbra	Comunidade e Plataforma Anti Transfobia e Homofobia	11 de Maio de 2010	2.978	2.896	Abril de 2020	1.893	160
Pela Democracia no Brasil	Organização política e partidária	13 de Outubro de 2018	3.200 (0 a seguir)	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 68 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

¹⁰⁰ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Plataforma de Solidariedade com os Povos do Curdistão	Associação Representativa dos Imigrantes e seus Descendentes (ARID) e Organização sem fins lucrativos	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Plataforma GENI	Organização Comunitária	15 de Fevereiro de 2019	20.734	21.809	Fevereiro de 2019	16.600	198
Plataforma Já Marchavas	Movimento na Defesa dos Direitos Humanos	15 de Agosto de 2018	3.900	3.700	Outubro de 2018	2.994	379
Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres	Organização não Governamental das Mulheres (ONGM)	19 de Outubro de 2010	12.000	12.000	Janeiro de 2019	3.335	866
Ponta Delgada LGBT (Azores LGBT)	Organização Comunitária	29 de Junho de 2016	1.624	1.481	<i>n.a</i>	9	29

Tabela 69 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

¹⁰¹ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Por Todas Nós - Movimento Feminista	Comunidade de Feministas	11 de Fevereiro de 2018	2.739	2.615	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
PORTO FEMME - International Film Festival	Artes cênicas ou artes performativas	27 de Junho de 2017	4.100	3.600	Maio de 2018	3.005	499
Porto, Inclusive	Projeto de inclusão e Mobilização LGBTI+	20 de Abril de 2018	1.200	1.100	Maio de 2018	4.395	2.130
Porto Pride	Evento de Celebração da Comunidade LGTI	19 de Novembro de 2018	5.301	5.199	Fevereiro de 2019	3.513	26
Positive Birth Movement Lisboa (Por falar em Nascer Lisboa)	Organização Comunitária	8 de Agosto de 2016	2.252	2.131	10 Janeiro de 2022	176	66

Tabela 70 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

¹⁰² Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Positive Birth Movement Penafiel	Organização Comunitária	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Positive Birth Movement Porto (Por Falar em Nascer Porto)	Organização Comunitária	30 de Janeiro de 2019	955	905	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Positive Birth Movement Sintra	Organização Comunitária	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Pra TI	Comunidade	26 de Novembro de 2014	874	799	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Projeto EmPoderar: educação e participação das mulheres ciganas	Projeto	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Projeto LGBT Seniores: Contrariar Tendências, Eliminar Estigmas	Projeto	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 71 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

¹⁰³ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Projeto Não é Não - UMAR Coimbra	Projeto	17 de Janeiro de 2020	671	627	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Projeto NO Border	Projeto	20 de Setembro de 2017	1.300	1.300	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Quebrar o Silêncio	Organização não Governamental (ONG) sem fins lucrativos	12 de Agosto de 2016	9.200 (38 a seguir)	<i>n.a</i>	Dezembro de 2016	3.658	69
Queer As Fuck	Comunidade de Queers	6 de Setembro de 2017	631	609	Outubro de 2017	2.382	998
Queer IST	Núcleo de Estudantes Queers do Instituto Superior Técnico	14 de Janeiro de 2018	2.086	1.933	Janeiro de 2018	2.262	167

Tabela 72 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

¹⁰⁴ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		N.º total de usuários a seguir
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	
Queer Lisboa - International Queer Film Festival	Festival Internacional de Curta-Metragem	10 de Fevereiro de 2010	13.000	12.000	Fevereiro de 2013	6.667	1.546
Queer Porto – International Queer Film Festival	Festival Internacional de Curta-Metragem	29 de Abril de 2015	3.500 (26 a seguir)	<i>n.a.</i>	Setembro de 2015	2.820	1.109
Queer Tropical	Organização não Governamental (ONG) sem fins lucrativos	15 de Dezembro de 2018	2.500 (133 a seguir)	<i>n.a.</i>	Março de 2019	2.912	356
QUESTÃO DE IGUALDADE - Associação para a Inovação Social	Organização não Governamental (ONG) sem fins lucrativos	5 de Abril de 2010	10.169	9.010	14 de Dezembro de 2020	207	7
Raparigas da Bola	Entidade desportiva	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>	Novembro de 2015	2.248	1.156

Tabela 73 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

¹⁰⁵ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
REDE de Jovens para a Igualdade	Organização sem fins lucrativos	27 de Abril de 2017	10.026	9.493	Março de 2017	1.480	652
rede ex aequo	Organização não Governamental (ONG) sem fins lucrativos	3 de Agosto de 2009	12.035	11.337	Mai de 2015	6.751	228
Rede 8 de Março	Organização política apartidária	28 de Abril de 2013	9.600 (266 a seguir)	<i>n.a</i>	Janeiro de 2019	5.595	109
Rede 8 de Março.VILA REAL	Organização política apartidária	17 de Fevereiro de 2020	507 (34 a seguir)	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Regional Antifascista Oeste	Organização política e partidária	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
RELL-Porto	Comunidade	6 de Novembro de 2017	372	358	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 74 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

¹⁰⁶ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
República Das Marias Do Loureiro	Comunidade de Feministas	12 de Dezembro de 2009	3.209	3.150	24 de Novembro de 2018	894	158
República Rosa Luxemburgo	Comunidade de Feministas	12 de Fevereiro de 2016	2.000	1.900	2 de Dezembro de 2018	997	180
Saber Compreender	Organização sem fins lucrativos	11 de Setembro de 2014	17.000 (161 a seguir)	<i>n.a</i>	Março de 2016	3.676	714
SamariTuna	Grupo feminino da Universidade Lusófona	8 de Novembro de 2009	1.200	1.100	25 de Fevereiro de 2015	1.001	387
Secção de Defesa dos Direitos Humanos da AAC	Organização sem fins lucrativos	8 de Fevereiro de 2010	5.113	5.045	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Semear o Futuro	Organização política apartidária	22 de Julho de 2020	3.500 (168 a seguir)	<i>n.a</i>	23 de Junho de 2020	886	882

Tabela 75 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

¹⁰⁷ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Sexism Free Night - por um lazer noturno igualitário	Organização Comunitária	24 de Agosto de 2018	1.634	1.503	Maio de 2020	1.360	913
Slutwalk Porto	Movimento Feminista Interseccional	29 de Maio de 2015	2.700	2.700	Setembro de 2016	5.108	429
Solidários Nos Bairros	Plataforma apartidária	2 de Abril de 2019	739	718	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Somos Blergh	Comunidade	10 de Junho de 2017	760	785	11 de Outubro de 2017	521	328
SOS Racismo	Organização Comunitária	8 de Outubro de 2012	32.625	30.635	Março de 2020	12.200	203

Tabela 76 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

¹⁰⁸ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		N.º total de usuários a seguir
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	
Surfinistas - Desporto para Feministas	Grupo de Feministas e de Indivíduos <i>Queer</i> Associados ao Desporto	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	21 de Novembro de 2019	278	258
TAFUÉ - Tuna Académica Feminina da Universidade de Évora	Associação académica da Universidade de Évora	7 de Janeiro de 2012	4.073	3.981	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
The Revolution will not Happen on your Screen	Movimento com Participação Ativa na Inclusão Social	30 de Junho de 2021	1146	136	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Tôna Tuna - Tuna Feminina Universitária de Bragança	Associação académica da Universidade de Bragança	31 de Dezembro de 2013	7.600	7.600	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
TransMissão: Associação Trans e Não-Binária	Comunidade e Organização Comunitária	18 de Setembro de 2017	2.445	2.172	Fevereiro de 2019	3.524	542

Tabela 77 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

¹⁰⁹ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
Ua-Woman	Serviço Comunitário	11 de Dezembro 2018	286	273	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
UMAR Açores	Organização não Governamental das Mulheres (ONGM)	2 de Outubro de 2012	2.300	2.000	Fevereiro de 2021	911	213
UMAR Açores - Delegação da ilha Terceira	Organização não Governamental das Mulheres (ONGM)	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
UMAR Braga	Organização não Governamental das Mulheres (ONGM)	22 de Novembro de 2013	2.400	2.200	Fevereiro de 2021	1.113	492

Tabela 78 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

¹¹⁰ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		N.º total de usuários a seguir
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	
UMAR Coimbra	Organização não Governamental das Mulheres (ONGM)	14 de Março de 2012	2.000	1.800	6 de Dezembro de 2020	997	124
Vozes Trad Femininas	Artista de Música	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
UMAR Madeira	Organização não Governamental das Mulheres (ONGM)	23 de Janeiro de 2014	2.082	1.952	16 de Novembro de 2020	433	22
UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta	Organização não Governamental das Mulheres (ONGM)	3 de Julho de 2009	27.000 (a seguir)	<i>n.a</i>	Fevereiro de 2019	6.787	121
UMAR Viseu	Organização não Governamental das Mulheres (ONGM)	7 de Novembro de 2015	1.000	1.000	19 de Fevereiro de 2021	330	153

Tabela 79 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

¹¹¹ Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Organizações Inclusas (Cont.)							
(230 entidades)							
Denominação	Designação	Facebook			Instagram		
		Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de gostos	Data de início de atividade	N.º total de seguidores	N.º total de usuários a seguir
União Antifascista Portuguesa / Aim-Pt	Plataforma Antifascista e de Eventos	15 de Abril de 2017	3.345	3.162	25 de Abril 2021	160	113
UNi+ Programa de Prevenção da Violência no Namoro em Contexto Universitário	Programa de Prevenção	30 de Maio de 2017	3.919	3.639	Abril de 2019	1.0633	328
V-Day Lisboa 2020	Movimento Ativista	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Vozes no Mundo - Frente Pela Democracia no Brasil	Organização política e partidária	10 de Dezembro de 2018	2.100 (9 a seguir)	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
XX Element Project – Associação Cultural	Organização não Governamental (ONG)	18 de Maio de 2017	543	524	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 80 - Entidades Inclusas (1.ª Etapa)

¹¹² Como poderão ser consultadas em: (<https://feminista.pt/organizacoes>).

Apêndice D. Organizações Feministas Inclusas

Observa-se na tabela seguinte as 25 organizações inclusas segundo os parâmetros e os critérios de seleção explícitos anteriormente.

1. Ação pela Identidade - API
2. AMCDP – Associação de Mulheres Cabo Verdianas na Diaspora em Portugal
3. APMJ – Associação Portuguesa de Mulheres Juristas
4. Associação Mulheres sem Fronteiras
5. Associação Mulher Migrante
6. Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM)
7. Capazes
8. CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
9. Clube Safo
10. Djass – Associação de Afrodescendentes
11. Feministas em Movimento
12. INMUNE – Instituto da Mulher Negra em Portugal
13. Mén Mon
14. Mulher Século XXI – Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres
15. Padema – Plataforma para o Desenvolvimento da Mulher Africana
16. Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres
17. Rede de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens
18. UMAR Açores
19. UMAR Açores – Delegação da Ilha Terceira
20. UMAR Braga
21. UMAR Coimbra
22. UMAR Madeira
23. UMAR União de Mulheres Alternativas e Resposta
24. UMAR VISEU
25. Rede ex aequo

Tabela 81 - Organizações Feministas Inclusas (2.^a Etapa)

Apêndice E. Análise de Métricas

Observa-se na tabela seguinte as organizações feministas inclusas, de acordo com os parâmetros e os critérios de seleção mencionados anteriormente.

Organizações Feministas								
(25 Organizações)								
Denominação	Localização	N.º de membros associados	N.º de artigos no website (no último mês)	Presença nas redes sociais	Facebook		Instagram	
					Data de início de atividade	Data da última publicação	Data de início de atividade	Data da última publicação
Ação Pela Identidade – API	R. Barradas de Carvalho, 2800-712 Almada	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>	<i>Facebook, Instagram, Twitter, Youtube e LinkedIn</i>	22 de Abril de 2011	17 de Maio de 2022	24 de Junho de 2015	16 de Junho de 2022
AMCDP Associação de Mulheres Cabo Verdianas na Diaspora em Portugal	Rua Rui Andrade nº 6 - 1º Dto. 2790-496 Carnaxide, Lisboa	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>	<i>Facebook</i>	1 de Maio de 2013	21 de Abril de 2022	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>
APMJ – Associações Portuguesa de Mulheres Juristas	Rua Manuel Marques, n.º 21-P 1750-170 Lisboa	<i>n.a.</i>	0	<i>Facebook e Youtube</i>	22 de Março de 2012	31 de Janeiro de 2023	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>

Tabela 82 - Análise de Métricas

Organizações Feministas (Cont.)								
(25 Organizações)								
Denominação	Localização	N.º de membros associados	N.º de artigos no website (no último mês)	Presença nas redes sociais	Facebook		Instagram	
					Data de início de atividade	Data da última publicação	Data de início de atividade	Data da última publicação
Associação Mulheres sem Fronteiras	Estrada do Alvito Parque Infantil do Alvito, 1300-054, Alcântara, Lisboa	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>Facebook</i>	8 de Julho de 2016	25 de Janeiro de 2023	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Associação Mulher Migrante	Rua Maria Pia, Lote 4, L.1 1350-208 Lisboa	17	0	<i>Facebook</i>	30 de Maio de 2017	10 de Outubro de 2022	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM)	Sede: Centro Maria Alzira Lemos, Casa das Associações, Parque Infantil do Alvito, Estrada do Alvito, 1300-054 Lisboa	15	0	<i>Facebook</i>	21 de Fevereiro de 2012	30 de Janeiro de 2023	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Capazes	Rua 1º de Maio 103 2, 1300-472, Alcântara, Lisboa	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>Facebook, Instagram e Youtube</i>	29 de Outubro de 2014	19 de Agosto de 2021	18 de Dezembro de 2014	30 de Janeiro de 2021

Tabela 83 - Análise de Métricas (Cont.)

Organizações Feministas (Cont.)								
(25 Organizações)								
Denominação	Localização	N.º de membros associados	N.º de artigos no website (no último mês)	Presença nas redes sociais	Facebook		Instagram	
					Data de início de atividade	Data da última publicação	Data de início de atividade	Data da última publicação
CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	Rua Almeida Brandão, N.º 7, 1200-602 Lisboa	64	0	<i>Facebook, Instagram, Twitter e Youtube</i>	12 de Junho de 2009	31 de Janeiro de 2023	Dezembro de 2019	31 de Janeiro de 2023
Clube Safo	Aveiro, Portugal	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>Facebook, Instagram e Pinterest</i>	1 de Abril de 2011	30 de Janeiro de 2023	Fevereiro de 2021	23 de Janeiro de 2023
Djass – Associação de Afrodescendentes	Tv. Terras do Monte 7, Freguesia São Vicente, 1170-370 Lisboa	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>Facebook, Instagram e Youtube</i>	30 de Maio de 2016	22 de Janeiro de 2023	Novembro de 2021	29 de Janeiro de 2023
Feministas em Movimento	Rua B ao Bairro da Liberdade, Lotes 3 a 6 - 1.º andar, Campolide 1070-165 Lisboa	50	8	<i>Facebook, Instagram e Youtube</i>	25 de Setembro de 2019	31 de Janeiro de 2023	Julho de 2019	4 de Janeiro de 2023

Tabela 84 - Análise de Métricas (Cont.)

Organizações Feministas (Cont.)								
(25 Organizações)								
Denominação	Localização	N.º de membros associados	N.º de artigos no website (no último mês)	Presença nas redes sociais	Facebook		Instagram	
					Data de início de atividade	Data da última publicação	Data de início de atividade	Data da última publicação
INMUNE - Instituto da Mulher Negra em Portugal	Rua da Paz 58 1º, 1200-323, Misericórdia, Lisboa	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>Facebook e Instagram</i>	22 de Julho de 2018	14 de Outubro de 2022	Julho de 2020	26 de Novembro de 2021
Mén Non	Parque Infantil do Avito, Estrada do Alvito, Monsanto, 1300-054 Lisboa	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>Facebook e Youtube</i>	5 de Janeiro de 2014	31 de Janeiro de 2023	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Mulher Século XXI - associação de desenvolvimento e apoio às mulheres	Largo Rainha Santa Isabel n.º 1 R/C Dto. 2410-165 Leiria	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>Facebook</i>	13 de Outubro de 2015	30 de Janeiro de 2023	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Padema - Plataforma para o Desenvolvimento da Mulher Africana	Estrada do Concelho 31, 2705-572, União Freguesias São João Lampas Terrugem, Sintra, Lisboa	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>Facebook</i>	1 de Novembro de 2016	16 de Dezembro de 2022	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 85 - Análise de Métricas (Cont.)

Organizações Feministas (Cont.)								
(25 Organizações)								
Denominação	Localização	N.º de membros associados	N.º de artigos no website (no último mês)	Presença nas redes sociais	Facebook		Instagram	
					Data de início de atividade	Data da última publicação	Data de início de atividade	Data da última publicação
Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres	Centro Maria Alzira Lemos – Casa das Associações Parque Infantil do Alvito, Estrada do Alvito, Monsanto. 1300-054 Lisboa	<i>n.a</i>	5	<i>Facebook, Instagram, Twitter e Youtube</i>	19 de Outubro de 2010	26 de Janeiro de 2023	Janeiro de 2019	26 de Janeiro de 2023
REDE de Jovens para a Igualdade	Rua de Moscavide 71, 1990-100 Lisboa (Moscavide/ Parque das Nações)	<i>n.a</i>	1	<i>Facebook, Instagram e Twitter</i>	27 de Abril de 2017	16 de Dezembro de 2022	Março de 2017	20 de Janeiro de 2023
UMAR Açores	Rua Pedro Homem n.º 64, Ponta Delgada	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>Facebook, Instagram, Youtube</i>	2 de Outubro de 2012	30 de Janeiro de 2023	Fevereiro de 2021	30 de Janeiro de 2023

Tabela 86 - Análise de Métricas (Cont.)

Organizações Feministas (Cont.)								
(25 Organizações)								
Denominação	Localização	N.º de membros associados	N.º de artigos no website (no último mês)	Presença nas redes sociais	Facebook		Instagram	
					Data de início de atividade	Data da última publicação	Data de início de atividade	Data da última publicação
UMAR Açores - Delegação da ilha Terceira	Rua da Rosa, Edifício Recreio dos Artistas, 9700-171 Angra do Heroísmo	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
UMAR Braga	Rua de Guadalupe, 12 R/C 4710-298 Braga	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>Facebook e Instagram</i>	22 de Novembro de 2013	27 de Janeiro de 2023	Fevereiro de 2021	20 de Dezembro de 2022
UMAR Coimbra	Rua João Machado, n.º100, 2.º andar, sala 205 3000-226, Coimbra	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>Facebook e Instagram</i>	14 de Março de 2012	14 de Setembro de 2022	6 de Dezembro de 2020	14 de Setembro de 2022
UMAR Madeira	Avenida Calouste Gulbenkian, edifício 2000, 9.º andar. 9000-011 Funchal	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>Facebook e Instagram</i>	23 de Janeiro de 2014	30 de Janeiro de 2023	16 de Novembro de 2020	17 de Janeiro de 2023

Tabela 87 - Análise de Métricas (Cont.)

Organizações Feministas (Cont.)								
(25 Organizações)								
Denominação	Localização	N.º de membros associados	N.º de artigos no website (no último mês)	Presença nas redes sociais	Facebook		Instagram	
					Data de início de atividade	Data da última publicação	Data de início de atividade	Data da última publicação
UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta	Rua da Cozinha Económica, Bloco D, Espaços M e N, 1300-149 Lisboa - Portugal	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>Facebook, Instagram e Youtube</i>	3 de Julho de 2009	30 de Janeiro de 2023	Fevereiro de 2019	29 de Janeiro de 2023
UMAR Viseu	Viseu, Portugal	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>Facebook e Instagram</i>	7 de Novembro de 2015	18 de Janeiro de 2023	19 de Fevereiro de 2021	21 de Junho de 2022
Rede ex aequo	Rua dos Franqueiros 38, 3º esq, 1100-231, Lisboa, Portugal	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>Facebook, Instagram e Twitter</i>	3 de Agosto de 2009	28 de Janeiro de 2023	Mai de 2015	14 de Janeiro de 2023

Tabela 88 - Análise de Métricas (Cont.)

Apêndice F. Análise de Conteúdo dos Dados Quantitativos das Organizações Feministas Inclusas

Na tabela seguinte observa-se as nove organizações inclusas, de acordo com os parâmetros e os critérios de seleção explícitos anteriormente. Assim como os dados relativos ao número total de publicações realizadas no período temporal compreendido entre Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023, assim como uma média de publicações realizadas, por mês, na página do *Facebook* e na rede social do *Instagram* das organizações feministas selecionadas:

Organizações	UMAR		FEM		PPDM		SÉC. XXI		AMSF		APEM		CIG		REDE		APMJ	
	Total	Média (%)	Total	Média (%)	Total	Média (%)	Total	Média (%)	Total	Média (%)	Total	Média (%)	Total	Média (%)	Total	Média (%)	Total	Média (%)
N.º de Publicações	2.529	70.25	636	17.6	960	26,7	366	10.2	189	5.25	804	22.3	3.607	72.4	177	3.25	1.789	21.91

Tabela 89 - Número total de publicações realizadas no *Facebook* no período temporal compreendido entre Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023

Organizações	UMAR		FEM		PPDM		SÉC. XXI		AMSF		APEM		CIG		REDE		APMJ	
	Total	Média (%)	Total	Média (%)	Total	Média (%)	Total	Média (%)	Total	Média (%)	Total	Média (%)	Total	Média (%)	Total	Média (%)	Total	Média (%)
N.º de Publicações	600	16.7	220	6.1	130	0.83	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	689	19.14	120	3.3	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 90 - Número total de publicações realizadas no *Instagram* no período temporal compreendido entre Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023

Observa-se na tabela seguinte a análise de métricas no *Facebook* das entidades selecionadas correspondente ao mês de Janeiro de 2023:

Organizações	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ
N.º de Publicações (*)	28	9	6	3	1	13	24	0	30
N.º de Gostos ou Likes (**)	37	5	26	8	3	2	38	0	3
N.º de Comentários (**)	1	0	2	0	0	0	0	0	0
N.º de Partilhas ou Shares (**)	0	0	3	2	0	1	22	0	0
N.º de Visualizações (**)	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) no último mês.

(**) na última publicação.

Tabela 91 – Análise de métricas no *Facebook* de Janeiro 2023

Observa-se na tabela seguinte a análise de métricas no *Instagram* das entidades selecionadas correspondente ao mês de Janeiro de 2023:

Organizações	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ
N.º de Publicações (*)	12	1	5	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	19	6	<i>n.a</i>
N.º de Gostos ou Likes (**)	136	69	47	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	116	6	<i>n.a</i>
N.º de Comentários (**)	0	3	4	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>

(*) no último mês.

(**) na última publicação.

Tabela 92 – Análise de métricas no *Instagram* de Janeiro 2023

Observa-se na tabela seguinte os conteúdos partilhados no período temporal compreendido entre Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023, assim como a média de publicações realizadas, por mês, na página do *Facebook* das organizações feministas elegidas:

Conteúdos Partilhados	Organizações (9 entidades)											
	UMAR			FEM			PPDM			SÉC. XXI		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
Divulgação de Atividades (*)	726	28.7	20.2	99	15.6	2.76	252	26.25	7.3	217	59.3	1.64
Divulgação de Notícias	1.119	44.3	31.1	441	69.3	1.92	594	61.9	1.72	123	33,6	0.93
Campanhas de Sensibilização	123	4.86	3.5	16	2.52	0.07	12	1.25	0.03	11	3.0	0.08
Campanhas de Donativos	77	3.04	2.14	13	2.04	0.06	11	1.14	0.03	6	1.63	0.05
Shares Divulgados	199	7.87	5.6	34	5.34	0.15	91	9.5	0.26	9	2.5	0.07
Bibliografia de Mulheres Relevantes	285	11.27	7.92	33	5.18	0.14	0	0	0	0	0	0
Outros	12	0.47	0.013	8	1.26	0.03	4	0.42	0.01	0	0	0

(*) Por atividades consideram-se: *workshops*, ações de formação, encontros, manifestações, petições, convocatórias, entre outros.

Tabela 93 – Conteúdos publicados no *Facebook* entre Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023

Organizações (Cont.)															
(9 entidades)															
Conteúdos Partilhados	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
Divulgação de Atividades (*)	104	55.03	1.53	574	71.39	1.98	1.758	48.7	1.36	73	41.24	1.12	516	28.8	0.80
Divulgação de Notícias	44	23.3	0.64	148	18.4	3.06	1.532	42.48	1.2	36	20.3	0.6	1.177	99.9	2.76
Campanhas de Sensibilização	21	11.11	0.31	59	7.34	0.21	115	3.2	0.09	23	13	0.4	29	4.9	0.14
Campanhas de Donativos	5	2.64	0.07	0	0	0	113	3.13	0.09	7	4	0.1	0	0	0
Shares Divulgados	15	7.93	0.22	23	2.86	0.08	87	2.4	0.07	38	21.5	0.6	67	8.5	0.24
Bibliografia de Mulheres Relevantes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	2	0.06	0.002	0	0	0	36	2.01	0.06

(*) Por atividades consideram-se: *workshops*, ações de formação, encontros, manifestações, petições, convocatórias, entre outros.

Tabela 94 – Conteúdos publicados no *Facebook* entre Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023 (Cont.)

Observa-se na tabela seguinte os conteúdos partilhados no período temporal compreendido entre Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023, assim como a média de publicações realizadas, por mês, nas páginas do *Instagram* das organizações feministas selecionadas:

Organizações												
(9 entidades)												
Conteúdos Partilhados	UMAR			FEM			PPDM			SÉC. XXI		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
Divulgação de Atividades (*)	338	56.3	1.56	143	0.65	0.11	74	56.9	1.6	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Divulgação de Notícias	37	6.17	0.17	0	0	0	11	8.5	0.23	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Campanhas de Sensibilização	9	1.5	0.04	23	10.45	0.3	7	5.4	0.15	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Campanhas de Donativos	2	0.33	0.009	15	6.8	0.2	5	4	0.11	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Bibliografia de Mulheres Relevantes	212	35.3	1	39	17.7	0.5	33	25.4	0.71	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Outros	2	0.33	0.009	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

(*) Por atividades consideram-se: *workshops*, ações de formação, encontros, manifestações, petições, convocatórias, entre outros.

Tabela 95 – Conteúdos publicados no *Instagram* entre Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023

Organizações (Cont.)															
(9 entidades)															
Conteúdos Partilhados	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
Divulgação de Atividades (*)	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	488	70.82	1.96	80	66.7	1.9	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Divulgação de Notícias	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	94	13.7	0.4	26	21.7	0.6	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Campanhas de Sensibilização	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	45	6.53	0.18	6	5	0.14	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Campanhas de Donativos	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	33	4.8	0.13	4	3.3	0.09	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Bibliografia de Mulheres Relevantes	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	28	4.07	0.11	3	2.5	0.07	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Outros	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	1	0.14	0.004	1	0.83	0.02	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

(*) Por atividades consideram-se: *workshops*, ações de formação, encontros, manifestações, petições, convocatórias, entre outros.

Tabela 96 – Conteúdos publicados no *Instagram* entre Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023 (Cont.)

Observa-se na tabela seguinte os formatos utilizados nas publicações do *Facebook* das organizações feministas selecionadas, circunscrito num período limitado de um mês:

Formatos Utilizados	Organizações (9 entidades)								
	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ
Total	28	9	6	3	1	13	24	0	30
Imagem	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Imagem e Texto	2	0	0	0	1	5	0	0	3
Imagens e <i>Hashtag</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imagem, <i>Hashtag</i> e Texto	0	0	0	0	0	0	7	0	0
Imagem, <i>Hashtag</i>, Texto e <i>Link</i>	0	0	0	0	0	0	9	0	2
Imagens, <i>Hashtag</i> e Vídeos	0	0	0	0	0	0	5	0	0
Imagens, <i>Hashtag</i> e Vídeos e <i>Link</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Hashtag</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Hashtag e Texto</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vídeo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vídeo e Texto	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Vídeo e <i>Hashtag</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vídeo, Texto e <i>Hashtag</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vídeo, Imagem, Texto, <i>Hashtag</i> e <i>Link</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Link</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Tabela 97 – Formatos utilizados no *Facebook* em Janeiro 2023

Organizações (Cont.)									
(9 entidades)									
Formatos Utilizados	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ
Total	28	9	6	3	1	13	24	0	30
<i>Link e Texto</i>	3	1	0	2	0	3	0	0	1
<i>Link e Imagem</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	5
<i>Link, Texto e Imagem</i>	20	3	3	0	0	5	3	0	15
<i>Link, Texto e Vídeo</i>	2	3	1	0	0	0	0	0	2
<i>Link, Texto, Hashtag e Vídeo</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>GiFs</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fotografia	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fotografia e Texto	1	2	1	0	0	0	0	0	0

Tabela 98 – Formatos utilizados no *Facebook* em Janeiro 2023 (Cont.)

Observa-se na tabela seguinte os formatos utilizados nas publicações do *Instagram* das organizações feministas selecionadas, circunscrito num período limitado de um mês:

Organizações									
(Apenas 5 entidades com a rede social do <i>Instagram</i>)									
Formatos Utilizados	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ
Total	12	1	5	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	19	6	<i>n.a</i>
Imagem	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Imagem e Texto	5	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	1	<i>n.a</i>
Imagem, Texto <i>Hashtag</i>	2	1	1	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	12	0	<i>n.a</i>
Imagem Texto <i>Link</i>	4	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Imagem, Texto; <i>Hashtag</i> e <i>Link</i>	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Vídeo	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Vídeo e Texto	0	0	1	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Vídeo, Texto e <i>Hashtag</i>	0	0	1	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	4	5	<i>n.a</i>
Vídeo, Texto e <i>Link</i>	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Vídeo, Texto, <i>Hashtag</i> e <i>Link</i>	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Fotografia	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Fotografia e Texto	1	0	1	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Fotografia, Texto e <i>Hashtag</i>	0	0	1	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	3	0	<i>n.a</i>
Fotografia, Texto e <i>Hashtag</i> e <i>Link</i>	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>

Tabela 99 – Formatos utilizados no *Instagram* em Janeiro 2023

Observa-se na tabela seguinte as temáticas abordadas nas últimas publicações do *Facebook* das organizações feministas selecionadas, circunscrito num período limitado de um mês:

Temáticas Abordadas	Organizações (9 entidades)									
	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ	
Total	28	9	6	3	1	13	24	0	30	
Des/Igualdades de Género na Conciliação de Teletrabalho e Coabitação	1	0	0	0	0	0	1	0	0	
Racismo Obstétrico – Saúde Mães Negras	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
1.º Código Penal na Democracia (Extirpar moral e normalizar atos sexuais praticados entre adultos).	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Bibliografia e Homenagem a Conceição Castel-branco (ativista feminista)	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
O Envelhecimento e o Género numa Perspetiva Interseccional	1	0	0	0	0	0	1	0	0	
Desejo <i>Queer</i> entre Mulheres	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Duplas à Portuguesa	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Alterações Climáticas	2	0	0	0	0	0	0	0	0	
Direitos da Comunidade LGBT+	1	0	0	0	0	0	1	0	0	
Idosos LGBT+	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Violência Sexual	0	0	0	0	0	0	0	0	2	

Tabela 100 – Temáticas abordadas no *Facebook* em Janeiro 2023

Organizações (Cont.) (9 entidades)									
Temáticas Abordadas	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ
Total	28	9	6	3	1	13	24	0	30
Femicídio	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Direitos Reprodutivos e Acesso à Saúde	1	1	0	0	0	2	1	0	2
Sistema Patriarcal	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Estudos de Género no Ensino Superior	1	0	0	0	0	3	0	0	0
Direitos e a Inclusão dos Trabalhadores do Sexo	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Retomada do Poder do Afeganistão pelos Talibãs	1	0	0	0	0	0	0	0	5
Desporto Equitativo	2	0	2	0	0	0	1	0	0
Intervenção de Projetos Sociais	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Bibliografia e Homenagem a Eduarda Alice Santos	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Mulheres Racializadas nos <i>Media</i>	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Homossexualidade Feminina. Da Marginalização ao Reconhecimento e à Inclusão	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Estudos Feministas	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Estudos de Mulheres	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Vítimas de Violência	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Tabela 101 – Temáticas abordadas no *Facebook* em Janeiro 2023 (Cont.)

Temáticas Abordadas	Organizações (Cont.) (9 entidades)								
	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ
Total	28	9	6	3	1	13	24	0	30
Violência no Namoro e Violência Doméstica	1	1	0	3	0	0	2	0	1
Homenagem a Paula Rego	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Mulheres Migrantes	1	0	1	0	0	0	1	0	0
Direitos das Mulheres	1	3	1	0	0	1	1	0	1
Homenagem a Adelaide Cabete e a Virginia Woolf	0	2	0	0	0	0	0	0	0
1.ª Manifestação Feminista em Portugal	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Igualdade Efetiva entre Mulheres e Homens	0	0	1	0	0	1	8	0	0
Intervenção Integrada no Fim da Mutilação Genital Feminina	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Estudos de Género	0	0	0	0	0	4	1	0	0
Antifeminismo, Religião e Direito	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Estruturas Familiares	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Direitos Humanos	0	0	0	0	0	0	1	0	3
Mulheres no Mercado de Trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Agenda do Trabalho Digno	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Tabela 102 – Temáticas abordadas no *Facebook* em Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)									
(9 entidades)									
Temáticas Abordadas	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ
Total	28	9	6	3	1	13	24	0	30
Assédio Laboral	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Outras	0	2	0	0	0	0	2	0	3

Tabela 103 – Temáticas abordadas no *Facebook* em Janeiro 2023 (Cont.)

Observa-se na tabela seguinte as temáticas abordadas nas últimas publicações do *Instagram* das organizações feministas selecionadas, circunscrito num período limitado de um mês:

Temáticas Abordadas	Organizações (9 entidades)								
	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ
Total	12	1	5	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	19	6	<i>n.a</i>
Violência Sexual	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	5	<i>n.a</i>
Literacia Jurídica	0	1	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Organizações de Mulheres	0	0	1	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
<i>Justice for Afghan Women</i>	0	0	1	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Desporto Equitativo	0	0	1	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
1.ª Manifestação Feminista em Portugal	0	0	1	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Poder e Fragilidade na Sociedade Civil	0	0	1	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Direitos Humanos	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	1	0	<i>n.a</i>
Des/igualdades de Género na Conciliação de Teletrabalho e Coabitação	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	1	0	<i>n.a</i>

Tabela 104 – Temáticas abordadas no *Instagram* em Janeiro 2023

Organizações (Cont.) (9 entidades)									
Temáticas Abordadas	UMAR	FEM	PPDM	SÉC. XXI	AMSF	APEM	CIG	REDE	APMJ
Total	12	1	5	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	19	6	<i>n.a</i>
Igualdade de Género	1	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	10	0	<i>n.a</i>
Vítimas de Violência Doméstica	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	3	0	<i>n.a</i>
Igualdade entre Mulheres e Homens nas Agendas das Organizações Desportivas	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	1	0	<i>n.a</i>
Mulheres no Mercado de Trabalho	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Alterações Climáticas e Sustentabilidade Ambiental	4	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	1	0	<i>n.a</i>
Mulher Migrante	2	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
O Envelhecimento e o Género numa Perspetiva Interseccional	1	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Direitos da Inclusão dos Trabalhadores do Sexo	1	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
<i>Transfake</i> (*)	1	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	<i>n.a</i>
Vítimas de Violência	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	1	0	<i>n.a</i>
Outras	2	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	1	1	<i>n.a</i>

(*) *Transfake* descreve a ação dos artistas cisgéneros na interpretação de personagens transgéneros que participam na exclusão de trabalhadores culturais.

Tabela 105 – Temáticas abordadas no *Instagram* de Janeiro 2023 (Cont.)

Na tabela seguinte observa-se as temáticas abordadas nas publicações do *Facebook* das organizações feministas selecionadas, no período temporal compreendido entre Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023:

Temáticas Abordadas	Organizações (9 entidades)											
	UMAR			FEM			PPDM			SÉC. XXI		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
Direitos Humanos:	52	2.1	0.06	63	9.9	0.3	31	3.23	0.09	48	13.11	0.36
– Solidariedade com as Mulheres do Irão e do Afeganistão	18	0.7	0.02	37	5.8	0.16	10	1.04	0.17	16	4.37	0.12
– Solidariedade com as Mulheres Ucranianas	21	0.83	0.02	14	2.2	0.06	11	1.14	0.03	16	4.37	0.12
– <i>Justice for Afghan Women</i>	13	0.5	0.01	12	1.9	0.05	10	1.04	0.03	16	4.37	0.12
Direitos das Mulheres:	541	21.4	0.6	75	11.63	1.94	223	23.22	0.64	172	47	1.3
– Dignidade Menstrual	2	0.08	0.002	2	0.3	0.04	4	0.42	0.012	0	0	0
– Defesa das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica	539	21.31	0.6	73	11.48	0.32	219	22.8	0.63	172	47	1.3
Interseccionalidade:	30	1.2	0.03	55	8.64	0.24	118	12.3	0.34	0	0	0
– Mulheres Ciganas	5	0.2	0.006	14	2.2	0.06	24	2.5	0.069	0	0	0
– Mulheres em Risco	5	0.2	0.006	7	1.1	0.03	11	1.14	0.031	0	0	0
– Mulheres Jovens	5	0.2	0.006	2	0.31	0.009	15	1.56	0.04	0	0	0
– Mulheres Migrantes	7	0.3	0.008	12	1.9	0.05	29	3.02	0.08	0	0	0

Tabela 106 – Temáticas abordadas no *Facebook* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023

Organizações (Cont.)												
(9 entidades)												
Temáticas Abordadas	UMAR			FEM			PPDM			SÉC. XXI		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Mulheres Refugiadas	5	0.2	0.006	18	2.83	0.08	31	3.22	0.09	0	0	0
– Mulheres Rurais	3	0.12	0.003	2	0.31	0.04	8	0.83	0.023	0	0	0
Economia Feminista:	498	20	0.6	27	4.24	0.67	60	6.25	0.17	0	0	0
– Conciliação	69	2.72	0.08	3	0.47	0.07	5	0.52	0.014	0	0	0
– Des/igualdades de Género na Conciliação de Teletrabalho e Coabitação	58	2.29	0.06	2	0.31	0.008	3	0.31	0.008	0	0	0
– Disparidade Salarial entre Géneros	70	2.77	0.08	2	0.31	0.008	7	0.73	0.02	0	0	0
– Mulheres no Mercado de Trabalho	61	2.41	0.07	7	1.1	0.03	12	1.25	0.03	0	0	0
– Discriminação de Género no Local de Trabalho	59	2.33	0.06	4	0.63	0.01	9	0.93	0.02	0	0	0
– Discriminação Laboral e Paridade	57	2.25	0.06	3	0.47	0.013	8	0.83	0.023	0	0	0
– Assédio Laboral	75	3	0.08	3	0.47	0.013	5	0.52	0.014	0	0	0
– Agenda do Trabalho Digno	49	1.93	0.05	3	0.47	0.013	11	1.14	0.032	0	0	0
Violência de Género:	447	17.7	0.5	55	8.64	0.24	175	18.23	0.50	89	23.32	0.7
– Mutilação Genital Feminina	87	3.44	0.1	3	0.47	0.013	21	2.19	0.06	10	2.73	0.08
– Sistema de Prostituição	23	0.9	0.03	3	0.47	0.013	19	1.98	0.054	12	3.27	0.09
– Lenocínio	11	0.43	0.01	0	0	0	2	0.21	0.006	8	2.19	0.06

Tabela 107 – Temáticas abordadas no *Facebook* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações Cont.)												
(9 entidades)												
Temáticas Abordadas	UMAR			FEM			PPDM			SÉC. XXI		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Assédio Sexual	79	3.12	0.09	4	0.63	0.017	14	1.4	0.04	7	1.91	0.05
– Mulheres Vítimas de Tráfico de Seres Humanos	28	1.1	0.03	3	0.471	0.013	11	1.14	0.03	6	1.64	0.04
– Violência Sexual	76	3	0.08	4	0.63	0.017	23	2.4	0.07	9	2.46	0.07
– Discursos de Ódio e Misógino	17	0.67	0.11	2	0.31	0.009	18	1.9	0.05	0	0	0
– Sexismo e Machismo	25	0.98	0.03	3	0.471	0.013	19	1.98	0.05	8	2.19	0.06
– Violência em Jovens LGBT+	7	0.27	0.008	0	0	0	4	0.41	0.01	0	0	0
– Violência em Indivíduos LGBT+	9	0.36	0.01	3	0.471	0.013	8	0.83	0.02	0	0	0
– Violência em Idosos LGBT+	5	0.19	0.005	0	0	0	3	0.31	0.009	0	0	0
– Femicídio	80	3.16	0.09	31	4.9	0.14	33	3.44	0.57	29	7.92	0.22
Violência em Relações de Intimidade:	367	14.5	0.4	223	35.06	0.97	58	6.04	0.17	50	13.7	0.4
– Violência em Crianças	33	1.3	0.04	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Infanticídio Feminino (*)	30	1.19	0.03	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Feticídio (**)	26	1.03	0.03	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Violência face às Mulheres e Violência Doméstica	111	4.4	0.12	141	22.16	1.30	56	5.83	0.16	30	8.2	0.23

(*) O infanticídio feminino que consiste na morte de uma criança, nomeadamente, de um recém-nascido do sexo feminino.

(**) E o feticídio que consiste na morte de um feto causado pelo um aborto intencional e deliberado.

Organizações (Cont.)												
(9 entidades)												
Temáticas Abordadas	UMAR			FEM			PPDM			SÉC. XXI		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Violência no Namoro	167	6.6	0.18	74	11.64	0.32	2	0.21	0.006	20	5.46	0.15
Violência Obstetra:	11	0.43	0.01	0	0	0	13	1.35	0.04	0	0	0
– Racismo Obstétrico: Saúde Mães Negras	11	0.43	0.01	0	0	0	13	1.35	0.04	0	0	0
Igualdade Efetiva entre Mulheres e Homens	45	1.8	0.05	9	1.41	0.04	204	21.3	0.6	0	0	0
Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Gênero e Características Sexuais:	90	3.6	0.1	21	3.30	0.09	24	2.5	0.07	0	0	0
– Direitos Sexuais e Reprodutivos	67	2.64	0.07	8	1.26	0.03	11	1.14	0.03	0	0	0
– Direito ao Acesso à Saúde	4	0.16	0.004	11	1.8	0.05	2	0.21	0.006	0	0	0
– Direitos da Comunidade LGBT+	19	0.75	0,02	7	1.1	0.03	11	1.14	0.03	0	0	0
Desafiar Papéis e Estereótipos Tradicionais de Gênero:	27	1.07	0.03	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Homossexuais	3	0.12	0.003	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Bissexuais	3	0.12	0.003	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Transexuais ou Transgêneros	3	0.12	0.003	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Hétero Aliados	3	0.12	0.003	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– <i>Queer</i> ou Não-Binários	3	0.12	0.003	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Intersexo	5	0.2	0.006	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 109 – Temáticas abordadas no *Facebook* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)												
(9 entidades)												
Temáticas Abordadas	UMAR			FEM			PPDM			SÉC. XXI		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Assexuais	7	0.3	0.008	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paridade e Participação Política:	7	0.3	0.008	0	0	0	12	1.3	0.03	0	0	0
– Modelo Patriarcal	7	0.3	0.008	0	0	0	16	1.7	0.05	0	0	0
Teoria Feminista do Direito	24	0.94	0.03	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ecofeminismo:	39	1.54	0.04	23	3.61	0.1	0	0	0	0	0	0
– Alterações Climáticas e Sustentabilidade Ambiental	39	1.54	0.04	23	3.61	0.1	0	0	0	0	0	0
Feminismo Negro:	13	0.51	0.014	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Racismo, discriminação, preconceito ou xenofobia	13	0.51	0.014	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminismo Cigano:	9	0.36	0.01	6	0.94	0.03	0	0	0	0	0	0
Ciganofobia (*)	9	0.36	0.01	6	0.94	0.03	0	0	0	0	0	0
Feminismo Cultural:	24	0.94	0.3	43	6.8	0.19	0	0	0	0	0	0
– Racismo, discriminação, preconceito ou xenofobia	6	0.24	0.007	16	2.51	0.06	0	0	0	0	0	0
– Defesa dos Territórios e Culturas	6	0.24	0.007	9	142	0.04	0	0	0	0	0	0
– Fluxos Migratórios	6	0.24	0.007	3	0.5	0.013	0	0	0	0	0	0
– Criminalização dos Migrantes	6	0.24	0.007	15	2.4	0.07	0	0	0	0	0	0

(*) Aversão e preconceito pela comunidade cigana.

Tabela 110 – Temáticas abordadas no *Facebook* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)												
(9 entidades)												
Temáticas Abordadas	UMAR			FEM			PPDM			SÉC. XXI		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
Feminismo Trans:	16	0.63	0.02	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Discriminação, preconceito e Transfobia (*)	7	0.3	0.008	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– <i>Transfake</i> (**)	9	0.36	0.01	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminismo RadFem ou Abolicionista	9	0.36	0.01	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminismo Interseccional:	11	0.43	0.01	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Discriminação Racial	11	0.43	0.01	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminismo Liberal ou LibFem	3	0.12	0.003	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estudos Feministas:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Pós-memórias no Feminismo. Vozes e Experiências na Gramática do Mundo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Diálogos Feministas sobre Masculinidade, Experiências, Desejos e Horizontes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Desafios Feministas ao Direito: Resistências e Possibilidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Desigualdades Sociais e Medidas de Ação Afirmativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estudos de Mulheres:	15	0.59	0.01	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Aversão e preconceito por indivíduos transexuais ou transgêneros.

(**) (*) *Transfake* descreve a ação dos artistas cisgêneros na interpretação de personagens transgêneros que participam na exclusão de trabalhadores culturais.

Organizações (Cont.)												
(9 entidades)												
Temáticas Abordadas	UMAR			FEM			PPDM			SÉC. XXI		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Mulheres Racializadas nos <i>Media</i>	15	0.59	0.01	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Mulheres na Imprensa Colonial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Perspetivas Interdisciplinares sobre o Femicídio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estudos de Género:	44	1.74	0.05	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Estudos de Género no Ensino Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Observatório das Representações de Género nos <i>Media</i>	7	0.3	0.008	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– O Envelhecimento e o Género numa Perspetiva Interseccional	37	1.46	0.04	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Estudos de Género e <i>Status</i> em Política Internacional: Dinâmicas de Cooperções, Conflitos e Ativismo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Trans-ações de Género: Ressonâncias e Saberes Trans e Intersexo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Estudos de Género e Neoliberalismo: Os Últimos 20 Anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– As “Ideologias de Género” e a Religião	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Homossexualidade Feminina. Da Marginalização ao Reconhecimento e à Inclusão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 112 – Temáticas abordadas no *Facebook* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)												
(9 entidades)												
Temáticas Abordadas	UMAR			FEM			PPDM			SÉC. XXI		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Gênero, Educação e Cidadania: Conhecimento, Ausências e (In)visibilidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desporto Equitativo:	31	1.23	0.03	0	0	0	3	0.31	0.009	0	0	0
– Igualdade entre Mulheres e Homens nas Agendas das Organizações Desportivas	31	1.23	0.03	0	0	0	3	0.31	0.009	0	0	0
Poder e Fragilidade na Sociedade Civil	9	0.36	0,01	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminismos:	49	1.94	0.05	9	1.4	0.04	10	1.04	0.03	0	0	0
– Direitos da Inclusão dos Trabalhadores do Sexo	27	1.07	0.03	7	1.1	0.03	5	0.52	0.01	0	0	0
– Linguagem Não Sexista	14	0.56	0.02	2	0.31	0.009	5	0.52	0.01	0	0	0
– Desejo <i>Queer</i> entre Mulheres	8	0.32	0.009	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Antifeminismo, Religião e Direito	2	0.08	0.002	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estruturas Familiares:	16	0.63	0.02	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Responsabilidades Parentais	16	0.63	0.02	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Ciberbullying</i>	14	0.56	0.02	0	0	0	3	0.31	0.009	0	0	0
Sororidade	7	0.3	0.008	0	0	0	4	0.42	0.01	0	0	0
Educação e Formação	59	2.33	0.06	25	3.9	0.1	12	1.25	0.035	5	1.37	0.04
Cultura e Arte	8	0.32	0.009	2	0.31	0.009	6	0.9	0.03	2	0.55	0.01
Outras	12	0.47	0.013	8	1.26	0.03	4	0.42	0.01	0	0	0

Tabela 113 – Temáticas abordadas no *Facebook* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)															
(9 entidades)															
Temáticas Abordadas	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
Direitos Humanos:	38	20.1	0.6	0	0	0	345	9.57	0.3	14	7.9	0.21	99	5.5	0.15
– Solidariedade com as Mulheres do Irão e do Afeganistão	19	10.1	0.3	0	0	0	115	3.2	0.09	4	2.3	0.06	33	1.84	0.05
– Solidariedade com as Mulheres Ucrânicas	13	6.9	0.2	0	0	0	117	3.2	0.09	6	3.39	0.09	33	1.84	0.05
– <i>Justice for Afghan Women</i>	6	3.17	0.09	0	0	0	113	3,13	0.09	4	2.3	0.06	33	1.84	0.05
Direitos das Mulheres:	44	23.3	0.64	0	0	0	300	8.3	1.39	15	8.4	0.24	243	13.6	0.38
– Dignidade Menstrual	3	1.59	0.04	0	0	0	7	0.19	0.005	2	1.13	0.031	15	0.83	0.02
– Defesa das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica	41	21,7	0.6	0	0	0	293	8.12	0.23	13	7.3	0.20	228	12.74	0.4
Interseccionalidade:	0	0	0	0	0	0	211	5.8	0.16	0	0	0	0	0	0
– Mulheres Ciganas	0	0	0	0	0	0	35	0.1	0.03	0	0	0	0	0	0
– Mulheres em Risco	0	0	0	0	0	0	30	0.83	0.023	0	0	0	0	0	0
– Mulheres Jovens	0	0	0	0	0	0	37	1.0	0.03	0	0	0	0	0	0
– Mulheres Migrantes	0	0	0	0	0	0	39	1.08	0.03	0	0	0	0	0	0
– Mulheres Refugiadas	0	0	0	0	0	0	41	1.14	0.03	0	0	0	0	0	0
– Mulheres Rurais	0	0	0	0	0	0	29	0.8	0,02	0	0	0	0	0	0
Economia Feminista:	0	0	0	0	0	0	389	10.8	0.3	39	22.03	0.61	90	5.03	0.14

Tabela 114 – Temáticas abordadas no *Facebook* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)															
(9 entidades)															
Temáticas Abordadas	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Conciliação	0	0	0	0	0	0	47	1.30	0.036	0	0	0	11	0.6	0.017
– Des/igualdades de Género na Conciliação de Teletrabalho e Coabitación	0	0	0	0	0	0	51	1.41	0.04	0	0	0	10	0.06	0.001
– Disparidade Salarial entre Géneros	0	0	0	0	0	0	46	1.28	0.04	13	7.3	0.2	12	0.7	0.01
– Mulheres no Mercado de Trabalho	0	0	0	0	0	0	48	1.33	0.04	0	0	0	13	0.73	0.02
– Discriminação de Género no Local de Trabalho	0	0	0	0	0	0	49	1.36	0.04	13	7.3	0.2	10	0.56	0.01
– Discriminação Laboral e Paridade	0	0	0	0	0	0	52	1.44	0.04	0	0	0	9	0.5	0.014
– Assédio Laboral	0	0	0	0	0	0	51	1.41	0.04	13	7.3	0.2	14	0.78	0.02
– Agenda do Trabalho Digno	0	0	0	0	0	0	45	1.24	0.03	0	0	0	11	0.6	0.017
Violência de Género:	64	33.9	0.94	74	9.20	0.3	437	12.12	0.34	21	11.9	0.33	159	8.9	0.24
– Mutilação Genital Feminina	17	9	0.24	0	0	0	85	2.36	0.07	0	0	0	14	0.78	0.02
– Sistema de Prostituição	0	0	0	0	0	0	21	0.6	0.016	0	0	0	18	1	0.03
– Lenocínio	0	0	0	0	0	0	26	0.72	0.02	0	0	0	18	1	0.03
– Assédio Sexual	0	0	0	0	0	0	24	0.7	0.02	10	5.7	0.16	18	1	0.03
– Mulheres Vítimas de Tráfico de Seres Humanos	7	3.7	0.1	0	0	0	89	2.5	0.07	0	0	0	14	0.78	0.02

Tabela 115 – Temáticas abordadas no *Facebook* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)															
(9 entidades)															
Temáticas Abordadas	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Violência Sexual	27	14.3	0.4	22	2.74	0.08	23	0.63	0.018	0	0	0	17	0.95	0.03
– Discursos de Ódio e Misógino	0	0	0	25	3.1	0.09	9	0.25	0.007	0	0	0	9	0.5	0.014
– Sexismo e Machismo	0	0	0	27	3.4	0.09	17	0.471	0.013	0	0	0	3	0.17	0.005
– Violência em Jovens LGBT+	0	0	0	0	0	0	32	0.89	0.025	0	0	0	4	0.22	0.006
– Violência em Indivíduos LGBT+	0	0	0	0	0	0	38	1.05	0.03	0	0	0	2	0.11	0.04
– Violência em Idosos LGBT+	0	0	0	0	0	0	36	1	0.03	0	0	0	19	1.06	0.03
– Femicídio	13	6.9	0.2	0	0	0	37	1.03	0.03	11	6.21	0.17	23	1.28	0.04
Violência em Relações de Intimidade:	0	0	0	0	0	0	253	7.01	0.2	5	2.82	0.08	300	16.8	0.5
– Violência em Crianças	0	0	0	0	0	0	7	0.2	0.006	0	0	0	28	1.6	0.04
– Infanticídio Feminino (*)	0	0	0	0	0	0	5	0.14	0.004	0	0	0	28	1.6	0.04
– Feticídio (**)	0	0	0	0	0	0	5	0.14	0.004	0	0	0	28	1.6	0.04
– Violência face às Mulheres e Violência Doméstica	0	0	0	0	0	0	182	5.05	0.14	0	0	0	175	9.78	0.3
– Violência no Namoro	0	0	0	0	0	0	54	1.5	0.04	5	2.82	0.08	41	2.3	0.06
Violência Obstetra:	0	0	0	0	0	0	33	0.91	0.15	0	0	0	0	0	0

(*) O infanticídio feminino que consiste na morte de uma criança, nomeadamente, de um recém-nascido do sexo feminino.

(**) E o feticídio que consiste na morte de um feto causado pelo um aborto intencional e deliberado.

Tabela 116 – Temáticas abordadas no *Facebook* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)																
(9 entidades)																
Temáticas Abordadas	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ			
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	
– Racismo Obstétrico: Saúde Mães Negras	0	0	0	0	0	0	33	0.91	0.03	0	0	0	0	0	0	
Igualdade Efetiva entre Mulheres e Homens	43	22.8	0.63	78	9.7	0.3	625	17.3	0.48	42	23.7	0.7	456	25.5	0.7	
Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Gênero e Características Sexuais:	0	0	0	0	0	0	76	2.1	0.06	0	0	0	0	0	0	
– Direitos Sexuais e Reprodutivos	0	0	0	0	0	0	37	1.03	0.03	0	0	0	0	0	0	
– Direito ao Acesso à Saúde	0	0	0	0	0	0	13	0.36	0.01	0	0	0	0	0	0	
– Direitos da Comunidade LGBTQ+	0	0	0	0	0	0	26	0.72	0.02	0	0	0	0	0	0	
Desafiar Papéis e Estereótipos Tradicionais de Gênero:	0	0	0	0	0	0	350	9.70	0.3	0	0	0	0	0	0	
– Homossexuais	0	0	0	0	0	0	49	1.4	0.04	0	0	0	0	0	0	
– Bissexuais	0	0	0	0	0	0	42	1.16	0.03	0	0	0	0	0	0	
– Transexuais ou Transgêneros	0	0	0	0	0	0	50	1.4	0.04	0	0	0	0	0	0	
– Hétero Aliados	0	0	0	0	0	0	48	1.3	0.04	0	0	0	0	0	0	
– <i>Queer</i> ou Não-Binários	0	0	0	0	0	0	52	1.44	0.04	0	0	0	0	0	0	
– Intersexo	0	0	0	0	0	0	58	1.6	0.045	0	0	0	0	0	0	
– Assexuais	0	0	0	0	0	0	51	8.4	0.23	0	0	0	0	0	0	

Tabela 117 – Temáticas abordadas no *Facebook* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)															
(9 entidades)															
Temáticas Abordadas	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
Paridade e Participação Política:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Modelo Patriarcal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Teoria Feminista do Direito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	72	4.02	0.11
Ecofeminismo:	0	0	0	0	0	0	76	2.1	0.06	0	0	0	0	0	0
– Alterações Climáticas e Sustentabilidade Ambiental	0	0	0	0	0	0	76	2.1	0.06	0	0	0	0	0	0
Feminismo Negro:	0	0	0	0	0	0	49	1.4	0.04	0	0	0	0	0	0
– Racismo, discriminação, preconceito ou xenofobia	0	0	0	0	0	0	49	1.4	0.04	0	0	0	0	0	0
Feminismo Cigano:	0	0	0	0	0	0	51	1.41	0.04	0	0	0	0	0	0
– Ciganofobia (*)	0	0	0	0	0	0	51	1.41	0.04	0	0	0	0	0	0
Feminismo Cultural:	0	0	0	0	0	0	39	1.08	0.03	0	0	0	0	0	0
– Racismo, discriminação, preconceito ou xenofobia	0	0	0	0	0	0	18	0.5	0.01	0	0	0	0	0	0
– Defesa dos Territórios e Culturas	0	0	0	0	0	0	11	0.3	0.008	0	0	0	0	0	0
– Fluxos Migratórios	0	0	0	0	0	0	7	0.2	0.005	0	0	0	0	0	0
– Criminalização dos Migrantes	0	0	0	0	0	0	3	0.08	0.02	0	0	0	0	0	0
Feminismo Trans:	0	0	0	0	0	0	61	1.7	0.05	0	0	0	0	0	0

(*) Aversão e preconceito pela comunidade cigana.

Organizações (Cont.)															
(9 entidades)															
Temáticas Abordadas	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Discriminação, preconceito e Transfobia (*)	0	0	0	0	0	0	29	0.8	0.13	0	0	0	0	0	0
– <i>Transfake</i> (**)	0	0	0	0	0	0	32	0.9	0.02	0	0	0	0	0	0
Feminismo RadFem ou Abolicionista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Feminismo Interseccional:	0	0	0	0	0	0	29	0.8	0.13	0	0	0	0	0	0
– Discriminação Racial	0	0	0	0	0	0	29	0.8	0.13	0	0	0	0	0	0
Feminismo Liberal ou LibFem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estudos Feministas:	0	0	0	348	43.3	1.2	24	0.7	0.02	0	0	0	0	0	0
– Pós-memórias no Feminismo. Vozes e Experiências na Gramática do Mundo	0	0	0	92	11.44	3.8	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Diálogos Feministas sobre Masculinidade, Experiências, Desejos e Horizontes	0	0	0	89	11.07	0.3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
– Desafios Feministas ao Direito: Resistências e Possibilidades	0	0	0	45	5.6	0.17	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Aversão e preconceito por indivíduos transexuais ou transgêneros.

(**) *Transfake* descreve a ação dos artistas cisgêneros na interpretação de personagens transgêneros que participam na exclusão de trabalhadores culturais.

Tabela 119 – Temáticas abordadas no *Facebook* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)																
(9 entidades)																
Temáticas Abordadas	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ			
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	
– Desafios Feministas ao Direito: Resistências e Possibilidades	0	0	0	66	8.2	0.23	24	0.7	0.18	0	0	0	0	0	0	
– Desigualdades Sociais e Medidas de Ação Afirmativa	0	0	0	56	1.6	0.04	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Estudos de Mulheres:	0	0	0	138	17.16	0.5	24	0.7	0.18	0	0	0	0	0	0	
– Mulheres Racializadas nos <i>Media</i>	0	0	0	34	4.22	0.11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
– Mulheres na Imprensa Colonial	0	0	0	11	1.4	0.04	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
– Perspetivas Interdisciplinares sobre o Femicídio	0	0	0	93	11.6	0.32	24	0.7	0.18	0	0	0	0	0	0	
Estudos de Género:	0	0	0	166	20.7	0.6	60	1.7	0.04	0	0	0	0	0	0	
– Estudos de Género no Ensino Superior	0	0	0	21	2.61	0.07	27	0.74	0.02	0	0	0	0	0	0	
– Observatório das Representações de Género nos <i>Media</i>	0	0	0	23	2.9	0.08	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
– O Envelhecimento e o Género numa Perspetiva Interseccional	0	0	0	15	1.9	0.05	33	0.91	0.02	0	0	0	0	0	0	
– Estudos de Género e <i>Status</i> em Política Internacional: Dinâmicas de Cooperções, Conflitos e Ativismo	0	0	0	24	3	0.08	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Tabela 120 – Temáticas abordadas no *Facebook* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)																
(9 entidades)																
Temáticas Abordadas	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ			
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	
– Trans-ações de Género: Ressonâncias e Saberes Trans e Intersexo	0	0	0	16	2	0.05	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
– Estudos de Género e Neoliberalismo: Os Últimos 20 Anos	0	0	0	17	2.11	0.06	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
– As “Ideologias de Género” e a Religião	0	0	0	19	2.4	0.07	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
– Homossexualidade Feminina. Da Marginalização ao Reconhecimento e à Inclusão	0	0	0	18	2.24	0.06	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
– Género, Educação e Cidadania: Conhecimento, Ausências e (In)visibilidades	0	0	0	13	1.6	0.04	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Desporto Equitativo:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
– Igualdade entre Mulheres e Homens nas Agendas das Organizações Desportivas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Poder e Fragilidade na Sociedade Civil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	37	2.07	0.06	
Feminismos:	0	0	0	0	0	0	89	2.5	0.07	13	7.3	0.2	59	3.3	0.09	

Tabela 121 – Temáticas abordadas no *Facebook* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)																
(9 entidades)																
Temáticas Abordadas	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ			
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	
– Direitos da Inclusão dos Trabalhadores do Sexo	0	0	0	0	0	0	33	0.91	0.03	13	0.4	0.01	20	1.12	0.03	
– Linguagem Não Sexista	0	0	0	0	0	0	43	1.19	0.03	0	0	0	39	1.7	0.05	
– Desejo <i>Queer</i> entre Mulheres	0	0	0	0	0	0	13	0.36	0.01	0	0	0	0	0	0	
Antifeminismo, Religião e Direito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	38	2.12	0.06	
Estruturas Familiares:	0	0	0	0	0	0	21	0.58	0.02	0	0	0	72	4.02	0.11	
– Responsabilidades Parentais	0	0	0	0	0	0	21	0.58	0.02	0	0	0	72	4.02	0.11	
<i>Ciberbullying</i>	0	0	0	0	0	0	23	0.64	0.018	14	0.4	0.01	15	4.02	0.11	
Sororidade	0	0	0	0	0	0	14	0.4	0.01	0	0	0	0	0	0	
Educação e Formação	0	0	0	0	0	0	17	0.47	0.01	7	0.4	0.01	113	6.32	0.17	
Cultura e Arte	0	0	0	0	0	0	9	0.3	0.007	7	0.4	0.01	0	0	0	
Outras	0	0	0	0	0	0	2	0.06	0.002	0	0	0	36	2.01	0.06	

Tabela 122 – Temáticas abordadas no *Facebook* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Na tabela seguinte observa-se as temáticas abordadas nas publicações do *Instagram* das organizações feministas selecionadas, no período temporal compreendido entre Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023:

Temáticas Abordadas	Organizações (9 entidades)											
	UMAR			FEM			PPDM			SÉC. XXI		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
Direitos Humanos:	37	0.06	0.001	9	4.09	0.11	9	69	0.2	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Solidariedade com as Mulheres do Irão e do Afeganistão	13	2.17	0.36	3	1.36	0.23	3	2.31	0.034	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Solidariedade com as Mulheres Ucranianas	13	2.17	0.36	3	1.36	0.23	3	2.31	0.034	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– <i>Justice for Afghan Women</i>	11	1.83	0.05	3	1.36	0.23	3	2.31	0.034	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Direitos das Mulheres:	17	2.83	0.08	57	25.0	0.72	7	5.4	0.15	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Dignidade Menstrual	2	0.33	0.009	2	0.9	0.03	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Defesa das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica	15	2.5	0.41	55	25	0.69	7	5.4	0.15	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Interseccionalidade:	30	5	0.83	9	4.09	0.11	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Mulheres Ciganas	5	0.83	0.023	3	1.36	0.23	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Mulheres em Risco	2	0.33	0.009	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Mulheres Jovens	2	0.33	0.009	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Mulheres Migrantes	8	1.3	0.04	3	1.36	0.23	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 123 – Temáticas abordadas no *Instagram* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023

Organizações (Cont.)												
(9 entidades)												
Temáticas Abordadas	UMAR			FEM			PPDM			SÉC. XXI		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Mulheres Refugiadas	13	2.17	0.06	3	1.36	0.23	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Mulheres Rurais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Economia Feminista:	35	5.83	0.16	14	6.4	0.18	10	7.7	0.21	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Conciliação	3	0.5	0.014	2	0.9	0.03	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Des/igualdades de Género na Conciliação de Teletrabalho e Coabitação	5	0.83	0.023	2	0.9	0.03	2	1.54	0.043	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Disparidade Salarial entre Géneros	7	1.17	0.032	2	0.9	0.03	2	1.54	0.043	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Mulheres no Mercado de Trabalho	4	0.7	0.019	2	0.9	0.03	2	1.54	0.043	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Discriminação de Género no Local de Trabalho	2	0.33	0.009	2	0.9	0.03	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Discriminação Laboral e Paridade	2	0.33	0.009	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Assédio Laboral	6	1	0.028	2	0.9	0.03	2	1.54	0.043	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Agenda do Trabalho Digno	6	1	0.028	2	0.9	0.03	2	1.54	0.043	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Violência de Género:	69	11.5	0.32	20	9.09	0.25	27	20.8	0.58	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Mutilação Genital Feminina	9	1.5	0.04	2	0.9	0.03	3	2.31	0.034	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Sistema de Prostituição	7	1.17	0.032	2	0.9	0.03	3	2.31	0.034	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Lenocínio	7	1.17	0.032	2	0.9	0.03	3	2.31	0.034	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 124 – Temáticas abordadas no *Instagram* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações Cont.)												
(9 entidades)												
Temáticas Abordadas	UMAR			FEM			PPDM			SÉC. XXI		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Assédio Sexual	9	1.5	0.04	2	0.9	0.03	3	2.31	0.034	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Mulheres Vítimas de Tráfico de Seres Humanos	7	1.17	0.032	2	0.9	0.03	3	2.31	0.034	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Violência Sexual	9	1.5	0.04	2	0.9	0.03	3	2.31	0.034	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Discursos de Ódio e Misógeno	6	1	0.028	2	0.9	0.03	2	1.54	0.043	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Sexismo e Machismo	6	1	0.028	2	0.9	0.03	2	1.54	0.043	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Violência em Jovens LGBT+	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Violência em Indivíduos LGBT+	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Violência em Idosos LGBT+	0	0	0	2	0.9	0.03	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Femicídio	9	1.5	0.04	2	0.9	0.03	5	3.85	0.64	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Violência em Relações de Intimidade:	35	5.83	0.16	64	29.1	0.44	12	9.23	0.14	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Violência em Crianças	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Infanticídio Feminino (*)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Feticídio (**)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Violência face às Mulheres e Violência Doméstica	21	3.5	0.58	35	15.9	2.7	9	6.92	0.104	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

(*) O infanticídio feminino que consiste na morte de uma criança, nomeadamente, de um recém-nascido do sexo feminino.

(**) E o feticídio que consiste na morte de um feto causado pelo um aborto intencional e deliberado.

Tabela 125 – Temáticas abordadas no *Instagram* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)												
(9 entidades)												
Temáticas Abordadas	UMAR			FEM			PPDM			SÉC. XXI		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Violência no Namoro	14	2.3	0.06	29	13.18	0.37	3	2.31	0.034	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Violência Obstetra:	2	0.33	0.009	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Racismo Obstétrico: Saúde Mães Negras	2	0.33	0.009	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Igualdade Efetiva entre Mulheres e Homens	23	3.83	0.1	9	4.09	0.11	31	23.84	0.7	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Gênero e Características Sexuais:	21	3.5	0.58	6	2.73	0.08	4	308	0.09	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Direitos Sexuais e Reprodutivos	19	3.17	0.09	3	1.36	0.23	2	1.54	0.043	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Direito ao Acesso à Saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Direitos da Comunidade LGBT+	2	0.33	0.009	3	1.36	0.23	2	1.54	0.043	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Desafiar Papéis e Estereótipos Tradicionais de Gênero:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Homossexuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Bissexuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Transexuais ou Transgêneros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Hétero Aliados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– <i>Queer</i> ou Não-Binários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Intersexo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 126 – Temáticas abordadas no *Instagram* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)												
(9 entidades)												
Temáticas Abordadas	UMAR			FEM			PPDM			SÉC. XXI		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Assexuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Paridade e Participação Política:	15	2.5	0.41	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Modelo Patriarcal	15	2.5	0.41	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Teoria Feminista do Direito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Ecofeminismo:	29	4.83	0.13	2	0.9	0.03	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Alterações Climáticas e Sustentabilidade Ambiental	29	4.83	0.13	2	0.9	0.03	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Feminismo Negro:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Racismo, discriminação, preconceito ou xenofobia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Feminismo Cigano:	28	4.7	0.13	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Ciganofobia (*)	28	4.7	0.13	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Feminismo Cultural:	17	2.83	0.08	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Racismo, discriminação, preconceito ou xenofobia	3	0.5	0.014	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Defesa dos Territórios e Culturas	5	0.83	0.023	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Fluxos Migratórios	7	1.17	0.032	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Criminalização dos Migrantes	2	0.33	0.009	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

(*) Aversão e preconceito pela comunidade cigana.

Tabela 127 – Temáticas abordadas no *Instagram* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)												
(9 entidades)												
Temáticas Abordadas	UMAR			FEM			PPDM			SÉC. XXI		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
Feminismo Trans:	30	5	0.14	0	0	0	0	0	0	n.a	n.a	n.a
– Discriminação, preconceito e Transfobia (*)	14	2,3	0.06	0	0	0	0	0	0	n.a	n.a	n.a
– <i>Transfake</i> (**)	16	2.7	0.07	0	0	0	0	0	0	n.a	n.a	n.a
Feminismo RadFem ou Abolicionista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.a	n.a	n.a
Feminismo Interseccional:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.a	n.a	n.a
– Discriminação Racial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.a	n.a	n.a
Feminismo Liberal ou LibFem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.a	n.a	n.a
Estudos Feministas:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.a	n.a	n.a
– Pós-memórias no Feminismo. Vozes e Experiências na Gramática do Mundo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.a	n.a	n.a
– Diálogos Feministas sobre Masculinidade, Experiências, Desejos e Horizontes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.a	n.a	n.a
– Desafios Feministas ao Direito: Resistências e Possibilidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.a	n.a	n.a
– Desigualdades Sociais e Medidas de Ação Afirmativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.a	n.a	n.a
Estudos de Mulheres:	0	0	0	0	0	0	0	0	0	n.a	n.a	n.a

(*) Aversão e preconceito por indivíduos transexuais ou transgêneros.

(**) (*) *Transfake* descreve a ação dos artistas cisgêneros na interpretação de personagens transgêneros que participam na exclusão de trabalhadores culturais.

Tabela 128 – Temáticas abordadas no *Instagram* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Temáticas Abordadas	Organizações (Cont.)											
	(9 entidades)											
	UMAR			FEM			PPDM			SÉC. XXI		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Mulheres Racializadas nos <i>Media</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Mulheres na Imprensa Colonial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Perspetivas Interdisciplinares sobre o Femicídio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Estudos de Género:	7	1.17	0.03	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Estudos de Género no Ensino Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Observatório das Representações de Género nos <i>Media</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– O Envelhecimento e o Género numa Perspetiva Interseccional	7	1.17	0.03	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Estudos de Género e <i>Status</i> em Política Internacional: Dinâmicas de Cooperações, Conflitos e Ativismo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Trans-ações de Género: Ressonâncias e Saberes Trans e Intersexo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Estudos de Género e Neoliberalismo: Os Últimos 20 Anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– As “Ideologias de Género” e a Religião	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Homossexualidade Feminina. Da Marginalização ao Reconhecimento e à Inclusão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 129 – Temáticas abordadas no *Instagram* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)												
(9 entidades)												
Temáticas Abordadas	UMAR			FEM			PPDM			SÉC. XXI		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Género, Educação e Cidadania: Conhecimento, Ausências e (In)visibilidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Desporto Equitativo:	13	2.17	0.06	2	0.9	0.03	1	0.8	0.021	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Igualdade entre Mulheres e Homens nas Agendas das Organizações Desportivas	13	2.17	0.06	2	0.9	0.03	1	0.8	0.021	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Poder e Fragilidade na Sociedade Civil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Feminismos:	32	5.3	0.15	6	2.72	0.08	5	4.17	0.116	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Direitos da Inclusão dos Trabalhadores do Sexo	18	3	0.083	3	1.36	0.23	3	2.31	0.06	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Linguagem Não Sexista	11	1.83	0.06	3	1.36	0.23	2	0.017	0.0005	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Desejo <i>Queer</i> entre Mulheres	3	0.5	0.014	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Antifeminismo, Religião e Direito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Estruturas Familiares:	3	0.5	0.01	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Responsabilidades Parentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Ciberbullying	12	2	0.06	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Sororidade	5	0.83	0.023	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Educação e Formação	53	8.83	0.25	10	4.5	0.13	9	7	0.2	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Cultura e Arte	85	14.17	0.4	12	5.45	0.15	15	11.6	2	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Outras	2	0.33	0.009	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 130 – Temáticas abordadas no *Instagram* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)															
(9 entidades)															
Temáticas Abordadas	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
Direitos Humanos:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	20	2.90	0.08	6	5	0.14	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Solidariedade com as Mulheres do Irão e do Afeganistão	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	7	1.02	0.03	2	0.017	0.0005	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Solidariedade com as Mulheres Ucrânicas	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	7	1.02	0.03	2	0.017	0.0005	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– <i>Justice for Afghan Women</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	6	0.9	0.15	2	0.017	0.0005	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Direitos das Mulheres:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	37	5.37	0.15	19	15.83	0.44	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Dignidade Menstrual	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	1	0.15	0.004	2	0.017	0.0005	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Defesa das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	36	5.22	0.15	17	14.17	2-4	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Interseccionalidade:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	16	2.32	0.06	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Mulheres Ciganas	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	2	0.3	0.008	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Mulheres em Risco	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Mulheres Jovens	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Mulheres Migrantes	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	7	1.02	0.03	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Mulheres Refugiadas	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	7	1.02	0.03	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Mulheres Rurais	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Economia Feminista:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	17	2.47	0.07	14	11.7	4	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 131 – Temáticas abordadas no *Instagram* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)															
(9 entidades)															
Temáticas Abordadas	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Conciliação	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Des/igualdades de Género na Conciliação de Teletrabalho e Coabitação	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	7	1.02	0.03	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Disparidade Salarial entre Géneros	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	2	0.3	0.008	4	3.33	0.09	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Mulheres no Mercado de Trabalho	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	2	0.3	0.008	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Discriminação de Género no Local de Trabalho	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	2	0.3	0.008	3	2.5	0.07	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Discriminação Laboral e Paridade	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Assédio Laboral	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	2	0.3	0.008	4	3.33	0.09	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Agenda do Trabalho Digno	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	2	0.3	0.008	3	2.5	0.07	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Violência de Género:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	61	9	0.25	22	18.3	0.5	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Mutilação Genital Feminina	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	5	0.73	0.02	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Sistema de Prostituição	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	4	0.6	58.1	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Lenocínio	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	4	0.6	58.1	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Assédio Sexual	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	4	0.6	58.1	6	5	0.14	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Mulheres Vítimas de Tráfico de Seres Humanos	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	3	0.44	0.01	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 132 – Temáticas abordadas no *Instagram* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)															
(9 entidades)															
Temáticas Abordadas	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Violência Sexual	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	4	0.6	58.1	6	5	0.14	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Discursos de Ódio e Misógino	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	3	0.44	0.01	2	0.017	0.0005	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Sexismo e Machismo	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	3	0.44	0.01	2	0.017	0.0005	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Violência em Jovens LGBT+	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	9	1.30	0.04	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Violência em Indivíduos LGBT+	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	5	0.73	0.02	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Violência em Idosos LGBT+	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	6	0.9	0.15	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Femicídio	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	11	1.6	0.044	6	5	0.14	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Violência em Relações de Intimidade:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	121	17.6	0.5	20	16.7	0.5	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Violência em Crianças	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	2	0.3	0.008	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Infanticídio Feminino (*)	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	2	0.3	0.008	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Feticídio (**)	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	2	0.3	0.008	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Violência face às Mulheres e Violência Doméstica	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	108	15.7	0.44	11	9.17	0.3	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Violência no Namoro	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	7	1.02	0.03	9	7.5	0.21	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Violência Obstetra:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

(*) O infanticídio feminino que consiste na morte de uma criança, nomeadamente, de um recém-nascido do sexo feminino.

(**) E o feticídio que consiste na morte de um feto causado pelo um aborto intencional e deliberado.

Tabela 133 – Temáticas abordadas no *Instagram* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)															
(9 entidades)															
Temáticas Abordadas	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Racismo Obstétrico: Saúde Mães Negras	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Igualdade Efetiva entre Mulheres e Homens	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	179	26	0.72	27	22.5	0.625	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Gênero e Características Sexuais:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	93	13.5	0.4	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Direitos Sexuais e Reprodutivos	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	69	10.01	1.7	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Direito ao Acesso à Saúde	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	3	0.44	0.01	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Direitos da Comunidade LGBTQ+	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	21	3.05	0.08	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Desafiar Papéis e Estereótipos Tradicionais de Gênero:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Homossexuais	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Bissexuais	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Transexuais ou Transgêneros	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Hétero Aliados	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– <i>Queer</i> ou Não-Binários	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Intersexo	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Assexuais	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 134 – Temáticas abordadas no *Instagram* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)															
(9 entidades)															
Temáticas Abordadas	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
Paridade e Participação Política:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Modelo Patriarcal	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Teoria Feminista do Direito	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Ecofeminismo:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	11	1.6	0.044	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Alterações Climáticas e Sustentabilidade Ambiental	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	11	1.6	0.044	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Feminismo Negro:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Racismo, discriminação, preconceito ou xenofobia	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Feminismo Cigano:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Ciganofobia (*)	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Feminismo Cultural:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Racismo, discriminação, preconceito ou xenofobia	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Defesa dos Territórios e Culturas	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Fluxos Migratórios	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Criminalização dos Migrantes	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Feminismo Trans:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

(*) Aversão e preconceito pela comunidade cigana.

Tabela 135 – Temáticas abordadas no *Instagram* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)																
(9 entidades)																
Temáticas Abordadas	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ			
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	
– Discriminação, preconceito e Transfobia (*)	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	
– <i>Transfake</i> (**)	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	
Feminismo <i>RadFem</i> ou Abolicionista	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	
Feminismo Interseccional:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	
– Discriminação Racial	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	
Feminismo Liberal ou <i>LibFem</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	
Estudos Feministas:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	
– Pós-memórias no Feminismo. Vozes e Experiências na Gramática do Mundo	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	
– Diálogos Feministas sobre Masculinidade, Experiências, Desejos e Horizontes	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	
– Desafios Feministas ao Direito: Resistências e Possibilidades	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	

(*) Aversão e preconceito por indivíduos transexuais ou transgêneros.

(**) *Transfake* descreve a ação dos artistas cisgêneros na interpretação de personagens transgêneros que participam na exclusão de trabalhadores culturais.

Tabela 136 – Temáticas abordadas no *Instagram* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)																
(9 entidades)																
Temáticas Abordadas	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ			
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	
– Desafios Feministas ao Direito: Resistências e Possibilidades	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	
– Desigualdades Sociais e Medidas de Ação Afirmativa	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	
Estudos de Mulheres:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	
– Mulheres Racializadas nos <i>Media</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	
– Mulheres na Imprensa Colonial	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	
– Perspetivas Interdisciplinares sobre o Femicídio	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	
Estudos de Género:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	
– Estudos de Género no Ensino Superior	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	
– Observatório das Representações de Género nos <i>Media</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	
– O Envelhecimento e o Género numa Perspetiva Interseccional	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	
– Estudos de Género e <i>Status</i> em Política Internacional: Dinâmicas de Cooperções, Conflitos e Ativismo	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	

Tabela 137 – Temáticas abordadas no *Instagram* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)															
(9 entidades)															
Temáticas Abordadas	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Trans-ações de Género: Ressonâncias e Saberes Trans e Intersexo	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Estudos de Género e Neoliberalismo: Os Últimos 20 Anos	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– As “Ideologias de Género” e a Religião	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Homossexualidade Feminina. Da Marginalização ao Reconhecimento e à Inclusão	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Género, Educação e Cidadania: Conhecimento, Ausências e (In)visibilidades	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Desporto Equitativo:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	26	3.8	0.62	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Igualdade entre Mulheres e Homens nas Agendas das Organizações Desportivas	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	26	3.8	0.62	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Poder e Fragilidade na Sociedade Civil	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Feminismos:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	43	6.24	0.17	5	4.17	0.116	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 138 – Temáticas abordadas no *Instagram* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Organizações (Cont.)															
(9 entidades)															
Temáticas Abordadas	AMSF			APEM			CIG			REDE			APMJ		
	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)	Total	Total (%)	Média (%)
– Direitos da Inclusão dos Trabalhadores do Sexo	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	23	3.34	0.05	5	0.04	0.001	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Linguagem Não Sexista	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	17	2.47	0.07	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Desejo <i>Queer</i> entre Mulheres	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	3	0.44	0.01	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Antifeminismo, Religião e Direito	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Estruturas Familiares:	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
– Responsabilidades Parentais	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	0	0	0	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Ciberbullying	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	5	0.73	0.02	2	0.017	0.0005	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Sororidade	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	4	0.6	0.02	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Educação e Formação	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	21	3.05	0.08	0	0	0	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Cultura e Arte	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	34	4.93	0.13	4	3.33	0.1	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>
Outras	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	1	0.14	0.004	1	0.83	0.02	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>	<i>n.a</i>

Tabela 139 – Temáticas abordadas no *Instagram* entre Janeiro de 2020 Janeiro 2023 (Cont.)

Apêndice G. Análise de Conteúdo dos Dados Qualitativos das Organizações Feministas
Inclusas

Observa-se na tabela seguinte as temáticas abordadas no *Facebook* e no *Instagram* das entidades selecionadas, circunscrito num período limitado de um mês:

Temáticas Abordadas nas Redes Sociais
Janeiro de 2023
Mulheres Migrantes
O Envelhecimento e o Género numa Perspetiva Interseccional
Alterações Climáticas e Sustentabilidade Ambiental
Igualdade de Género
Direitos da Inclusão dos Trabalhadores do Sexo
<i>Transfake*</i>
Feminismo
Organização de Mulheres
Desporto Equitativo
1.ª Manifestação Feminista em Portugal
Poder e Fragilidade na Sociedade Civil
Des/igualdade de Género na Conciliação do Teletrabalho e Coabitação
Igualdade Efetiva entre Mulheres e Homens
Vítimas de Violência
Vítimas de Violência Doméstica
Igualdade entre Mulheres e Homens na Agenda das Organizações Desportivas
Mulheres no Mercado de Trabalho
Discriminação Laboral e Paridade

* *Transfake* descreve a ação dos artistas cisgénero que participam na exclusão de trabalhadores culturais.

Tabela 140 – Temáticas abordadas no *Facebook* e no *Instagram* no último mês

Temáticas Abordadas nas Redes Sociais (Cont.)

Janeiro de 2023

Racismo Obstétrico – Saúde Mães Negras

1.º Código Penal na Democracia (Extirpar moral e normalizar atos sexuais praticados entre adultos).

Bibliografia e Homenagem a Conceição Castel-branco

Desejo *Queer* entre Mulheres

Direitos da Comunidade LGBTQ+

Idosos LGBTQ+

Femicídio

Direitos Reprodutivos e Acesso à Saúde

Sistema Patriarcal

Estudos de Género no Ensino Superior

Retomada do Poder do Afeganistão pelos Talibãs

Desporto Equitativo

Bibliografia e Homenagem a Eduarda Alice Santos

Mulheres Racializadas nos *Media*

Homossexualidade Feminina. Da Marginalização ao Reconhecimento e à Inclusão

Violência no Namoro

Justice for Afghan Women

Direitos das Mulheres

Assédio Laboral

Estruturas Familiares

Direitos Humanos

Agenda do Trabalho Digno

Assédio Laboral

Violência Sexual

Estudos de Género

Tabela 141 – Temáticas abordadas no *Facebook* e no *Instagram* no último mês

Temáticas Abordadas nas Redes Sociais (Cont.)

Janeiro de 2023

Estudos Feministas

Estudos de Mulheres

Homenagem a Adelaide Cabete e a Virginia Woolf

Intervenção Integrada no Fim da Mutilação Genital Feminina

Antifeminismo, Religião e Direito

Tabela 142 – Temáticas abordadas no *Facebook* e no *Instagram* no último mês

Na tabela seguinte observa-se as temáticas abordadas nas publicações do *Facebook* e do *Instagram* das organizações feministas selecionadas, no período temporal compreendido entre Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023:

Temáticas Abordadas nas Redes Sociais
Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023
Direitos Humanos:
Solidariedade com as Mulheres do Irão e do Afeganistão
Solidariedade com as Mulheres Ucranianas
<i>Justice for Afghan Women</i>
Direitos das Mulheres:
Dignidade Menstrual
Defesa das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica
Interseccionalidade:
Mulheres Ciganas
Mulheres em Risco
Mulheres Jovens
Mulheres Migrantes
Mulheres Refugiadas
Mulheres Rurais
Economia Feminista:
Conciliação
Des/igualdades de Género na Conciliação de Teletrabalho e Coabitação
Disparidade Salarial entre Géneros
Mulheres no Mercado de Trabalho
Discriminação de Género no Local de Trabalho
Discriminação Laboral e Paridade
Assédio Laboral

Tabela 143 – Temáticas abordadas no *Facebook* e no *Instagram* no último mês

Temáticas Abordadas nas Redes Sociais
Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023
Agenda do Trabalho Digno
Violência de Género:
Mutilação Genital Feminina
Sistema de Prostituição
Lenocínio
Assédio Sexual
Mulheres Vítimas de Tráfico de Seres Humanos
Violência Sexual
Discursos de Ódio e Misógino
Sexismo e Machismo
Violência em Jovens LGBT+
Violência em Indivíduos LGBT+
Violência em Idosos LGBT+
Feminicídio
Violência em Relações de Intimidade:
Violência em Crianças
Infanticídio Feminino (*)
Feticídio (**)
Violência face às Mulheres e Violência Doméstica
Violência no Namoro
Violência Obstetra:
Racismo Obstétrico: Saúde Mães Negras
Igualdade Efetiva entre Mulheres e Homens
Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais:
Direitos Sexuais e Reprodutivos

Tabela 144 – Temáticas abordadas no *Facebook* e no *Instagram* no último mês

Temáticas Abordadas nas Redes Sociais
Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023
Direito ao Acesso à Saúde
Direitos da Comunidade <i>LGBT+</i>
Desafiar Papéis e Estereótipos Tradicionais de Género:
Homossexuais
Bissexuais
Transexuais ou Transgéneros
Hétero Aliados
<i>Queer</i> ou Não-Binários
Intersexo
Assexuais
Paridade e Participação Política:
Modelo Patriarcal
Teoria Feminista do Direito
Ecofeminismo:
Alterações Climáticas e Sustentabilidade Ambiental
Feminismo Negro:
Racismo, discriminação, preconceito ou xenofobia
Feminismo Cigano:
Ciganofobia
Feminismo Cultural:
Racismo, discriminação, preconceito ou xenofobia
Defesa dos Territórios e Culturas
Fluxos Migratórios
Criminalização dos Migrantes

Tabela 145 – Temáticas abordadas no *Facebook* e no *Instagram* no último mês

Temáticas Abordadas nas Redes Sociais

Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023

Feminismo Trans:

Discriminação, preconceito e Transfobia

Transfake

Feminismo *RadFem* ou Abolicionista

Feminismo Interseccional:

Discriminação Racial

Feminismo Liberal ou *LibFem*

Estudos Feministas:

Pós-memórias no Feminismo. Vozes e Experiências na Gramática do Mundo

Diálogos Feministas sobre Masculinidade, Experiências, Desejos e Horizontes

Desafios Feministas ao Direito: Resistências e Possibilidades

Desigualdades Sociais e Medidas de Ação Afirmativa

Estudos de Mulheres:

Gênero, Educação e Cidadania: Conhecimento, Ausências e (In)visibilidades

Estudos de Gênero:

Estudos de Gênero no Ensino Superior

Observatório das Representações de Gênero nos *Media*

O Envelhecimento e o Gênero numa Perspetiva Interseccional

Estudos de Gênero e Status em Política Internacional: Dinâmicas de Cooperações, Conflitos e Ativismo

Trans-ações de Gênero: Ressonâncias e Saberes Trans e Intersexo

Estudos de Gênero e Neoliberalismo: Os Últimos 20 Anos

As “Ideologias de Gênero” e a Religião

Homossexualidade Feminina. Da Marginalização ao Reconhecimento e à Inclusão

Gênero, Educação e Cidadania: Conhecimento, Ausências e (In)visibilidades

Desporto Equitativo:

Igualdade entre Mulheres e Homens nas Agendas das Organizações Desportivas

<p style="text-align: center;">Temáticas Abordadas nas Redes Sociais</p> <p style="text-align: center;">Janeiro de 2020 até Janeiro de 2023</p> <p>Poder e Fragilidade na Sociedade Civil</p> <p>Feminismos:</p> <p>Direitos da Inclusão dos Trabalhadores do Sexo</p> <p>Linguagem Não Sexista</p> <p>Desejo <i>Queer</i> entre Mulheres</p> <p>Antifeminismo, Religião e Direito</p> <p>Estruturas Familiares:</p> <p>Responsabilidades Parentais</p> <p><i>Cyberbullying</i></p> <p>Sororidade</p> <p>Educação e Formação</p> <p>Cultura e Arte</p>

Tabela 147 – Temáticas abordadas no *Facebook* e no *Instagram* no último mês

Apêndice H. Guião de Entrevistas

Diretrizes de orientação para o desenvolvimento das entrevistas semiestruturadas:

- Agradecer pela disponibilidade em contribuir para o estudo;
- Explicar os propósitos e os principais objetivos, bem como as finalidades do estudo;
- Assegurar um compromisso ético.

Eu, Diana Santos, estudante do ciclo de estudos no Mestrado em Gestão de Indústrias Criativas pela Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa do Porto, venho solicitar o vosso auxílio e a vossa colaboração no culminar do meu percurso académico, atendendo à execução e ao desenvolvimento de um trabalho pessoal de competências de investigação científica com o tema - ‘Cultura e Ativismo Digital: A Influência das Redes Sociais no Movimento Feminista’ para obtenção do grau de mestre.

O desenvolvimento das competências de investigação científica assegura uma pesquisa de abordagem qualitativa. O fenómeno de interesse é investigado, no seu contexto, de modo a ser interpretado tendo em consideração as diversas perceções e os diversos significados que são atribuídos pelos indivíduos questionados. Quanto aos principais objetivos de estudo é de ressaltar que pretende efetuar uma reflexão sobre as dimensões da cultura e do ativismo digital, a partir da análise relativa das estratégias de comunicação utilizadas e manuseadas nas redes sociais das principais organizações feministas a atuar em Portugal.

Para os devidos efeitos, é de salientar que a recolha de informação será realizada, a partir de uma gravação em formato áudio e todos os dados recolhidos serão utilizados e apurados, somente para fins académicos, assumindo um compromisso ético.

Por favor, tente responder a todas as questões.

E, muito obrigada pela disponibilidade despendida!

1. Para iniciar, poderia abordar uma pouco acerca da organização a que pertence? Um pouco da história, dos objetivos, entre outras aspetos que ache relevante.

2. Tendo em conta que esta entrevista é sobre ativismo digital, abordemos numa fase inicial sobre o *off-line*.¹¹³ Quais as principais atividades, ações e intervenções que a organização costuma ter em consideração?
3. A organização tem redes sociais? Quais as mais utilizadas e o porquê da escolha destas redes sociais em detrimento de outras?
4. Pode-me descrever a utilização que realiza em cada uma das redes sociais referidas? Frequência de publicação, conteúdos preferidos, interação com os seguidores, entre outras questões que ache relevante.
5. O que entende por ‘ativismo digital’? Considera que as redes sociais constituem ferramentas úteis para o ativismo no âmbito e no domínio da organização? Porquê?
6. Quais as principais ações, intervenções e atividades que a organização costuma ter em consideração nas redes sociais?
7. De que forma consegue complementar as ações no *off-line* com as atividades realizadas nas redes sociais?
8. Quais as principais oportunidades associadas ao ativismo digital nas redes sociais?
9. Quais os principais desafios e obstáculos associados ao ativismo digital nas redes sociais?
10. Qual é a sua perceção, relativamente ao comportamento, atitudes e motivações do público, no que concerne às atividades e às publicações nas redes sociais pela organização?
11. Para finalizar, tem mais algum aspeto que queira acrescentar?

Muito obrigada pela sua colaboração!

¹¹³ Externamente, do contexto das redes sociais e do digital (e.g. manifestações públicas, protestações, pedidos ou petições, convocatórias, entre outros eventos).